

HISTÓRIA

Questões
& Debates



Reitor

Ricardo Marcelo Fonseca

Vice-Reitora

Graciela Inês Bolzón de Muniz

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Francisco de Assis Mendonça

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Leandro Franklin Gorsdorf

História: Questões & Debates, ano 37, volume 68, n. 2, jul./dez. 2020

Publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR e da
Associação Paranaense de História (APAH)

Editora

Priscila Piazzentini Vieira.

Conselho Editorial

Marion Brepohl (Universidade Federal do Paraná, Presidente do Conselho), Álvaro Araújo Antunes (Universidade Federal de Ouro Preto), Ana Paula Vosne Martins (Universidade Federal do Paraná), Ana Silvia Volpi Scott (Universidade Estadual de Campinas), Angelo Priori (Universidade Estadual de Londrina), André Macedo Duarte (Universidade Federal do Paraná), Antonio Cesar de Almeida Santos (Universidade Federal do Paraná), Carlos de Almeida Prado Bacellar (Universidade Estadual de São Paulo), Carlos Jorge Gonçalves Soares Fabião (Universidade de Lisboa), Claudia Rosas Lauro (Pontificia Universidade Católica do Peru), Claudine Haroche (Universidade Sorbonne), Christian Laval (Universidade Paris Nanterre), Euclides Marchi (Universidade Federal do Paraná), José Guilherme Cantor Magnani (Universidade Estadual de São Paulo), José Manuel Damião Rodrigues (Universidade de Lisboa), Luiz Carlos Villalta (Universidade Federal de Minas Gerais), Márcio Sergio Batista Silveira de Oliveira (Universidade Federal do Paraná), Luiz Geraldo Santos da Silva (Universidade Federal do Paraná), Marcos Napolitano (Universidade Estadual de São Paulo), Maria Elena Barral (Universidad Nacional de Luján), María Laura Rosa (Universidad de Buenos Aires), Marilene Weinhardt (Universidade Federal do Paraná), Montserrat Duch Plana (Universidad Rovira i Virgili), Orazio Irrera (Universidade Paris 8), Pablo de la Cruz Dias Martinez (Universidade de Salamanca), Pedro Paulo Abreu Funari (Universidade Estadual de Campinas), Philippe Sabot (Universidade de Lille), Sergio Odilon Nadalin (Universidade Federal do Paraná), Roseli Boschilia (Universidade Federal do Paraná), Renato Augusto Carneiro Júnior (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias), Renan Frighetto (Universidade Federal do Paraná), Stefan Rinke (Universidade Livre de Berlim), Wolfgang Heuer (Universidade Livre de Berlim)

Endereço para correspondência

História: Questões & Debates
Rua General Carneiro, 460 – 6.º andar
80060-150, Curitiba/PR
Tel.: +55 (41) 3360 5105
<http://revistas.ufpr.br/historia>

Revisão e Diagramação

Programa de Apoio à Publicação Científica Periódica da Universidade Federal do Paraná

Capa: Jessica Mazetto Vidal

Foto da Capa

Annamaria Steffan

Os textos da revista estão licenciados com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional, Podendo ser reproduzidos, citados e distribuídos, desde que com a devida atribuição de autoria e para fins não comerciais.

Indexada por Ulrich's, Latindex, Periódicos CAPES, IBICT, RCAAP, PubMed e Medline (artigos relacionados com a história da saúde)



Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas - SEER
Programa de Apoio à Publicação de Periódicos da UFPR
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
www.prppg.ufpr.br

O Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) é um software livre e permite a submissão de artigos e acesso às revistas de qualquer parte do mundo. Pode ser acessado por autores, consultores, editores, usuários, interessados em acessar e obter cópias de artigos publicados nas revistas. O sistema avisa automaticamente, por e-mail, do lançamento de um novo número da revista aos cadastrados.

Coordenação de Processos Técnicos de Bibliotecas, UFPR

HISTÓRIA: Questões & Debates. Curitiba, PR: Ed. UFPR, — ano 1, n. 1,
1980.

Volume 68, n. 2, jul./dez. 2020

ISSN 0100-6932

e-ISSN 2447-8261

1. História – Periódicos

Samira Elias Simões CRB-9/755

PUBLICADA NO BRASIL

PUBLISHED IN BRAZIL

Curitiba, 2020

SUMÁRIO

Introdução

- 07 Dossiê História do Esporte
André Mendes Capraro
Miguel A. de Freitas Jr

Dossiê História do Esporte

- 14 Processo Civilizador e Transformações Sociais: Uma Análise das Teorias
Elisianas em Relação às Ciências Sociais do Esporte
*Proces de Civilisation et Transformations Sociales: Une Analyse de la
Theorie Eliasienne Au Regard des Sciences Sociales du Sport*
Jean-François Loudcher
- 37 Dropando sobre as pranchas: Os impactos das transformações conceituais
das práticas do surfe e do skate refletidos no anúncio do Comitê Olímpico
Internacional
*Dropping onto the boards: The impacts of conceptual changes in surfing and
skateboarding practices reflected in the announcement of the International
Olympic Committee*
Monique de Souza Sant'Anna Fogliatto e José Carlos Marques
- 55 A Transmissão ao Vivo de Campeonatos de Surfe pela Internet: Padrões
Televisivos, Inovação e Questões para a História do Esporte
*The webstreaming of surfing contests: television standards, innovation and
questions for the history of the sport*
Pedro Cezar Duarte Guimarães e Rafael Fortes
- 77 A Travessia de São Paulo a Nado (1924-1944) e o processo de esportivização
aquática paulistana
*The swim across São Paulo (1924-1944) and the sportization of aquatic
practices in the city*
Daniele Cristina Carqueijeiro de Medeiros, Evelise Amgarten Quitau e
Marcelo Moraes e Silva
- 96 Los Diferentes Sentidos Sobre La 'Natureleza' Y Su Relación Con La
Feminidad Y La Nacionalidad
*Os diferentes sentidos sobre a 'natureza' e sua relação com a feminilidade
e a nacionalidade.*
Pablo Ariel Scharagrodsky

- 116 Da Celebração à Comoção: Os Discursos da Imprensa Escrita Paulista em Relação a uma Célebre Luta de Boxe
From The Celebration to the Commotion: The Discourse of the Paulist Press in Relation to a Celebrated Boxing Fight
 Riqueldi Straub Lise, Fernando Renato Cavichioli e André Mendes Capraro
- 133 Memória e futebol no Brasil: escritas da vida de jogadores brasileiros
Memory and football in Brazil: Life-writings of Brazilian players
 Elcio Loureiro Cornelsen
- 160 Personagens da Rede: indivíduos, posições sociais e identidades construídas por meio do Turnen no Rio Grande do Sul
Network Charactersn: individuals, social positions and identities built through Turnen in Rio Grande do Sul
 Alice Beatriz Assmann, Ester Liberato Pereira e Janice Zarpellon Mazo
- 183 As Relações de Poder nos Jogos Olímpicos (1920-2020): Uma Análise de Participação das Atletas Brasileiras Sob a Perspectiva Teórica de Norbert Elias
Power Relations at the Olympic Games (1920-2020): An Analysis of the Brazilian Athletes Participation From Norbert Elias' Theoretical Perspective
 Ana Flávia Braun Vieira e Miguel Archanjo de Freitas Junior
- 208 A (des)politização dos Jogos Olímpicos modernos
The (de)politicization of the modern Olympic Games
 Luiz Carlos Ribeiro
- 229 The legacy of a cultural elite: the British Olympic Association
O legado de uma elite cultural: a Associação Olímpica Britânica
 Dave Day e Jana Stoklasa

Artigos da Sessão Livre

- 249 Uma nova paisagem açucareira: os técnicos versus os modos tradicionais de produzir açúcar na Argentina e no Brasil nas primeiras décadas do século XX
A new sugar landscape: the technicians versus the traditional ways of producing sugar in Argentina and Brazil in the first decades of the twentieth century
 Roberta Barros Meira e Daniel Campi

Resenha

- Reflexões sobre uma das obras de Svetlana Aleksievitch: as memórias das crianças que sobreviveram a segunda guerra mundial
Reflection About One of the Works by Svetlana Aleksievitch: The Memomries of Children Who Survived the Second World War
 Pauline Iglesias Vargas e Maria Eloisa de Oliveira

APRESENTAÇÃO – DOSSIÊ HISTÓRIA DO ESPORTE

I

Embora ocorra uma confusão conceitual relacionada à gênese do esporte – seja no âmbito acadêmico ou leigo – em essência, confundindo práticas ritualísticas de civilizações antigas com as atividades corporais sistematizadas que surgiram, sobretudo, ao longo do século XIX, não há como negar que a ideia de competitividade tem uma origem remota. Provavelmente até mais distante do que os antigos jogos realizados nas diversas *pólis* gregas (o mais conhecido era, obviamente, aquele realizado em Olimpia) e os combates entre gladiadores (atividade de entretenimento popular pelos recônditos do mundo romano), a competição pode, de forma grosseira, remeter à luta por alimento, inclusive contra outras espécies. Talvez o ímpeto à competição esteja ali, impresso em nosso código genético, relacionado à adrenalina, aquele hormônio produzido pelas glândulas suprarrenais tão propalado por nos preparar para a movimentação intensa e súbita. Ainda no plano especulativo, é uma possibilidade que a descarga hormonal que nos levava a correr de um predador ou atrás de uma presa ou ainda a lutar pela sobrevivência ou por alimento, hoje, desnecessária, leve-nos a uma busca – tremendamente difícil de explicar – por uma espécie de catálise. Buscamos, despropositadamente, a prática física competitiva, mesmo que seja apenas para apreciá-la.

O que conhecemos, no seu formato acabado de hoje, como esporte – mesmo sendo registradas algumas iniciativas pontuais e prematuras no final do século XVIII – surgiu, considerando o seu volume, na segunda metade do século XIX, na Europa recém industrializada. Não se tem como negar que o processo de industrialização levou ao surgimento de grandes metrópoles que, por sua vez, foram ponto fulcral para que aquelas práticas físicas se desenvolvessem. Porém, atualmente, existem outros aspectos que são considerados pelos estudiosos dos esportes e práticas corporais, como fundamentais para que estes se transformassem em uma exibição de vigor físico, destreza e estética corporal de considerável impacto na sociedade contemporânea. O primeiro e mais evidente – e que, por incrível que possa parecer, passou despercebido do meio acadêmico por um bom tempo – foi o avanço da tecnologia agrícola, o que permitiu que, ao menos a uma parcela considerável do mundo dito civilizado, houvesse um aumento do consumo alimentar. Não é de se estranhar, então, que durante a Idade Média, na Europa, fosse observada uma carência de atividades físicas (ao menos, as lúdicas sem propósito) tendo em conta que o consumo calórico médio era algo em torno de 1.500 calorias. Sabe-se hoje que consumo energético semelhante, perdurado por um tempo relativamente longo, leva à subnutrição. Logo, um indivíduo que mal tinha força para a labuta diária, não apresentaria, consequentemente, vontade de se exercitar além do necessário. O segundo aspecto foi o significado social que o tempo livre obteve na modernidade. Ter tempo disponível, seja para viajar com fins turísticos, praticar esportes ou exercícios físicos regularmente ou até mesmo para, simplesmente, “flanar” pelas cidades sem ter necessidade de um horário definido para o retorno, passou a ser um símbolo de *status* social. O golfe e o tênis, por exemplo, estão historicamente entre as modalidades mais elitistas e uma condição elementar para isso é que não existe uma definição precisa de tempo para duração de uma disputa. Uma partida

pode durar quatro ou cinco horas e os competidores sabem desta possibilidade desde o início, sendo assim, são donos do seu próprio tempo. Não necessitam se preocupar em ter que interromper a prática no meio devido aos compromissos laborais típicos do dia a dia. Ao contrário, modalidades que caíram rapidamente no gosto popular – como o futebol americano, rúgbi, futsal e basquete – apresentam um tempo previamente definido, embora, para manter o senso de justiça, o cronômetro seja paralisado em momentos previstos nas regras. O futebol de campo foi mais longe: o tempo nunca para, então o praticante e/ou apreciador pode saber com a precisão variável de alguns poucos minutos (os acréscimos) o horário de início e encerramento da disputa.

O esporte, aquele surgido no novecentos, atualmente, galgou tamanha popularidade a ponto de ser considerado um fenômeno social. No início, tinha um interesse apenas restrito, o dos jovens (homens) praticantes em busca de um corpo estético renascentista, de sociabilidade e – com algumas exceções – de um símbolo de distinção social. Mas não foi necessário mais do que alguns anos para que passasse a angariar também apreciadores com outros perfis. É possível que este público interessado, os “simpáticos aos esportes”, reles apreciadores chamados de “a assistência”, fosse formado por minorias excluídas do processo: mulheres, idosos, deficientes, inábeis ao esforço físico, enfim. Só que a presença de interessados/curiosos, além dos próprios esportistas, nos locais de realização das práticas fez com que estas se transformassem em eventos sociais. Consequentemente, despertando também a atenção da mídia (ainda circunscrita aos diários e revistas). Quando a presença do público se avolumou, ganhou também outro significado: o de parte ativa do espetáculo esportivo. A “assistência” virou torcida.

Não é estranho, assim, que aqueles grupos minoritários, vetados na sociogênese da prática esportiva, gradativamente (e não na velocidade que gostaríamos), fossem incluídos e ganhassem o seu devido espaço. Além do crescimento do esporte de mulheres, também é sensível o crescimento do esporte para deficientes, sobretudo, nas últimas décadas. Hoje o esporte – com um pouco de otimismo – tem a capacidade de comportar a diversidade com dignidade e respeito. Embora existam inevitáveis aspectos biológicos que impliquem em subdivisões por sexo, peso, idade e até nível de rendimento – obviamente, variando de acordo com a modalidade – para assegurar condição de igualdade na disputa. Esta salutar diversidade se manifestou nas temáticas que compõem este dossiê, como será detalhado adiante.

Mas explicar o súbito e contínuo crescimento da popularidade do esporte talvez seja uma tarefa tão árdua quanto descobrir os motivos da queda de Roma. Dentre os principais aspectos que podemos, por enquanto, somente especular, constam: 1- o sentimento de pertencimento a um grupo, condição que, como explica a Psicologia Social, traz segurança; 2- a adequação ao discurso médico-científico, o qual considera o esporte um suposto meio à saúde (é fato que hoje o esporte de rendimento se afasta cada vez mais desta máxima); 3- a percepção generalizada de que o esporte segue (mesmo com vários desvios) princípios humanistas e civilizados; 4- estar, desde o início, coadunado a um dos valores mais marcantes nas sociedades contemporâneas, o de família.

É fato que tais aspectos, juntos a outros secundários, alçou o esporte a mais marcante atividade de entretenimento global. Seria inevitável que uma das consequências paralelas ao seu desenvolvimento e popularização fosse a sua expansão econômica e hoje podemos crer em uma quase inesgotável indústria de consumo do esporte. Além do

consumo direto dos espectadores/torcedores, seja comprando ingressos e assistindo *in loco* ou pela TV e pelas emergentes plataformas digitais, existe um interesse cada vez maior por bens de consumo derivados: vestuário com alto recurso tecnológico; bebidas, alimentos e suplementos que aumentam o rendimento; equipamentos específicos a cada modalidade; o turismo com fins esportivos (tanto para assisti-los quanto para praticá-los); produtos ligados aos cuidados com o corpo (cremes, desodorantes, etc.); mídias diversas (revistas especializadas, programas de debates televisivos, *lives* em plataformas digitais); enfim tudo isto é avidamente consumido.

II

É certo que nem o mais bem informado cientista do mundo poderia antecipar, no fim de 2019, que teríamos, já no início de 2020, uma pandemia de impacto global. Tampouco que tal pandemia – entre consequências muito mais graves, como a morte de centenas de milhares de pessoas – poderia resultar no adiamento por um ano dos Jogos Olímpicos de Tóquio. Nós, então, não poderíamos continuar a apresentação deste dossiê se não com adjetivos como inacreditável, terrível, lamentável e pesaroso.

Quando propusemos às editoras da *Revista História, Questões e Debates* a temática história dos esportes para um dossiê temático, a ideia era exatamente aproveitar a aproximação dos XX Jogos Olímpicos, aqueles que seriam realizados em agosto. A ideia foi bem aceita, a chamada do dossiê foi lançada e, mesmo sem a realização do principal evento esportivo do mundo, a recepção da proposta por parte de nossos pares foi amplamente aceita. Recebemos quase três dezenas de artigos sobre o tema, dos quais, preservando as normativas da própria revista, foram selecionados os onze que compõem o dossiê.

A nossa preocupação como organizadores foi, primeiramente, preservar a multiplicidade temática. Sabíamos que, ainda mais no Brasil, existe uma predominância do futebol como modalidade de maior popularidade e tal condição não poderia deixar de se refletir no meio acadêmico. Com o agravante de que a própria *Revista História, Questões e Debates* já havia publicado anteriormente um dossiê acerca do tema – Futebol, Sentimento e Política (2012), organizado por Luiz Carlos Ribeiro. Para o nosso alento – embora, inevitavelmente, o futebol tenha sido a temática central de maior predominância dentre as submissões – recebemos propostas ecléticas o que assegurou que o dossiê se concretizasse, efetivamente, como de história do esporte.

Abrimos o dossiê com o artigo mais panorâmico, mas no sentido mais rico que o termo possa significar. Com maturidade acadêmica e requinte intelectual, Jean-François Loudcher em *Processo civilizador e transformações sociais: uma análise das teorias elisianas em relação às Ciências Sociais do Esporte*, revisa as possibilidades de uso da teoria de Norbert Elias nos estudos acerca dos esportes. Loudcher não idealiza Elias, respeita-o como intelectual que formulou um modelo histórico/interpretativo das sociedades (principalmente as ocidentais), mas não nega suas limitações e fragilidades.

Prova da amplitude das temáticas presentes são os artigos sobre os esportes ditos californianos. *Dropando sobre as pranchas: os impactos das transformações conceituais das práticas do surfe e do skate refletidos no anúncio do Comitê Olímpico Internacional*, escrito por Monique de Souza Sant'Anna Fogliatto e José Carlos Marques, trata, evidentemente, da completude da esportivização de tais práticas. Pensar que o surfe e

skate carregavam junto a si nos anos 1980/90 o ideário “estilo de vida”, cuja principal característica era a aversão às regras (basta lembrarmos do impactante *Kids* de Larry Clark ou do descolado *Caçadores de Emoção* de Kathryn Bigelow) e que hoje são modalidades olímpicas altamente regradas é uma mostra do constante movimento adaptativo dos esportes. Reforçando a condição incontestável de que o surfe galgou a condição de esporte, o texto de Pedro Cezar Duarte Guimarães e Rafael Fortes, *A transmissão ao vivo de campeonatos de surfe pela internet: padrões televisivos, inovação e questões para a história do esporte*, examina o uso (e popularização) da plataforma de transmissão online da *World Surfing League*, focando o estudo na bateria final do *Corona Open J-Bay* no ano de 2017.

O surfe é um esporte que exige, além do confronto com os adversários, uma rápida e harmônica relação com a natureza e sua condição inconstante. Mas desafiar a natureza já era uma ideia recorrente desde o surgimento do esporte. A natação – modalidade realizada hoje, sobretudo, no ambiente extremamente controlado das piscinas (com o adendo de que a Maratona Aquática em mar seja uma das provas olímpicas) – nos seus primórdios, era praticada em locais inóspitos. Dois artigos abordam o assunto. O primeiro, de autoria de Daniele Cristina Carqueijeiro de Medeiros, Evelise Amgarten Quitau e Marcelo Moraes e Silva, *A Travessia de São Paulo à Nado (1924-1944) e o processo de esportivização aquática paulistana*, detalha como uma prática que nasce imbricada à máxima de desafio à natureza e superação pessoal começa a ganhar contornos esportivos na primeira metade do século XX. Mesmo focados no processo que tornava as exóticas travessias no Rio Tietê algo de maior seriedade, ao analisar os periódicos *Correio Paulistano* e *A Gazeta*, os autores conseguiram com maestria mostrar também a presença na época de um ideal estético, por eles chamado, com propriedade, de “cultura física”. O segundo artigo, *Los Diferentes sentidos sobre la ‘naturaleza’ y su relación con la feminidad y la nacionalidade – la prensa y el primer cruce a nado del Río de La Plata, 1923*, um estudo de caso feito por Pablo Ariel Scharagrodsky, foca no feito inédito realizado pela atleta Lilian Harrison. A superação do desafio inóspito por Harrison fez com que esta se tornasse um símbolo de mulher argentina moderna – aquela que poderia superar adversidades originárias da masculinização da natureza – como os jornais nacionais argentinos faziam questão de enfatizar.

Ainda na intensa década de 1920, período focal dos dois artigos da natação em rios, em *Da celebração à comoção: os discursos da imprensa escrita paulista em relação a uma célebre luta de boxe*, Rick Lise, eu (André Capraro) e Fernando Cavichioli detalhamos um caso emblemático do boxe, a controversa luta entre o brasileiro Benedicto dos Santos e o italiano Ermínio Spalla. Transcendendo a própria prática do esporte, o confronto pugilístico demonstrou a volatilidade dos jornais brasileiros ao tratar de um incidente.

Como prática sociocultural, seria inevitável que o esporte também tivesse uma interface com a literatura. Centenas de obras literárias, cujo tema central é o esporte, são publicadas todos os anos mundo afora. Dentre os gêneros literários que se sobressaem, figuram aqueles de caráter híbrido, como a biografia e a autobiografia. Estes gêneros – ao lado da crônica, do romance histórico e do ensaio de cunho sociológico – são os memorialísticos. Com sofisticação acadêmica, circulando a análise entre os preceitos da Teoria Literária e da História, Elcio Cornelsen, em *Memória e futebol no Brasil: escritas da vida de jogadores brasileiros*, analisa 18 obras pertencentes a tais gêneros. Pesquisa robusta, com resultados inéditos.

Não faltaram no dossiê dois subtemas clássicos em se tratando de esporte: 1) a presença da mulher no esporte e 2) a proximidade do esporte – diríamos até que em uma relação simbiótica - com a ginástica. No artigo de Alice Beatriz Assmann, Ester Liberato Pereira e Janice Zaperllon Mazo, *Personagens na rede: indivíduos, posições sociais e identidades construídas por meio do Turnen no Rio Grande do Sul*, as autoras descrevem o surgimento e as nuances de uma prática física tipicamente alemã, amplamente aceita pelas comunidades teutas estabelecidas no Brasil. Focando no caso específico do Rio Grande do Sul e, sobretudo, na atuante figura de Jacob Aloys Friederichs, o texto conclui que, mesmo sendo uma prática que aceitava a competição, o seu caráter era mesmo o de integração e harmonia. Quanto ao avanço das mulheres no cenário esportivo, consequentemente, estabelecendo complexas relações entre gêneros, Ana Flávia Braun Vieira e eu (Miguel A. de Freitas Júnior), em *Relações de poder entre os sexos nos Jogos Olímpicos: análise da participação das atletas brasileiras a partir da perspectiva sociológica de Norbert Elias (1920-2020)*, apresentamos uma reflexão sobre a presença da mulher brasileira no evento-mor do esporte; aproximando-se metodologicamente, inclusive, da proposta analítica feita por Loudcher no texto de abertura.

Finalizando o dossiê temos como foco os atuais Jogos Olímpicos. Em um ensaio crítico e contundente, *A (des)politização dos Jogos Olímpicos modernos*, Luiz Carlos Ribeiro nos brinda com uma avaliação conjectural de três momentos emblemáticos do olimpismo: o início sob a égide do amadorismo e *fair-play*; os anos 1930, com o totalitarismo em ascensão, materializado na emblemática Olimpíada de Berlim (1936); e, por fim, o período no qual se tornou um palco para as tensões da Guerra Fria. O artigo escolhido para o encerramento foi *The legacy of a cultural elite: the British Olympic Association*, de autoria de Dave Day e Jana Stoklasa. A dupla descreve o desenvolvimento do esporte olímpico britânico, com ênfase na presença e controle exercido por uma elite cultural que tinha com princípio a ética do amadorismo. O texto exacerba a ideia de que, tratando-se de esporte olímpico, há um forte exercício de poder (e controle), na maioria dos casos, externo à própria prática, que idealiza um modelo amadorístico – porém, tal modelo, ao menos no caso britânico, é suscetível ao desempenho atlético.

Complementam esta edição da *Revista História, Questões e Debates* o artigo de Roberta Barros Meira e Daniel Campi, *Uma nova paisagem açucareira: os técnicos versus os modos tradicionais de produzir açúcar na Argentina e no Brasil nas primeiras décadas do século XX*, fruto de uma parceria acadêmica entre Brasil e Argentina; e a resenha de Maria Eloisa de Oliveira e Pauline Iglesias Vargas, *Reflexões sobre uma das obras de Svetlana Aleksievich: as memórias das crianças que sobreviveram à Segunda Guerra Mundial*, focadas no livro “As últimas testemunhas: crianças na Segunda Guerra Mundial”. Embora as obras de celebradíssima Nobel de Literatura, *Svetlana Aleksievich*, não tenham relação explícita com a temática do dossiê, as resenhistas – também pesquisadoras do esporte – usam-nas como um exemplo para quem trabalha com a oralidade.

III

Durante a pandemia COVID-19 não há como negar que o esporte (de alto rendimento) assumiu a sua condição de protagonista entre as atividades de entretenimento. Prova é que tais práticas competitivas se tornaram foco de um amplo e acalorado debate.

As opiniões oscilavam radicalmente. De um lado aqueles que o viam como apenas

mais uma atividade trivial e que, conseqüentemente, os seus agentes deveriam participar da quarentena como outros quaisquer; de outro, como contraponto, um grupo que o considerava uma forma de entretenimento televisivo fundamental, logo, elemento que poderia até colaborar para que as pessoas permanecessem em casa por mais tempo. Entre as posições extremas acima, outras tantas mais ponderadas apareceram.

Mas o debate não era somente se os treinos e campeonatos deveriam retornar e quando. Já em março o Comitê Olímpico Internacional foi duramente criticado por postergar em exagero o anúncio de cancelamento dos Jogos Olímpicos de Tóquio. Também causou polêmica a decisão do *Ultimate Fight Championship*, maior organizador de eventos de MMA, de recomençar os combates sem público, só que no auge da pandemia nos Estados Unidos da América. Alguns poucos campeonatos que não foram cancelados também foram motivo de cobertura da imprensa – Cuba, Nicarágua, Bielorrússia, Cingapura, Taiwan, Burundi entre outros países não paralisaram as suas atividades esportivas. Assim como os posicionamentos contundentes de alguns atletas não se sentindo seguros para o retorno nos momentos definidos pelas instituições regulamentadoras (por exemplo, o caso NBA *versus* Lebron James). Enfim, raras exceções, o esporte, mesmo paralisado, nunca perdeu o protagonismo como a mais popular atividade de lazer/entretenimento.

O esporte é parte do nosso cotidiano. Não só do nosso, mas na verdade, do mundo todo. Nem mesmo os sherpas – pessoas de etnia de origem tibetana outrora desconhecida por viver na região do sopé nepalês do Himalaia – escaparam do impacto da indústria esportiva. Estes intrépidos “homens da montanha” agora são conhecidos mundialmente. Do best-seller *No Ar Rarefeito* de Jon Krakauer chegando à recente série *Everest: o preço da escalada* do *Discovery Channel*, os sherpas foram alçados à condição de heróis. Sua tarefa, em síntese, é viabilizar a estrutura para escalada e (não raro) resgatar atletas (a maioria, amadores) que se dispõem a pagar vultosas quantias às empresas que organizam excursões para a escalada e ataque ao cume do Everest. É fato que uma camada significativa da população global não tem predileção por esportes (seja para praticá-los ou assisti-los), porém, mesmo os avessos não conseguem se desvencilhar de sua presença.

Mas mesmo com toda a sua popularidade e ativa presença no globo, o esporte já parou. Parou em grandes e traumáticos eventos históricos. São os casos dos Jogos Olímpicos de Berlim (1916), cancelados por causa da Primeira Grande Guerra; ou os Jogos Olímpicos de Tóquio (1940) e Londres (1944), além das Copas do Mundo de Futebol de 1942 (provavelmente seria na Alemanha) e 1946 (provavelmente seria na Argentina), todos por causa da Segunda Guerra. Parou também durante o período de pandemia global da Gripe Espanhola, entre os anos de 1918-19. No caso brasileiro, vários campeonatos regionais de futebol foram cancelados e, para comoção geral, nem mesmo jovens atletas com elevada condição de saúde escaparam da impactante estimativa de 40 mil mortos pela *Espanhola*, apenas no Brasil. O esporte não parou, mas deveria parar em outras situações. É o caso, por exemplo, dos Jogos Olímpicos de Munique, quando um atentado terrorista promovido pela Organização Setembro Negro ceifou brutalmente a vida de atletas e treinadores da delegação de Israel. O esporte parou também no trágico acidente aéreo com o voo fretado pela Associação Chapecoense de Futebol em 2016. O impacto do acidente causou um luto nacional, mas foi deveras reconfortante a homenagem prestada pelos torcedores do Atlético de Nacional de Medellín – gesto que, sem dúvida, fez-nos lembrar o quanto o esporte nos une, mesmo na intensa dor. Nós, proponentes deste dossiê, não

temos dúvida: parou e deveria parar por causa da pandemia COVID-19, mas irá se erguer novamente. “O show não pode parar!”

Não poderíamos deixar de agradecer as pessoas que colaboraram conosco na realização deste dossiê. Marcelo Moraes e Silva comprou a ideia e participou de forma tão ativa quanto nós da empreitada. Luiz Carlos Ribeiro, nosso eterno orientador, estimulou que tentássemos e confiou no nosso trabalho. Renata Senna Garraffoni era a editora da *Revista História, Questões e Debates* quando propusemos o dossiê e foi muito atenciosa com a transição. Mas o nosso maior agradecimento é a Priscila Piazzentini Vieira, atual editora da *Revista*, sem a sua orientação, apoio e, sobretudo, paciência (ainda mais em época de pandemia) a concretização deste dossiê não seria possível.

Os organizadores

André Mendes Capraro (Universidade Federal do Paraná)

Miguel A. de Freitas Jr (Universidade Estadual de Ponta Grossa)

Dossiê História do Esporte

Organizadores: André Mendes Capraro e Miguel Archanjo de Freitas Jr.

PROCESSO CIVILIZADOR E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DAS TEORIAS ELISIANAS EM RELAÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS DO ESPORTE¹

Proces de Civilisation et Transformations Sociales: Une Analyse de La Theorie Eliasienne Au Regard des Sciences Sociales du Sport

Jean-François Loudcher²

RESUMO

A teoria da civilização proposta por Norbert Elias ainda é bastante atual, como evidenciado pelas inúmeras referências ao autor nos campos da história e da sociologia. Seu arcabouço teórico seria, portanto, dotado de uma certa eficiência. No entanto, existem muitas críticas, em particular no campo das ciências sociais do esporte, um lugar de reflexão bastante privilegiado para o sociólogo alemão a partir da década de 1960. Portanto, sua teoria deve ser aplicada nessa área ou não? A questão é ambígua. De fato, o esporte não é realmente o objeto de estudo de Norbert Elias, sendo, na maioria das vezes, um elemento para apoiar a demonstração do seu modelo teórico. Contudo, o conceito de esportivização que o autor desenvolveu é geralmente reduzido a um simples processo de competição e institucionalização, enquanto o fenômeno da evolução do esporte trata-se de algo muito mais complexo. Atividades tão diversas como ginástica, esporte profissional, práticas de saúde e/ou de lazer não podem inscrever-se diretamente num enquadramento teórico do processo civilizatório. A análise sócio-histórica é, portanto, necessária para alterar o esquema elisiano, para que não apenas as reflexões que dele surjam não sejam deslocadas, mas que também possam iluminar o campo das ciências sociais.

Palavras-chave: Norbert Elias, Violência, Esporte, Processo Civilizador, Integração social.

RÉSUMÉ

La théorie du procès de civilisation de Norbert Elias est toujours d'actualité comme en témoignent les multiples références à l'auteur que ce soit en histoire ou en sociologie. Son cadre théorique serait donc doté d'une certaine efficacité. Pour autant, les critiques sont multiples, notamment, dans le domaine des sciences sociales du sport, champ de réflexion assez privilégié du sociologue allemand à partir des années 1960. Dès lors, est-ce sa théorie qu'il faut incriminer ou bien son application dans ce domaine? La question est ambiguë. En effet, le sport n'est pas réellement l'objet d'étude de Norbert Elias, mais, le plus souvent, un élément pour étayer sa démonstration. Or, la

1 Texto com tradução do original em francês realizada pelo Prof. Dr. Marcelo Moraes e Silva (UFPR/Brasil) com revisão técnica do Prof. Dr. André Mendes Capraro (UFPR/Brasil) e Profa. Dra. Evelise Amgarten Quitau (UDELAR/Uruguai).

2 Professeur des universités en sciences historiques et sociales à l'Université de Bordeaux. Il est actuellement co-responsable du master management du sport à Bordeaux. E-mail: jean-francois.loudcher@u-bordeaux.fr. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8536-9602>.

notion de sportivisation qu'il élabore est réduite généralement à un procédé simple de compétition et d'institutionnalisation alors que le phénomène d'évolution du sport est beaucoup plus complexe. Des activités aussi diverses que la gymnastique, le sport professionnel, les pratiques de santé et/ou de loisir ne peuvent pas directement s'inscrire à la suite de cette théorie du processus de civilisation. L'analyse socio-historique s'avère alors nécessaire pour amender le schéma éliasien afin que, non seulement les réflexions qui en découlent ne soient pas mal posées, mais qu'elles puissent aussi éclairer le champ des sciences sociales.

Mots-clefs: Norbert Elias, Violence, Sport, Processus de civilisation, Intégration sociale.

Introdução

Embora seja bastante evidente que Norbert Elias teve e ainda tem uma influência notável sobre os intelectuais franceses, tal presença é muito variável ao longo do tempo, variando de acordo com cada campo de estudo. Assim, embora Raymond Aron, desde 1939, conhecesse o autor e sua obra (Elias; 1973; 1974; 1975), foi necessário esperar até os anos 1970-1980 para que o pensamento do intelectual alemão, conforme indica Roger Chartier (2010), começasse a se espalhar entre os historiadores da Idade Clássica. Por sua vez, Nathalie Heinich (1997) e Marc Joly (2012) apontam que os sociólogos franceses descobriram a obra de Norbert Elias somente no final do século XX. Obviamente, a divulgação dos trabalhos do sociólogo alemão é fortemente ligada à diversidade de temas abordados pelo problema do controle da violência no âmbito de um processo civilizador (ELIAS, 1973) e que pode abrir-se para interpretações transversais que misturam aspectos culturais, políticos e sociais de diversas naturezas. Poder-se-ia, portanto, esperar cruzamentos entre esses campos de estudo. Além disso, o próprio Norbert Elias (1991) não insiste que os sociólogos tenham uma cultura histórica? Entretanto, além das respectivas reflexões realizadas por historiadores e sociólogos (com pouca presença da antropologia) relacionadas à validade da teoria elisiana, o ponto de vista histórico que solicita o cruzamento de perspectivas é pouco desenvolvido na França, apesar do questionamento de Roger Chartier, que desenvolveu uma posição plural em relação ao intelectual alemão.

No entanto, talvez seja uma das especificidades do campo das ciências sociais do esporte suscitar fortemente essas abordagens transversais. A apresentação dos trabalhos do sociólogo alemão por ocasião da publicação de seu primeiro artigo sobre esporte na revista dirigida por Pierre Bourdieu (ELIAS, 1976) mobilizou imediatamente pesquisadores como Jacques Defrance (1976) e Georges Vigarello. Este último, após um primeiro encontro com Norbert Elias, escreveu um importante artigo em conjunto com Roger Chartier sobre as “trajetórias do esporte” (CHARTIER; VIGARELLO, 1982). A posterior publicação, em 1994, da tradução francesa de seu livro seminal, escrito com Eric Dunning, deu a visibilidade definitiva ao seu trabalho nesse campo (ELIAS; DUNNING, 1984). Desde então, o legado do sociólogo alemão tem sido objeto de várias reflexões destinadas a “repensar” sua abordagem (BODIN; ROBÈNE, 2016).

Nesse sentido, torna-se ainda mais legítimo que acadêmicos especializados no campo das ciências sociais do esporte se interessem pelo pensamento de Norbert Elias, pois esse

tópico apresenta uma parte significativa de seu trabalho, provavelmente por permitir uma rastreabilidade relativamente fácil do objeto ao longo de vários séculos. Além disso, a evolução do esporte parece responder bastante bem ao esquema do processo civilizador desenvolvido pelo autor. Assim, a ideia de capturar o exercício da violência legítima por parte do Estado nas civilizações ocidentais seria perfeitamente ilustrada pelo fenômeno da transformação do esporte em torno do estabelecimento de meios de regulação cada vez mais estritos. No entanto, o “esporte” que, de acordo com a leitura acadêmica mais difundida, apareceu na Inglaterra do século XVII-XVIII, seria comparável ao que se espalhou um século depois ou, ainda mais, ao que se globalizou na década de 1960 -1970? Ou, indo além disso, os processos que regem sua expansão são da mesma natureza?

Em resumo, a atração inicial pela abordagem elisiana que explica o surgimento do esporte passa a deixar espaço para críticas à luz dos novos dados (históricos e sociais) que ocorreram nos últimos anos. Bastante raros, nos anos 1970-1980, os trabalhos foram enriquecidos com produções em francês (LOUDCHER; VIVIER; GOUNOT, 2001; VIVIER; LOUDCHER, VIEILLE-MARCHISET, 2015) e em línguas anglo-saxônicas (EICHBERG, 1974; MANDELL, 1976; GUTTMANN, 1978), bem como com a tradução para a língua francesa de certos autores de referência, como Allen Guttmann (LOUDCHER, 2008). Portanto, se essa discussão levanta a crítica à aplicação uniforme de um determinado esquema elisiano nas ciências sociais do esporte, consequentemente, parece lógico que ele possa gerar reservas sobre a utilização da própria teoria. Sendo assim, o objetivo central do presente artigo é utilizar o campo do esporte para discutir os fundamentos teóricos da teoria do processo civilizador.

Os fundamentos da teoria de Norbert Elias: um olhar sobre sua utilização nas ciências sociais do esporte

Uma rápida evocação

Norbert Elias oferece uma interpretação da história ocidental que se baseia na observação de um aumento na expressão de pudor e na repressão da violência desde a Idade Média. Esse conjunto de procedimentos complexos contribui para a formação de um processo civilizador. Como tal, toda uma série de processos projetados para controlar comportamentos foi implementada, associando funções biológicas, como a defecação, a bebida, o sexo, até a violência, a uma função social através de tabus e de considerações vergonhosas e culpadas, bem como sentimentos de ansiedade e vergonha. O resultado foi uma diferenciação das funções sociais e o surgimento de novas restrições psíquicas que, através da internalização das emoções, permitiram maior controle das atitudes, principalmente daquelas realizadas em público. Esses comportamentos passam a ser rejeitados nos “bastidores”, conforme indica Dunning (1999), configurando “um limiar de repugnância”. Esse processo civilizador reflete uma interação específica entre o grupo e as pessoas, permitindo entender a emergência do conceito de indivíduo no contexto do desenvolvimento do Estado em sua forma moderna. Este

último monopoliza legitimamente a violência, graças a dois procedimentos, um na forma da cobrança de impostos e o outro relativo à curialização dos cavaleiros (subjugação da corte). Nas palavras de Dunning (1999, p.44): “O que está em jogo é a transição gradual, através da luta competitiva, de sociedades feudais altamente descentralizadas para estados dinásticos altamente centralizados e, eventualmente, para estados-nação”.

No entanto, como essa “dinâmica do ocidente” (ELIAS, 1975) está diretamente ligada à história de cada país, especialmente às organizações estatais e sociais que podem variar em sua forma e duração, a expressão do controle “legítimo” da violência se realiza de maneira diferente. Pode ser tanto o resultado de um estado ditatorial quanto o resultado de reações “brutais” de nações democráticas que veem sua autoridade sendo diluída. O processo civilizador não faz parte de uma linearidade impecável na redução da violência. Uma certa flexibilidade é possível no grau e na natureza do controle que diferencia ou amortece reações excessivamente violentas através do que Norbert Elias chamou de a “*the triad of basic controls*” (tríade de controles básicos), isto é, “(...) o controle de seres humanos sobre eventos extra-humanos naturais, o controle do povo sobre todos e o controle de cada indivíduo sobre si mesmo” (ELIAS, 1978, p.156). Assim, a dimensão “política”, tomada em seu sentido mais amplo de controle social e estatal é fundamental para a compreensão da teoria elisiana. Ela é particularmente solicitada no lento mecanismo de codificação universal experimentada por certas práticas físicas codificadas e institucionalizadas.

Por fim, embora a reflexão teórica de Norbert Elias seja discutida algumas vezes, em particular no que diz respeito à nudez corporal, que seria menos difundida do que ele sugere (DUERR, 1998), ela não é fundamentalmente questionada. Além disso, o estudo do esporte foi uma via privilegiada de análise para o sociólogo alemão, que viu em seu trabalho, por meio dos fenômenos de eufemização da violência processos particularmente interessantes que alimentaram seu argumento.

Modelagem sócio-política e esportiva

Mais precisamente, foi através do estudo do advento de uma categoria específica de práticas físicas, os passatempos, que Norbert Elias fortaleceu as bases de sua interpretação sobre o processo civilizador. Na obra “Sociedade de Corte” (ELIAS, 1974), o autor descreveu como o movimento de pacificação das elites esteve enraizado nos processos geopolíticos que ocorreram na idade clássica. A reunificação de lotes comunitários díspares em terras produtivas pertencentes a grandes proprietários (*enclosures*) seria um dos fenômenos cruciais dessas transformações. É verdade que esse fenômeno, embora bastante difundido na Europa (POUSSOU, 2014), desenvolveu-se mais cedo e sistematicamente na Inglaterra, devido ao seu regime político (Monarquia Constitucional) e à sua insularidade. Os camponeses ingleses, despojados dessas terras comunais que lhes permitiam subsistir, tornaram-se economicamente mais independentes em relação aos grandes proprietários, uma vez que precisam procurar outros meios de subsistência.

Um fenômeno inverso ocorreu na França, onde, de acordo com Norbert Elias, foi estabelecida uma relação um pouco menos livre entre nobres e pequenos camponeses. Consequentemente, os camponeses ingleses dariam um significado muito particular às terras

comunais porque elas concediam a possibilidade de se reunir para brincar e se divertir. Assim, em 1728, os moradores de *Great Tey (Essex)* ganharam o julgamento contra o *Landlord* que queria arar o campo para semear enquanto o espaço era usado para a tradicional fogueira de 5 de novembro e como um local de prática do futebol (BRAILSFORD, 1999). Essa organização geopolítica induziu formas bastante diferentes de práticas corporais entre os dois países, principalmente no destino do *folk-football* (LOUDCHER, 2019), o que pode explicar, em parte, a gênese de certos esportes, como, por exemplo, o rúgbi e o futebol.

Nesta teorização, Norbert Elias destacou um mecanismo que Montesquieu, em 1748, já havia descrito como a teoria do poder e do contrapoder, onde um equilibrava o outro. Porém, o autor alemão foi além ao observar que os desafios existentes entre os dois principais partidos políticos da época estavam moldando outros relacionamentos bem mais complexos. Se a alta aristocracia (*Whigs*) era bastante católica, mas também tinha em seu seio um pequeno grupo protestante que era proprietária de terras, por outro lado, os conservadores (*Tories*), representados principalmente por uma burguesia enriquecida e católica, possuíam terras, mas tinha uma parte protestante que era relativamente carente (FAURE; SUAUD, 2015). Essa configuração evidencia que o capital fundiário, mas também a crença religiosa, estavam no centro de interesses comuns que levariam essas duas frações a se entenderem, afinal estavam sob a ameaça de ver suas propriedades diminuírem e/ou desaparecerem, revivendo as lutas que levaram à decapitação do rei Carlos I (1649) e à “Gloriosa Revolução” (1688). Esse consenso foi expresso na constituição inglesa por assimilação a um ideal antigo que defendia “um equilíbrio de poder” (COTTRET, 1996) entre o rei, os senhores e os comuns. Existiu, portanto, um aumento da estabilidade política na Inglaterra, apesar de alguns acontecimentos violentos terem ocorrido na Irlanda e na África do Sul. Nesse contexto, a *gentry* (pequena aristocracia e pequena/grande burguesia) e os *Lords* passaram a dispor de tempo e dinheiro, o que lhes dava a possibilidade, durante os séculos XVII e XVIII, de patrocinar e praticar esses passatempos. Várias atividades foram organizadas por estes grupos em torno da paixão pelas apostas (WIGGLESWORTH, 1996) e envolviam principalmente corridas de cavalos ou a pé, bem como críquete, boliche ou boxe.

Este esquema é fundamental para entender a teorização de Norbert Elias, pois o autor posiciona o esporte como um elemento original do processo civilizador. Em particular, o sociólogo alemão postulava uma homologia entre essa formação bipartidária incutida nas elites políticas e a estrutura básica dos passatempos que levariam ao esporte moderno. Esse fenômeno de transformação dos divertimentos foi denominado pelo autor como esportivização. No entanto, ele pode resumir sozinho dois séculos de evolução das práticas físicas ocidentais nesse campo?

Repensando o conceito de esportivização: a natureza do Esporte Moderno em questão

Uma noção bastante vaga

Em 1976, em seu primeiro artigo publicado em francês sobre esporte, Norbert Elias especificou como era sua abordagem nesse campo. O autor definiu o conceito de esportivização, supostamente para reescrever a trajetória do esporte como um elemento integrante do processo civilizador:

O termo “esporte” refere-se a jogos competitivos e exercícios físicos de todas as sociedades, bem como ao tipo específico de jogos competitivos que apareceram com a palavra na Inglaterra. Com relação a esse processo – que poderíamos chamar de esportivização dos jogos competitivos se a palavra não soasse tão ruim – é preciso se perguntar se é possível encontrar a recente evolução da estrutura e da organização das atividades de lazer que chamamos de tendências esportivas, tão únicas quanto as que caracterizam a estrutura e organização do trabalho no processo de industrialização (ELIAS, 1976, p.2-21).

Contudo, a noção ainda permanece bastante vaga. A definição engloba o tema do jogo e da competição, bem como as atividades de lazer. No entanto, é muito claro que os exercícios físicos que mais interessavam ao autor eram aqueles que evoluíram de acordo com uma “estrutura” que supunha regras, códigos, etc., e que fizeram parte de uma organização de trabalho muito própria do fenômeno da industrialização. Em suma, a visão “moderna” de um esporte competitivo, determinada por um órgão centralizado semelhante a uma federação, resume muito bem seu propósito. O autor evocava a ideia de um esporte que surgia desde a sua criação na Inglaterra sem considerar uma ruptura: “Como explicar que uma forma inglesa de passatempo chamado de esporte serviu de modelo, principalmente nos séculos XIX e XX, para o desenvolvimento de atividades de lazer em escala mundial?” (ELIAS, 1976, p. 2-21).

No entanto, essa temporalidade e o papel desses divertimentos estão longe de ser óbvios. É verdade que o século XVIII viu uma expansão significativa das práticas físicas “organizadas” que visavam aspectos lúdicos e/ou lazer. As regras do boxe e as do *Cockfights* (brigas de galo) foram publicadas em 1743 e as do golfe e do críquete em 1744. Mas como essas prescrições diferem em sua natureza daquelas estabelecidas na antiguidade, durante torneios de cavaleiros ou no decorrer das competições de tiro com arco e flecha? Na realidade, mais do que as regras por si só, existia o desejo de impor uma certa padronização que tinha o intuito de regular as apostas que haviam se espalhado fortemente naquela sociedade. Se certos indivíduos se distinguem em sua edificação como no boxe (*Broughton*), na maioria das vezes foram organizações privadas como o *Jockey Club* (1750-1751), o *Royal and Ancient Club*, com o golfe (WIGGLESWORTH, 1996) ou *Hambledon Club* (1767) com o críquete (FORD, 1972) que promoveram as apostas. Um convívio de classe se desenvolveu em torno das apostas, levando, em meados do século XVIII, a uma intervenção legislativa que estabeleceu um mínimo de 50 libras para poder apostar³. Esse esquema parece responder à reflexão elisiana do controle centralizado, embora não à do controle estatal, ao contrário do que aconteceu na França no mesmo período. O movimento, apesar de tudo, se generalizava se “democratizando”, na

3 Devem-se essas referências e informações a Wray Vamplew (2017).

medida em que diferentes classes sociais criavam seus clubes sem que houvesse uma “mistura” cultural.

De qualquer forma, esse fenômeno é deslocado no tempo do período de parlamentarização do poder inglês, que ocorreu, segundo Norbert Elias, pelo menos um século antes. Consequentemente, não é exatamente no século XIX que se pode falar do esporte moderno?

Profissionalismo e amadorismo: em direção ao “esporte moderno”

O movimento de “gentrificação” ocorrido durante o “*take-off*” (PERKIN, 2002) da revolução industrial (1782-1810), bem como a evolução “democrática” que se seguiu, são muitas vezes consideradas as causas da explicação do fenômeno de esportivização. No entanto, o conceito de passatempos refere-se a formas muito diversas e que são difíceis de reduzir a esse processo. Os membros da nobreza podiam apostar em práticas como o boxe, críquete e corridas, porém as classes sociais mais baixas também participaram, em certa medida, desses divertimentos. Se, por um lado, eles não se contentavam mais em “regular” esses passatempos, como no críquete ou na corrida, por outro, a natureza das apostas havia mudado: elas não consistiam mais em altas somas de dinheiro, tornando-se mais numerosas e de valores mais baixos (BRAILSFORD, 1999). Assim, o desenvolvimento dessas práticas necessitou da intervenção de pessoal qualificado, que passou a ganhar cada vez mais importância e que não eram mais recrutados apenas pelos nobres.

Nesse contexto, profissionais e amadores começavam a se distinguir. Enquanto os primeiros passavam a se preocupar com um treinamento mais meticuloso e com uma dieta rigorosa, os outros seguiam todo um conjunto de códigos morais que não eram restritos a algumas regras destinadas a organizar as partidas e as apostas (DAY; CARPENTER, 2015). Finalmente, a tese usual de aculturação da classe alta (tese marxista desenvolvida por Norbert Elias e retomada por Pierre Bourdieu em 1984) é posta em questão. Afinal, a invenção e o desenvolvimento de passatempos no século XVIII também foi resultado da ação de classes mais populares. Além disso, John Goulstone (2000), ao analisar a criação do rúgbi, defendeu a ideia de que o *folk-football* havia tornado possível “socializar” os jovens estudantes do liceu, tomando emprestado as regras em vigor nos clubes e associações. É certo que essas *Public schools* frequentemente recuperaram práticas que vinham sendo desenvolvidas há muito tempo em outros espaços sociais. Por exemplo, na *Trinity College* em Dublin, uma forma de “futebol” já era praticada regularmente desde 1811, muito antes das regras do rúgbi serem publicadas em 1845. De maneira geral, o “futebol-rúgbi” foi estruturado antes do seu reconhecimento “oficial” pelas escolas públicas britânicas (WEST, 1991; COLLINS, 2015). Mais especificamente, as diferenças de jogo com o pé e com a mão estavam sendo estabelecidas, principalmente sob a influência das regras emitidas pelo *Rochdale Club* em 1841 (GOULSTONE, 1986). Em outras palavras, pode-se dizer que a prática desses esportes rurais (STONEHENGE, 1875; CORBIN, 1995) ocorreu em grande parte entre 1800 a 1840 (CHANDLER, 1991), com ou sem a ajuda de seus *Headmasters* (diretores), que não haviam mostrado interesse em praticá-los. Samuel Butler, *Headmaster* de Shrewsbury de 1796 a 1838, não viu nenhum apelo educacional no *folk-football*. Afinal o jogo era “(...) feito para açougueiros ... mais adaptado para meninos de

fazendas e lavradores do que para jovens cavalheiros” (DUNNING; SHEARD, 2005). Quanto a Thomas Arnold, seu verdadeiro impacto é muito questionável desde que ele deixou o *Rugby* em 1842.

Na realidade, esses estabelecimentos de ensino somente transformaram as práticas já existentes. Elas tinham outra natureza? De qualquer forma, as escolas acrescentaram uma dimensão crucial a esse movimento ao impor uma abordagem de distinção social elitista que levou ao desenvolvimento da ética amadora. *Rugby* era uma das sete *Public Schools* cuja missão era a de formar a elite da nação, mas que haviam sido criadas originalmente para receber principalmente estudantes de classe média e/ou das menos favorecidas. A gentrificação que se operou na sociedade inglesa levou as classes dominantes a enviar seus filhos para tais estabelecimentos de ensino com o intuito de se distinguirem. O resultado foi uma relação desequilibrada entre *Headmasters*, de classes sociais médias, e seus alunos. Enquanto os professores se impunham por seu domínio do grego e do latim, a alta burguesia passava a valorizar um treinamento para uma “independência viril” (DUNNING; SHEARD, 2005), que era algo muito diferente do ensino usual e requeria um repensar pedagógico. Ao desenvolver o *Prefect-fagging* (DUNNING, 1999) (a regra pela qual o mestre poderia prevalecer na medida em que os direitos dos mais antigos – *Prefects* – poderiam ser exercidos em atividades extracurriculares), o método encontrou uma exitosa aplicação nos esportes, como ilustrado na vida colegial de Tom Brown em 1857, na *Rugby*. Portanto, a prática de esportes rurais foi gradualmente aceita e, além disso, desenvolvida e aprimorada pelos *Headmasters*. Uma necessidade educacional acabou se afirmando como fundamental em sua existência. Além disso, foi acompanhado por um simbolismo distintivo de classe, do qual faz parte a lenda do jovem William Webb Ellis de 1823. Neste processo de “invenção da tradição” (HOBSBWAN; RANGER, 2012), a ideologia do amadorismo se espalhou utilizando-se da cultura do *Fair Play*, bem como do desempenho emitido pelas classes de notários e pela nobreza elitista.

No entanto, o processo de pacificação das elites inglesas no século XVIII, descrito por Norbert Elias, não foi suficiente para explicar a dinâmica de distinção e fragmentação que estava se espalhando na sociedade inglesa. A vida era “dura e cruel” (BRAILSFORD, 1999), e mesmo as regulações sociopolíticas ocorreriam gradualmente desde o estabelecimento do *habeas corpus* (1679). Foi somente no início do século XIX que outros regulamentos se estenderam na maneira de administrar a população. O objetivo era o de reduzir violência para tornar mais legítimo o seu uso por órgãos de controle e repressão.

Cabe destacar que este desenvolvimento estava ocorrendo mais ou menos da mesma forma em toda a Europa⁴. Se o “esporte” elitista inglês – na sua versão amadora – podia ser entendido como uma maneira de controlar uma certa fração da população, não é preciso dizer que as reformas educacionais que atravessam toda a Europa também faziam parte desse processo, mas que se exprimiram de maneiras bastante distintas. Os *filantropinum* alemães e suíços de Basedow, as ideias educacionais rousseauianas, os planos revolucionários de educação ou a ginástica pestalozziana de Amoros na França foram, de alguma forma, a contrapartida da prática inglesa denominada esporte. No entanto, será que esses processos não se influenciaram mutuamente para dar outra forma ao esporte no início do século XX?

4 Problema levantado por Michel Foucault (1975), relacionado ao controle populacional.

Limite epistemológico elisiano sobre o conceito de esporte

De qualquer forma, a definição de esporte moderno permanece confusa na obra de Norbert Elias. Isso ocorre pelo fato de o autor não ter levado em conta todas as práticas e influências acima mencionadas. O sociólogo alemão não analisou as mudanças que a Inglaterra experimentava na segunda metade do século XVIII, não evidenciando como os passatempos, esportes ingleses e esportes modernos se diferiram entre si no século seguinte. Certamente, Norbert Elias argumentou sobre a evolução das práticas gregas antigas e medievais (ELIAS; DUNNING, 1986), para justificar a utilização do conceito de Estado-nação no fenômeno de transformação do esporte. No entanto, como esse não era seu objetivo, o autor acabou não especificando seu impacto na maneira como as federações “democráticas” do século XIX foram criadas e/ou na forma como o esporte se desenvolveu no cenário internacional. Afinal, o contexto estava mudando radicalmente! Enquanto o papel dos ingleses se tornava cada vez menos predominante, o dos franceses (Coubertin, Guérin, Reichel, Rousseau...), americanos e alemães somente aumentavam.

A posição da Inglaterra foi muito relativa no desenvolvimento do esporte moderno no século XIX, visto que havia um envolvimento cada vez mais globalizado por parte das sociedades ocidentais. Isso enfatiza o pensamento de um fenômeno que se mostra muito complexo e que um termo tão vago quanto o de esportivização não pode abranger. Existem muitas práticas físicas originais na Inglaterra georgiana ou sob a Regência, porém os diferentes estágios ou inflexões observados requerem interpretações diferenciadas relacionadas às condições de emergência e transformação das práticas físicas, tanto em termos sociopolíticos, como também nas esferas econômica, tecnológica e cultural.

Mas, como pode-se culpar Norbert Elias por não ter contemplado esses trabalhos quando nenhum quadro de análise teórica poderia, e ainda não pode, explicar o fenômeno da aparição do “esporte moderno”, visto que sua natureza é complexa de lidar devido às várias mudanças que lhe atravessaram ao longo de vários séculos? Além disso, essas reflexões raramente são mencionadas do ponto de vista acadêmico, sem dúvida à luz da dificuldade teórica acima mencionada. Contudo, tudo transcorre como se o debate estivesse encerrado e o problema tivesse sido “resolvido” há muito tempo. Assim, os “clássicos” historiadores ingleses do esporte, como Richard Holt (1989), Neil Wigglesworth (1996) e Dennis Brailsford (1999), interpretam o surgimento do esporte moderno, concentrando-se principalmente em dados empíricos para explicar fatos mais gerais (sociais, políticos, culturais, etc.). No lado francês, Pierre Arnaud (1995) e Thierry Terret (2016) ampararam-se em uma conceituação “mínima”, não produzindo um poderoso quadro teórico. Finalmente, poucos historiadores tentam teorizar sobre o esporte, e foram os sociólogos que se aventuraram com mais frequência na tarefa. No entanto, muitas vezes eles realizaram a empreitada sem acessar materiais empíricos.

Além disso, uma ambiguidade adicional na busca de uma definição de esporte refere-se ao fato de que a noção de modernidade para historiadores e sociólogos não se refere ao mesmo período histórico. Se, para sociólogos como Ulrich Beck (2001) ou Joseph Maguire (2006), a modernidade surgiu no final do século XVIII, para os historiadores o fenômeno remonta ao Renascimento. Como, então, o esporte moderno pode ser transformado em um “índice de modernidade”, fornecendo um instrumento teórico válido? A dinâmica histórica é mal compreendida e alimenta algumas confusões. No entanto, a rápida análise evocada anteriormente mostrou a diversidade de momentos na “invenção” do “esporte moderno”.

Contudo, eles não apenas são pouco considerados, como também não são relacionados.

Na realidade, existem duas hipóteses que geralmente atraem a atenção de um ponto de vista histórico. A primeira é aquela defendida por acadêmicos como Allen Guttmann (1978) e Jacques Ulmann (1965), que mencionam a aparição do esporte moderno no século XVIII, relacionando-o com a noção de *record*, um critério que era bastante novo naquele período. Mas a falta de análise deste termo levou a uma confusão (LOUDCHER, 2008). Se, por um lado, o *record* é frequentemente confundido com a noção de *performance*, conforme análise realizada pela filósofa Isabelle Quéval (2004), por outro, a comparação envolvendo a mensuração entre duas pessoas semelhantes por meio de categorias é frequentemente ignorada. No entanto, essa última dimensão é essencial, conforme proposto por Richard D. Mandell para quem o registro seria uma estatística geralmente reconhecida, indicando a natureza única do desempenho atlético e de um sexo estabelecido (GUTTMANN, 1982). Um recorde mundial só pode ser estabelecido se for colocado em contato com outros indivíduos comparáveis (elites, homens, mulheres, crianças...) e que compitam em condições padronizadas. Além disso, o conceito está pouco relacionado – se é que tem alguma relação –, com a especificidade sociopolítica do país ou de uma comunidade, conforme apontado por Norbert Elias através do conceito de configuração. No entanto, se a parlamentarização foi a característica da Inglaterra no século XVIII, ele não pode explicar o período de expansão do “esporte” no século seguinte, especialmente no cenário internacional. De fato, a nação havia se tornado a Grã-Bretanha, onde países como a Irlanda foram integrados, impondo-se como um império mundial conquistador e hegemônico, exceto no que diz respeito ao esporte.

Uma segunda hipótese é então requisitada para tentar explicar o que estava ocorrendo durante o século XIX. Pesquisadores como Henning Eichberg (1997) e Alain Ehrenberg (2004) se apoiam em justificativas econômicas e políticas, bem como no papel das representações nacionais (estado-nação), na tentativa de explicar o surgimento do esporte moderno no período. Os autores apontam a necessidade de uma atividade que se instaurasse à imagem das democracias de massa então em desenvolvimento. Mas como explicar a esportivização mais tardia de certos países, como Alemanha, Itália e Espanha, ou o fato de que alguns esportes modernos se desenvolveram fora desse período (handebol, vôlei, artes marciais, surf...)? Em suma, a especificidade inglesa dos passatempos do século XVIII pode ser questionada em relação à evolução ocidental que coloca em jogo fontes específicas de democratização em massa no século seguinte, permitindo a expansão do esporte moderno, ou seja, falta uma reflexão mais fundamentada para explicar essa “evolução”.

De qualquer forma, a homologia estabelecida entre um modelo de prática esportiva mais “moderna” e uma estrutura sociopolítica democrática parece responder ao que se desenvolveu na França durante a segunda metade do século XIX. De fato, o esporte inglês era bastante “fragmentado” e difundiu-se à imagem da sua sociedade civil. Em 1891, em *Linton*, foram organizadas reuniões para “vendedores”, “agricultores”, “trabalhadores” e “amadores”. A criação de organismos unificadores nacionais associativos e democráticos para impor uma única prática, como na França, não era uma necessidade. No contexto francês, o “discurso republicano” centralizador que estava se espalhando era aquele pelo qual devia-se, ao mesmo tempo, educar o povo sem negligenciar os mais fracos (o solidarismo e o higienismo de Léon Bourgeois; o paternalismo de Frédéric Leplay), enquanto desenvolvia-se também a excelência. Coubertin fará disso o seu cavalo de batalha enquanto cultivava a ambiguidade! Mas como objetivos tão diversos, como solidariedade e ajuda mútua, podem ser combinados com intentos

antagônicos como o de competição? O ecletismo das práticas físicas (ginástica militar e médica, esportes ingleses, práticas tradicionais) tornou possível promover as diferentes facetas desse discurso estabelecidas pela instalação de uma democracia média (ROSANVALLON, 2000) razoavelmente centralizada. No entanto, esse tipo de “governança” foi aquilo que beneficiou a expansão do esporte em nível internacional, como mostram os trabalhos de Cronin e Holt (2003) e Loudcher e Monnin (2013).

Consequentemente, o caráter mais geral do conceito de esportivização não pode responder a essas diferenças territoriais, nem às evoluções ocorridas no plano social, cultural, político e histórico em torno de um período tão longo. A articulação de diferentes influências (saber/poder, política/cultura/social/econômica) torna-se necessária para “pensar” essa evolução do “esporte” entre os séculos XVIII e XX e, com isso, poder fazer uma teoria coerente. Evidentemente, nem Norbert Elias nem seus detratores nem os atuais pensadores de outras localidades as executaram, embora algumas pistas estejam começando a ser discernidas.

Diante dessa dificuldade, uma interpretação “*molle*” (mole) da emergência do esporte moderno se espalhou. Tal explicação pode ser resumida em duas etapas e obteve certo sucesso, devido ao fato de que não se opõe ao que foi proposto por Norbert Elias e nem oferece uma ferramenta conceitual interessante. Pierre Arnaud, por exemplo, ao se referir ao sociólogo alemão, indagou que as origens inglesas do esporte ocorrem no século XVIII, acrescentando posteriormente que o fenômeno se espalhou a partir da extensão das “colônias” inglesas durante o século XIX (ARNAUD; RIORDAN, 1998). Da mesma maneira, Georges Vigarello (2000) primeiro advogou a favor do século XVIII, retomando o argumento destinado a mostrar como o uso maciço do metro, das gramas e dos segundos seriam os responsáveis por esta transformação. Então, o autor se inclina para uma evolução decisiva no século XIX, no que diz respeito, por um lado, ao “princípio democrático” que estava se espalhando, embora Vigarello o coloque em perspectiva relativa ao observar que o esporte foi desenvolvido por classes sociais frequentemente elitistas e, por outro lado, pela influência de fenômenos de “institucionalização” e “hierarquia” (VIGARELLO, 2004).

No entanto, o problema de teorizar a emergência do esporte moderno com suas diferentes contradições ainda permanece. Qual é o objeto realmente a ser estudado? São as práticas físicas com suas inflexões, inovações técnicas e tecnológicas, condições sociais (sociais, culturais, políticas) ou as motivações dos indivíduos (emoções, prazer, religiões) que permitiram essas evoluções? Além disso, como essas categorias podem ser articuladas?

A utilização do pensamento elisiano no campo das ciências sociais do esporte

Entre os “fatores explicativos” e os “a explicar”: uma confusão recorrente no campo das ciências sociais do esporte

A falta de teorização relativa à emergência do esporte moderno advém, em parte, da dificuldade em identificar o objeto estudado, não permitindo o acompanhamento de seu desenvolvimento histórico. Dessa forma, o recurso à noção de esportivização é uma ferramenta prática que pode evitar muitos questionamentos.

Na sociologia do esporte, alguns autores se referiram a Norbert Elias com mais facilidade, visto que sua obra é a priori compatível com a abordagem bourdieusiana, considerada, então, dominante nessa área na década de 1980. No entanto, uma diferença essencial parece separar Pierre Bourdieu e Norbert Elias, conforme evocado por Jean-Hughes Déchaux (1993, p. 364-385):

Os dois autores, portanto, se opõem à questão da historicidade e usam o conceito de *habitus* para diferentes propósitos: variável explicativa em P. Bourdieu, variável a ser explicada em N. Elias. Em suma, por trás da mesma concepção relacional e estrutural do social, duas teorias de ação substancialmente diferentes são afirmadas.

No entanto, é preciso qualificar melhor essa questão no campo do esporte. De fato, a análise de Norbert Elias sobre o desenvolvimento de passatempos no século XVIII, em conexão com a parlamentarização, recebeu o *status* de uma variável explicativa, pois ofereceu um modelo para entender a redução da violência a partir do diagrama da configuração de uma partida de futebol. Portanto, pode-se supor que, mesmo em Norbert Elias, essa distinção não é tão consciente. No entanto, essa falta de discernimento entre esses dois pontos de vista é a origem de várias confusões sociológicas e históricas no campo das ciências sociais do esporte. Além disso, a ambiguidade do conceito de esportivização favorece essa amálgama entre as duas opções teóricas. De um lado, baseia-se na condição de existência do esporte moderno (variável explicativa) e, por outro, aquilo que é consequência do fenômeno da modernidade (variável a explicar). Certamente, ambas categorias são interessantes de se operar teoricamente, contudo, torna-se preciso pelo menos distinguir as condições de sua utilização.

Pierre Parlebas (2002), apoiando-se em Norbert Elias, considera como o modelo mais adequado aquele que se refere à visão competitiva e institucional do esporte, ou seja, o das federações e clubes da década de 1960. Contudo, a abordagem é problemática do ponto de vista sócio-histórico. Afinal, pode-se dizer que o esporte moderno não existia antes da criação dos órgãos nacionais de referência? Jogar futebol em 1862, um ano antes da criação da FA, retiraria a prática da modernidade esportiva? De fato, essa definição coloca o problema de cabeça para baixo, pois, em geral, são os praticantes que dão à luz a federação ou os clubes, e não o contrário. Nessas condições, a evolução do esporte é explicada por essa institucionalização, enquanto empiricamente é o oposto que parece funcionar. No entanto, analisando como os indivíduos participaram da criação da FIFA, a simples história institucional se mostra obsoleta. O foco deve ser tanto nos elementos que vão nessa direção quanto naqueles que a abrandaram, visto que a definição institucional torna epistemologicamente impossível analisar as questões e os debates que levaram ao surgimento do esporte moderno, uma vez que acontecer “antes” não é considerado outra “história possível”⁵ em relação ao seu propósito.

5 Em referência à história das possibilidades. Mais detalhes em Quentin Deluermoz e Pierre Singaravélou (2016).

Portanto, a adoção da noção de esportivização permite seu amalgamento com o fenômeno de emergência do esporte moderno, confirmando assim a natureza histórica de um modelo “burguês” vinculado ao desenvolvimento industrial, relação que lhe foi concedida desde o início. De fato, a lógica da reificação alimenta todo um discurso sobre integração através do esporte que é mais facilmente nutrido por aquele realizado pela esportivização. Ao desenvolver e responder ao esquema eliasiano, o esporte se “civiliza”, torna-se menos violento, provando, portanto, que o esporte se “integra”. Mas isso não é misturar a variável explicativa com aquela a se explicar? A confusão é sutil e nem sempre é evocada.

Precisar a noção de “configuração”

Certamente, pode-se legitimamente duvidar de uma influência da sociologia americana na obra de Norbert Elias (Franz Boas, Ruth Benedict), pois na sua abordagem a noção de configuração tem um aspecto flutuante:

N. Elias oscila constantemente entre duas visões, “estrutural” e “interacionista” da sociedade. A configuração é apresentada ora como uma estrutura de luta entre grupos ou indivíduos situados hierarquicamente, ora como um jogo cujos efeitos escapam ao cálculo dos atores. É bem possível que o social seja ambos ao mesmo tempo, mas tanto num caso como no outro, a visão é apenas tocada, deixando muitos problemas sem resposta (DÉCHAUX, 1995, p.293-313)

No entanto, Norbert Elias parece precisar esse conceito com o estudo do esporte, segundo afirma André Ducret (2011). Em particular, na longa introdução de seu livro publicado em 1994 com Eric Dunning, o sociólogo alemão sugere que: “A partir da posição de partida uma configuração fluida formada pelas duas equipes evolui. Todos os indivíduos estão lá e ficam até o fim, mais ou menos interdependentes; eles se deslocam e se reagrupam um em relação ao outro” (ELIAS; DUNNING, 1994, p.264).

Ainda que André Ducret (2011) note que o papel do árbitro, assim como o dos juízes de linha⁶, essenciais para a partida de futebol, é raramente mencionado, o autor argumenta que essa noção, vista em termos de “dinâmica de jogo”, se abriria para uma sociologia real das configurações. Sendo assim, deve ser dado “(...) um novo significado ao se centrar, não nas interações observáveis no seio de cada equipe, mas nas interdependências de todos os jogadores em relação um ao outro, na medida em que juntos formam uma única configuração em tensão” (DUCRET, 2011, p. 8). Em outras palavras, este autor adere a uma análise semiológica das possibilidades de comunicação que Pierre Parlebas (2002) já havia realizado em formas matemáticas extremamente avançadas (gráficos, diagramas e teorias de jogos). Consequentemente, identificar os elementos interdependentes que podem qualificar uma configuração volta, sem dúvida, em parte a uma concepção “(...) cujas linhas principais são

6 NT: No original *juges de touche*. Termo em francês que se refere ao arbitro assistente, popularmente chamado no Brasil de bandeirinha

encontradas na teoria de campos de P. Bourdieu” (DÉCHAUX, 1993, p. 293-313). Assim, relações mais ou menos caracterizáveis entre jogadores, em função de sua disposição, terreno e momento, etc., seriam elementos reveladores das posições sociais, culturais, simbólicas e econômicas dos indivíduos em relação às práticas esportivas, um pouco da maneira como realizou Christian Pociello (1995).

Mas essa interpretação da configuração não é a única que pode ser feita sob um olhar elisiano. Notadamente, as relações de interdependência se inscrevem em um determinado contexto. Antes de o jogo com as mãos ter sido proibido em 1863, era evidente que as relações entre jogadores de futebol eram diferentes e respondiam a uma organização sócio-cultural-política bastante específica. Além disso, até o início do século XX, na França, a confusão reinava no que se refere ao modo de jogar o esporte. De maneira mais ampla, as formas de jogo variavam de acordo com os locais de prática, como o futebol do “*bas d’immeuble*”⁷ (TRAVERT, 1997). Outras regras estavam relacionadas a um contexto específico da comunidade, e quase todas as formas dessas práticas correspondiam a “modelos de configuração” (ELIAS; SCOTSON, 1997). Parece que essa noção, tal como Norbert Elias a estabeleceu a partir da partida de futebol, não integra suficientemente essa dimensão sociopolítica que ele, no entanto, investigou para compreender o processo de pacificação social das elites no século XVIII. Ora, essa relação é essencial! Afinal, ela permite entender como as configurações podem ser uma fonte de ambiguidade se mantiver apenas as interdependências comunicacionais do jogo de futebol e se forem esquecidos os aspectos sociopolíticos. Consequentemente, essa falta de perspectiva crítica pode levar a aproximações no campo das ciências sociais do esporte. Este é particularmente o caso quando uma certa sociologia das configurações tenta aplicar esse esquema à história do esporte.

Joseph Maguire (2006) generaliza essa reflexão estabelecendo uma periodização dividida em cinco fases. No entanto, esse padrão é muito questionável. Um primeiro limite diz respeito à noção de configuração que Norbert Elias estabeleceu a partir da partida de futebol. De fato, o críquete, que supõe colocações dissimétricas entre as equipes, ou a caça à lebre, por sua “anarquia organizada”, oferecem uma forma de configuração incompatível com a definição proposta (COLINS, 2005; VAMPLEW, 2007). O segundo diz respeito à discutível temporalidade que Joseph Maguire evoca. Pode-se endereçar as mesmas críticas sobre as duas primeiras fases que ele empresta de Norbert Elias. A terceira etapa, que ele nomeia de pré-modernização, vai da segunda metade do século XIX à década de 1920, respondendo à institucionalização do atletismo, futebol, rúgbi e tênis, não é tão desprovida de questionamento. De fato, não se sabe sobre quais bases o autor construiu essa categoria (noção de instituição), pois é difícil dizer, por exemplo, como essas federações ou ligas são diferentes daquelas criadas na década de 1950, como as do judô ou da luta livre na França. Além disso, o autor afirma que os ingleses eram “os jogadores dominantes” (MAGUIRE, 2006) quando, no final do século XIX perderam sua supremacia no críquete, rúgbi e futebol (LOUDCHER, 2007). Além disso, seu lugar foi pequeno no movimento olímpico. Coubertin não foi o principal inovador? Enfim, eles não foram os iniciadores de movimentos esportivos internacionais, como futebol (não participaram da FIFA em 1904), boxe (LOUDCHER; DAY, 2013), ginástica, esgrima ou luta. De maneira semelhante, a quarta fase, que vai até os anos 1960, é discutível, pois se caracteriza

7 Uma forma de praticar o futebol típico de bairros populares.

pela dominação esportiva ocidental. O autor não diz nada sobre as diferenças entre os países, notadamente, no contexto da Guerra Fria. Os esportes evoluíram de maneira diferente e foi preciso esperar, por exemplo, o período entre as duas guerras, para que a Alemanha ou a Itália se esportivizassem, enquanto a França e a Suíça já haviam iniciado esse processo há mais de vinte anos. Finalmente, a quinta fase da mundialização, na qual o poder esportivo ocidental é posto em questão, não é teoricamente sustentada.

Em suma, essa sociologia das configurações repousa em uma análise descritiva muito orientada. Além disso, o empreendimento de “suavização conceitual” das diferentes fases tende a negar os múltiplos contraexemplos para manter apenas a forma reificada de um esporte pré-definido. No entanto, refletir o campo do esporte nesses termos, no sentido de uma verdadeira sociologia, como mencionado acima, supõe levar em conta essa multiplicidade cultural e social de práticas em relação a uma organização sociopolítica específica (HARVEY, 2006). E, é claro, de acordo com os períodos e lugares, essas configurações são pouco compatíveis com um pensamento tão generalizador. Sem dúvida, a falta de trabalhos substanciais, bem como reflexões suficientemente maduras sobre o nível conceitual do assunto, facilitou a afirmação dessa “coerência” global e descritiva: avançar no caminho de uma interpretação teórica para fins explicativos seria um trabalho muito mais ambicioso.

Finalmente, essa sociologia das configurações contribui para difundir a ideia de uma progressão inevitável dos exercícios físicos em direção a um determinado objetivo: o atual esporte competitivo internacional. Tal posição pode surpreender os autores que afirmam ser elisianos (DUNNING; MAGUIRE, 1995). De fato, o sociólogo alemão estava bem ciente do perigo de uma interpretação determinista quando argumentava que outras “formas” esportivas poderiam ter aparecido e que sua modernidade não era uma conclusão inevitável, nem uma finalidade inscrita com antecedência. Mas é verdade, como lembra Roger Chartier (2010), que seu evolucionismo mudou fortemente no final de sua carreira.

Diante dessa visão teórica um tanto rígida, talvez seja necessário devolver à noção de configuração todo o seu dinamismo e seu poder de explicação sociopolítico. Torna-se importante sublinhar o aspecto evolutivo das práticas. Repensar o papel e o lugar das federações e dos órgãos reguladores significa levar em consideração cada esporte e seus diferentes atores. De fato, não apenas as ligas agem de maneira diferente segundo sua natureza (federações amadoras e/ou olímpicas), como também outras formas de regulação se sucedem. Os jornais, por exemplo, tiveram um papel muito importante no início do século XX (LOUDCHER, 2007), enquanto, na década de 1960, o estado francês se engajou massivamente com o esporte. Mais recentemente, os *pay-per-view* no caso das *Mixed Martial Arts* condicionaram consideravelmente a evolução da modalidade. Além disso, as práticas esportivas de lazer (esportes de rua e ao ar livre) e saúde (*fitness*) supõem outras redes relacionais e políticas (autoridades locais, grupos informais de pessoas devido às redes sociais) que não se enquadram nas “tradicionais” federações. Essa diversificação da regulação do campo esportivo, variando de novas práticas conhecidas como “californianas” a sua hibridação através da profissionalização, coloca o “esporte moderno” no centro de uma rede de configurações de difícil identificação. No mínimo, é preciso relativizar o lugar do esporte moderno em seu papel de regulação no conjunto de todo o campo das práticas físicas. No entanto, o esporte competitivo moderno é visto como o produto dominante e de referência ao qual as práticas físicas se relacionam (DEFrance, 1995). Nesse sentido, ao menos é necessário adotar uma postura mais global e um pouco mais matizada.

Na realidade, pensar o esporte moderno em relação a um “estado” final é reforçado pela

confusão entre a variável “explicativa” e “a ser explicada”. Mais ainda, é necessário distinguir as práticas corporais que se desenvolvem independentemente de qualquer lógica federativa daquelas que possuem uma elaboração histórica de acordo com organizações sociopolíticas originais. Portanto, essa falta de reflexão sobre a implementação de diferentes configurações leva a uma dificuldade em considerar vários modelos que podem se sobrepor e que, além disso, evoluem de acordo com períodos e culturas macro e microscópicas. Consequentemente, essa reflexão a ser realizada não leva a considerar ir além do esquema elisiano?

Conclusão

Se a teoria de Norbert Elias é amplamente conhecida no campo das ciências sociais do esporte, sua utilização parece ser bastante controversa. De fato, muitas vezes seu uso é parcial, e os estudos falham pela falta de análise mais detalhada dos conceitos e noções formulados pelo sociólogo alemão e por seus continuadores, seja no campo da história ou na sociologia do esporte. É certo que essas dificuldades se devem em grande parte a lacunas conceituais. Parece também que a utilização de sua teoria não é necessariamente bem percebida em sua distinção entre, por um lado, o objeto a ser explicado e, por outro, o que explica. Essa ambiguidade é ainda mais evidente no campo do esporte, uma vez que é frequentemente considerado como um meio ideal para integrar e controlar a violência. Sempre na esperança de melhorar as relações sociais. Somente uma análise epistemológica e sócio-histórica bem conduzida pode medir e discutir os fundamentos e limites da teoria do processo civilizador. Dentro desta ótica, o campo das ciências sociais do esporte é interessante para fazê-los emergir devido ao seu trabalho relativamente circunscrito.

Assim, o conceito de configuração merece ser repensado em função das formas ou dos sistemas de “poder” que organizam o campo do esporte⁸. No entanto, à medida que este último evolui e se transforma no percurso histórico, é necessário precisar claramente o objeto estudado para não projetar uma imagem reificada (em geral, o esporte moderno de competição com toda sua institucionalidade e ética) na pesquisa. Esse pensamento determinista é forte no campo das ciências sociais do esporte, que é tradicionalmente ancorado e afirmado como uma verdade pelo movimento esportivo em geral. Isso resulta em uma não reflexão sobre o conceito de violência, porque supõe desafiar muitas ideias específicas e, em particular, a de que a violência seria mensurável apenas por critérios objetivos, principalmente quando ela estiver situada em um contexto ou configuração bastante determinada. Seria necessário repensar a noção de violência em todas as suas formas, incluindo simbólicas, que Norbert Elias, em última análise, pouco considerou (WIEVIORKA, 2000; BODIN; ROBÈNE, 2014).

Consequentemente, reflexões teóricas e estudos complementares são necessários, desde que os limites e determinantes de cada fator e categoria de análise utilizados sejam claramente discernidos (variável explicativa e variável a ser explicada). Por fim, refletir sobre a teoria do processo civilizador no esporte à luz de trabalhos empíricos recentes (históricos e sociológicos)

8 Como exemplo pode-se mencionar o trabalho realizado sobre a política esportiva de Jean Minjot na cidade de Besançon (LOUDCHER, 2015).

abre novos caminhos teóricos e pragmáticos que “superam” a obra do sociólogo alemão, mas que acabam também testemunhando a fecundidade de seu modelo teórico.

Referências

ARNAUD, Pierre. **Une histoire du sport**. Paris : La Documentation française, 1995.

ARNAUD, Pierre. RIORDAN, James. **Sports et relations internationales (1900-1941)**: Les démocraties face au fascisme et au nazisme. Paris : L'Harmattan, 1998.

BECK, Ulrich. **La société du risque**: Sur la voie d'une autre modernité. Paris : Aubier, 2001.

BODIN, Dominique; ROBÈNE, Luc. Sport and civilisation: Violence mastered. From the lack of a definition for violence to the illusory pacifying role of modern sports. **The International Journal of the History of Sport**, v. 31, n. 16, p. 1939-1955, 2014.

BRAILSFORD, Dennis. **A Taste for Diversions: Sport in Georgian England**. Cambridge : Lutterworth Press, 1999.

CHANDLER, Timothy JL. Games at Oxbridge and the public schools, 1830–80: the diffusion of an innovation. **The International Journal of the History of Sport**, v. 8, n. 2, p. 171-204, 1991.

CHARTIER, Roger. Pour un usage libre et respectueux de Norbert Elias', **Vingtième Siècle. Revue d'histoire**, 106.2 (2010) p. 37-52.

CHARTIER, Roger; VIGARELLO, Georges. Les trajectoires du sport. **Le débat**, v. 19, p. 35-58, 1982.

COLLINS, Tony. History, theory and the 'civilizing process'. **Sport in History**, v. 25, n. 2, p. 289-306, 2005.

COLLINS, Tony. Early Football and the Emergence of Modern Soccer, c. 1840–1880. **The International Journal of the History of Sport**, v. 32, n. 9, p. 1127-1142, 2015.

CORBIN, Alain. **L'avènement des loisirs**: 1850-1960. Paris: Flammarion, 1995.

COTTRET, Bernard. **Histoire d'Angleterre, XVIe-XVIIIe siècle**. Paris: Presses universitaires de France, 1996.

CRONIN, Mike ; HOLT, Richard. The Globalisation of Sport, **History Studies**, v. 53, n.7, p. 26-33, 2003.

DAY, Dave; CARPENTER, Tegan. **A history of sports coaching in Britain**: Overcoming amateurism. London:

Routledge, 2015.

DÉCHAUX, Jean-Hughes. Norbert Elias et Pierre Bourdieu: deux analyses conceptuelles comparées. **Archives européennes de sociologie**, v.31, n.2, p.364-385, 1993.

DÉCHAUX, Jean-Hughes. Sur le concept de configuration: quelques failles dans la sociologie de Norbert Elias. **Cahiers internationaux de sociologie**, v.99, p. 293-313, 1995.

DEFrance, Jacques. Esquisse d'une histoire sociale de la gymnastique (1760-1870). **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 2, n. 6, p. 22-46, 1976.

DEFrance, Jacques. L'autonomisation du champ sportif. 1890-1970. *Sociologie et sociétés*, v. 27, n. 1, p. 15-31, 1995.

DELUERMOZ, Quentin; SINGARAVÉLOU, Pierre. **Pour une histoire des possibles**: Analyses contrefactuelles et futurs non advenus: Analyses contrefactuelles et futurs non advenus. Paris : Le Seuil, 2016.

DUCRET, André. Le concept de 'configuration' et ses implications empiriques: Elias avec et contre Weber". **Sociologies**, p.1-13, 2011.

DUERR, Hans-Peter. Nudité et pudeur: le mythe du processus de civilisation. Paris: Ed M.S.H., 1998.

DUNNING, Eric. **Sport matters**: Sociological studies of sport, violence, and civilization. London: Routledge, 1999.

DUNNING, Eric; MAGUIRE, Joseph. Rôle des processus sociaux dans le sport, les relations entre les sexes et le contrôle de la violence. **Sociologie et sociétés**, v. 27, n. 1, p. 117-137, 1995.

DUNNING, Eric; SHEARD, Kenneth. **Barbarians, gentlemen and players**: A sociological study of the development of rugby football. London: Routledge, 2004.

EHRENBERG, Alain. Les significations et les dimensions sociales du sport : sport égalité, individualisme, **Sport et société**, *Cahiers français*, v.32, n. 2, p. 43-48, 2004.

EICHBERG Henning. Der Beginn des modernen Leistens. Terminologische Verschiebungen in der Bewertung von Leibesübungen um 1800. **Sportwissenschaft**, v. 4, p.21-48, 1974.

EICHBERG Henning. **Body Culture**. New York: Routledge 1997.

ELIAS, Norbert. La Civilisation des mœurs. Paris: Calmann-Lévy, 1973.

ELIAS, Norbert. **La Société de cour**. Paris: Calmann-Lévy, 1974).

NORBERT, Elias. **La dynamique de l'Occident**. Paris : Calmann-Lévy, 1975.

ELIAS, Norbert. Sport et violence. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 2, n. 6, p. 2-21, 1976.

ELIAS, Norbert. **What is sociology?** Londres: Hutchinson, 1978

ELIAS, Norbert. Interview biographique : Norbert Elias par lui-même. Paris: Éditions Fayard, 1991.

ELIAS, Elias; DUNNING, Eric. **Sport et civilisation**. Paris : Fayard, 1984.

ELIAS, Elias; DUNNING, Eric. **Quest for Excitement: Sport and Leisure in the Civilizing Process**. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

ELIAS, Elias; DUNNING, Eric. **Sport et civilisation: La violence Maîtrisée**. Paris: Fayard, 1994.

ELIAS, Norbert ; SCOTSON, John L. **Logiques de l'exclusion: Enquête sociologique au cœur d'une communauté**. Paris: Éditions Fayard, 1997.

FAURE, Jean-Michel; SUAUD, Charles. **La raison des sports: Sociologie d'une pratique singulière et universelle**. Paris : Raisons d'agir, 2015.

FORD, John. **Cricket: A Social History, 1700-1835**. Newton Abbot : David and Charles, 1972.

FOUCAULT, Michel. **Surveiller et punir**. Paris: Gallimard, 1975.

GOULSTONE, John. The First Running Grounds 1835-1870, **Sports History**, v. 8, p. 19-24, 1986.

GOULSTONE, John. The working-class origins of modern football. **The International Journal of the History of Sport**, v. 17, n. 1, p. 135-143, 2000.

GUTTMANN, Allen. **From ritual to record: The nature of modern sports**. New York : Columbia University Press, 1978.

GUTTMANN, Allen. **Recent works in European Sport History**. Journal of Sport History, v.10, n.1, p. 35-49, 1982.

HARVEY, Jean. Discussion pour une approche plurielle de la mondialisation du sport. OHL, Fabien (org.). **Sociologie du sport, perspectives internationales et mondialisation**. Paris: Presses Universitaires de France,

2006. p.43-57.

HEINICH, Nathalie. **La Sociologie de Norbert Elias**. Paris: La découverte, 1997.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Ed.). **The invention of tradition**. Cambridge University Press, 2012.

HOLT, Richard. **Sport and the British: a modern history**. Oxford University Press, 1989.

JOLY, Marc. **Devenir Norbert Elias. Histoire croisée d'un processus de reconnaissance scientifique: la réception française**. Paris: Fayard, 2012.

LOUDCHER, Jean-François. La France au centre de la modernité sportive. In : TÉTART, Philippe (org.), **Histoire du sport en France, Du Second Empire au Régime de Vichy**. Vuibert-Musée National du Sport, 2007, p.107-129.

LOUDCHER, Jean-François. À propos de la traduction française du livre de Allen Guttman, From Ritual to Record: the Nature of Modern Sports. **Staps**, n. 2, p. 39-51, 2008.

LOUDCHER, Jean-François. Le “système” Minjoz au prisme de la politique sportive municipale de Besançon (1945-1959): un gouvernement de compromis particulier. French Politics, **Culture & Society**, v. 33, n. 3, p. 24-46, 2015.

LOUDCHER, Jean-François. Spécificités socio-politiques et culturelles de la destinée d'un jeu de balle traditionnel rural français: la non-sportivisation de la soule (choule). **Sport History Review**, v. 1, n. aop, p. 1-20, 2019.

LOUDCHER, Jean-François; DAY, Dave. The International Boxing Union (1913–1946): a European sports and/or political failure?. **The International Journal of the History of Sport**, v. 30, n. 17, p. 2016-2030, 2013.

LOUDCHER, Jean-François ; Monnin, Eri. Le Comité National des Sports : Un nouveau modèle de gouvernance (1901-1925)?, **Olympika**, XXII, p. 71-91, 2013.

LOUDCHER, Jean-François; VIVIER, Christian ; GOUNET, André. French Sports Historiography : Institutional Aspects. **Stadion**, v. 37, p.7-21, 2001.

MAGUIRE, Joseph. Sociologie des configurations et mondialisation du sport: thématiques, questions et objets. In : OHL, Fabien (dir.) **Sociologie du sport, perspectives internationales et mondialisation**. Paris, Presses Universitaires de France, 2006, p. 37-58.

MANDELL, Richard D. The invention of the sports record. **Stadion**, v. 2, n. 2, p. 250-264, 1976.

PARLEBAS, Pierre. Une discipline qui prend son essor. **L'Année sociologique**, v. 52, n. 2, p. 239-265, 2002.

PERKIN, Harold. **The origins of modern English society**. London: Routledge, 2002.

POCIELLO, Christian. **Les cultures sportives: pratiques, représentations et mythes sportifs**. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

POUSSOU, Jean-Claude. **La Terre et les paysans en France et en Grande-Bretagne aux XVIIe et XVIIIe siècles**. Grenoble : C.N.E.D.-S.E.D.E.S, 1999.

QUÉVAL, Isabelle. **S'accomplir ou se dépasser**. Paris: Gallimard, 2004.

ROSANVALLON, Pierre. **La démocratie inachevée**. Paris: Gallimard, 2000.

STONEHENGE, John. **British rural sports; comprising shooting, hunting, coursing, fishing, hawking, racing, boating and pedestrianism, with all Rural Games and Amusements**. London: F. Warne and C^o, 1875.

TERRET, Thierry. **Histoire du Sport**. Paris: Presses Universitaires de France, 2016.

TRAVERT, Maxime. Le «football de pied d'immeuble»: Une pratique singulière au cœur d'une cité populaire. **Ethnologie française**, XXVII, n.2, p. 188-196, 1997.

ULMANN, Jacques. **De la gymnastique aux sports modernes: histoire des doctrines de l'éducation physique**. Paris:Vrin, 1965.

VAMPLEW, Wray. Empiricist versus sociological history: some comments on the 'civilizing process'. **Sport in History**, v. 27, n. 2, p. 161-171, 2007.

VAMPLEW, Wray. **Numbers and Narratives: Sport, History and Economics**. London: Routledge, 2017.

WEST, Trevor. **The Bold Collegians. The Development of Sport in Trinity College, Dublin**. Dublin, The Lilliput Press, 1991.

WIEVIORKA, Michel. Sur la question de la violence. **Tumultes**, n. 15, p. 31-44, 2000.

WIGGLESWORTH, Neil. **The evolution of English sport**. London: Frank Cass, 1996.

VIGARELLO, Georges. **Passion sport**. Paris : Textuel, 2000.

VIGARELLO, Georges. Le sport est-il encore un jeu ?, **Sciences Humaines**, 152-3, Consulté le 03/10/2015

http://www.scienceshumaines.com/le-sport-est-il-encore-un-jeu-entretien-avec-georges-vigarello_fr_4311.html

VIVIER, Christian; LOUDCHER, Jean-François; VIEILLE-MARCHISET, Gilles. Histoire de L'Histoire du Sport et de L'Éducation Physique en France. **Sport History Review**, v. 46, n. 1, p. 18-42, 2015.

RECEBIDO EM: 27/03/2020

APROVADO EM: 11/04/2020

DROPANDO SOBRE AS PRANCHAS: OS IMPACTOS DAS TRANSFORMAÇÕES CONCEITUAIS DAS PRÁTICAS DO SURFE E DO SKATE REFLETIDOS NO ANÚNCIO DO COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL

Dropping onto the boards: The impacts of conceptual changes in surfing and skateboarding practices reflected in the announcement of the International Olympic Committee

Monique de Souza Sant'Anna Fogliatto¹
José Carlos Marques²

RESUMO

Caracterizadas como atividades de lazer pautadas pela resistência e subversão da mentalidade conservadora vigente entre as décadas de 1950-80, as práticas do surfe e skate se transformaram em modalidades olímpicas estreantes na edição de 2020, com sede em Tóquio, Japão. Para analisar o evento histórico do anúncio da inclusão do skate e surfe como modalidades olímpicas, utilizamos como objeto as publicações de dois conglomerados de mídia: as páginas Globo Esporte e Folha de São Paulo, sustentado na proposta de que o jornal, enquanto força comunicativa, funciona como objeto para reconstrução posterior de eventos históricos. Para construir o plano de fundo da discussão, utilizamos os conceitos de mentalidade, identidade e imaginário, sustentados por Sandra Pesavento e Branislav Bacso, articuladas com as reflexões historiográficas de Eric Hobsbawm. No âmbito da Sociologia do Esporte, as discussões conceituais se desenvolveram com base em uma variedade de autores, tendo como principais Norbert Elias e Eric Dunning, Roger Caillois, Johan Huizinga, Manoel Tubino, Valdir Barbanti e Roland Barthes. Através da análise das matérias, foi possível notar a construção de um ambiente extremamente favorável, apoiados principalmente na justificativa mercadológica dos Jogos ao usarem como público alvo a juventude.

Palavras-chave: Surfe e skate; Modalidades Olímpicas; Cobertura Jornalística

ABSTRACT

1 Graduada em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso. Atualmente é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) em Bauru. E-mail: moniquefogliatto@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2402-4309>.

2 Professor Associado da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauru), instituição onde atua também como docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. É Livre-Docente em Comunicação e Esporte pela Unesp, Doutor em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: zeca.marques@faac.unesp.br.

Characterized as leisure activities guided by the resistance and subversion of the conservative mentality prevailing between the 1950s and 80s, as surfing and skateboarding practices became debut Olympic modalities in the 2020 edition, based in Tokyo, Japan. To analyze the historical event of the announcement of the inclusion of skateboard and as Olympics modalities, we used as object the publications of two media groups: the pages Globo Esporte and Folha de São Paulo, supported by the proposal that the newspaper, as a communication force, it works as object for later reconstruction of historical events. To build the background of the discussion, we used the concepts of mentality, identity and imagination, supported by Sandra Pesavento and Branislav Baczo, articulated with the historiographic reflections of Eric Hobsbawm. Within the scope of Sociology of Sport, the conceptual discussions were developed based on a variety of authors, with Norbert Elias and Eric Dunning, Roger Caillois, Johan Huizinga, Manoel Tubino, Valdir Barbanti and Roland Barthes as main authors. Through the analysis of the articles, it was possible to notice the construction of an extremely favorable environment, supported mainly by the market justification of the Games by using the youth as a target audience.

Keywords: Surf and Skate; Olympic Sports; News Coverage

Introdução

Apresentamos este artigo como uma forma de propor reflexões e levantar questionamentos a respeito das transformações conceituais das práticas do surfe e do skate enquanto atividades que têm como premissa a sociabilidade e a resistência à mentalidade socialmente partilhada sobre determinadas identidades, elementos que participaram do contexto de sua concepção e popularização e que se fazem presentes até a contemporaneidade.

Para Sandra Jatahy Pesavento (2012, p.51), a mentalidade “(...) se ligava à permanência e a uma comunidade de sentido, partilhada por todos, a atravessar o social de ponta a ponta. (...) o imaginário se ofereceu como a categoria preferencial para exprimir a capacidade dos homens para representar o mundo”. Longe de tentar reconstruir a história das modalidades, algo inevitavelmente presente em nossas reflexões, nos interessa aqui buscar reconstruir como o anúncio, da inclusão delas enquanto modalidades olímpicas, é resultado de um processo de mudança de mentalidade instituída durante várias décadas.

O objeto deste artigo deve-se a um importante evento: nascidas enquanto práticas tipicamente juvenis e consideradas desviantes na mentalidade partilhada durante décadas, elas passaram a ser consideradas eventos típicos de importância social e de relevância jornalística devido, principalmente, à premiação, em níveis internacionais, de atletas brasileiros. Tal evento acarretou o aumento de popularidade do skate e do surfe, abrindo espaço na relevância midiática conferida na editoria de esportes dos mais variados meios de comunicação. Surfistas e skatistas passaram a ser conhecidos e acompanhados por uma multidão que não estava mais apenas restrita ao círculo social destes, mas que, agora, podia conhecer e se familiarizar com nomes, conceitos e regras, enfim, elementos culturais que antes compunham apenas a realidade dos seus praticantes e que agora se popularizaram através dos meios de comunicação.

O surfe e o skate: Caminhos tortuosos

Muito mais do que o equilíbrio de um corpo sobre pranchas, o skate e o surfe marcaram a mentalidade coletiva entre as décadas de 1950 e 1980, momento este em que as duas práticas passaram a ganhar espaço enquanto modalidades esportivas através da esportivização. Falar de ambas é impossível se pretendermos dissociá-las do contexto em que elas têm suas raízes fundadas. (DUNNING; ELIAS, 1992)

Sabe-se que as histórias destas atividades estão entrecruzadas. Começaremos, portanto, com a mais antiga delas. Muito mais do que representar uma prática, o surfe traz consigo algumas importantes peculiaridades que nos ajudarão a compreender sua importância simbólica, tanto no cenário mundial como em terras brasileiras. Tendo sua origem disputada entre os povos peruanos e polinésios, o ato de se equilibrar sobre um pedaço aplainado de madeira marcava um elemento que simbolizava o descarregar de energias negativas. Este ato, carregando sentidos e simbolismos, se tornou a marca histórica da prática. Assim, mais do que puramente o ato, o que nos importa dizer é que a importância simbólica o perpassa e, neste caso, o espaço assume uma nova configuração que extrapola aquela do acontecimento restrito a um intervalo de tempo, se instalando de maneiras múltiplas no imaginário social, em vezes muito distintas da concepção em que surgiu. (BERGER E LUCKMANN, 2014). Para Bronislaw Baczko (1984)

[...] é por meio do imaginário que se podem atingir as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades esboçam suas identidades e objetivos, detectam seus inimigos e, ainda, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social se expressa por ideologias e utopias, e também por símbolos, alegorias, rituais e mitos. Tais elementos plasam visões de mundo e modelam condutas e estilos de vida, em movimentos contínuos ou descontínuos de preservação da ordem vigente ou de introdução de mudanças. (BACZKO, 1984, p.54)

Quando nos indagamos a respeito da prática do surfe, outros elementos simbólicos certamente virão à nossa mente: a relação de harmonia com o espaço de sua realização, o estilo de vida marcado pelo sossego e seus praticantes identificados por seus corpos dourados, estilos de vestimentas e cortes de cabelo característicos são alguns deles, o que conferem a seus praticantes uma identidade um tanto quanto singular, se configurando como um produto do meio social. Em um mundo marcado pela multiplicidade de indivíduos cujas identidades são igualmente múltiplas, a identidade construída “por”, “sobre” e “para” os indivíduos ocupa espaço central para compreender a importância desta atitude no processo de identificação dos membros de uma dada coletividade. Para Sandra Jatahy Pesavento (2012)

(...) a identidade é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade, estabelece a diferença. A identidade é relacional, pois ela se constitui a partir da identificação de uma alteridade. Frente ao eu ou ao nós do pertencimento se coloca a estranheiridade do outro. (PESAVENTO, 2012, p.23)

Seguindo o mesmo percurso que a atividade que lhe deu origem, o skate inaugurou uma nova forma de se relacionar com os espaços urbanos, sendo popularizados nestes ambientes a partir da década de 1960. Deslizando suas pranchas, agora equilibradas sob quatro rodinhas, os skatistas reforçaram a ideia de lugarização dos espaços ao proporem usos que originalmente não estavam previstos por aqueles responsáveis pela urbanização das cidades. Este evento está ligado, principalmente, a um evento de fuga da regularidade das ondas californianas, que resultou na migração dos surfistas para piscinas de bordas arredondadas, e, posteriormente, para outros espaços compartilhados, o que resultou em estigmas postos sobre estes indivíduos. (BRANDÃO, 2014). Pouco a pouco, o skate foi se afastando do surfe, produzindo identidade própria, que, para Brandão (2014, p.26) inaugurou “(...) um novo *modus vivendi* (...) outras e renovadas formas de pensar, sentir e representar o meio social”.

As pranchas, antes mais compridas, foram encurtadas e equilibradas em quatro rodas, passando a serem utilizadas sobre as calçadas e o asfalto, ganhando os espaços públicos que outrora tinham outra finalidade. De uma hora para outra, piscinas de bordas arredondadas de casas abandonadas, corrimões, bancos de praças e ladeiras, além de diversos outros equipamentos urbanos, se tornaram suporte por onde as rodinhas se apoiavam para realização de manobras. O uso imprevisto desses espaços tipicamente concebidos visando à ordem social coletivizada trouxe à tona aspectos relevantes a serem considerados. O fato é que o meio urbano, tal como qualquer outro produto social, é concebido como um palco de possibilidade de ações dos mais variados atores sociais que ajudam a compor e a construir sentidos e significações nos ambientes partilhados. Muito mais do que uma planta ou o resultado de um planejamento objetivo, o espaço urbano é produto da sociabilidade, sendo este resultado das múltiplas apropriações assumidas pelos sujeitos, que se tornam “agentes transformadores do espaço da cidade”, fazendo-a ganhar múltiplas dimensões simbólicas que se transformaram em resultado da capacidade comunicativa entre estes (DIAS, 2008; JACOBS, 2014; SANTOS, 2006). Ao nos questionarmos a respeito do uso desse espaço, vemos que ele se tornou um produto: longe de parecer um mero espaço de trânsito, estes ambientes se tornam comunicativos. Mas, apesar de parecer que este tem um sentido único, imutável, o que se pode perceber é que os indivíduos, cada qual exercendo sua subjetividade e trazendo à tona suas atribuições de sentidos norteadas por suas mediações, são responsáveis por fazer dos espaços ambientes vivos, dinâmicos e mutáveis (SERPA, 2018; CARLOS; SOUZA; SPOSITO, 2019).

Trazer à tona discussões sobre skate e surfe é acarretar inerentemente a contraposição dos conceitos de espaço e lugar. O primeiro, apresentado simplesmente como um elemento sólido e imutável, não confere a importância detida pela territorialidade ocupada por múltiplas coletividades. É nesta perspectiva que defendemos a importância do lugar enquanto elemento importante para compreender como as duas práticas, aqui tomadas como objeto de pesquisa, se tornaram objeto de discussão e estereotipação. Este segundo conceito confere emancipação aos sujeitos, que passam a ser entendidos como ativos no processo de produção de sentido no meio social. No conceito de lugar, as múltiplas significações conferidas ao espaço se tornam igualmente válidas e coexistem entre si de forma a tornar este espaço um ambiente que seja palco para expressão das mais variadas subjetividades (MAGNANI, 1993; CERTEAU, 1996; TUAN, 1983). Neste contexto, a juventude, parcela que caracteriza a maioria de praticantes do skate e surfe, emerge como importante elemento para construção simbólica dos espaços, se tornando alvo de construções discursivas que em nada lhes são benéficas. Sustentados pelas reflexões de Dayrell (2003), Couto et.al (2019) afirmam que

(...) o jovem (...) na condição de sujeito social, constrói o seu determinado (e próprio) modo de ser (e de estar) no mundo, pertencendo a determinadas condições sociais, (...) aos aspectos socioeconômicos, culturais (...), de gênero, a regiões geográficas, fatores tais que o(a) particulariza. (COUTO et al, 2019, p.39)

Surfar nos oceanos ou até mesmo sobre superfícies asfálticas trazia consigo um elemento de diferenciação social: exigia tempo, dedicação e um estilo de vida que em nada se assemelhavam àquela vivida pelas parcelas sociais mais abastadas, que tinham um restrito tempo destinado ao ócio e um acesso por vezes restrito aos locais utilizados para as práticas. Além disso, é preciso entender que, para além da simples realização do ato, as atividades exigiam de seus praticantes um estilo de vida, vestimentas, linguagens e equipamentos que se distanciavam do viés popular.

Denominado como *A Era dos Extremos* (HOBSBAWM, 1995), o século XX, mais precisamente as décadas de 1960-70, ficou marcado por importantes eventos históricos que inauguraram novas configurações sociais, culturais, políticas e econômicas que, no caso brasileiro, se configuraram como um tanto quanto dualistas. De um lado, o ano de 1964 trazia à tona o período conhecido como “Anos de Chumbo”, marcado pelo autoritarismo e restrição à liberdade de expressão social e de imprensa. De outro, víamos refletidos os impactos das revoluções sociais, culturais, políticas e econômicas vindas do exterior, que trouxeram à tona novas configurações conceituais de família, comportamento e sociedade que colocavam o “nós” sobreposto ao “eu”, mas, sobretudo, ressaltava o caráter ativo dos mais diversos sujeitos que partilhavam um mesmo meio social (HOBSBAWM, 1995).

É nesse cenário que a juventude brasileira tentava, a custo da repressão e do cerceamento de liberdades, instituir uma nova mentalidade nos mais diversos setores sociais, ainda que relativamente sem sucesso. Conforme analisa Eric Hobsbawm, neste período a juventude foi colocada em destaque devido, principalmente, a três elementos básicos: a visão da juventude como último grau de desenvolvimento humano; o fato de tornar a juventude um público de consumo extremamente viável e; a possibilidade de internacionalização propiciada pelas práticas juvenis. Foi nesse cenário que “A cultura jovem tomou-se a matriz da revolução cultural no sentido mais amplo de uma revolução nos modos e costumes, nos meios de gozar o lazer e nas artes comerciais, que formavam cada vez mais a atmosfera respirada por homens e mulheres urbanos.” (HOBSBAWM, 1995, p.323).

A metamorfose das práticas

A transformação do esporte em modalidade olímpica

Muito mais do que uma simples brincadeira, surfe e skate, apesar das transformações conceituais, ainda carregam aspectos ligados às práticas de jogo. Para Roger Caillois, mais do

que isso, o jogo traz uma importante lição para a vida corrente.

O jogo não nos prepara para nenhuma atividade definida; de uma maneira geral, é introduzido na vida, acrescentando a ela toda capacidade de se livrar de obstáculos ou de fazer oposição às dificuldades. (...) Além disso, é necessário aceitar de antemão o possível fracasso, má sorte ou fatalidade. (CAILLOIS, 1990, p.18)

Mas, afinal, por que esta categoria ainda se encontra intimamente relacionada às atividades sobre pranchas? Para ser considerada como jogo, determinada atividade tem que possuir algumas características básicas. Johan Huizinga (1971), o primeiro a teorizar o conceito, nos expõe que este, em sua gênese, é uma atividade voluntária, desinteressada, temporária e com finalidade autônoma, não se caracterizando enquanto vida real, tendo suas regras e ordens próprias.

Retomando as reflexões de Huizinga e trazendo ao conceito importantes características definidoras, Roger Caillois (1990) atribui ao jogo elementos de classificação. Assim, para ele, o jogo além de ser uma atividade livre, delimitada, incerta e improdutiva, regulamentada e fictícia, ainda traz consigo elementos que podem aparecer em conjunto ou isolados, a depender de sua natureza. São eles: *agôn*, *alea*, *mimicry* e *ilinx*.

O que nos interessa, dentre estas dimensões do jogo é trazer à tona que o surfe e o skate trazem como elemento principal de sua execução o *ilinx*, ou a busca da vertigem. É ele que traz às duas atividades a íntima relação com o risco iminente e, conseqüentemente, o faz serem conhecidas e praticadas pelas sensações extremas que causam aos seus adeptos. Neste caso, mais do que a superação de seus oponentes, mesmo que ainda na classificação de jogo, é necessário que os praticantes superem obstáculos que, antes de tudo, se encontram no espaço, no lugar que ocupam para realização da prática. (DUNNING; ELIAS, 1992).

As duas modalidades aqui estudadas trazem à tona a discussão a respeito da busca pela vertigem, na medida em que estabelecem a relação entre o risco controlado e as sensações desencadeadas no corpo. Para David Le Breton, nas palavras de Leonardo Brandão (2014, p.86-87) esta relação é representada por uma espécie de rito ordálico contemporâneo, ou uma “(...) espécie de enfrentamento metafórico com a morte, na qual seus praticantes visariam uma transcendência pessoal, um ‘viver mais’”. O que importa é que esta busca pela vertigem, muito mais do que uma interpretação literal do conceito, está intimamente relacionada ao caráter subversivo e desviante que ambas as atividades tomaram entre as décadas de 1960 e 1980. Para Roger Caillois, muito mais do que uma vertigem de desencadeamento físico, “Existe, em paralelo, uma vertigem de ordem moral, que se apodera subitamente do indivíduo. Essa vertigem associa-se habitualmente ao gosto, normalmente reprimido, pela desordem e pela destruição” (CAILLOIS, 1990, p.44-45).

A popularização das práticas fez com que aumentasse o interesse de seus praticantes pela profissionalização delas, em uma tentativa de fazer com que aquilo que era visto como hobby, mas também um estilo de ser, estar e pensar, se tornasse uma ferramenta de reconhecimento, passando a ser um modo de “ganhar a vida”. É nesse cenário conturbado, entre reconhecimentos e marginalizações, que o surfe e o skate ganharam ares de esporte. Mas, afinal, o que vem a ser esporte e, mais do que isso, como estes se tornaram olímpicos? A resposta ao primeiro questionamento foi objeto de reflexão de diversos autores que ajudaram a formar uma área

singular, a sociologia do esporte.

Nascida na contemporaneidade como fruto da mentalidade industrial, o esporte deixou um pouco de lado o elemento da exaltação e do ritual, tal como foi concebido ainda na Antiguidade. Para nos auxiliar a entender sua complexidade, primeiramente nos apoiaremos na definição apresentada por Valdir Barbanti (2006), que avalia que “Esporte é uma atividade competitiva institucionalizada que envolve esforço físico vigoroso ou o uso de habilidades motoras relativamente complexas, por indivíduos, cuja participação é motivada por uma combinação de fatores intrínsecos e extrínsecos” (BARBANTI, 2006, p.57). Porém, tal como sabemos, o conceito foi se desdobrando, o que fizeram surgir conceituações que subdividiram esporte em algumas importantes categorias. Isto serviu para entender que, muito mais do que uma simples denominação, a mentalidade socializada influenciava bastante na imagem que se tinha desta “esportivização”. Assim, passou-se a classificar o esporte enquanto participação, educação ou performance³.

O que nos interessa aqui é nos debruçar na categoria de esporte-performance, responsável pela popularização e consequente mercantilização do surfe e do skate não só em solo nacional, mas internacional. Caracterizado pela subserviência a regras e particularidades, esta categoria de esporte traz consigo a mentalidade mercantil posta sobre o conceito de esporte no período pós-Revolução Industrial. Colocando como prioridade o desempenho dos atletas, mas visando a conquista que mais do que individual serve para gerar o sentimento de orgulho e identificação nacional, nesta categoria o esporte é elevado ao quadrado, tal como nos apresenta Umberto Eco (2016), fazendo com que a prática se configure como espetáculo, estando sua conversão intimamente relacionada com a importância dos meios de comunicação na projeção de suas imagens.

Ao ganhar o espaço midiático, as práticas esportivas assumem uma maior importância no imaginário social, fazendo com que seus praticantes, para além de serem vistos como atletas, se tornem espelhos a serem seguidos, ídolos a serem contemplados ou até mesmo mitos, que perpassarão as territorialidades e temporalidades em que estão inseridos. Diante disso, o que significa para os esportes cruzarem a fronteira e se tornarem olímpicos? Reunindo rituais, representações e simbolismos que perpassam o discurso produzido sobre o evento, os Jogos Olímpicos já não são mais conhecidos tal como propostos em sua concepção original. Vimos, pouco a pouco, a exaltação do ritual se converter em exaltação do mercantil, tornando os esportes cada vez mais objetos de consumo. Apesar de ainda propor a exaltação dos indivíduos por suas qualidades individuais, ainda que estejam em disputas coletivas, este evento se revestiu de um caráter midiático que em nada agradou os praticantes do surfe e skate, tomados como objeto desta discussão.

Podemos dizer que, para se tornar olímpico, o esporte tem que se “olimpicizar”. Muito mais do que garantir a esportivização e a institucionalização, o que caracteriza o esporte olímpico é a exaltação excessiva da competição em determinados esportes, fazendo deste um propósito maior para espetacularização das atividades. O fato é que, segundo Manoel Tubino (1994, p.34), “A busca permanente do espetáculo esportivo e o abandono gradual das competições que não despertassem o interesse do público foram as principais causas da reacomodação dos

3 As conceituações não desdobradas neste artigo estão explicitadas na obra “O que é esporte?” de Manoel Tubino (1994)

esportes olímpicos”.

Porém, diferente de outras modalidades, o que se observou no caso do surfe e do skate é que seus praticantes não ficaram muito satisfeitos com o anúncio das práticas como modalidades olímpicas. Carregadas de simbolismos de grupos singulares, ambas as práticas se caracterizam ainda hoje como elementos de resistência, tendo a subversão pacífica a normas instituídas dentro a sua configuração. Além disso, tornarem-se olímpicas, primeiramente, trouxe à tona as questões relacionais com o espaço: no caso do surfe, primeiramente foi proposto que a disputa seria feita em piscinas de ondas artificiais, que trariam “igualdade” à competição, enquanto se levantou a hipótese da construção de espaços de simulacro da rua, no caso do skate street.

Ambas as saídas foram vistas com maus olhos por seus praticantes. Muito mais do que uma simples simulação que retiraria o caráter radical do ato de praticar skate e surfe, pensar a disputa das modalidades esportivas simulando-se o uso dos espaços era uma afronta a uma história que se consolidava na história nacional desde meados dos Anos de Chumbo. Além disso, é preciso dizer que, na contemporaneidade, o espaço midiático ocupado por ambas as práticas não tem como foco principal o fato de a competição em dimensões olímpicas se tornarem mais importantes que os campeonatos mundiais disputados em todas as categorias destas duas modalidades esportivas. Organizados na forma de circuitos mundiais, envolvendo patrocínios significativos e premiações ainda mais atrativas, as práticas, no caráter profissional de skate e surfe, já são consolidadas, fazendo parte do calendário esportivo de atletas e admiradores. O que se poderia aqui afirmar é que, tornar-se olímpico, talvez serviria como uma mola propulsora para o alcance de novos públicos e de possíveis novos praticantes, bem como um possível incremento nos patrocinadores para futuros eventos esportivos de ambas.

Para além dos aspectos positivos da olimpização, representados pelo maior espaço midiático e a possibilidade de conquistar um público cada vez maior, é preciso dizer que esta transformação traz à tona questionamentos importantes. O que o tornar-se olímpico significa? Apesar de se tornar um evento primordialmente comercial, as Olimpíadas ainda carregam consigo elementos rituais e símbolos que a tornam elemento singular. Assim sendo, ao se tornarem olímpicos, o skate e o surfe se colocam no interior deste universo, o que, em parte, limitam as práticas a certos padrões. Cabe a nós questionar a respeito da relação estabelecida entre o “tornar-se olímpico” e a manutenção dos aspectos identitários carregados pelas duas práticas. Como esta relação irá se constituir? Os elementos característicos serão postos de lado e seus praticantes irão submeter a imposições que os colocarão em “padrões olímpicos”? Como ainda não temos certeza desta representação discursiva, o que nos resta é levantar questionamentos.

Quando o lazer se tornou olímpico: O anúncio de inclusão das atividades sobre pranchas

Para nos auxiliar no desenvolvimento deste artigo, estabelecemos como objeto de pesquisa o anúncio do skate e do surfe enquanto uma das cinco modalidades olímpicas inéditas da edição de 2020, com sede em Tóquio, no Japão. Para tanto, elegemos dois portais de notícias online para avaliar o tratamento deste evento: o portal Globo Esporte, do Grupo Globo de Comunicações, escolhido por fazer parte do grupo editorial responsável pela transmissão

oficial deste evento e a versão online da Folha de São Paulo, justificada por se configurar entre os maiores e mais consumidos veículos de comunicação do país⁴. Para melhor desenvolver a pesquisa e evitar um corpus demasiadamente extenso, vamos nos ater às publicações realizadas no período de uma semana após a divulgação do ineditismo das cinco modalidades olímpicas: skate, surfe, caratê, escalada e beisebol/softbol. A exceção desta pesquisa está na análise de uma reportagem publicada em 1o de junho de 2016 pelo portal Globo Esporte, que trata da recomendação do Comitê Olímpico Internacional (COI) para inclusão das modalidades na edição de 2020, que tem como sede a cidade de Tóquio, no Japão, a fim de que possamos analisar o cenário construído a priori da indicação da inserção de novas modalidades no quadro olímpico.

A escolha dos objetos está ancorada no surgimento dos veículos midiáticos que lhes deram origem. Os grupos Globo e Folha de São Paulo representam os principais conglomerados de mídia do país. O primeiro deles foi criado por membros da família Marinho em 25 de julho de 1925 e por Luís Frias, em 1921, respectivamente. A trajetória de ambos e os momentos por eles retratados através das páginas dos jornais no decorrer das décadas nos permite afirmar a força noticiosa de ambas enquanto formadoras de opinião e responsáveis pela propagação de informações relevantes.

O que nos importa aqui apresentar é a relevância da informação por eles transmitida e, para além disso, confirmar a continuidade da credibilidade tida por ambos os aglomerados de mídia mesmo após a chegada das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação. Para Marialva Barbosa, o jornal, assim como os suportes que possibilitaram sua difusão pelos demais aparatos tecnológicos

Apreende o social em sua dimensão total (incluindo a cultura, a dimensão econômica, política, mas também o simbólico ou o imaginário) e, ao mesmo tempo, se considera que a narrativa histórica é, sobretudo, um artefato literário, no qual está incluída a dimensão fictícia dos relatos. (BARBOSA, 2008, p.1)

Para além de todas as discussões aqui empreendidas, o que nos vale ressaltar é a importância da narrativa jornalística enquanto documento a ser utilizado a posteriori para reconstituição de determinado momento histórico, servindo como “[...] agente histórico” que intervém nos processos e episódios [...]” (MORGADO, 2011 apud MOREL, 2008, p.8-9). A relevância desta fonte só passou a ser considerada por membros da Escola dos Annales. Neste momento histórico, o campo historiográfico pôde ter suas fontes ampliadas e, através delas, pode-se entender o passado através das narrativas construídas sobre grupos sociais. Para Lucien Febvre

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta de flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo

4 Dados colhidos de pesquisa realizada pela ONG Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social em 2017. Disponível em <https://intervozes.org.br/apoio-institucional/> acessado em 25 de março de 2020

e ervas daninhas. Com eclipses da lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que pertence ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem... (FEBVRE, 1985, p.249).

Imagem 01: Portal Globo Esporte⁵



A primeira matéria, considerada a notícia inaugural da proposta de inserção das novas modalidades olímpicas, cenário o qual estão inseridos skate e surfe, foi publicada em 1o de junho de 2016. Naquele cenário construído, permeado de uma certa incerteza quanto à inserção do skate e do surfe no rol de modalidades olímpicas, o jornalista opta por construir um cenário que contextualize o que parece, àquele momento, ser um fato a ser consolidado. Segundo ele “A mudança faz parte do pacote de reformas iniciadas pelo presidente do COI, Thomas Bach, em dezembro de 2014”.

Mas, afinal, em que argumentos estariam sustentadas as inclusões de modalidades olímpicas como o surfe e skate, aqui tomadas como objeto de estudo? Podemos extrair da matéria dois pilares que sustentam tal decisão: a possibilidade de atrair um público jovem, que serviria de espectadores potenciais às tais modalidades e o reforço da proposta de tradição,

5 <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2016/06/coi-recomenda-incluir-surfe-skate-e-mais-3-esportes-na-olimpiada-de-2020.html> acessado em 25 de março de 2020

já que, segundo as palavras do jornalista, “os anfitriões dos Jogos terão a chance de trazer ao ambiente olímpico, esportes que sejam mais populares em seus países, com intenção de aumentar a audiência e atrair potenciais patrocinadores (...) A decisão de incluir um ou outro esporte vale apenas para aquela edição dos Jogos, não havendo necessidade de mantê-los na edição seguinte”. Podemos, portanto, entender esta notícia como uma espécie de protótipo para a situação que se construiu posteriormente, sendo ela fonte historiográfica que nos permite reconstituir um momento histórico singular.

Imagem 2: Folha de São Paulo⁶

The image shows a screenshot of a news article from the Folha de São Paulo website. The article is titled "Com inclusão de novas modalidades, COI quer atrair um público jovem aos Jogos" (With the inclusion of new modalities, COI wants to attract a young audience to the Games). The author is Mariana Lajolo, a columnist for Folha. The article is dated 04/08/2016. The text discusses the inclusion of new sports modalities by the International Olympic Committee (COI) to attract a younger audience. It mentions that surfing, skateboarding, and climbing are popular among young people and were included in the Rio 2016 Olympics. The article also mentions that the COI is looking for more popular sports to increase its audience. On the right side of the article, there is a section titled "leia também" (also read) with links to other articles: "Jovem invade gramado do Itaquero em gol do Zimbábue e diz que lembrou 7 a 1", "Rodrigo Pessoa desiste dos Jogos após ficar na reserva da equipe de hipismo", "Com gritos de 'zika' para a goleira, EUA vencem em estreia no futebol feminino", and "Alemanha faz seis gols no Zimbábue, que marca o seu primeiro em Olimpíadas".

Na contramão da proposta de analisar as reportagens cronologicamente, estabeleceremos vínculos temáticos. A coluna, publicada na Folha de São Paulo, de autoria de Mariana Lajolo, mais do que apresentar um elemento factual, permite certa contextualização sobre o evento de inclusão de modalidades olímpicas. Mariana nos apresenta a todo tempo questionamentos a respeito da real necessidade de inclusão destes esportes enquanto olímpicos (Imagem 2). De forma a marcar a temporalidade e a importância histórica do momento relatado na notícia, Lajolo opta por um vocabulário simples, porém bastante dinâmico e explicativo, o que atrai a atenção do possível público leitor esperado para esta editoria.

Sustentada ainda no pilar de atração de um público jovem enquanto estratégia de marketing para renovação da audiência dos Jogos Olímpicos, a narrativa prossegue com uma breve explicação histórico-econômica-social acerca do porquê da inclusão de tais modalidades. No caso das duas analisadas por este artigo, sugere-se que a principal força motriz estaria na tradição e no amplo público adepto de ambas as atividades, o que, enquanto documento histórico, vem reforçar a ideia de que, mesmo sendo classificadas enquanto atividades

6 <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/08/1798748-com-inclusao-de-novas-modalidades-coi-quer-atrair-um-publico-jovem-aos-jogos.shtml> acessado em 25 de março de 2020

marginalizadas, skate e surfe se amparam na tradição para, cada vez mais, ganhar mais espaço entre os praticantes e, sobretudo, entre o público que não mais se restringe à parcela jovem da população⁷.

Porém, na contramão de construir um cenário ideal e de certa forma fantasioso, Mariana Lajolo parece sugerir, ainda que subliminarmente, que a inclusão de tais modalidades, muito mais do que um momento glorioso para a prática esportiva, se revela um excelente produto mercantilizado. Esta afirmação poderia ser comprovada no trecho em que afirma que

A Olimpíada da Juventude foi um dos primeiros acenos do COI para tentar diminuir a faixa etária de seu público. O evento serve para chamar a atenção dos jovens, mostrar novos talentos e testar modalidades mais atraentes a eles. A entidade passou ainda a investir na comunicação, principalmente via redes sociais.⁸

Além disso, surgem questionamentos por parte da colunista, típicos recursos utilizados neste gênero jornalístico, no qual avalia a real necessidade da inclusão destas duas atividades, skate e surfe, no rol de modalidades olímpicas. Para ela, existem dificuldades evidentes: a possibilidade de exclusão de modalidades olímpicas devido ao número expressivo de atletas, os quais a competição não comportaria (o que vimos que não foi consolidado) e o fato de o surfe carregar consigo a premissa da imprevisibilidade quanto a eventos climáticos, que modificam e tornam de certa maneira incerta a ocorrência da modalidade no habitat em que cotidianamente acontece.

Longe de responder às perguntas implícitas, a matéria segue com uma espécie de contextualização vaga, que apresenta ao leitor, leigo, informações básicas a respeito das cinco modalidades olímpicas, o número de atletas e os órgãos responsáveis por sua gerência, além de alguns nomes de atletas reconhecidos em cada uma delas. Apesar de carregado de informações e questionamentos, temos ainda neste momento um cenário construído que ainda possui lacunas quanto à sua apresentação. Apesar disso, as duas matérias funcionam como importantes fontes históricas que, mesmo levando em consideração a imprevisibilidade do banco de dados armazenado no ambiente virtual, servirão de fontes históricas que ajudarão a futuros pesquisadores reconstruir, com alguma legitimidade, o momento histórico precedente às Olimpíadas de 2020.

7 Mariana Lajolo analisa que “A inclusão das cinco novas modalidades no cardápio dos Jogos é o último grande passo do COI (Comitê Olímpico Internacional) na tentativa de atrair um público jovem. Surfe, pela tradição e forças econômica e midiática [segundo a federação internacional, são 35 milhões de surfistas], levava vantagem. Skate é um esporte muito popular entre os jovens.”

8 LAJOLO, Mariana. Com inclusão de novas modalidades, COI quer atrair um público jovem aos Jogos. Folha de São Paulo, São Paulo, 03 de agosto de 2016. Análise. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/08/1798748-com-inclusao-de-novas-modalidades-coi-quer-atrair-um-publico-jovem-aos-jogos.shtml> acessado em 25 de março de 2020.

Imagem 03: Globo Esporte⁹ e Folha de São Paulo¹⁰

03/08/2016 16h45 - Atualizado em 10/12/2016 14h20

Jogos de Tóquio 2020 terão escalada, surfe, skate, caratê e beisebol/softbol

Novas modalidades olímpicas são confirmadas durante Congresso do COI no Rio. Antes de votação, comitê organizador fez relatório sobre o estágio da preparação

Por **Caêê Nôta e Vioenê Seda**
Rio de Janeiro

Surfe, skate, beisebol/softbol, escalada e caratê farão parte do programa olímpico nos Jogos de Tóquio 2020. A inclusão dos cinco esportes foi confirmada por unanimidade nesta quarta-feira pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), durante o congresso da entidade, realizado num hotel na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. **A lista de recomendações havia sido divulgada pelo comitê executivo em junho.**

A inclusão dos cinco esportes faz parte do pacote de reformas iniciadas pelo presidente do COI, Thomas Bach, em dezembro de 2014. A ideia é que os anfitriões dos Jogos tenham a chance de trazer ao ambiente olímpico esportes que sejam mais populares em seus países, com intenção de aumentar a audiência e atrair potenciais patrocinadores. Porém, a decisão de incluir um ou outro esporte vale apenas para a edição da Olimpíada em questão, não havendo garantia de presença na edição seguinte.

De acordo com o Comitê Tóquio 2020, a inclusão dos novos esportes resultará no acréscimo de mais de 400 atletas em 18 disputas por medalhas nos Jogos Olímpicos. Quando o processo de inclusão de outras modalidades foi aberto, mais de 200 se inscreveram.

COI aprova entrada de surfe, caratê e skate para Olimpíada de Tóquio-2020

ADRIANA KÜCHLER
GUILHERME ZOCCHIO
DE SÃO PAULO
CAMILA MATTOSO
ENVIADA ESPECIAL AO RIO

03/08/2016 © 16h43 ▲ Erros: o texto foi alterado

O COI (Comitê Olímpico Internacional) aprovou a inclusão de cinco modalidades para a próxima edição de Jogos Olímpicos. Surfe, beisebol/softbol, caratê, skate e escalada farão parte da programação de Tóquio-2020.

A decisão foi tomada por membros do comitê em seu congresso realizado em um hotel na Barra da Tijuca, no Rio.

O conselho executivo da entidade aprovou em junho a proposta feita pelo comitê organizador dos Jogos de 2020 de adicionar esses cinco esportes.

As modalidades foram escolhidas na fase final da seleção, em junho. Ao todo, oito esportes estavam no páreo. Mas boliche, squash e wushu (arte marcial) ficaram

leia também

Comitê Olímpico Internacional tenta colocar mais mulheres em altos cargos

COI admite antecipar recursos para comitê organizador da Rio-2016

Campanha de candidatura do Rio para os Jogos teve pedidos de 'mimos'

Apesar da pouca estrutura skate sobrevive há décadas na ruas de SP

A escolha pela análise comparativa das matérias publicadas pelo portal Globo Esporte e Folha de São Paulo está ancorada no fato de terem sido encontradas similaridades diversas nos dois textos. Publicadas no mesmo dia, ambas apresentam o elemento factual da aprovação de

9 <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2016/08/jogos-de-toquio-2020-terao-escalada-surfe-skate-carate-e-beisebolsoftbol.html> acessado em 25 de março de 2020

10 <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/08/1798748-com-inclusao-de-novas-modalidades-coi-quer-atrair-um-publico-jovem-aos-jogos.shtml> acessado em 25 de março de 2020

ambas as modalidades aqui estudadas entre as disputas olímpicas da edição de 2020, além das outras três que não são nosso objeto de estudo. Sustentando que a decisão não foi tomada de maneira imediata, mas sim como resultado de uma série de ponderações dos possíveis impactos de suas inclusões, os jornalistas apresentaram o fato como essenciais e extremamente positivos. Apontaram, acima de tudo, os benefícios da inclusão do skate e do surfe como modalidades olímpicas, projetando um cenário de amplos benefícios que partiriam desta decisão.

A diferença de tratamento em relação às demais matérias está na ampliação de fontes, que possibilitou aos jornalistas desenvolverem o tema de forma que se tornasse mais claro ao público leitor dos dois portais noticiosos. No que tange à primeira matéria, publicada em 03 de agosto de 2016 pelo portal Globo Esporte, pudemos encontrar mais uma vez a tentativa de construção do cenário resultante da inclusão das cinco modalidades. Frases como “a inclusão dos novos esportes resultará no acréscimo de mais de 400 atletas em 18 disputas por medalhas nos Jogos Olímpicos. Quando o processo de inclusão de outras modalidades foi aberto, mais de 200 se inscreveram” reconstroem, ainda que de forma subliminar, que esta decisão foi acertada, mas também marcada por um cenário de disputas acirradas que culminou na decisão pela inserção das cinco modalidades: escalada, beisebol, surfe, skate e caratê.

A construção discursiva perpassa também pela apresentação do evento como elemento de marketing e, assim como a matéria da Folha, a matéria do portal Globo Esporte também destacou a inclusão das modalidades aqui tomadas como objetos do artigo como força atrativa para um público cada vez mais jovem. Segundo a matéria “Temos a histórica oportunidade em Tóquio de ter a chance de novos eventos e de fazermos os Jogos mais inovadores da história. Acreditamos que esses esportes trarão novos elementos aos Jogos, como atrair maior atenção do público jovem pelo mundo”. As assertivas, validadas por presidente do comitê organizador da Olimpíada de 2020, Yoshiro Mori, e o seu diretor-executivo, Toshiro Muto, ressaltam a relevância da decisão. Porém, tais declarações colocam em xeque a questão mercadológica do evento ao ressaltar a necessidade de atração de um público jovem que se tornará potencial consumidor nas mais variadas áreas: ingressos, hotéis, lembrancinhas, passagens aéreas ou simplesmente sendo convertido em audiência, acompanhando o evento nos veículos de comunicação e que, de certa forma, podem contribuir para aumentar o número de praticantes das modalidades inseridas no rol Olímpico nos anos posteriores ao evento.

Outras fontes também foram ouvidas para destacar a importância da inclusão das duas modalidades aqui estudadas no rol olímpico. Os representantes das entidades organizadoras de ambas as modalidades destacam a importância do *status* “olímpico” para a projeção ainda maior no cenário esportivo, tendo até mesmo a possibilidade de atrair novos adeptos. Ao assumir o *status* de “olímpicos”, tais esportes atingem um grau de importância de dimensões inimagináveis. Isto pode ser justificada pela imagem que o esporte olímpico assume na mentalidade coletiva: muito mais do que um evento esportivo, tornar-se olímpico significaria transpor uma barreira simbólica. Considerada o maior evento em dimensões globais que reúne diversas modalidades, as Olimpíadas são responsáveis por projetar seus campeões a *status* de heróis, mitos e modelos a serem seguidos. Assim sendo, a transformação em esporte olímpico traz consigo elementos que, muito mais do que um mero status, ajudam a consolidar a importância destas práticas no mundo esportivo.

Construindo um cenário positivo, a matéria traz relatos que, de certa forma, fazem-nos esquecer do passado marginalizado de tais indivíduos no cenário nacional e internacional. Para validar tal afirmação, nos apoiamos na declaração otimista de Gabriel Medina, que procura

construir discursivamente, a importância da decisão do COI. A fala de Medina, que compõe a matéria, ilustra os impactos da decisão do COI para a modalidade. Isso revela que, muito mais do que um mero evento esportivo, as Olimpíadas ainda carregam simbolismos importantes, que advêm da época de sua reformulação, realizada pelo Barão de Cobertin em 1890: o *status* olímpico, que oferece a glória dos heróis àqueles que se sagrarem campeões por seus méritos, pela exaltação de sua dedicação.

Recebi algumas mensagens de pessoas que gostam do surfe. Todos os surfistas estão felizes por fazer parte disso. Estou amarradão, né? Agora, vamos para Tóquio representar o Brasil. É um sonho fazer parte das Olimpíadas. Vai ser demais! O surfe tem crescido muito. É um esporte jovem e tem tudo a ver com as Olimpíadas. Na real, já era até para ter tido. Demorou, o Fernando mesmo tem lutado há mais de 20 anos, e chegou o dia. O surfe é um esporte maneiro, é legal de assistir, todo mundo gosta.¹¹

Já na segunda matéria, publicada na mesma data pela Folha de São Paulo, o retrato foi, de certa maneira, semelhante. Apesar de repetir, no final da matéria, o trecho de elementos informativos sobre as modalidades, seus órgãos gestores e potenciais atletas representantes, foi feito um aprofundamento do tema em diversos aspectos. Apresentando uma série de fotos que exaltam os possíveis representantes brasileiros nas modalidades, os jornalistas desta matéria optam por fundamentar o cenário otimista desta inclusão no rol de modalidades olímpicas nas falas de representantes de confederações e de atletas.

No caso do surfe, foi creditada a Adriano de Souza, o Mineirinho, campeão do surfe mundial à época da publicação, a informação de que “ser olímpico” representaria um importante passo para o reconhecimento ainda maior da modalidade, que já estava em franco crescimento. “Acredito que, com o esporte entrando no ciclo olímpico, poderemos ver uma organização melhor entre confederações e federações. Se fizerem tudo certinho, seremos uma superpotência do surfe mundialmente”.

Já no que tange ao caso do skate, a matéria não aprofunda, sequer traz um depoimento de um dos potenciais representantes brasileiros ou até mesmo do órgão gestor, tal como fez com as outras quatro modalidades. Apenas é informado ao leitor de que a competição olímpica para tal esporte será nas modalidades *park* e *street*, ainda com ausência explicativa. O que isso pode significar? Menor importância da modalidade? Menor afinidade com o tratamento dela? Ausência de respostas do possível contato feito com representantes da modalidade?

Para finalizar, a matéria nos apresenta, tal como as demais analisadas, o cenário mercantilista que marca o evento esportivo. Segundo fontes constadas na matéria, o aporte financeiro possibilitado por tal inclusão no rol olímpico permitiria com que as modalidades pudessem investir em desenvolvimento e, conseqüentemente, no maior grau de habilidade dos atletas envolvidos. Porém, com a afirmação de que “Com esses acréscimos, a Olimpíada de 2020 deverá ter mais 18 eventos, considerando as categorias dessas modalidades.”, fica claro o real motivo pelo qual estas atividades puderam fazer parte das disputas olímpicas: necessidade de ampliação nos investimentos financeiros, uma vez que, fugindo de suas raízes, os Jogos

11 MOTA, Cauê; SEDA, Vicente. Jogos de Tóquio 2020 terão escalada, surfe, skate, caratê e beisebol/softbol. Globo Esporte, São Paulo. 03 de agosto de 2016. Olimpíadas. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2016/08/jogos-de-toquio-2020-terao-escalada-surfe-skate-carate-e-beisebolsoftbol.html>

Olímpicos modernos representariam um relevante e essencial produto mercadológico.

Longe de considerar o conteúdo jornalístico como algo neutro ou imparcial, tal como sugerem algumas linhas teóricas do campo jornalístico, o que nos importa aqui é entender a forma com que o evento histórico estudado foi apresentado sob a ótica de dois dos mais consolidados conglomerados de mídia brasileiros (KOVACK; ROSENSTIEL, 2004). O tratamento do tema pelos jornalistas é, de certa maneira, bastante parcial, em uma tentativa de reconstruir o cenário do evento histórico por eles noticiado. Nas notícias preliminares da inclusão das cinco novas modalidades pudemos perceber uma certa superficialidade no tratamento do tema, tal como geralmente acontece nas matérias jornalísticas pela dinamicidade da rotina de redações e, principalmente, do suporte utilizado para disseminação da matéria, a internet, marcada por instantaneidade e efemeridade dos conteúdos disponibilizados nela. No momento em que procuramos estabelecer uma relação comparativa do tratamento do tema “inclusão no rol de modalidades olímpicas” é que as narrativas sofrem contraste significativo, o que revela explicitamente o perfil editorial dos veículos midiáticos tomados como objeto desta pesquisa.

Considerações finais

Tomado como uma das ferramentas essenciais para reconstrução de um evento histórico, os jornais, assim como outras fontes históricas documentais, viram as tecnologias da informação e comunicação ampliarem o escopo de objetos tomados como pesquisa por diversos pesquisadores das mais variadas áreas do conhecimento. Através da digitalização dos materiais e, até mesmo, a possibilidade de produzi-los e socializa-los através das redes, pudemos assistir a uma nova maneira de reconstrução do passado.

A escolha pelo anúncio da inclusão das cinco modalidades olímpicas está sustentada no fato de ser um momento histórico singular, que demarca o pontapé para os desenvolvimentos posteriores. Na tentativa de reconstruir este evento singular e verificar o modo com que veículos distintos o retrataram, pudemos perceber que, àquele momento, os jornalistas apresentavam aos leitores um cenário incerto, sem muitas informações consistentes ou esclarecedoras. O que parece é que, mesmo utilizando como base as declarações de atletas reconhecidos em suas modalidades e até mesmo dirigentes, o que se configurava neste momento histórico era um ambiente de incertezas quanto à forma pela qual as cinco atividades esportivas seriam estruturadas para compor o quadro de modalidades olímpicas.

Ao intentar reconstruir este evento histórico, nos deparamos com um cenário bastante peculiar. Através das narrativas jornalísticas, o que se observou foi que as construções discursivas se transformaram, se comparados aos estigmas impostos aos praticantes ainda na gênese das duas práticas em solo nacional. No decorrer das décadas, a influência de diversos eventos históricos possibilitou a mudança do imaginário social partilhado sobre estes grupos. De marginalizados e “outsiders”, reconhecidos como subversivos à ordem urbana instituída e marcada pelo contexto ditatorial brasileiro, os praticantes das duas modalidades puderam experimentar um momento de reconhecimento que, diferente do que possa parecer, foi resultado de mudanças nas concepções construídas sobre eles no decorrer dos períodos históricos, em muito influenciados pelas revoluções políticas, econômicas, sociais e culturais

que se desenrolaram no mundo.

Mesmo após inúmeras transformações nas duas modalidades, sendo estas institucionalizadas e com regras próprias, o que se pode ainda hoje observar é a relação de ambas as atividades com a parcela juvenil da população. Este fato pôde se fazer observável quando constatamos a “relação com a juventude” como elemento central de estratégia de marketing para renovação da audiência dos Jogos Olímpicos. Assim, tal como desenvolvido pela terceira geração da Escola de Annales, o que pudemos constatar é que os jornais, sejam eles em que plataforma se encontrem, continuam a ser objeto de estudo por parte dos historiadores e demais pesquisadores que se relacionam à questões sociais, uma vez que serve como elemento de legitimidade para tentar reconstruir um determinado período histórico.

Referências Bibliográficas

BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux. Mémoire et espoirs collectifs*. Paris: Payot, 1984

BARBANTI, Valdir. O que é esporte? *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, v. 11, n. 1, p. 54-58, 2006.

BARBOSA, Marialva. *Jornalismo no Brasil: dois séculos de história*. In: Jorge Pedro Sousa. (Org.). *Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa*. 1ed. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2008, v. 1, p. 129-154

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2014

BRANDÃO, Leonardo. *Para além do esporte: uma história do skate no Brasil*. Blumenau: Edifurb, 2014.

CALLOIS, Roger. *Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem*. Lisboa: Cotovia, v. 15, 1990.

CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo JL; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo. Editora Contexto, 2019.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 2. Morar, Cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996

COUTO et al. Juventude e o uso do espaço urbano para a prática do lazer. In. BRANDÃO, L. (org). *Esporte, Lazer e Desenvolvimento Regional*. Blumenau: Edifurb, 2019. p. 33-48.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, v. 5, 1997.

DIAS, Cleber Augusto Gonçalves. *Urbanidades da natureza: o montanhismo, o surfe e as novas configurações do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

DUNNING, Eric; ELIAS, Norbert. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.

ECO, Umberto. *Obra aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. São Paulo: Editora Perspectiva SA, 2016.

FEVBRE, Lucien. *Combates pela história*. Trad. Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Editorial Presença, 1989

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

_____. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de S. Paulo, Editora Perspectiva, 1971.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2014

KOVACK, Bill, and Tom ROSENSTIEL. *“O que os jornalistas devem saber e o público exigir.”* São Paulo: Geração Editorial, 2004.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. “Rua, Símbolo e Suporte da Experiência Urbana”. 1993. Disponível em <http://www.Aguaforte.com//antropologia>

MORGADO, Eliane Maria. *Catálogo de jornais, revistas e boletins de Mato Grosso 1847-1985*. Cuiabá: EdUFMT, 2011

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.

SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

TUAN, Yi-fu. *Espaço e lugar: A perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983)

TUBINO, Manoel J. G. *O que é esporte*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RECEBIDO EM: 18/02/2020
APROVADO EM: 23/04/2020

A TRANSMISSÃO AO VIVO DE CAMPEONATOS DE SURFE PELA INTERNET: PADRÕES TELEVISIVOS, INOVAÇÃO E QUESTÕES PARA A HISTÓRIA DO ESPORTE

The webstreaming of surfing contests: television standards, innovation and questions for the history of the sport

Pedro Cezar Duarte Guimarães¹

Rafael Fortes²

RESUMO

As transmissões esportivas *ao vivo* por meio de radiodifusão pública (televisão aberta e rádio) têm sido um objeto negligenciado pelos estudos históricos do esporte. Neste trabalho, abordamos uma modalidade esportiva que rarissimamente foi transmitida por televisão e rádio, mas que, nos últimos 15 anos, passou a sê-lo por meio da internet: o surfe. O artigo encontra-se dividido em três partes. A primeira trata do *ao vivo*, característica historicamente relevante da televisão; das articulações entre o *ao vivo* e a imediatividade do *ao vivo* esportivo; e da relação entre a convergência tecnológica e as transmissões ao vivo por *streaming*. Na segunda parte, discutimos características das competições de surfe que, historicamente, tornaram-nas um desafio para as transmissões televisivas ao vivo; e descrevemos a plataforma/aplicativo da Liga Mundial de Surfe (World Surf League – WSL) e seu funcionamento técnico. Por fim, examinamos o corpus: a transmissão da bateria final do Corona Open J-Bay 2017, etapa do Circuito Mundial masculino de surfe. A descrição e análise exploram práticas adotadas na transmissão e dados do aparato audiovisual e do esforço tecnológico mobilizados pela plataforma WSL. Entre os nossos objetivos está compreender como os padrões clássicos da transmissão esportiva televisiva ao vivo dialogam com as práticas de exibição de campeonatos de surfe on-line. Para tanto, utilizamos uma bibliografia que inclui estudos históricos do esporte e discussões em torno das possibilidades de espetacularidade propiciadas pela tecnologia *streaming* e dos aspectos consolidados no léxico das transmissões esportivas teorizados por Garry Whannel.

Palavras-chave: história do esporte, história da comunicação, Liga Mundial de Surfe.

ABSTRACT

Live sports broadcasting on television and radio has been an object neglected by the sport's historical studies in Brazil. In this work, we approach a sport that was rarely

1 É mestre em Comunicação pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal Fluminense. Possui graduação em Comunicação Social pelo Centro Universitário da Cidade (1992). É diretor e roteirista de cinema, publicidade e projetos institucionais. E-mail: pedrusergiu@gmail.com.

2 Doutor em Comunicação com pós-doutorado em História. Bacharel em História. E-mail: raffortes@hotmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7071-3725>.

broadcast on television and radio, but that, in the last 15 years, has been broadcast over the internet: surfing. The article is divided into three parts. The first deals with *live transmission*, a historically relevant feature of television; the articulations between live and the immediacy of sports live; and technological convergence and live streaming. In the second part, we discuss characteristics of surfing and competitions in this activity that, historically, made it a challenge for live television broadcasting; and we describe the World Surf League platform/application, and its technical operation. Finally, we examine the webcasting of Corona Open J-Bay 2017 final, an event stage of the men's surfing World Tour. The description and analysis include practices adopted in the transmission and data of the audiovisual apparatus and technological effort mobilized by the WSL platform. One of our goals is to understand how the classic standards of live sports broadcasting appear within the webcasting of surfing championships. To do so, we use a bibliography that includes historical studies of the sport and debates about the possibilities of spectatorial provided by streaming technology and the lexicon of sports transmission theorized by Garry Whannel.

Keywords: Sport History; Communication History; World Surf League.

Introdução

Embora ocupem, há décadas, muitas horas da programação dedicada ao esporte no rádio e na televisão, as transmissões ao vivo raramente foram objeto de pesquisa no Brasil, na História e na Comunicação. Na medida em que consideramos correto afirmar, tanto para o Brasil quanto para outros países, que “certamente muito do que sabemos e compreendemos sobre esporte é modelado pela mídia”, a lacuna torna-se importante (Kinkema e Harris, 1998, p. 27).

A relação entre mídia e esporte data da configuração do campo esportivo. Segundo Miller *et al.* (2001), houve uma relação de influência mútua: “esporte moderno e mídia se desenvolveram simultânea e simbolicamente, provendo um ao outro os recursos necessários ao desenvolvimento: capital, público, divulgação e conteúdo” (p. 62). Ambos estão profundamente ligados à emergência de sociedades urbanas e industriais, tendo sido a mídia a instituição que mais contribuiu para o “crescimento espetacular do esporte” no século XX (Goldlust, 2004, p. 27; Rowe, 2004, p. 6). Melo (2001, 2012) argumenta que processo semelhante se deu em território brasileiro, particularmente na capital, Rio de Janeiro.

Desde o século XIX, principalmente nos EUA e em países da Europa Ocidental, “numerosos jornais e revistas esportivos [...] ajudaram a formar as subculturas esportivas que cresceram em torno de certos jogos e competições”, como o boxe e o turfe (Goldlust, 2004, p. 40). No século XX, o rádio e a televisão foram centrais para o esporte transformar-se em interesse de multidões espalhadas por numerosos países e todos os estratos sociais. Nas décadas finais do século, o vídeo, os videogames e as possibilidades oferecidas pelo acesso individual e coletivo à internet, entre outros, aprofundaram e diversificaram as instâncias de mediatização, exploração comercial e popularização do fenômeno esportivo – algumas das quais se modificaram à medida que se avança no século XXI.

Em meio a essas possibilidades, decidimos investigar as transmissões ao vivo de

competições de surfe disponibilizadas na plataforma da WSL.³ Partindo da premissa de que as transmissões esportivas ao vivo por *streaming* engendram uma complexa rede envolvendo participantes on-line, sites, redes sociais digitais, dispositivos audiovisuais e estruturas de telecomunicações, buscamos articular nossa análise com pesquisas sobre história do surfe, história das transmissões esportivas, estudos do audiovisual e características das transmissões on-line. Para tanto, o presente trabalho está dividido em três partes.

Na primeira, abordamos o *ao vivo*, característica fundacional da televisão e referência importante na segunda metade do século XX e no presente. Prosseguimos tratando de suas articulações com a imediatividade do *ao vivo* esportivo. Encerramos o item discutindo a convergência tecnológica e as transmissões ao vivo por *streaming*, com suas potencialidades e variantes de espetatorialidade.

Na segunda parte, discutimos características do surfe e das competições desta modalidade que, historicamente, a tornam um desafio para as transmissões televisivas ao vivo. Em seguida, descrevemos a plataforma/aplicativo da WSL e seu funcionamento técnico.

Por fim, examinamos o corpus: a transmissão da bateria final do Corona Open J-Bay 2017, explorando práticas adotadas e dados do aparato audiovisual e do *esforço tecnológico* mobilizados pela WSL. A referida transmissão foi exibida em 20 de julho de 2017 na plataforma on-line e pelo aplicativo da WSL.⁴ Em março de 2020, um vídeo contendo a íntegra da transmissão permanecia disponível,⁵ como um dos recursos que o site da WSL oferece. O mesmo ocorria com *todas* as transmissões de etapas de 2015 a 2019. Essa condição – conteúdo on-line, integral, aberto e gratuito, anos após a realização dessas – oferece uma oportunidade raríssima para os pesquisadores do esporte, considerando a notável dificuldade de acesso a arquivos de transmissões, principalmente no que tange à radiodifusão ao longo do século XX. Trata-se de uma postura inusual entre as entidades esportivas e/ou detentoras dos direitos de transmissão das competições. Contudo, não sabemos por quanto tempo essa documentação permanecerá disponível de forma aberta e gratuita.

1. O *ao vivo* e a televisão

Os estudos televisivos chamam com frequência a atenção para a onipresença das transmissões ao vivo nos primórdios da televisão. Conforme Machado (2000):

A televisão nasceu *ao vivo*, desenvolveu todo o seu repertório básico de recursos expressivos num momento em que operava exclusivamente *ao vivo* e esse continua sendo o seu traço distintivo mais importante dentro do universo do audiovisual. A partir da televisão (como já acontecia com o rádio, no plano da transmissão sonora), o registro de um espetáculo, a sua edição e a sua visualização por parte da comunidade de espectadores

3 A WSL é uma entidade privada – uma liga que organiza os principais circuitos de surfe do mundo, bem como circuitos continentais. Em 2013, foi comprada por três milionários. Posteriormente, um deles se retirou, ficando um casal como donos. Até 2016, chamava-se Associação dos Surfistas Profissionais (ASP).

4 Disponível em: <<http://www.worldsurfleague.com>>. Acesso em 15 dez. 2019.

5 Disponível em: <http://www.worldsurfleague.com/events/2017/mct/1900/corona-open-j-bay/heatanalyzer>>. Acesso em 23 mar. 2020.

podem se dar simultaneamente é esse justamente o traço distintivo da transmissão direta: a recepção, por parte de espectadores situados em lugares distantes, de eventos que estão acontecendo em outros lugares e nesse mesmo instante (p. 125).

Nas décadas de 1930 e 1940, todos os programas de televisão – do noticiário ao drama – foram transmitidos ao vivo (Auslander, 2008, p. 15; Caughie, 2000, p. 30-32).⁶ Durante décadas, antes que a tecnologia de gravação de imagens e som em fitas magnéticas (*videotape*) fosse criada, era impossível arquivar conteúdos televisivos. E, mesmo depois de a tecnologia ter permitido a gravação e apreensão de conteúdos audiovisuais, o *ao vivo* e seus valores intrínsecos (imediatividade, senso de realidade e noção de presença, entre outros) mantiveram-se centrais em diversos gêneros, sobretudo no noticiário e nos esportes. Portanto, as transmissões ao vivo são fundamentais para a compreensão do desenvolvimento estético do meio televisivo (Auslander, 2008).

A introdução de equipamentos de gravação, em meados da década de 1950, alterou as capacidades técnicas e a estética da televisão, bem como a disposição dos administradores para conceber, planejar e agendar programas, construindo grades de programação diária e semanal. A partir dessa mudança, a televisão se reconfigurou. As transmissões ao vivo, contudo, continuaram presentes e permanecem importantes para certos gêneros – como no imediatismo do noticiário e nos esportes, onde, respectivamente, 97% e 92%, eram assistidos ao vivo na segunda metade do século XXI (Ofcom, 2013a, p. 148 *apud* Sorensen, 2016).

1.1 O *ao vivo* e o esporte

Garry Whannel (1992), pioneiro em pesquisas envolvendo televisão e esportes, observa que o jornalismo e a reportagem são elementos fundamentais da cobertura esportiva, e que o fenômeno esportivo tem seu próprio conjunto de valores noticiáveis, como imediatismo, imprevisibilidade e espontaneidade. O livro foi escrito na década de 80, quando o vídeo ampliara as possibilidades de registrar e arquivar conteúdos televisivos, originando o que o autor classificou como a era do vídeo. Segundo ele, o *ao vivo*, naquele período, continuou a ser um elemento retórico importante anunciado em transmissões esportivas na televisão.

Um aspecto que merece cuidadosa reflexão na obra de Whannel diz respeito à estrutura particular da narrativa esportiva, responsável, segundo ele, por fundar um “enigma inicial” capaz de legitimar o caráter “ao vivo” de qualquer transmissão de esportes, ao lançar a pergunta: “quem será o vencedor?”. A resolução desse conflito, em geral, só pode ser descoberta ao término do evento. A principal distinção entre uma narrativa ficcional e o desenrolar de um evento esportivo é que, no segundo caso, o resultado não é conhecido de antemão e não pode ser determinado por convenções prévias. O autor observa que os eventos esportivos existem independentemente da televisão e são acontecimentos que pertencem ao mundo real. São, portanto, ocorrências de natureza distinta de eventos concebidos ou produzidos

6 No Brasil, as transmissões televisivas iniciaram-se em 1950 e o *videotape* começou a ser utilizado no início da década seguinte (Mattos, 2002).

especificamente *por* e *para* o meio televisivo. Para Whannel (1992), os eventos esportivos são sistemas demarcados, autônomos e de atividade regida por regras próprias – delimitados tanto no espaço quanto no tempo.

Temos que considerar que a perspectiva de Whannel foi elaborada há mais de 30 anos. Desde então, diferentes produtos e formatos relacionando esporte e audiovisual foram desenvolvidos. Em tempos de *Big Brother Brasil* e numerosos *reality shows*, podemos citar, pensando na presença do esporte na televisão, eventos que só existem no âmbito da transmissão televisiva (como *The Ultimate Fighter*) e/ou outros criados para preencher lacunas da programação (como as peladas de fim de ano disputadas em diferentes estádios do território nacional e transmitidas por canais esportivos de televisão fechada; os *Jogos Mundiais de Verão* transmitidos durante o *Esporte Espetacular* da Rede Globo em 2006-2007 entrariam nas duas categorias).

As relações mencionadas na introdução deste artigo e a evolução de um *modus operandi* particular de transmitir esportes constituem zonas de imbricação entre televisão esportiva e entretenimento. Em primeiro lugar, o alto grau de investimento e profissionalismo necessários para propiciar um espetáculo ao vivo, competente e atraente, são comuns aos dois. No caso de megaeventos esportivos, com a participação de equipes e jogadores de vários países, profusão de cenas com estético e difusão de imagens por satélite, o espetáculo ganha uma dimensão global.

Em segundo lugar, o intercâmbio entre atletas famosos marcando presença na TV fora dos horários, programas e canais dedicados ao esporte (por exemplo, em programas de auditório, novelas, seriados, programas de entrevistas e intervalos comerciais) e celebridades televisivas fazendo parte de eventos esportivos exemplifica a convergência entre as duas práticas. Em terceiro, por conseguinte, o tratamento do esporte ocupa um lugar peculiar no jornalismo. Para Whannel (1992), “o aspecto da reportagem vincula ainda a cobertura esportiva às convenções de neutralidade, imparcialidade, equilíbrio e objetividade. O esporte é, nesse sentido, mais uma forma segmentada de notícias”. Na cultura profissional do jornalismo nos EUA e Canadá, problemas e conflitos sociais resultam comumente em notícias relevantes. Escrevendo no fim dos anos 1980, Gruneau (1989) afirmou que no noticiário esportivo a situação era distinta. O esporte era apresentado como um universo próprio, descolado da realidade sociopolítica. A ênfase residia na ocorrência regular de eventos e no inerente caráter positivo destes. Qualquer atividade que *atrapalhasse* o curso dos eventos era tida como negativa: boicotes, acidentes, decisões políticas, fenômenos meteorológicos, emergências policiais ou sanitárias. Embora problemas estruturais (racismo, misoginia e homofobia, por exemplo) e conflitos talvez tenham recebido mais atenção na cobertura esportiva desde então, as maneiras costumeiras de tratar o esporte sugerem que a observação do autor permanece atual.

Em quarto lugar, o esporte televisivo – que, em países como EUA e Brasil, está vinculado de maneira praticamente exclusiva à televisão privada com objetivos comerciais – lança mão de recursos em geral associados ao entretenimento para obter popularidade (atrair e manter largas audiências) e produzir prazer (Whannel, 1992, p. 58). O esporte é um assunto que pode ser trabalhado tanto jornalisticamente quanto como entretenimento, mantido separado das *hard news* (Boyle e Haynes, 2009, p. 26). Ponderamos que o tratamento televisivo do esporte, sobretudo as transmissões ao vivo, distancia-se dos padrões utilizados para outros assuntos – por exemplo, ao enfatizar emoções (como a forma comemorativa e hiperbólica adotada por narradores para referirem-se a feitos dos atletas: gols, vitórias, pontos etc.).

Em artigo produzido 25 anos após a publicação de *Fields in Vision*, Whannel (2005) observa que a transmissão televisiva ao vivo amadureceu e se consolidou a ponto de desenvolver um léxico próprio:

Uma vez que o esporte na televisão atingiu sua maturidade, em torno do início da década de 1980, as convenções permaneceram relativamente inalteradas: o conteúdo do evento *ao vivo* de exibição televisiva, com seu repertório que inclui preliminares, discussão intermediária e desfecho; a repetição da câmera lenta em múltiplos ângulos nos momentos de pico e de entusiasmo; as entrevistas seguidas aos grandes lances. São, todas, elementos familiares no léxico do esporte na televisão. O registro de estrelas em primeiro plano já se tornou um elemento rotineiro na cultura de celebridades, cenas que manifestam moda, glamour, saúde, fofocas, cinema de Hollywood, estilo de vida e o ambiente nos estádios de esportes. Na verdade, é difícil imaginar a forma cultural do esporte antes de a televisão ter se tornado seu meio definidor (p. 405).

Podemos imaginar muitos historiadores torcendo o nariz para a última frase – sobretudo aqueles familiarizados com a intensa dinâmica associada a jornais, revistas e rádios entre o século XIX e meados do XX. Contudo, o sentido geral do argumento nos parece válido: a transmissão esportiva consolidou-se como um tipo de *programa* e de *fazer* televisivo.

1.2. Convergência e ao vivo por streaming

A tecnologia digital está relacionada a mudanças na forma como assistimos não somente aos esportes, mas aos conteúdos audiovisuais em geral. As redes wi-fi e, sobretudo, a potência de transposição de dados obtida com a web 2.0 nos permitiram alternativas aos métodos tradicionais de visualização de conteúdos esportivos (via televisão): por meio de celulares, tablets e outros dispositivos que podem se conectar à internet, inclusive aparelhos televisivos com capacidade de conexão (Kariyawasam e Tsai, 2016). Tais avanços propiciaram, de um lado, flexibilidade e facilidade de acesso, em especial para os interessados em esportes com pouco ou nenhum espaço nas grades televisivas; de outro, custos menores para produção e transmissão de conteúdo ao vivo por meio de plataformas e aplicativos utilizando *streaming*.

Em síntese, *streaming* (também chamado de *streaming media* ou *video streaming*) é a transferência de “qualquer conteúdo de áudio e/ou vídeo através de uma rede com base em protocolos de Internet” (Kariyawasam e Tsai, 2016). Austerberry (2005) define essa tecnologia como “a transmissão de algum conteúdo de áudio ou vídeo, gerado *ao vivo* ou pré-gravado,⁷ direto para o espectador em um fluxo contínuo. Não há necessidade de receber previamente o conteúdo para depois assistir”. Esse conceito aplica-se à transmissão de TV (broadcasting), bem como por internet (*webcasting*).

O *streaming* apresenta uma diferença básica em relação ao download. O download requer que o computador copie (baixe) o arquivo inteiro no disco rígido antes de poder ser acessado.

7 As transmissões ao vivo combinam imagens geradas ao vivo com outras, pré-gravadas, como imagens de arquivo, replays, reportagens em videoteipe etc.

Já o *streaming* não exige que o conteúdo seja armazenado previamente. O usuário visualiza e escuta o conteúdo em tempo real à medida que ele está sendo transferido. A transmissão de conteúdos por *streaming* a partir de aparelhos móveis como celulares, laptops e tablets, sobretudo quando habilitados para alcance 4G, vem possibilitando um gradual reordenamento nos comportamentos de visualização. Isso, por sua vez, influencia as formas como as redes de televisão consolidadas criam, produzem, agendam e oferecem seus programas (Sorensen, 2016).

Não obstante esse cenário em constante rearranjo, seria precipitado presumir que há necessariamente competição ou regime de exclusão entre a transmissão esportiva ao vivo por *streaming* via internet e o esporte ao vivo difundido por broadcast. França (2009) adverte:

[...] a experiência histórica vem mostrando que novos meios não vêm substituir formas anteriores, mas provocar modificações e adaptações, reconfigurando continuamente o ambiente midiático de uma sociedade. Diferentes mídias se alimentam e se estimulam reciprocamente; a TV tem sabido conviver bem com a Internet, se apropriar de seus recursos e estabelecer com ela uma relação não de concorrência, mas de extensão (p. 28).

Sorensen (2016) afirma que “nunca a TV foi tão assistida ou interagiu tanto como nos dias atuais. Ou, dizendo de modo mais correto, a TV hoje passa muito mais horas ligada nos lares britânicos do que anteriormente”. Para ele, a questão central diz respeito a uma espécie de multivisão praticada pela audiência numa variedade de aparelhos simultaneamente, o que demonstraria que mais conteúdos estão sendo consumidos em mais equipamentos.

Uma faceta deste debate que nos parece relevante é apresentada por pesquisadores de uma área ligada a aspectos qualitativos da tecnologia *streaming*. Eles indicam que a transmissão de vídeo é considerada um dos serviços mais almejados entre usuários com dispositivos portáteis (como smartphones e tablets) que vêm utilizando-os com frequência para fins de entretenimento. Usman *et al.* afirmam que os usuários querem utilizar a capacidade máxima de seus dispositivos para desfrutar toda qualidade possível de serviços prometidos pelas operadoras. Os autores citam uma pesquisa apontando que, em 2014, a parcela dedicada ao vídeo dentro do tráfego de dados móveis foi de 64%, e provavelmente crescerá nos anos subsequentes.

1.3 As transmissões por *streaming*

O cenário contemporâneo de transmissão de esportes ao vivo é marcado por um intenso consumo e uma oferta cada vez maior de exibições on-line.

Por meio da plataforma da WSL, o usuário “solicita” as imagens para o servidor de multimídia e, após poucos segundos, passa a recebê-las. Pelo *webcasting*, as imagens de um evento podem chegar a numerosas partes do mundo. Nos últimos anos, a fim de reduzir custos

de transmissão e de logística, alguns canais de televisão⁸ utilizaram as imagens geradas por essa tecnologia. Contudo, a fluidez na reprodução de imagens mostra-se problemática, se comparada ao sinal de satélite.

Prever o volume de tráfego e provisionar banda de rede suficiente para grandes audiências têm sido os maiores desafios enfrentados por plataformas que utilizam o *streaming* em transmissões esportivas. O volume de tráfego e de provisionamento são diferentes para cada provedor, dependendo de questões como localização geográfica, parcerias de rede e número de clientes. As cargas também são diferentes devido a características específicas do evento, como horário e popularidade de cada esporte. Por exemplo, em abril de 2019, por ocasião da primeira transmissão de uma partida de futebol do Flamengo exclusivamente pela rede social digital Facebook, foram bastante noticiados tanto o alto número de acessos quanto os problemas técnicos enfrentados pelos usuários.⁹

Se, de um lado, para lidar com os desafios tecnológicos em busca de audiência as plataformas exibidoras são obrigadas a enfrentar um cenário pouco desenvolvido, de outro, para se comunicar com os web participantes ou fãs¹⁰, essas mesmas plataformas podem se beneficiar de modelos e de padrões de transmissão esportiva já amadurecidos. É com essa estrutura consolidada na televisão com outras modalidades que o caso do surfe dialoga.

2. Surfe, cobertura televisiva e transmissão ao vivo por streaming

A decisão do Comitê Olímpico Internacional de incluir o surfe no programa dos Jogos Olímpicos de verão previstos para Tóquio em 2021 reacendeu um debate em torno da *profissionalização do surfe* e de sua adesão a formatos altamente esportivizados, comerciais e midiáticos (Fortes, 2011). Disputas simbólicas envolvendo a preservação de uma atividade de lazer integrada à natureza e associada à contracultura versus a massificação de um esporte competitivo com alto apelo estético visual são recorrentes. Na síntese de Booth (2005), tratar-se-ia dos

[...] paradoxos de uma cultura que celebra liberdade social, escape do trabalho maçante e interação harmoniosa com a natureza, e que simultaneamente propaga acumulação capitalista, competição e exploração em seus modos de organização econômica e política (p. 105).

As discussões acerca da *mercantilização* do surfe e da *atletização* do surfista de alto rendimento propõem indagações a respeito de como televisionar e transmitir o surfe competitivo.

8 Em entrevista concedida a um dos autores deste artigo, em 08/08/2017, o comissário de prova da WSL, Renato Hickel, informou que o canal a cabo *ESPN Brasil* compra os direitos de transmissão por *streaming* ao vivo e exibe diretamente para seus assinantes. Trata-se de uma lógica inversa ao que normalmente acontece com transmissões televisivas que são exibidas em dispositivos conectados à internet.

9 Disponível em: <<https://www.lance.com.br/flamengo/fla-facebook-transmissao-chega-milhao-views-mas-criticada.html>>. Acesso em 9 jan. 2020.

10 Conforme Vimieiro (2019), “por diversas razões históricas e conceituais, pouco foi produzido até o presente momento sobre a relação de torcedores e fãs de esporte em geral com a internet e novas tecnologias” (p. 218).

Tais questões compõem o contexto em que a Liga Mundial de Surfe decidiu produzir por conta própria e exibir ao vivo via tecnologia *streaming* todas as competições do Circuito Mundial. Até 2005, quando o Circuito Mundial ainda era regido pela ASP, nenhuma etapa havia sido transmitida ao vivo em sua integralidade, fosse por internet ou televisão.

Transmitir esses campeonatos representa um desafio tecnológico, uma vez que eles possuem particularidades, se comparados a outros *tours* esportivos. Destacamos quatro delas:

1) Nos últimos anos, algumas etapas do Circuito ocorreram em lugares remotos e/ou periféricos (como Jeffrey's Bay, Fiji, Bali e Taiti), com escassez de infraestrutura tecnológica e de mão de obra técnica com experiência. Esse cenário obriga os organizadores/patrocinadores a custearem as despesas com transporte e acomodação de equipe e equipamentos.

2) Cada etapa tem um período (janela) de 11 dias para ser realizada. Apesar dos avanços nos serviços de previsão meteorológica e das condições do mar (maré, ondulações e vento), frequentemente fases das competições são canceladas e retomadas horas ou dias depois de seu início. Isso decorre do caráter impreciso das previsões climáticas e, em alguns casos, de fenômenos da natureza. A etapa realizada em 2015, em Jeffrey's Bay (África do Sul), por exemplo, teve a final cancelada devido a um incidente envolvendo um tubarão e um dos finalistas. Dois anos depois, uma bateria de quartas de final no mesmo local foi paralisada durante mais de 30 minutos, até que o tubarão flagrado pelos drones e pela equipe responsável pela segurança marinha abandonasse a área da prova. Baterias já foram interrompidas devido à neblina (que impedia que os juízes enxergassem os atletas no mar), ventania e ondas grandes ou pequenas demais, entre outros fatores. De um lado, esse tipo de incidente interfere no cronograma do evento, de outro, gera imagens de impacto que são exploradas midiaticamente.

3) Uma etapa é composta por várias fases. Em cada fase, há baterias com dois ou três surfistas se enfrentando. O tempo total de competição durante uma etapa, somando-se todas as baterias das categorias masculina e feminina,¹¹ chega a aproximadamente 60 horas.¹²

4) As regras de competição e os critérios para determinar o vencedor de uma bateria são pouco objetivos (“fluidez de percurso”; “radicalidade de manobras”; “beleza plástica e harmonia durante o trajeto na onda”). Cada onda surfada por um competidor recebe notas (de 0 a 10) de cinco juízes. Esse corpo de jurados é coordenado por um juiz chefe, responsável por orientar e controlar parâmetros numéricos para evitar discrepância de notas. Separados por cabines, os cinco juízes lançam notas individualmente por meio de um sistema informatizado. O número mais alto e o mais baixo são descartados e o surfista recebe a média dos três escores restantes. Não há limite no número de ondas que podem ser surfadas durante uma bateria, mas somente as duas melhores ondas de cada competidor são computadas para que seja designado o vencedor. As notas do julgamento, que são exibidas por inserção de caracteres e grafismos durante a transmissão ao vivo, também são comentadas, avaliadas (e, em raros casos, criticadas e problematizadas) pelos comentaristas, narradores e repórteres.

Ressaltamos que o sistema de competição e julgamento foi descrito em linhas muito gerais nestes parágrafos no intuito de delinear parte da complexidade envolvida na transmissão

11 A maioria das etapas tem campeonatos de homens e mulheres. Em algumas, contudo, há apenas um campeonato (de homens *ou* de mulheres).

12 A duração das baterias de uma etapa é decidida em função das condições do mar e da previsão de disponibilidade de boas ondas nas horas e dias seguintes – em geral, dura 30 minutos, mas pode ser 25 ou chegar a 45. Em geral, todas as baterias de uma mesma fase têm a mesma duração – as variações de tempo ocorrem de uma fase para outra.

e na midiaticização de competições de surfe.

2.1 A plataforma/aplicativo da WSL e seu funcionamento técnico

A Liga Mundial de Surfe enuncia nos seguintes termos a proposta de transmissão que realiza em sua plataforma digital:

- Trazer o atletismo, o drama e a aventura do surfe profissional para os fãs de todo o mundo;
- Promover surfistas profissionais como atletas de renome mundial;
- Celebrar a história, a elite dos atletas, a pluralidade dos fãs e os dedicados parceiros que, juntos, incorporam o surfe profissional.¹³

Para que as transmissões ao vivo possam ser visualizadas, o site da empresa dispõe de forma gratuita o download de aplicativos para aparelhos que funcionem com sistemas operacionais *Android* ou *iOS*. As transmissões podem ser visualizadas em equipamentos móveis conectados à internet por wi-fi ou 4G e em computadores ou aparelhos televisivos dotados de conexão à web.

Nos computadores ou aparelhos televisivos, o site da plataforma de transmissão pode ser acessado por navegadores como *Chrome*, *Firefox*, *Safari*, *Opera* e *Internet Explorer*. Similarmente aos circuitos principais de tênis (ATP e WTA) e de automobilismo (Fórmula 1), as competições acontecem em diferentes continentes e os eventos ao vivo são transmitidos em horários que incidem de forma distinta nos fusos dos diversos países. Por exemplo, uma competição com transmissão ao vivo iniciada às 7 horas da manhã no Havaí é simultaneamente exibida no Brasil a partir das 11 da noite. Tal variação impede muitos interessados de assistirem à transmissão em *tempo real*, mas eles podem fazê-lo posteriormente graças a recursos da plataforma. A WSL armazena integralmente a transmissão das baterias em seu site. Assim, todo o conteúdo da competição fica arquivado e disponível para acesso durante a temporada anual em curso.¹⁴ Inclusive, ao se acessar a seção de resultados do site, não aparecem automaticamente os placares das baterias e das fases – isso só se dá após o usuário clicar em “ver notas” –, de forma que é possível assistir aos vídeos sem saber de antemão o resultado.

O cadastramento como usuário não é requerimento obrigatório para que se possa baixar o aplicativo, mas o internauta que opta por informar endereço eletrônico, perfil em redes sociais ou conta em serviços de mensagem recebe e-mail ou alertas sobre as transmissões e pode usufruir das conversas no espaço de chat da WSL. A plataforma estimula o cadastramento e/ou

13 Disponível em: <<http://www.worldsurfleague.com/pages/faq>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

14 Até o momento, trata-se de uma postura inusual entre as entidades esportivas e/ou detentoras dos direitos de transmissão das competições. A nosso ver, essa disponibilidade de fontes torna as transmissões do surfe um objeto ímpar para os interessados em pesquisar diferentes aspectos das relações entre comunicação e esporte. Em março de 2020, o site disponibilizava, na íntegra, as transmissões das etapas dos circuitos de 2015 a 2019. Não sabemos por quanto tempo essa documentação permanecerá disponível de forma aberta e gratuita (ainda mais sendo um acervo completo).

estabelecimento de vínculos (clique em “curtir ou “seguir”) em redes sociais digitais:

Você também pode se inscrever na nossa lista de endereços para receber alertas de eventos *ao vivo* e notícias WSL, além de nos seguir nos meios de comunicação social: *Facebook*: facebook.com/wsl; *Twitter*: twitter.com/wsl; *Instagram*: instagram.com/wsl; *Snapchat*: [worldsurfleague](https://www.snapchat.com/add/worldsurfleague).

Dispositivos móveis como smartphones, tablets e laptops que desfrutem de conexão à internet são equipamentos que combinam múltiplos aplicativos tanto para o usuário assistir conteúdo audiovisual por *streaming* como para se comunicar em redes sociais. Essas características os distinguem de aparelhos televisivos, mesmo os televisores com capacidade de conexão à internet (*smart TVs*).

Além de enumerar recursos e particularidades da plataforma da WSL ao transmitir seus eventos ao vivo por *streaming*, chamamos a atenção para o papel das mídias sociais nas comunidades de esportes radicais como o surfe. Enquanto dispositivos como tablets, celulares e laptops desfrutem da interatividade (envio e recebimento de comentários e dados) e da participação da audiência como um recurso muito presente, o broadcast tradicional precisa recorrer a uma segunda tela para alcançar tal benefício.

Para Thorpe (2016):

Os adeptos dos esportes de ação sempre participaram ativamente do consumo e da produção de meios culturais de nicho. A proliferação de novas tecnologias de mídia está criando um senso de comunidade entre entusiastas e público em contextos locais, nacionais e globais (p. 554).

Como os eventos são transmitidos ao vivo para diversos países e a transmissão incide em diferentes fusos horários, a WSL adota um procedimento padrão: minutos antes das competições se (re)iniciarem, todos os usuários cadastrados recebem no dispositivo com o aplicativo da WSL um alerta (notificação). A divulgação por meio de envio de mensagens também é acionada nas plataformas de mídia social, como o Facebook e o Twitter, e por e-mail.

3. A transmissão da final da etapa de 2017 na África do Sul

Em 20 de julho de 2017, na praia de Jeffrey's Bay, na África do Sul, o surfista brasileiro Felipe Toledo disputou com o português Frederico Moraes o título da 6ª etapa do Circuito Mundial. A transmissão ao vivo por *streaming* na plataforma da WSL foi disponibilizada em inglês e português, e “retransmitida ao vivo” neste último idioma em ao menos dois países por canais de televisão a cabo: Brasil (*ESPN Brasil*)¹⁵ e Portugal (*Sportv3*).

15 A *ESPN Brasil* transmite os campeonatos dos homens, enfoque deste artigo. Os das mulheres às vezes são transmitidos na íntegra, às vezes não. Há uma notável carência de trabalhos – inclusive em inglês, francês e espanhol – sobre as transmissões dos campeonatos de mulheres no surfe.

Segundo o comentarista Klaus Kaiser, 70 pessoas fazem parte da equipe de transmissão de uma etapa.¹⁶ Esse número refere-se a jornalistas, comentaristas, cinegrafistas, editores, técnicos em computação gráfica e repórteres. Os eventos são captados e transmitidos por seis¹⁷ câmeras – incluindo câmera aquática, drone e eventualmente câmeras de ação acopladas aos surfistas.¹⁸ Para termos um parâmetro: referindo-se à transmissão de partidas de futebol na televisão aberta brasileira, Ushinohama e Affini (2010) afirmam que “um evento externo precisa de um estúdio sobre rodas, um grande suporte técnico e um competente recurso de engenharia para transmitir direto e *ao vivo*” (p. 6). Segundo consulta a um comunicólogo que trabalha numa das principais redes de televisão do país, uma transmissão ao vivo na TV aberta envolve entre 50 e 60 profissionais, podendo chegar próximo a 100 em partidas particularmente importantes.¹⁹ A pesquisadora Tatiana Ushinohama fez as mesmas estimativas, inclusive na diferença do total de trabalhadores envolvidos entre “um jogo no meio do campeonato” e “a final”.²⁰

Para auxiliar a compreensão do objeto de que estamos falando, fizemos uma decupagem e elaboramos categorias gerais (não excludentes), apresentadas na Tabela 1.²¹ A transmissão durou 50 minutos, sendo 40 de disputa da bateria.

16 Entrevista por telefone concedida a um dos autores do artigo, em agosto de 2017, pelo comentarista Klaus Kaiser, que integra a equipe das transmissões.

17 Este número pode variar para menos ou para mais.

18 Entrevista por telefone concedida a um dos autores do artigo, em agosto de 2017, pelo comentarista Klaus Kaiser, que integra a equipe das transmissões.

19 O profissional solicitou que não citássemos seu nome. Troca de e-mails com um dos autores deste artigo em março de 2020.

20 Troca de e-mails com um dos autores deste artigo em março de 2020.

21 Realizamos a decupagem de um arquivo audiovisual com 50 minutos de duração coletado no endereço: <<http://www.worldsurfleague.com/events/2017/mct/1900/corona-open-j-bay/heatanalyzer>>. Acesso em 22 mar. 2020.

Tabela 1: Decupagem da transmissão da final

Tempo total durante a transmissão	O que está na tela / recursos visuais
30 segundos	Apresentação prévia dos finalistas.
5min47seg	Transmissão ao vivo das ondas surfadas.
15min24seg	Replay de ondas surfadas.
34min20seg	Inserção de grafismos: notas de juízes, dados sobre competidores (peso, altura, país, posição no ranking; colocações obtidas na etapa em anos anteriores etc.).
2min50seg	Entrevistas com o treinador do surfista Frederico Moraes e com o campeão mundial de 2016, John John Florence. Tais entrevistas foram exibidas em formato <i>picture in picture</i> (tela sobre tela), de modo que a transmissão das ondas surfadas pudesse ser acompanhada caso ocorressem no mesmo instante, o que não chegou a acontecer (ver Imagem 1). ²²
9min50seg	Premiação do surfista vencedor e do segundo colocado.

Imagem 1 – Picture in Picture

Cada transmissão de final começa com uma retrospectiva de 30 segundos apresentando os contendores. Trata-se de uma edição montada com trechos de imagens captadas e arquivadas em fases anteriores. Segundo a perspectiva de Feuer (1983, *apud* Marriott, 1996), a utilização de imagens pré-arquivadas junto aos comentários e aos grafismos sobrepostos em

22 Dentro da transmissão de uma bateria, inclusive da final, há pausa para intervalos comerciais. Ou seja, a final continua (no surfe a contagem regressiva de tempo é contínua), mas a tela é ocupada por áudio e vídeo de comerciais. Caso se perca uma onda ou acontecimento considerado importante pela produção, ele é inserido em replay. Parece haver aqui uma diferença em relação às transmissões televisivas, no Brasil, da maioria das modalidades, nas quais a inserção de comerciais que interrompem áudio e vídeo ao vivo do jogo/esporte só se dá durante pausas na disputa (entre games ou sets, no tênis; durante pedidos de tempo e entre quartos, no basquete; etc.).

tela, em transmissão esportiva, caracterizaria um “evento televisivo altamente empacotado” e, por consequência, não inteiramente “ao vivo”.

Os programas de esporte, tal qual outros formatos ao vivo, como os boletins de notícias, contêm grandes segmentos de material gravado [...] Esses segmentos são “ao vivo” apenas no sentido restrito de que o tempo de transmissão coincide com o tempo de recepção [...] É a alternância desses segmentos com material “ao vivo” – a participação dos apresentadores; as discussões nas entrelinhas e a transmissão do próprio evento “como acontece” – que traz um aspecto de “colagem” de filme, vídeo e do “ao vivo” ao qual Feuer se refere (Marriott, 1996).

Esse caráter de “colagem”, alternando material pré-gravado e tomadas ao vivo, não faria tanto sentido se os comentaristas não lançassem mão do uso do tempo presente em seus comentários, mesmo quando se referem a uma imagem que não está sendo transmitida enquanto acontece:

Tabela 2: Trechos da transmissão da final

Trecho	Áudio (Narração de Joe Turpel)	Vídeo
1	<i>Vejam</i> aí o cara que representa Portugal! <i>Rasga</i> a onda em sua primeira virada! Frederico <i>tem</i> uma seleção de ondas impecável!	Imagens pré-gravadas de Frederico Moraes surfando em dias anteriores mais imagens do público torcedor levantando cartelas com notas simulando um julgamento.
2	Felipe Toledo: o jeito que ele <i>surfa</i> é tão à vontade mexendo seu equipamento na onda! Tanta pressão colocada na rabeta da prancha nessa manobra!	Corta para Felipe Toledo concentrado olhando o mar. Imagens pré-gravadas dele competindo em fases anteriores mais inserções de vinhetas gráficas finalizando o trecho da “retrospectiva” e fazendo transição para a transmissão ao vivo.
3	É o grande momento pelo qual esperávamos! A final do Corona Jeffrey’s Bay está começando!	Plano geral do campeonato, com público assistindo da areia e do palanque de competição. Em seguida corta para a imagem do narrador e do comentarista que falam ao vivo sentados com fones de ouvido.

Em seguida ao trecho 3 acima, o narrador Joe Turpel apresenta a si mesmo e ao comentarista, “o ex-campeão mundial Martin Potter” (também conhecido como Pottz). Trata-se de um esquema similar ao já consolidado em transmissões esportivas, em que vemos dois comentaristas sentados lado a lado (exceto que não estão atrás de uma bancada), conforme a imagem a seguir.

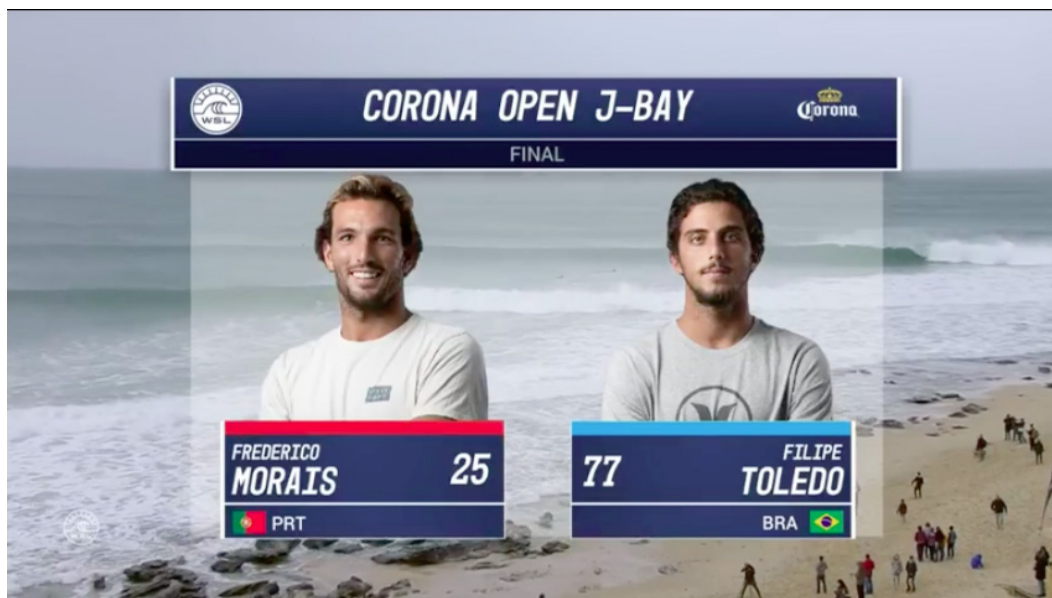
Imagem 2: Joe Turpel e Martin Potter, narrador e comentarista da transmissão em inglês.



Logo depois de se apresentarem e trocarem poucas frases, aparece o seguinte:

Tabela 3: Trechos da transmissão da final

Trecho	Áudio	Vídeo
4	Turpel: Pottz, o palco está pronto. Tivemos várias notas 10. Os dois atletas mais preparados até aqui vão brigar por um prêmio prestigiado: 10 mil pontos no ranking Jeep e 100 mil dólares. Vamos ver como será o desenrolar dessa disputa. Duas escolas diferentes de surfe na forma como abordam o estilo dessa onda. Potter: Pois é... exatamente... Duas maneiras diferentes de abordar a onda [...]	Computação gráfica mostrando fotos do rosto dos dois surfistas na final com as respectivas bandeiras de seus países e seus nomes sobrepostos à imagem das ondas ao vivo (Imagem 3). Essa sobreposição de imagens perdura durante 30 segundos de comentários.

Imagem 3: Grafismos com imagens dos finalistas

Os recursos não parecem diferir daqueles utilizados para introdução dos contendores em transmissões televisivas de lutas de boxe e MMA ou partidas de tênis, por exemplo.

Essas falas introdutórias e as do minuto subsequente, a respeito da primeira onda surfada na final por cada atleta,²³ embaralham três dimensões estudadas pela narratologia: crônica, mimese e enredamento. Segundo Ryan (1993):

Enquanto crônica, a narrativa enumera eventos e satisfaz a curiosidade do leitor para *o que* acontece no universo em questão. Na dimensão mimética, o texto se concentra no *como*. Neste caso, a narrativa confere presença e vivacidade ao evento narrado e permite que os “leitores” (espectadores/ouvintes) formem uma imagem mental através da qual eles possam participar de maneira indireta nos eventos. O aspecto de enredamento, por fim, organiza o narrado em um “desenho estrutural” que torna os eventos inteligíveis para o público. Através deste “desenho estrutural”, o texto narrativo satisfaz a demanda do leitor (espectador/ouvinte) para o *porquê* dos eventos. O desenvolvimento proporcional dessas três dimensões é altamente variável entre os diversos tipos de textos narrativos e aponta as diferentes formas de abordagem.

Nas transmissões da WSL observamos uma predominância narrativa de *crônica*. Esse modo talvez se deva ao caráter imprevisível, tanto das disputas esportivas em geral quanto da subjetividade envolvida na atribuição de notas e determinação de um vencedor nas disputas entre surfistas. Não são poucas as situações em que o resultado determinado pelos juízes gera polêmicas e reclamações por parte dos competidores envolvidos e, sobretudo, do público que

23 Não transcrevemos tais falas na íntegra devido ao espaço que ocupariam dentro deste artigo.

assiste às transmissões²⁴

Diante dessas circunstâncias, os comentaristas e narradores são orientados pela WSL a evitar emitir juízo de valor sobre as notas atribuídas pelos juízes.²⁵ Para adotar uma narração compatível com os critérios e as exigências da WSL, os comentaristas são orientados para que evitem especular, logo após a onda ser surfada, sobre qual será a nota do competidor. Segundo Renato Hickel, chefe dos juízes da WSL, “o ideal é que o comentarista aguarde que os juízes lancem a nota para que possa debater o assunto”. Isso gera um desafio aos que falam durante a transmissão: permanecer numa zona de fronteira entre a mediação, o entretenimento e a abstenção de avaliação sobre as notas.²⁶ Para Ryan (1993), “de todas as formas de representação verbal, nenhuma requer tanta simultaneidade quanto a transmissão esportiva *ao vivo*. A transmissão esportiva *ao vivo* pode ser comparada a um programa de computador operando em tempo real.”

Apesar de a orientação da WSL visar à inibição de polêmicas em desfavor do corpo dos juízes, alguns comentaristas acabam apresentando suas posições de forma indireta:

Potter: Toledo precisaria de um 8,8 para ampliar sua vantagem sobre Moraes... Não acho que ele tenha conseguido essa nota...

Turpel: A última onda do Toledo foi 7,6, Pottz. Como você imaginou, não mudou os pontos que o Moraes precisa para virar. Será que ele vai ter outra chance?

Outro elemento presente no comentário nas transmissões de surfe consiste em fomentar o caráter de imprevisibilidade de um embate esportivo, reforçando a ideia de uma *disputa não decidida* – mesmo que, às vezes, retrospectivamente. Nos segundos finais da competição, o comentarista Martin Potter fala em tom celebrativo:

Que final! Com múltiplas mudanças de líder. Frederico marcou 9,4 em uma onda, assumiu a liderança, mas a resposta de Toledo foi importante para recolocá-lo na liderança. E o campeonato termina. Um dos melhores eventos que já tivemos em Jeffrey's Bay. O Corona Open J'Bay vai para Felipe Toledo!

Após essa caracterização da bateria final como uma disputa cujo resultado esteve sempre em aberto, seguiram-se 10 minutos de transmissão, incluindo a cerimônia de premiação. Em seguida, entrou no ar um “pós-show” com duração de cerca de 30 minutos.

24 Em várias etapas, é comum haver na janela de chat disponibilizada pela plataforma WSL numerosas mensagens de descontentamento com o julgamento.

25 Entrevista por telefone concedida a um dos autores do artigo, em agosto de 2017, pelo comentarista Klaus Kaiser, que integra a equipe das transmissões.

26 A tarefa de narrar torna-se, portanto, ainda mais complicada.

Considerações finais

Para além de uma forma tecnológica de difusão de eventos esportivos no exato momento em que eles acontecem, a transmissão televisiva de esportes ao vivo constitui um fenômeno social complexo e amplamente disseminado. Sua consolidação, fortalecida ao longo de décadas pela transmissão em esfera global de megaeventos como Jogos Olímpicos e Copas do Mundo de futebol masculino – mas também de eventos com popularidade específica entre regiões do mundo e/ou setores da população, como certas disputas de boxe, críquete, tênis, golfe, ciclismo, hóquei no gelo e automobilismo –, difundiu comportamentos narrativos e formas de mostrar que percebemos nas transmissões de surfe por *streaming* ao vivo.

Nas transmissões da plataforma WSL, identificamos um certo embaralhamento entre a importação de modelos do esporte televisivo e a experimentação de exibir uma competição de surfe para a comunidade de surfistas, apreciadores e novos espectadores espalhados por todos os continentes. A nosso ver, esse embaralhamento ocorre, sobretudo, por se tratar de uma ação inovadora – durante o século XX, nenhuma competição mundial de surfe fora transmitida na íntegra para diversos países por televisão com sistema broadcast.

De um lado, diversos componentes do “léxico” da transmissão esportiva do *ao vivo* televisivo elencados por Whannel (2005), como “preliminares, discussão intermediária e desfecho; a repetição da câmera lenta em múltiplos ângulos nos momentos de pico e de entusiasmo; o registro de estrelas em primeiro plano, celebridades, cenas que manifestam moda, glamour, saúde, [...] estilo de vida”, estão presentes na transmissão por *streaming* da WSL, sugerindo uma importação de padrões gerais. De outro, ao lançar mão de câmeras de ação, drones, câmeras aquáticas, janelas para interatividade on-line entre fãs, contratação de comentaristas não oriundos do campo do jornalismo, entre outras medidas, a WSL *performa* experimentalmente na transmissão ao vivo. Ao praticar tais *inovações*, a empresa não somente investe na retórica da “plasticidade singular” do surfe, como reitera a fala sobre si que reivindica um papel central na promoção desse esporte, do circuito e dos atletas, conforme discutido no item 2.1.

Emissoras de TV a cabo retransmitindo o *streaming* dos campeonatos de surfe, bem como o embaralhamento entre as incidências do esporte ao vivo televisivo e as experimentações da transmissão da WSL, também podem ser vistas como desdobramentos da polêmica imbricação entre televisão broadcast e televisão convergente. A questão requer exame específico, devido à multiplicidade de entrelaçamentos entre TV e internet, inclusive na área esportiva. No Brasil, ela carece de aprofundamento nos estudos do esporte na Comunicação – que dirá nos estudos históricos do esporte.

Ao abordar alguns problemas e desenvolver outros, este artigo busca contribuir para o desenvolvimento dos estudos históricos do esporte no Brasil, os quais enfatizam muito os periódicos impressos, mas pouco se debruçaram, até hoje, sobre as programações radiofônica e televisiva, incluindo as transmissões ao vivo, bem como sobre seus aspectos narrativos e os modos pelos quais tais formas de *contar/narrar/transmitir* o espetáculo esportivo mediaram nossas compreensões desse fenômeno popular (Melo *et al.*, 2013; Santos, 2013). Uma exceção é a coletânea organizada por Hollanda *et al.* (2013).

A inexistência, até o momento, de trabalhos científicos que estabeleçam o que é o padrão de transmissão de esportes (nem sequer o de futebol) ao vivo na televisão brasileira impõe limites a nosso esforço de caracterização das transmissões do surfe e de exploração

de possíveis particularidades. Sobretudo na Comunicação, há exceções enfocando casos específicos (Ushinohama, Affini, 2010; 2011).

Os principais avanços ao tratar de aspectos técnicos, estéticos, imagéticos e narrativos foram realizados por Silveira (2013) e Ushinohama (2014). Discussões sobre que sons e imagens formam a transmissão quando a bola está parada e sobre posicionamento de câmera e enquadramento das imagens que preenchem as transmissões estão entre as relevantes contribuições desses trabalhos. São dissertações de mestrado valorosas, voltadas para a partida derradeira da fase final das Copas do Mundo de futebol masculino, que ocupa um de cada 48 meses do calendário esportivo,²⁷ e com as limitações de escopo de pesquisas finalizadas em dois anos.

Por fim, este artigo evidencia como a abordagem de novos objetos e recortes temporais permite lançar novas questões para os estudos históricos do esporte. Ao nos aproximarmos do final do século XX e adentrarmos no XXI, torna-se mais difícil separar o campo esportivo de sua mediação pelos meios de comunicação – ambos, aliás, integrantes do mercado de entretenimento, ainda que o discurso purista de muitos jornalistas e de alguns pesquisadores tenda a localizar a cobertura esportiva exclusivamente no âmbito jornalístico – em tese, separado da opinião e do entretenimento. A abordagem de experiências do exterior, bem como o uso de bibliografia dando conta da história das transmissões esportivas em diferentes países e continentes, também contribui para jogar luz sobre as especificidades (ou não) do que ocorre no Brasil, seja nas transmissões próprias, seja nas retransmissões – com variados graus de intervenção e adaptação, como é o caso da veiculação em português das transmissões por *streaming* de competições da WSL.

Referências bibliográficas

AUSLANDER, Philip. *Liveness: Performance in a mediatized culture*. 2nd. Edition. London: Routledge, 2008.

AUSTERBERRY, David. *The Technology of Video & Audio Streaming*. Burlington: Focal Press, 2005.

BOOTH, Douglas. Paradoxes of Material Culture: The Political Economy of Surfing. In: NAURIGHT, John; SCHIMMEL, Kimberly S. (ed.) *The Political Economy of Sport*. Basingstoke and New York, Palgrave Macmillan, 2005, p. 104-25.

BOYLE, Raymond; HAYNES, Richard. *Power Play: Sport, the Media and Popular Culture*. 2nd. ed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009.

CAUGHIE, John. *Television drama: Realism, modernism, and British culture*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

27 Isto é, abordam exceções (uma partida disputada a cada 48 meses) e não a *regra* (as transmissões realizadas durante 47 meses a cada quatro anos de disputas futebolísticas).

FORTES, Rafael. *O surfe nas ondas da mídia: esporte, juventude e cultura*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

GOLDLUST, John. Sport as Entertainment: The Role of Mass Communication. In: ROWE, David (ed.). *Critical Readings: Sport, Culture and the Media*. Maidenhead: Open University Press, 2004, p. 27-47.

GRUNEAU, Richard. Making Spectacle: A Case Study in Television Sports Production. In: WENNER, Lawrence (ed.). *Media, Sports & Society*. Newbury Park: Sage, 1989, p. 134-154.

FRANÇA, Vera V. A Televisão Porosa – Traços e Tendências. In: FREIRE FILHO, João (org.). *A TV em transição: tendências de programação no Brasil e no mundo*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de *et al.* (Org.). *Olho no lance: ensaios sobre esporte e televisão*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

Kariyawasam, Kanchana; TSAI, Matthew. Copyright and live streaming of sports broadcasting. *International Review of Law, Computers & Technology*. Vol. 31, n. 3, p. 265-288, 2017.

KINKEMA, Kathleen M.; HARRIS, Janet C. MediaSport Studies: Key Research and Emerging Issues. In: WENNER, Lawrence (ed.). *MediaSport*. London: Routledge, 1998, p. 27-54.

MACHADO, Arlindo. *A televisão levada a sério*. São Paulo: Senac, 2000.

MARRIOTT, Stephanie. Time and time again: “live” television commentary and the construction of replay talk. *Media, Culture & Society*. January 1, 1996.

MATTOS, Sérgio. *História da televisão brasileira*. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MELO, Victor Andrade de. Causa e consequência: esporte e imprensa no Rio de Janeiro do século XIX e década inicial do século XX. In: HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de; MELO, Victor Andrade de (Org.). *O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 21-51.

MELO, Victor Andrade de *et al.* *Pesquisa histórica e história do esporte*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2013.

MELO, Victor Andrade de. *Cidade Sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2001.

MILLER, Toby *et al.* *Globalization and Sport*. London: Sage, 2001.

ROWE, David (ed.). *Critical Readings: Sport, Culture and the Media*. Maidenhead: Open University Press, 2004.

RYAN, Marie-Laure. Narrative in Real Time: Chronicle, Mimesis and Plot in the Baseball Broadcast. *Narrative*. Vol. 1, n. 2, p. 138-155, May 1993.

SANTOS, João M. C. Malaia. Televisão paga e as 24 horas do mundo esportivo. In: HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de; SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia dos; TOLEDO, Luiz Henrique de; MELO, Victor Andrade de (Org.). *Olho no lance: ensaios sobre esporte e televisão*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013, p. 148-167.

SORENSEN, Inge Ejbye. Content in context: The impact of mobile media on the British TV industry. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*. 2016. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1354856516681703>>. Acesso em 15 mar. 2020.

SILVEIRA, Márcio Telles da. *A recriação dos tempos mortos no futebol pela televisão: molduras, moldurações e figuras televisivas*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

THORPE, Holly. Action Sports, Social Media, and New Technologies: Towards a Research Agenda. *Communication & Sport*, v. 5, n. 5, p. 554–578, March 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/2167479516638125>>. Acesso em 31 mar. 2020.

USHINOHAMA, Tatiana Zuardi. *A narrativa audiovisual da transmissão direta e “ao vivo” da Copa do Mundo da FIFA: comparação entre a televisão analógica e a digital*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2014.

USHINOHAMA, Tatiana Zuardi; AFFINI, Letícia Passos. Futebol: aspectos da linguagem audiovisual nas transmissões esportivas. *Anais do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste*. Intercom: Vitória, 2010. Disponível em: <<http://intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2010/resumos/R19-1020-1.pdf>>. Acesso em 24 mar. 2020.

USHINOHAMA, Tatiana Zuardi; AFFINI, Letícia Passos. Gerenciamento de uma transmissão televisiva futebolística após um Megaevento. *Anais do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste*. Intercom: São Paulo, 2011.

Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2011/resumos/R24-0446-1.pdf>>. Acesso em 24 mar. 2020.

USMAN, Muhammad Arslan *et al.* A No Reference Video Quality Metric Based on Jerkiness Estimation Focusing on Multiple Frame Freezing in Video Streaming. *IETE Technical Review*, v. 34, n. 3, p. 309-320, 8 Jun. 2016.

VIMIEIRO, Ana Carolina. A produtividade digital dos torcedores de futebol brasileiros: formatos, motivações e abordagens. In: FORTES, Rafael; VIANA, Juliana de Alencar (org.). *Repensando o lazer a partir da cultura digital*. Rio de Janeiro: Epapers, 2019, p. 217-252.

WHANNEL, Garry. Pregnant with anticipation: The pre-history of television sport and the politics of recycling and preservation. *International Journal of Cultural Studies*. December 1, 2005.

WHANNEL, Garry. *Fields in vision: television sport and cultural transformation*. London and New York: Routledge, 1992.

RECEBIDO EM: 31/03/2020

APROVADO EM: 23/04/2020

A TRAVESSIA DE SÃO PAULO A NADO (1924-1944) E O PROCESSO DE ESPORTIVIZAÇÃO AQUÁTICA PAULISTANA

Title: The swim across São Paulo (1924-1944) and the sportization of aquatic practices in the city

Daniele Cristina Carqueijeiro de Medeiros¹

Evelise Amgarten Quitzau²

Marcelo Moraes e Silva³

RESUMO

Neste artigo analisamos as transformações realizadas na “Travessia de São Paulo a Nado”, maior prova aquática realizada no rio Tietê, desde sua primeira edição, em 1924, até a última, em 1944. O objetivo foi evidenciar, a partir dessa competição, as transformações em curso nas práticas aquáticas realizadas no rio, que deixavam, pouco a pouco, de serem mero divertimento para se afinarem às lógicas do esporte moderno. As fontes utilizadas para o trabalho foram os jornais A Gazeta e Correio Paulistano. Na competição foram ajustadas regras, inseridos árbitros, realocadas as saídas, entre diversos outros aspectos. A combinação desses fatores adequou o evento às demandas do esporte moderno, embora o rio enquanto elemento da natureza proporcionasse incertezas acerca dos recordes e das marcas a serem obtidas.

Palavras-chave: História do Esporte; Natação; Cultura Física.

ABSTRACT

In this article we analyze the changes that occurred in the “Swimming across São Paulo”, the largest aquatic event held in the Tietê river, since its first edition in 1924, until the last one, in 1944. The aim was to highlight, from this competition the ongoing transformations in the aquatic practices carried out in the river, which were, little by little, no longer mere fun to be in tune with the logics of modern sports. The sources used for this article were the newspapers A Gazeta and Correio Paulistano. In the competition rules were adjusted referees were inserted, exits were relocated, among several other aspects. The combination of these factors adjusted the event to the requirements of modern sports, although the river, as an element of nature, provided uncertainties about the records and the marks to be obtained.

Keywords: History of Sport; Swimming; Physical Culture.

1 Doutoranda em Educação - UNICAMP. E-mail: danieli_ccm@hotmail.com.

2 Doutora em Educação - UNICAMP. Docente do curso de Licenciatura em Educação Física e do Programa de Mestrado em Educação Física do Instituto Superior de Educación Física, da Universidad de la República, Uruguai, e é pesquisadora Nível 1 do Sistema Nacional de Investigadores da Agencia Nacional de Investigación e Innovación (SNI/ANII). E-mail: eveliseaq@yahoo.com.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9789-6488>.

3 Doutor em Educação - UNICAMP. Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Educação Física - e do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFPR. E-mail: moraes_marc@yahoo.com.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6640-7952>.

Introdução

Os rios paulistanos figuraram na imaginação da população urbana ora como um lindo espetáculo da natureza, ora como perigo iminente àqueles que ousaram desafiá-los. Jorge (2006) e Sant'Anna (2007), argumentam que, no século XIX, com o desenvolvimento das pesquisas sobre a higiene e sobre a teoria microbiana, as águas do Tietê e seus afluentes foram interditadas, tanto por médicos e sanitaristas que temiam os perigos provenientes das águas, quanto pela segurança pública, que procurava evitar tragédias e afogamentos.

Havia, por outro lado, um uso crescente dos rios nesse período como locais de trabalho, meio de transporte, fornecimento de alimentação (JORGE, 2006; 2011; SANT'ANNA 2007; GOUVEIA, 2016). Os rios eram parte constituinte da cidade, ainda que remetessem a uma natureza rude e pouco controlável pelas mãos humanas. Havia certo descompasso entre a fúria das águas e as possibilidades de contê-las através da engenharia moderna, o que tornava os rios exóticos em meio ao cenário urbano que se desenrolava.

Vigarello (2019), ao analisar o contexto francês, indica que foi preciso um grande deslocamento de sensibilidades para que os rios fossem reabilitados para o uso humano. O historiador indica que desafiar as águas e refrescar os corpos passaram, pouco a pouco, a serem práticas possíveis nas águas fluviais, inclusive passando a ser vistas como uma forma de revigorar o corpo. Rauch (1995) salienta que um entendimento carregado de novas relações para com a natureza foi o que permitiu que os rios fossem admirados, contemplados e utilizados nesse cenário.

Por sua vez, Vigarello e Holt (2005) e Vigarello (2018a; 2019) argumentam que, na busca do revigoramento do corpo que a vida cidadina exigia, uma série de pedagogias corporais emergiram no contexto europeu a partir do fim do século XVIII. Rauch (1995) e Vigarello (2019) indicam que todas essas pedagogias passavam a valorizar os banhos nos rios como importante recurso de revitalização e higiene. Consideradas moralmente úteis, essas pedagogias, conforme evidencia Vigarello (2018a), poderiam proteger os indivíduos, visto que passavam a ser consideradas importantes aliadas da higiene e da saúde, marca central do projeto urbano que se consolidava no mundo ocidental.

Terret (1994; 1998) também segue essa linha argumentativa ao explorar o nascimento, a difusão e a institucionalização da natação na França a partir da segunda metade do século XIX. O autor salienta que foram essas novas sensibilidades e pedagogias que possibilitaram a utilização das águas dos rios como espaços de desafios aquáticos, que posteriormente deram origem a esportes como a natação.

Os desafios aquáticos inauguraram novos usos possíveis dos rios, fazendo emergir no contexto europeu da segunda metade do século XIX práticas como a natação e o remo (TERRET, 1994; 1998; VIVIER, 1998; 1999; PELAYO, 2010; MACHEMEHL, 2011). Existem evidências de que, na virada para o século XX, tais práticas também já eram realizadas no Brasil, como por exemplo, as notas encontradas nos jornais que relatavam desafios de pulos e de nado nas águas do Tietê (NATAÇÃO, 1898). Pouco tempo depois, a criação de clubes de regatas nas margens do Tietê e Pinheiros, sendo o primeiro deles o clube Esperia, em 1899, colaborou para o surgimento de inúmeras outras práticas da cultura física nos rios paulistanos, especialmente as mais esportivizadas, como a natação e o remo.

Nesse sentido, o objetivo desse artigo foi analisar as transformações em curso nas práticas da cultura física realizadas nos rios paulistanos, que paulatinamente deixavam de

serem mero divertimento para adentrarem nas lógicas do esporte moderno. Para esta análise, observaremos mais especificamente a Travessia de São Paulo a Nado, prova realizada no rio Tietê entre 1924 e 1928 e, posteriormente, entre 1932 e 1944.

Essa competição foi escolhida para representar tais transformações pois foi, à época, a prova mais importante da natação paulistana, e chegou a conjugar mais de 1500 nadadores em uma de suas dezoito edições. Neste evento, diversas foram as transformações ocorridas ao longo dos anos que acabaram por aproximá-la de uma prática mais esportivizada, ou seja, com regras mais bem definidas⁴. Foi também nesse espaço que surgiram importantes atletas como João Havelange, Maria Lenk, Sieglinde Lenk e Scylla Venâncio, que posteriormente participaram e representaram o Brasil nos Jogos Olímpicos (NICOLINI, 2001; DEVIDE; VOTRE, 2012).

A pesquisa, de cunho historiográfico, teve como fontes as edições dos jornais *Correio Paulistano* e *A Gazeta* publicadas no período recortado. Os jornais constituíram-se, ao longo do século XX no Brasil, em importantes fontes para pesquisas históricas. Nas investigações sobre São Paulo, Cruz (2000) ressalta que o movimento de crescimento e circulação de materiais impressos acompanhou o ritmo de desenvolvimento da cidade. Logo, os jornais e outros periódicos impressos foram responsáveis por divulgar novas imagens da cidade, que coincidiam com a modernidade que se pretendia estampar. Os esportes e outras práticas da cultura física se fizeram presentes nos jornais como símbolo dessa modernidade. Exemplo disso são os jornais *Correio Paulistano* e *A Gazeta*, que já nos primeiros anos do século XX inauguraram em suas páginas uma seção chamada *rowing*, dedicada a narrar apenas fatos ligados às práticas aquáticas.

O jornal *A Gazeta* teve importante participação na difusão de um “modo de ser paulistano”, principalmente pela difusão do lema que São Paulo “não podia parar”. Assim, retratar os esportes auxiliava a idealização de que a cidade emanava vigor físico, competitividade, competência e organização (TOLEDO, 2012). O seu modo de elaborar um jornalismo esportivo também foi bastante inovador. As páginas dedicadas às notícias esportivas sempre tiveram a intenção de ganhar feição popular, e suas narrativas, associadas à publicação de fotografias, reiteravam esse ideal a todo tempo (TOLEDO, 2012). Com papel importante na divulgação do futebol paulistano e também de outros esportes, o jornal, sob o comando de Casper Líbero⁵, também foi responsável por promover grandes eventos esportivos populares na cidade, como a Travessia de São Paulo a Nado, a prova ciclística 9 de julho, criada em 1933, e a prova de corrida de rua São Silvestre, cuja primeira edição ocorreu em 1925.

O jornal *Correio Paulistano* foi um dos maiores do Brasil e o primeiro a ser publicado diariamente na cidade de São Paulo. Criado por Joaquim Roberto de Azevedo Marques em 1854, o periódico circulou por mais de cem anos, com um total de 33.882 edições. Inicialmente, não havia relações evidentes do jornal com partidos políticos. Entretanto, a partir de 1890, ele se associou ao Partido Republicano Paulista (PRP) e tornou-se seu órgão oficial de divulgação; isso significava uma defesa dos princípios liberais, mas sem o abandono do conservadorismo

4 Segundo apontam Elias e Dunning (1992) o fenômeno da esportivização foi o processo pelo qual jogos, passatempos e divertimentos populares foram se transformando em práticas institucionalizadas e regradas.

5 Casper Líbero, advogado e jornalista, adquiriu *A Gazeta* ainda em 1918, e modernizou seu modo de produção, diagramação e impressão. Sua trajetória no jornalismo foi descrita por Toledo (2012) e Jayo (2003) como a de um “malabarista” político, ou seja, a de um jornalista que manobrava suas relações com o poder e a política de forma a concretizar o ideal de viabilizar seu projeto jornalístico.

proposto pelas elites (THALASSA, 2007). De acordo com Gois Júnior (2017), o fato de o jornal se autoproclamar porta-voz de uma visão política liberal e, dessa forma, representar uma identidade paulista, torna-o uma fonte relevante para a análise do projeto moderno proposto à cidade, em que se incluíam, certamente, a educação física e o esporte.

Uma cultura física para São Paulo

As transformações frementes que aturdiavam São Paulo, ligadas à sua urbanização, alteravam não só o cenário urbano e o uso dos rios, mas uma infinidade de modos e costumes, que precisavam se adequar à nova cidade que se formava (SEVCENKO, 2000). Logo, era urgente que uma cultura física se impusesse aos seus habitantes. Nesse sentido, nos valem nesse artigo do conceito de cultura física evidenciado por Kirk (1999, 2008) e Scharagrodsky (2014). Para esses autores, a cultura física é um terreno em que atores, agentes e grupos sociais colocaram em circulação um conjunto heterogêneo de significados voltados ao corpo. Assim, a conceituação é uma fonte de produção e reprodução do discurso corporal que tem como intenção legitimar os significados atrelados ao corpo humano.

No Brasil, mais especificamente em Curitiba, Moraes e Silva (2011, 2015), Moraes e Silva e Quitzau (2018) e Moraes e Silva, Quitzau e Soares (2018) analisaram os significados atrelados à cultura física⁶. Para os autores, seu despertar no Brasil tece relações com os processos de modernização, seguindo uma nova ordem urbana que se instalava no país. Foram encontradas distintas intenções de regulamentação e direcionamento das práticas realizadas na cidade, que eram promovidas por meio de discursos médicos, científicos, higiênicos e pedagógicos.

Isso posto, era patente que, numa São Paulo que também procurava se modernizar, novos significados deveriam ser atrelados ao corpo, principalmente relacionados à moral esportiva que despontava na cidade. Era necessário, portanto, inserir diretrizes morais e práticas às atividades realizadas, para que elas adentrassem o escopo adequado da cultura física pretendida.

Os clubes náuticos da cidade tinham como objetivo bem estabelecido organizar as competências e regras necessárias às “boas práticas” esportivas. Isso significava incutir aos associados noções sobre como ser esportivo, sobre os benefícios morais e higiênicos das práticas esportivas, aspectos relativos ao comportamento adequado durante uma disputa – tanto por parte dos atletas quanto dos torcedores – e sobre quais eram as práticas bem aceitas pelos clubes.

Vigarello (2018b), ao explorar historicamente o conceito de cultura física, indica que, com a emergência do esporte no fim do século XIX, o corpo passava a ser uma imensa máquina suscetível a diversas modulações possibilitadas pelo fenômeno esportivo. Para Vigarello (2002; 2018b), Bourdieu (2003) e Terret (2019), a prática esportiva precisava ser divulgada sob a égide de preceitos morais para que os objetivos de mobilização da juventude por meio de um projeto de viés educativo pudessem obter êxito. Logo, os clubes paulistanos

6 No que concerne ao conceito de cultura física e uma historiografia das práticas corporais no Brasil indica-se, para além dos trabalhos sobre a cidade de Curitiba, os artigos de Furtado, Quitzau e Moraes e Silva (2018), sobre Blumenau e o de Montenegro e Soares (2019) relativo a Fortaleza.

divulgavam com frequência seus “manuais de boas práticas”, que continham elementos como: o incentivo ao amadorismo (ORIENTAÇÃO...1940), a prática do esporte através do *fair play* (O QUE É...1936), o treinamento e a obstinação nas competições mesmo diante das derrotas (O VERDADEIRO...1932). Assim, é possível afirmar que os clubes esportivos se muniam dos discursos correntes a respeito do benefício do esporte e da prática de exercícios e, dessa forma, produziam sua própria definição de cultura física.

Essa cultura física, ao longo dos anos, tornou-se cada vez mais esportivizada. De acordo com Vigarello e Holt (2005), Kirk (2008), Vigarello (1995; 2008; 2018a; 2018b) e Terret (2019), ao longo do século XX houve uma mudança muito sensível de paradigmas, que foram das ginásticas aos esportes. Essa mudança levou décadas para ser completamente produzida e difundida, já que novas bases morais e filosóficas precisavam ser construídas.

Com relação à cultura física paulistana não foi diferente, e foi possível notar que, ao longo das primeiras décadas do século XX, uma esportivização das práticas aquáticas estava em pleno curso na cidade de São Paulo. Os eventos realizados no início do século pelos clubes de regatas ainda tratavam de forma difusa a ideia do esporte, de maneira que as atividades realizadas eram bastante distintas, como remo, natação, competição de pulos e até tiro aos pombos (CLUB..., 1904).

Com o tempo, as competições começaram a ser anotadas de outra forma nos jornais, com mais riqueza de detalhes, tendo a premiação divulgada e as categorias descritas:

As 2 horas e meia da tarde – *Match* em yoles gigs a 4 remos – 2.000 metros, contra a correnteza – Premio: medalha de prata aos vencedores [...] As 3 e meia horas da tarde – *Match* em yoles gigs e dois remos – 1.000 metros – medalha de bronze aos vencedores (ROWING, 1905, p. 5)

Mesmo que certas especificações comessem a aparecer na divulgação dos eventos náuticos, os primeiros festivais possuíam muito pouco das definições do esporte moderno, como a especificidade das regras, a marcação do tempo, a seleção de árbitros (GUTTMANN, 2004; LOUDCHER, 2008). A emergência do esporte moderno proporcionou uma profunda transformação que passou do “livre jogar” - a forma como os jogos eram realizados anteriormente, com regras pouco claras - para práticas com regras universais e pré-determinadas (ELIAS; DUNNING, 2002; VIGARELLO, 2008; 2018b; TERRET, 2019). Assim, o aprimoramento das regras – e, conseqüentemente, das práticas – foi um dos aspectos determinantes para a sua formação, como afirmam Elias e Dunning (1992), Bourdieu (2003), Vigarello (2002; 2018b), Guttmann (2004) e Terret (2019).

A criação de federações, confederações e ligas serviu aos intentos dessa racionalização e burocratização das práticas, que se tornava cada vez mais universal (GUTTMANN, 2004; LOUDCHER, 2008; VIGARELLO, 2018b; TERRET, 2019). É possível afirmar que o surgimento destes elementos regulamentadores transformou o modo como os clubes realizavam seus festivais, aproximando-os muito mais das práticas constituídas no arcabouço do esporte moderno. Não é anódino pensar, entretanto, que essas transformações se deram em momentos distintos, de forma não homogênea e que enfrentaram resistências.

As décadas analisadas nesse artigo conjugam um momento em que as práticas aquáticas na cidade de São Paulo ansiavam, particularmente através dos clubes e federações, por uma transformação, em que os elementos constituintes dos esportes se tornassem parte indissociável

das atividades realizadas, fato que não deixaria dúvidas sobre o caráter esportivo das atividades clubísticas.

Esse conjunto de fatores acabou por influenciar também as competições chamadas “travessias”, em que determinado trecho do rio era atravessado a nado pelos participantes. Diversas dessas provas⁷ existiram em São Paulo nas primeiras décadas do século XX, mas tomaremos como objeto de análise somente a mais importante delas: a Travessia de São Paulo a Nado.

As transformações na travessia de São Paulo a nado

A Travessia de São Paulo a Nado, prova mais importante da natação paulista nas primeiras décadas do século XX, foi instituída em 1924 pelo jornal *São Paulo Esportivo* com o apoio da Federação Paulista das Sociedades do Remo (FPSR) e durou até 1928, momento do fechamento do jornal. Em 1932 a prova foi restabelecida, então sob o patrocínio do jornal *A Gazeta* e, nessa segunda fase, a perdurou até 1944, quando o evento deixou de existir. (NICOLINI, 2001).

Ao longo da sua existência, muitas mudanças ocorreram, seja no trajeto, nas regras ou premiações. Certamente, tais transformações tentaram adequar a prova às novas imposições esportivas, o que a aproximaria das práticas ligadas à natação em sua forma internacionalmente institucionalizada⁸. Podemos considerar que essas metamorfoses foram cruciais para a manutenção da competição ao longo dos anos.

As provas conhecidas como travessias eram famosas em outras localidades no início da década de 1920⁹, e a imprensa esportiva paulistana começava a se perguntar sobre o momento em que evento semelhante seria realizado em São Paulo. O jornal *A Gazeta*, em 1924, noticiou-se o “burburinho” a respeito de uma prova de travessia que ocorreria no rio Tietê desde a Penha até a Ponte Grande. Havia, como pano de fundo da notícia, uma crítica à falta de organização, até o momento, de uma competição como essa:

Será possível que só na terra de Tibiriça, não se consiga uma prova natatória de vulto? Achamos que com bôa vontade, e alguns treinos preparatorios, não faltará ahí um nucleo de destemidos bandeirantes aptos a tentar a descida do velho rio das monções, creando em S. Paulo uma das bellas competições de aquatica (E A TRAVESSIA...1924, p.4).

Uma primeira iniciativa nesse sentido foi realizada por René Feraudy e Rogerio de Mello, nadadores cariocas filiados ao clube Vasco da Gama, da cidade do Rio de Janeiro, que

7 Além da Travessia de São Paulo a nado, outras travessias também foram realizadas no rio Tietê nas primeiras décadas do século XX, como a “Travessia de Penha a Nado”, “Prova Johnny Weissmuller” e “Prova Walter Ceccon”.

8 Machemehl (2011), ao analisar a cidade de Rouen na França, numa temporalidade semelhante, aponta para movimentações muito parecidas nas práticas náuticas ocorridas na cidade localizada na Normandia.

9 Neste mesmo período encontramos, na América do Sul, a primeira travessia a nado do Rio da Prata, realizada com êxito pela nadadora Lilian Harrison no ano de 1923 (SCHARAGRODSKY, 2019). Na Europa, por outro lado, a travessia do Canal da Mancha, um dos mais tradicionais desafios em águas abertas, já era realizada desde 1875 (TERRET, 1995)

pretendiam realizar uma travessia em São Paulo a nado. A prova, que teria um percurso de mais de trinta quilômetros, entre o Porto de Guarulhos e a Ponte Grande era, para o jornal, um grande incentivo aos nadadores da cidade, que deveriam, a partir do exemplo “desde já se entregar aos treinos preparatórios” (UMA IMPORTANTE....1924, p.4)

Essas iniciativas podem ser consideradas precursoras daquilo que seria a Travessia. Dentro de poucos dias, enfim, anunciou-se que o evento seria realizado ainda em 1924. O jornal *São Paulo Esportivo* resolvera patrocinar a competição e instituiu prêmios a todas as colocações, o que tornava cada vez mais iminente a realização da prova. Era preciso, no entanto, determinar as regras da disputa. Para isso, o jornal convocou uma reunião com as agremiações náuticas interessadas em participar da prova, para que tais questões pudessem ser estabelecidas (A TRAVESSIA...1924a).

Em novembro do mesmo ano foram abertas as inscrições para os participantes. Nesse primeiro ano, foram aceitas inscrições apenas dos nadadores afiliados à FPSR, ou de atletas que fossem representar clubes que pertencessem à Federação. A premiação foi estabelecida até o quinto colocado na categoria masculina e até terceira posição na feminina. Todos os competidores homens que terminassem a prova até vinte minutos após o primeiro colocado também receberiam premiação, assim como todas as nadadoras que finalizassem o percurso. A data da prova não foi escolhida de forma anódina:

Foi escolhida a data de 28 de dezembro por ser a época mais propícia devido a cheia do Tietê, bem como por estar afastada das provas da Federação Paulista e das nauticas dos clubes filiados, dando tempo assim de sobejo para alguns treinos mais, dos concorrentes. Além disso, sera o ultimo domingo de 1924, o que dá á competição um caracter extraordinario de despedida esportiva da temporada (A TRAVESSIA...1924b, p.3)

A largada seria realizada com todos os competidores ao mesmo tempo, e duas classificações seriam fornecidas, uma para os homens e outra para as mulheres. A comissão de arbitragem da prova foi constituída por 1 árbitro geral, 1 juiz de saída, 3 juizes de chegada e 1 juiz de percurso para cada três concorrentes (A TRAVESSIA...1924b, p.6). Apesar da pequena quantidade de informações divulgadas sobre a primeira edição da travessia nos dois jornais analisados (apenas três reportagens, que mencionavam os aspectos gerais da organização), o número de participantes (36 inscritos) e a divulgação do evento foram considerados satisfatórios, o que deixava subentendido que a prova continuaria a ser realizada.

Para a Travessia de 1925, uma maior importância foi dada ao regulamento: duas semanas antes da realização da prova, ele foi publicado na edição 5954 d’*A Gazeta* (1925). É possível perceber algumas diferenças em relação à primeira disputa. Na segunda edição, cada clube participante deveria enviar à prova um barco de socorro, elemento não anunciado em 1924; os juizes deveriam pertencer ao quadro da FPSR e, na chegada, foram adicionados cinco cronometristas; as medalhas foram entregues aos participantes que chegaram até quinze minutos depois do primeiro colocado geral.

As fontes fornecem vestígios de que o tempo era uma questão que passava a ser fundamental para o estabelecimento da prova. Isso indica que seus idealizadores buscavam inserir a competição nas lógicas do esporte moderno, tanto quando pensado em uma perspectiva macro – calendários, por exemplo – como em uma esfera micro – o tempo nos próprios jogos (VIGARELLO, 1995; 2002; 2008). Se por um lado os jogos eram anteriormente

ligados a festivais e rituais, a secularização e o advento do esporte moderno implicaram numa independência do calendário esportivo em relação às outras práticas do cotidiano.

Sobre a temática do calendário, o historiador francês Vigarello (2002, p.76 – tradução livre) faz os seguintes apontamentos:

[a transformação do calendário] [...] facilitou a invenção de períodos de preparação, por exemplo, sendo dominantes os momentos de aprendizagem e as fases de aperfeiçoamento. O calendário não distribui apenas os atos do jogo, distribui também os atos que o preparam. Ele permite a alternância dos treinamentos e dos reencontros. Ele marca o ritmo do tempo que separa as provas.

Quanto mais o esporte se burocratizava e racionalizava, mais seus tempos e calendários se tornavam independentes (VIGARELLO, 1995; 2002). O tempo é fator crucial às competições aqui analisadas, pois é a partir dele que os esportes de marca, como a natação e o remo, determinam os vencedores das disputas (TERRET, 1994; 1998; VIVIER, 1999; PELAYO, 2010; MACHEMEHL, 2011). Ele se torna um imperativo da quantificação e, principalmente, da determinação do recorde, símbolo máximo deste processo de racionalização capitaneada pelo esporte moderno (GUTTMANN, 2004; LOUDCHER, 2008; VIGARELLO, 1995; 2002; 2008; 2018b), que permite ao competidor manter seu nome por um período um pouco mais longo no topo dos *rankings*. Vigarello (1995; 2002; 2008; 2018a) salienta que foram as cifras tempo e espaço que possibilitaram a criação de uma pedagogia que instalava a *performance* como um índice de aperfeiçoamento corporal.

Vigarello (1995; 2008; 2018a) afirma que a cifra era uma nova maneira de contar temporalmente um exercício, uma forma de comparar durações, de compreender a velocidade e valorizar a rapidez. O historiador francês argumenta que essa celeridade impunha um espetáculo. O relógio havia se tornado para o atleta de certas modalidades um ponto de referência para os seus gestos, pois os corpos estavam agora arrebatados pela velocidade. A cronometragem dos competidores era, portanto, um fator de suma importância para o sucesso de qualquer competição e por isso não é de estranhar que tais cuidados fossem instituídos desde a segunda edição da prova paulistana.

Porém, um dado bastante impreciso nos primeiros anos de realização da Travessia foi sua distância total. Embora todas as provas tenham sido realizadas com o mesmo ponto de partida e chegada – a Ponte da Vila Maria e o clube Esperia, localizado na Ponte Grande – a quilometragem a ser percorrida pelos nadadores foi divulgada de forma distinta ao longo dos anos. Em 1926, anunciou-se que o percurso teria 6 mil metros (A III...,1926). Em 1927, a distância anunciada foi outra: 6,7 km (A IV...,1927). Em 1932, com a retomada da prova após quatro anos de não realização, anunciou-se que o caminho a ser percorrido teria 7200 metros. Apenas em 1933, após retificação da organização da prova, instituiu-se 5350 metros, que no ano seguinte foi mudado para 5500 metros e tornou-se o percurso oficial até a última ocorrência da prova, em 1944 (NICOLINI, 2001). Torna-se importante conceber que, com distâncias diferentes, os recordes anotados na prova não teriam a validade de comparação entre um ano e outro, fator bastante importante para a determinação dos maiores velocistas na prova.

Em 1927, impulsionadas pela maior quantidade de competidores, foram organizadas três largadas diferentes. Na primeira competiriam até três atletas de cada clube, que seriam os concorrentes dos prêmios especiais distribuídos na prova. Na segunda saída, os demais

competidores disputariam uma classificação marcada pelo tempo, do sexto colocado em diante. A terceira saída era destinada às competidoras da classe feminina. O juiz geral da prova foi indicado de antemão e anunciado nos jornais, e as agremiações náuticas seriam responsáveis por indicar, cada uma, seis dos demais árbitros da prova. (A IV...,1927).

Além disso, outros aprimoramentos foram sendo realizados pelos organizadores da prova. Um sistema de reconhecimento dos concorrentes começou a ser implantado no ano de 1927: o uso de gorros numerados: “Todo o concorrente é obrigado a ter no gorro o numero correspondente, conservando-o até a chegada, sob pena de desclassificação.” (IV TRAVESSIA...1927, p.8). O mecanismo permitia que os concorrentes fossem facilmente identificados durante todo o percurso facilitando a anotação de faltas e possíveis punições.

As competições, quanto mais disputadas, mais se inseriam num dispositivo esportivo (VIGARELLO, 1995; 2002; 2018b; MORAES E SILVA, 2011), vendo-se rodeadas de regras; estas surgiam quando havia a necessidade de exclusão de determinada conduta. É provável que, nos primeiros anos de disputa, tenha sido complexo acompanhar todos os nadadores e prever todas as suas atitudes ao longo da prova. O gorro, como um material bastante específico implantado para a regulamentação da prática, permitiu um controle maior na disputa e mesmo na conduta dos atletas participantes.

É possível perceber que, com o passar das edições, uma preocupação maior com a regulamentação foi se instituindo. Além do aumento no número de juízes atuantes na competição, inserção de cronometristas e preocupação com a identificação dos participantes, as regras foram ganhando cada vez mais destaque, a ponto de os jornais paulistanos publicarem notas enfatizando o papel da arbitragem nas disputas. Em 1928, a dois dias da realização da competição, um artigo foi destinado especialmente aos juízes, detalhando suas obrigações na Travessia:

DISPOSIÇÕES DO ARBITRO

São estas as disposições tomadas pelo arbitro:

[...]

Fará a chamada o chefe das saídas, que estará em lugar marcado com flamula branca;

Os juizes de percurso deverão apresentar ao ser chefe (lugar marcado com flamula vermelha) às 14,20 horas;

Os chronometristas deverão apresentar-se ao seu chefe no lugar também marcado com flamula vermelha;

[Sera punida] Qualquer desobediência, por parte de juizes, concorrentes ou associados de clubs federados, durante o desenrolar da prova;

Os juizes de percurso, chegando na Ponte Grande, deverão encostar seus barcos na margem direito do rio e perto da chegada entrarem no canal no Club Esperia.

[...] (DISPOSIÇÕES...1928, p.12)

Entretanto, o aumento na fiscalização não impediu que problemas ocorressem durante a realização da prova. Em 29 de dezembro, o jornal *Correio Paulistano* publicou uma nota que informava um pedido de inquérito feito pelo clube Esperia à FPSR para apuração dos resultados de 1928, a fim de “[...] evitar qualquer interpretação errônea ou malevola” (A TRAVESSIA..., 1928, p.9).

Apesar do aparente sucesso da prova, que cada vez recebia mais atenção da imprensa, ela deixou de ser realizada entre 1929 e 1931. O motivo evidente foi o fechamento do jornal

São Paulo Esportivo, o principal patrocinador da competição: “Desaparecido o ‘São Paulo Sportivo’ a prova deixou de existir e o esporte nautico perdeu a sua mais popular manifestação de propaganda” (“A GAZETA”...,1932, p.9).

Em janeiro de 1932, *A Gazeta* anunciou que, associada à FPSR, iria fazer ressurgir a prova, que não havia sido disputada nos três últimos anos. De acordo com o jornal, a Travessia, que já havia se tornado tradicional, tinha sido, desde sua primeira aparição, um sucesso “[...] quer como manifestação de propaganda do esporte e da natação, quer do lado tecnico, cujos resultados sempre foram acima do esperado” (“A GAZETA”...,1932, p.9). O fim da prova tinha marcado um hiato na empolgação em relação às disputas no rio Tietê, tanto por parte dos atletas quanto do público.

Para pôr fim a esse vazio, o jornal decidiu patrocinar a segunda fase da prova de natação. O novo modelo seguiria um caráter mais popular, assim como já ocorria com a competição de pedestrianismo São Silvestre, também patrocinada pela *A Gazeta*. Isso significou a adoção de medidas como inscrições gratuitas e retirada da exigência de competidores filiados à federação de esportes aquáticos (“A GAZETA”...,1932, p.9). Outra alteração foi a data: para não haver concorrência com a prova de pedestrianismo São Silvestre, realizada no último dia do ano, a Travessia foi marcada para a segunda quinzena de fevereiro, momento em que as cheias do rio ainda podiam ser aproveitadas.

Alguns dias depois, no mesmo jornal, o regulamento da prova foi divulgado. A ampliação no número de competidores, pretendida pelo periódico, foi assegurada pelo regulamento que previa que qualquer pessoa apta poderia se inscrever gratuitamente, desde que amadora e maior de 16 anos. O regulamento informava ainda que novas categorias de competição foram adicionadas, para além do “masculino” e “feminino”; agora, as classes “novíssimo”, “novo” e “junior” seriam premiadas (A VI...1932, p.9). A especificidade da disputa passava a ser marcada por categorias, que competiriam entre si e aumentariam as chances dos concorrentes.

A expansão da possibilidade de inscrições começou a surtir efeito: no começo de fevereiro, 202 nadadores já haviam se candidatado, o que superava o número máximo de inscritos na primeira fase (FOI...1932, p.2). Tal sucesso provocava também uma necessidade de mudança na prova e seus regulamentos, e, sendo essa questão percebida pelo jornal, foram anunciadas “providências para não haver falha alguma na disputa” (DIA...1932, p.9). Em 24 de fevereiro, uma reunião entre os membros dos principais clubes náuticos da cidade e outros participantes interessados foi demandada pelo jornal, a fim de tratar “[...] assumptos de alto valor, para o completo exito da maior prova nautica do Brasil” (SÃO...1932 p.9).

Uma das alterações idealizada foi em relação à largada da prova. As saídas foram organizadas por páreos com aproximadamente cem atletas. A escolha dos atletas que comporiam cada turma seria feita pelos clubes aos quais eles eram filiados, e foi publicada de antemão no jornal. Apenas na categoria feminina a saída foi dada uma única vez, sendo a última delas. Na chegada, todos os nadadores seriam cronometrados, e no tempo final eram descontadas as diferenças da partida.

A prova teve 644 inscritos e 441 participantes que participaram da largada, sendo, dessa quantia, 52 atletas da classe feminina. A grande propaganda desempenhada pelo jornal fez com que o número de participantes e espectadores superasse sobremaneira as edições anteriores. A Gazeta chegou a anunciar mesmo que quarenta mil pessoas assistiram ao desenrolar da prova (QUARENTA...1932, p.2)

Para Vigarello (1995; 2002; 2018b) e Terret (2019), o esporte tornou-se, no século XX,

um objeto universalmente visível, que é tanto mais poderoso quanto mais difundido. Nesse sentido, a imprensa escrita desempenhou um importante papel na difusão das práticas esportivas. Como exemplo podemos citar a importante competição ciclística *Tour de France* que foi criada em 1903 pelo grande jornal francês *L'Auto*, atual *L'Équipe*. (WEBER, 1988; VIGARELLO, 1995; 1997; 2018b; LESSA; MORAES E SILVA, 2017). Logo, a ampliação da divulgação da prova por parte do jornal *A Gazeta* seguia essa lógica tendo objetivos bem definidos: aumentar a popularidade dos esportes aquáticos na cidade e a dimensão de seu arrebatamento.

A prova de 1933 contou com mais uma novidade em relação às regras: o sistema de chegada em funil. Nesse sistema, a partir do momento em que o nadador adentrasse essa estrutura, ele não mais poderia ser ultrapassado:

Nesse funil, que será feito no leito do rio, apenas caberá um nadador e o que estiver atrás não poderá passar á frente pois si isto fizer será desclassificado incontinenti.

A grande prova terminará na entrada principal do funil, onde sera anotado o tempo exacto de cada nadador e a sua classificação será feita na sahida do funil, com 100 metro de comprimento, pelos juizes anotadores. (IX...1935, p.11)

Nesse mesmo ano, houve uma mudança de data ocasionada pela confluência de provas da Federação Paulista de Natação¹⁰, e a Travessia foi realizada apenas em 26 de março, já depois do fim do verão. Esse fato ocasionou reclamações de alguns competidores que alegaram câimbras por conta da temperatura da água, como demonstra uma carta enviada ao jornal *A Gazeta* por um dos competidores:

A “Travessia de S. Paulo a Nado” não deverá ser realizada em mez de março. Vós que tão correctamente organizaste esta travessia deveis accitar a minha sugestão. Podeis consultar os nadadores desistentes e podeis notar que a causa maior foram as caimbras (que a mim tambem me obrigaram a desistir) e isso unicamente por causa da temperatura da água que estava insuportável. [...]. Suggiro que a “travessia de São Paulo a Nado” seja feita entre 20 de dezembro e 10 de janeiro. (FALA...1933, p.7)

O mesmo ocorreu em 1939, quando, através de pedido da Federação de Natação, a competição foi transferida para o mês de abril, o que não agradou a todos os concorrentes (ENCERRAM-SE...1939). A época do ano era muito determinante para a realização das provas aquáticas no Tietê. Os meses de dezembro a fevereiro, com o verão e as cheias, eram os mais concorridos para as competições da Federação e outros torneios e travessias. A temperatura e o volume da água influenciavam de forma quase que decisiva no desempenho dos participantes.

10 Em 1932, após apelos relacionados à especificidade da natação em relação ao remo, uma nova federação voltada exclusivamente a este esporte foi criada, a Federação Paulista de Natação. A ideia da nova federação era promover melhorias ao esporte e divulgar os regulamentos internacionais (VAMOS..., 1931).

As questões relativas à vazante do rio foram determinantes também na disputa de 1935. Semanas antes da realização da prova, esperava-se um bom resultado dos nadadores e, sobretudo, recordes quebrados, já que o rio continuava a subir com as chuvas que caíam sem cessar no verão paulistano:

O rio Tietê está subindo cada vez mais com as continuas chuvas que têm caído. O leito do rio está com 1m940 e si continuar assim até o dia da realização da prova – 24 do corrente – o recorde da grande competição – 51'21"4/5 – irá cair! No anno passado o nível das aguas do Tiete estava a 1 metro de altura e o resultado de Max Define foi de 53'32". Com maior altura e volume de agua o rio terá maior e mais forte correnteza e isso favorece de forma notável a actuação de todos os nadadores, levando-os em todo o percurso, até a chegada, sem esforço, melhorando muito o resultado tecnico (NUMEROSAS...1935, p.10)

O resultado da aliança entre técnicas cada vez mais apuradas e a benevolência da natureza não poderia ter sido outro: os recordes da prova foram quebrados, tanto na categoria feminina quanto na masculina. João Havelange e Max Delfine terminaram juntos a prova, com o tempo de 45'38". Maria Lenk foi a primeira colocada do grupo feminino e 16ª colocada geral, com o tempo de 47'45" (NOVO...1935, p.2).

É possível perceber que a vazão do rio foi, ao longo dos anos de competição, muito mais determinante na obtenção de melhores marcas do que a própria técnica dos nadadores, embora as equipes se preparassem de forma estratégica para a prova, repetindo o percurso, refazendo com velocidade as curvas e aproveitando a correnteza. Isso significa que, por mais que a tentativa fosse de dominar o rio e subjugar-lo às regras e quantificações presentes no esporte, ele ainda se sobressaía e era capaz de determinar, com sua natureza imprevisível, as melhores marcas obtidas pelos atletas.

Nenhuma outra grande mudança ocorreu na prova entre os anos de 1933 e 1944, ano em que a última competição foi disputada. Embora as transformações aqui narradas pareçam pequenas, elas foram de suma importância para a disputa da prova. O começo modesto, com poucos participantes, não instituiu a necessidade de preocupação com a contagem do tempo dos concorrentes, já que poucos juízes seriam capazes de realizar a tarefa. O aumento exponencial no número de concorrentes fez com que novas regras precisassem se impor, a fim de controlar e regulamentar a disputa.

Pouco a pouco novos cargos de arbitragem passaram a existir, como os juízes de percurso, de chegada, de saída, árbitro central, cronometristas. Botes de percurso foram inseridos, para os cuidados com os desistentes. As saídas passaram a ser organizadas em blocos de competidores, e as chegadas se adequaram ao modelo de funil. Todas essas pequenas alterações serviram para tornar a prova cada vez mais regulamentada e adaptada às lógicas do esporte moderno.

A questão dos recordes, embora de vital importância para um esporte como a natação, não galgou êxito na travessia. Primeiro porque a distância anunciada no percurso era distinta, apesar de os limites de chegada e saída fossem os mesmos, e só foi instituída nos 5500 metros a partir de 1934. Em segundo lugar, a vazão do rio era muito mais determinante do que o treinamento dos atletas. Nos anos em que o rio esteve mais cheio, como 1935 e 1940, os recordes da prova foram quebrados, ainda que os mesmos nadadores tenham feito a prova em outros anos e alcançado resultados muito inferiores.

Uma análise mais minuciosa da prova mostra que, de fato, a Travessia se associava cada vez mais às práticas esportivas, e se distanciava dos primeiros desafios realizados nos rios. As regras e delimitações tornaram-se, ao longo do tempo, bastante claras, e a associação dos jornais com as Federações aquáticas dava um ar muito mais importante ao certame.

Considerações finais

A cidade de São Paulo, fremente nas primeiras décadas do século XX, sofreu intervenções diversas em seus costumes e modos de vida. Uma dessas mudanças foi a forma de realizar exercícios e outras atividades de divertimento: estava em marcha a imposição de uma cultura física à cidade, que tinha pretensões bastante definidas, assinaladas por higienistas, jornalistas, professores e médicos. Dentre os incentivadores de novas práticas, localizavam-se os clubes de regatas da cidade, bastante dispostos a difundir os modos adequados de “ser um esportista”.

Essa cultura física presente na cidade tornava-se cada vez mais esportivizada. Os desafios e outras práticas realizadas nos rios e pelos clubes analisados ganhavam características como regulamentação, especificidade, cronometragem do tempo, marcação de recordes. Pouco a pouco os torneios, campeonatos, disputas, *matches* e travessias ganhavam elementos que os aproximavam de práticas internacionalmente instituídas de natação e remo.

A prova da Travessia de São Paulo a Nado refletiu, com o passar de suas edições, essa tendência à esportivização. A preocupação com a regulamentação da prova foi crescente. Com isso, mais juízes foram inseridos para o controle do evento, e cronometristas adicionados ao final do percurso. Também foram estabelecidas novas diretrizes para as saídas e chegadas, tornando-as mais facilmente controláveis e diminuindo o risco de fraudes. O sistema de identificação dos atletas foi utilizado já nas primeiras edições, para melhorar o reconhecimento de cada competidor ao longo da prova.

Ao retomarmos Guttman (2004) e Vigarello (1995; 2002; 2008; 2018b) e suas caracterizações do esporte moderno, podemos inferir que, de fato, a travessia se aproximava muito mais dos esportes do que dos desafios que a precederam. A tentativa de igualar a condição de disputa dos concorrentes a partir de novas regras de saída e chegada; a crescente importância das regras na disputa; a notável necessidade de quantificação dos tempos obtidos pelos nadadores são exemplos das características esportivas que a prova ganhou ao longo do tempo.

A busca pelos recordes, outra notável propriedade dos esportes apontada por Guttman (2004) e Vigarello (1995; 2002; 2008; 2018b), sofria revezes por um único motivo: a água dos rios. Nos rios é difícil medir, quantificar, controlar a técnica das braçadas, organizar a linha de chegada, controlar a velocidade das águas, realizar treinamentos específicos. Os recordes – elementos primordiais na realização dos esportes de marca – dependiam não só do esforço do participante, mas principalmente da correnteza e do estado do rio na data selecionada.

Podemos avaliar, ainda, que a impossibilidade da quebra de recordes e os “excessos” da natureza dos rios foram fatores que, associados ao crescimento das cidades, à transformação das margens do Tietê e à poluição, acabaram afastando as práticas esportivas desse espaço. Foi ainda possível perceber, na análise das fontes, que paulatinamente a prova foi sendo preterida pelas Federações, que optavam por dar lugar, quando na mesma data, a competições de cunho

“oficial” realizadas em outros ambientes.

A construção das piscinas nos clubes aqui citados¹¹ foi, certamente, um fator relevante para a diminuição de competições no rio. Machemehl (2011), ao estudar a cidade francesa de Rouen, analisou que as piscinas construídas pelos clubes ajudaram a sociedade a darem as costas ao rio. Em São Paulo, essa máxima também foi verdadeira, e os anos 1940 foram marcados como o último reduto das competições aquáticas realizadas nas águas do Tietê.

Referências

“A GAZETA” vae fazer resurgir a tradicional prova “travessia de s. paulo a nado” que foi e será a maior competição brasileira de natação. **A Gazeta**, São Paulo, n. 7779, p.9, 09 jan. 1932.

A “TRAVESSIA de S. Paulo a nado”. **Correio paulistano**. São Paulo, n. 22062, p.6, 28 dez. 1924

A II.^a travessia de S. Paulo a nado. **A Gazeta**. São Paulo, n.5954, p.5, 10 dez. 1925.

A III travessia de S. Paulo a nado. **Correio paulistano**. São Paulo, n.22764, 05 dez. 1926.

A IV travessia de S. Paulo a nado. **Correio paulistano**. São Paulo, n.23107, p. 8, 07 dez. 1927.

A TRAVESSIA de São Paulo a nado. **A Gazeta**. São Paulo, n.5599, p. 4, 23 set. 1924a

A TRAVESSIA de São Paulo a nado. **Correio paulistano**. São Paulo, n. 23437, p. 9, 29 dez. 1928.

A TRAVESSIA de São Paulo a nado - abertura das inscrições. **A Gazeta**. São Paulo, n.5643, p.3, 19 nov. 1924b.

A VI “Travessia de São Paulo a nado”. **A Gazeta**. São Paulo, n.7782, p.9, 22 jan. 1932.

BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? In. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de século, 2003.

CLUB Esperia. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 14816, p. 3, 9 nov. 1904.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana - 1890-1915**. São Paulo, SP: Imprensa Oficial, 2000.

DEVIDE, Fabiano Pries; VOTRE, Sebastião Josué. Primórdios da natação competitiva feminina: do” páreo elegância” aos Jogos Olímpicos de Los Angeles. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 34, n. 1, p. 217-

11 O Clube de Regatas Tietê construiu sua piscina em 1932 e o Clube Esperia em 1933 (NICOLINI, 2001)

233, 2012.

DIA 28 de fevereiro, será disputada sob o patrocínio da “Gazeta”, a “VI Travessia de S. Paulo a nado”. **A Gazeta**. São Paulo, n.7790, p.9, 22 jan. 1932.

DISPOSIÇÕES do árbitro. **Correio paulistano**. São Paulo, n.23431, p.8, 21 dez. 1928.

E A TRAVESSIA de São Paulo em que ficou?... **A Gazeta**. São Paulo, n.5515, p.4, 27 mai. 1924.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca pela excitação**. Lisboa: Difel, 1992

ENCERRAM-SE hoje as inscrições de clubes e concorrentes á XIII Travessia de São Paulo a Nado. **A Gazeta - Caderno esportivo**. São Paulo, p. 11, 10 abr. 1939.

FALA um desistente... **A Gazeta**. São Paulo, n.8165, p.7, 30 jan. 1933.

FOI superado o recorde das inscrições da “VI Travessia de S. Paulo a nado. **A Gazeta - Caderno esportivo**. São Paulo, p.2, 15 fev. 1932.

FURTADO, Heitor Luiz., Quitza, Evelise Amgarten, Moraes e Silva, Marcelo. Blumenau e seus imigrantes: apontamentos acerca da emergência de uma cultura física (1850-1899). **Movimento**, v. 24, n. 2, p. 665-676, 2018.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. A institucionalização da educação física na imprensa: a construção da escola superior de educação física de s. Paulo na década de 1930. **Movimento**, p. 701-714, jun. 2017. ISSN 1982-8918. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/69223>>. Acesso em: 29 fev. 2020. doi:<https://doi.org/10.22456/1982-8918.69223>.

GOUVEIA, Isabel Cristina Moroz-Caccia. A cidade de São Paulo e seus rios: uma história repleta de paradoxos. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie**, n. 27, 2016.

GUTTMANN, Allen. **From ritual to record**. New York: Columbia University Press, 2004.

IV travessia de São Paulo a nado. **Correio Paulistano**, São Paulo, n.23114, p. 8, 15 dez. 1927.

IX Travessia de São Paulo a Nado. **A Gazeta - Caderno esportivo**. São Paulo, p.11, 18 fev. 1935.

JAYO, Martin. Trajetórias e ideias de Cásper Líbero (monografia). **Revista PJ:Br. Jornalismo brasileiro**. São Paulo, ECA-USP, Edição 1, primeiro semestre, 2003.

JORGE, Janes. **Tietê, o rio que a cidade perdeu**: o Tietê em São Paulo 1890-1940. Alameda, 2006.

JORGE, Janes. São Paulo das enchentes, 1890-1940. **Histórica**, v. 47, p. 1-7, 2011.

KIRK, David. Physical Culture, Physical Education and Relational Analysis. **Sport, Education and Society**, v.4, n.1, p.63-73, 1999.

KIRK, David. Los futuros de la Educación Física: la importancia de la cultura física y de la «idea de la idea» de Educación Física. In: AA. VV. **Actas V Congreso Asociación Española de Ciencias del Deporte**. León: Universidad de León. (CD-R), 2008.

LESSA, Priscila Requião; MORAES E SILVA, Marcelo. O ciclismo de estrada e a construção de uma cultura nacionalista: um olhar sobre o Tour de France. **Movimento**, v. 23, n. 1, p. 407-418, 2017.

LOUDCHER, Jean-François. À propos de la traduction française du livre de Allen Guttmann, From Ritual to Record: the Nature of Modern Sports. **Staps**, n. 2, p. 39-51, 2008.

MACHEMEHL, Charly. La Seine et les loisirs sportifs: le site rouennais dans l'entre-deux-guerres. **VertigO-la revue électronique en sciences de l'environnement**, n. Hors-série 10, 2011.

MONTENEGRO, Nara Romero; SOARES, Carmen Lúcia. Cultura physica e vida ao ar livre: a reinvenção do litoral de Fortaleza (1920-1940). **Movimento**, v. 25, p. 25092, 2019.

MORAES E SILVA, Marcelo. Novos modos de olhar outras maneiras de se comportar:

a emergência do dispositivo esportivo da cidade de Curitiba (1899-1918). 2011. 227f. **Tese (Doutorado)** – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

MORAES E SILVA, Marcelo. Comportamentos urbanos e Esportes: contribuições para a esportivização do Turfe e da Pelota Basca em Curitiba (1899-1905). **Licere** (Centro de Estudos de Lazer e Recreação. Online), v. 18, p. 86-115, 2015.

MORAES E SILVA, Marcelo; QUITZAU, Evelise Amgarten; SOARES, Carmen Lucia. Práticas educativas e de divertimento junto à natureza: a cultura física em Curitiba (1886-1914). **Educação e pesquisa**, v. 44, p. 178293, 2018.

MORAES E SILVA, Marcelo; QUITZAU, Evelise Amgarten. A cultura física na cidade de Curitiba: a emergência de uma pedagogia corporal (1899-1909). **Revista de Ciencias Sociales - Arturo Prat**, v. 41, p. 275-296, 2018.

NATAÇÃO. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 12446, p. 2, 27 fev. 1898.

NICOLINI, Henrique. **Tietê: o rio do esporte**. São Paulo, SP: Phorte, 2001.

NOVO recorde da prova: 45"38" de Havellange e Delfine. **A Gazeta - Caderno esportivo**. São Paulo, p.2, 25 fev. 1935.

NUMEROSAS inscrições para a IX Travessia de S. Paulo a nado. **A Gazeta - Caderno esportivo**. São Paulo, p.10, 11 fev. 1935.

O QUE É necessário para poder ser um esportista?. **Tietê - Revista dos Tietanos**, São Paulo, ano 1, n. 6, p. 7, mar. 1936.

O VERDADEIRO esportista. **Esperia - Revista Mensal do Club Esperia**, São Paulo, ano 4, n. 42, p. 6, abr. 1932.

ORIENTAÇÃO inteligente e patriótica. **Tietê - Orgão oficial do C.R. Tietê**, São Paulo, ano 1, n. 3, p. 1, mar. 1940.

PELAYO, Patrick. De l'art de nager à la science de la natation. **La revue pour l'histoire du CNRS**, n. 26, p. 18-23, 2010.

QUARENTA mil pessoas assistiram ontem ao desenrolar da "VI Travessia de São Paulo a nado". **A Gazeta - Caderno esportivo**. São Paulo, p.2, 29 fev. 1932.

RAUCH, André. Les vacances et la nature revisitée. In : CORBIN, Alain. **L'avènement des loisirs (1850-1960)**. Paris, Aubier, p.108-153, 1995.

ROWING. **Correio Paulistano**, São Paulo, n. 15021, p. 2, 5 jun. 1905.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. **Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)**. São Paulo, SP: SENAC, 2007.

SÃO convidados. **A Gazeta**. São Paulo, n.7817, p.9, 24 fev. 1932.

SCHARAGRODSKY, Pablo Ariel. Palabras preliminares. In: SCHARAGRODSKY, Pablo Ariel. **Miradas médicas sobre la cultura física en Argentina (1880-1970)**. Buenos Aires: Prometeo, 2014.

SCHARAGRODSKY, Pablo. ¿Cruzando fronteras? La prensa y el primer cruce a nado del Río de la Plata, Uruguay-Argentina, 1923. **Claves. Revista de Historia**, v. 5, n. 8

2019, p. 211-233.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São

Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000.

TERRET, Thierry. **Naissance et diffusion de la natation sportive**. Paris: Editions L'Harmattan, 1994.

TERRET, Thierry. Professional swimming in England before the rise of Amateurism, 1837–75. **The International Journal of the History of Sport**, v. 12, n. 1, 1995, p. 18–32. doi:10.1080/09523369508713881

TERRET, Thierry. **L'institution et le nageur: histoire de la Fédération française de natation (1919-1939)**. Lyon : Presses universitaires de Lyon, 1998.

TERRET, Thierry. **Histoire du Sport**. Paris: Presses Universitaires de France, 2019.

TOLEDO, Luiz Henrique de. A cidade e o jornal: a *Gazeta Esportiva* e os sentidos da modernidade na São Paulo da primeira metade do século XX. In: HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque; MELO, Victor Andrade et. al. (org.). **O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: 7Letras, 2012.

UMA IMPORTANTE competição nautica. **A Gazeta**. São Paulo, n.5595, p.4, 18 set. 1924.

THALASSA, Ângela. Correio Paulistano: o primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna. 2007. 158 f. **Dissertação** (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, PUC, São Paulo, 2007.

VAMOS fundar a Federação Paulista de Natação? **A Gazeta**. São Paulo, n. 7476, p. 11, 13 jan 1931.

VIGARELLO, Georges. Le temps du sport. In : CORBIN, Alain. **L'avènement des loisirs (1850-1960)**. Paris, Aubier, p.251-290, 1995.

VIGARELLO, Georges. Le Tour de France. In: NORA, Pierre. (Ed.). **Les Lieux de mémoire**, Paris: Gallimard, v. 2, p. 885-925, 1997.

VIGARELLO, Georges. **Du jeu ancien au show sportif**: la naissance d'un mythe. Paris : Éditions Seuil, 2002.

VIGARELLO, Georges. **Le corps redressé**: Histoire d'un pouvoir pédagogique. Paris: Félin, 2018a.

VIGARELLO, Georges. **Histoire**. Paris: Le Pommier, 2018b.

VIGARELLO, Georges. **Le Propre et le Sale**: L'hygiène du corps depuis le Moyen Age. Paris : Le Seuil, 2019.

VIGARELLO, Georges; Holt, Richard. El cuerpo cultivado: gimnastas y deportistas en el siglo XX. In: Corbin, A; Courtine, J. J.; Vigarello, G. **Historia del cuerpo**: De la revolución francesa a la Gran Guerra. Madrid: Taurus,

p. 295-354, 2005.

VIGARELLO, Georges. “Treinar”. In: VIGARELLO, Georges; CORBIN, Alain; COURTINE Jean-Jacques. **História do Corpo**: as mutações do olhar – o século XX. São Paulo; Vozes, volume 2. pp. 197-252, 2008.

VIVIER, Christian. **La sociabilité canotière**: la société nautique de Besançon. Paris: Editions L’Harmattan, 1999.

VIVIER, Christian, Pleasures of Senses: the History of the Disappearance of La Nautique de Besançon, 1865-1930, **The International Journal of the History of Sport**, 15, n°2, pp. 176-185, 1998.

WEBER, Eugen Joseph J. **França fin-de-siècle**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

RECEBIDO EM:05/03/2020

APROVADO EM: 09/04/2020

LOS DIFERENTES SENTIDOS SOBRE LA ‘NATURALEZA’ Y SU RELACIÓN CON LA FEMINIDAD Y LA NACIONALIDAD.

The different senses about ‘nature’ and its relationship with femininity and nationality.

The press and the first swim crossing of the Río de la Plata, 1923

Os diferentes sentidos sobre a ‘natureza’ e sua relação com a feminilidade e a nacionalidade.

A imprensa e a primeira travessia de natação do Rio da Prata, 1923

Pablo Ariel Scharagrodsky¹

RESUMEN

El siguiente trabajo indaga los significados sobre la naturaleza, la feminidad y la nacionalidad producidos por la prensa argentina a partir del primer cruce a nado del Río de la Plata (desde Colonia, Uruguay a Punta Lara, Argentina) realizado por Lilian Harrison en 1923. Analizando una variedad de fuentes primarias, especialmente la prensa general y deportiva y a partir de los estudios de género y la historia social y cultural, el trabajo focaliza la atención en la producción social sobre la naturaleza condensada en el Río de la Plata y su articulación simbólica con la feminidad de Lilian Harrison y con la nacionalidad.

Palabras clave: deporte; feminidad; naturaleza

SUMMARY

The following work investigates the meanings of nature, femininity and nationality produced by the Argentine press from the first swim crossing of the Río de la Plata (from Colonia, Uruguay to Punta Lara, Argentina) by Lilian Harrison in 1923. Analyzing a variety of primary sources, especially the general and sports press and from gender studies and social and cultural history, the article focuses its attention on social production on the condensed nature in the Río de la Plata and its symbolic articulation with Lilian Harrison femininity and with nationality..

Keywords: sport; femininity; nature

1 Doctor en Ciencias Sociales y Humanas por la Universidad Nacional de Quilmes (UNQ) - Argentina. Master en Ciencias Sociales con Orientación en Educación (FLACSO, Argentina). Licenciado y Profesor en Ciencias de la Educación por la Universidad Nacional de La Plata (UNLP). E-mail: pabloypau@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5614-093X>.

RESUMO

o trabalho a seguir investiga os significados sobre natureza, feminilidade e nacionalidade produzidos pela imprensa argentina desde a primeira travessia de natación do Rio da Prata (de Colonia, Uruguai a Punta Lara, Argentina) por Lilian Harrison em 1923. Analisando uma variedade de fontes primárias, especialmente a imprensa geral e esportiva, e a partir de estudos de gênero e história social e cultural, o trabalho concentra a atenção na produção social sobre a natureza condensada no Rio da Prata e sua articulação simbólica com a feminilidade de Lilian Harrison e com a nacionalidade.

Palavras-chave: esporte; feminilidade; natureza

Introdução

A finales de 1923 por primera vez una persona cruzó a nado el Río de la Plata. Su nombre fue Lilian Gemma Harrison (1904-1993).² La prensa argentina siguió con mucha atención dicho acontecimiento. Nunca antes alguien había cruzado a nado el estuario rioplatense. Los medios de comunicación, especialmente, los diarios nacionales y regionales de amplia circulación en el país, las revistas de interés general y los magazines relataron con detalles, datos y referencias específicas, la hazaña realizada. Periódicos de circulación masiva y nacional como, por ejemplo, *La Prensa* o *La Nación* titularon respectivamente “La nadadora argentina Lilian G. Harrison realizó la portentosa hazaña de cruzar el Río de La Plata a nado” y “Lilian Harrison, Argentina, atravesó a nado el Río de La Plata entre la Colonia y Punta Lara”. La prensa internacional también difundió ampliamente la noticia. El reconocido periódico norteamericano *The New York Times* encabezó una nota sobre el cruce con el siguiente título: “20-year old girl swims river plate. Lilian Harrison succeeds after man who later swam english channel had failed”. Otros periódicos de habla inglesa como el *Western Gazette*, el *Western Morning News*, el *Aberdeen Press and Journal*, el *Gloucestershire Echo*, el *Taunton Courier and Western Advertiser* o el *Belfast News-Letter*, divulgaron la sorprendente noticia. Los diarios de sud-américa también acompañaron la noticia con notas e imágenes fotográficas. Lilian logró lo que otros no pudieron y se convirtió, fugazmente, en una figura famosa, considerada, conocida públicamente, mencionada en el plano internacional y agasajada por las personalidades políticas más importantes de la nación argentina, entre ellas el presidente Marcelo T. de Alvear. El mundo deportivo la ungió como campeona mundial de permanencia y distancia en el agua y nueva recordwoman. Entre los pormenores del cruce se mencionaron: el tiempo utilizado por la nadadora, los kilómetros recorridos, el clima y la temperatura, el entrenamiento previo, la estrategia a la hora de cruzar el río, los momentos de mayor dificultad, las personas e instituciones que colaboraron en la travesía, etc. Sin duda, uno de los datos que más impresionó a la prensa fueron las 24 horas a nado en forma ininterrumpida por el Río de

2 Lilian Harrison nació en Quilmes, Argentina en 1904, en el seno de una familia de inmigrantes británicos. De niña se trasladó a Inglaterra para educarse en Hertfordshire donde aprendió y se interesó por la natación. Regresó a la Argentina en 1921 y comenzó a nadar en el prestigioso Club Náutico San Isidro.

la Plata.

Pero además de este tipo de información, más 'técnica', formal y específica sobre el raid, la prensa transmitió, puso en circulación y, de alguna manera, construyó un conjunto variado de sentidos sobre varios tópicos que excedieron al cruce en sí mismo. Entre los temas señalados, narrados y, de alguna manera, ponderados a partir de un variado universo de asociaciones, préstamos y relaciones simbólicas se mencionó a la naturaleza. La misma estuvo representada por el Río de la Plata y su inestable clima. El espacio sobre el cual se realizó el raid se saturó de sentidos, condensando temores, inquietudes, fobias, sensibilidades y diversas emociones propias del complejo y contradictorio contexto social, cultural, sexual y político más amplio.

Lejos de pensar el Río de la Plata solo como un simple estuario ubicado en el cono sur de América formado por la unión de los ríos Paraná y Uruguay, o como una frontera artificial y arbitraria entre dos países surgidos en el siglo XIX (Argentina y Uruguay), o como una zona con ciertas características climáticas persistentes como, por ejemplo, las famosas sudestadas o como la segunda cuenca más extensa de Sudamérica, después del río Amazonas; la prensa, durante el cruce, imaginó, concibió y proyectó al río con ciertos sentidos geopolíticos y sexuales, como ya lo había hecho con la Amazonia, la Patagonia y otras regiones de Sudamérica, las cuales fueron construidas como uno de los últimos refugios 'naturales' del planeta tierra, espacios donde el desafío físico, psíquico y emocional extremo eran todavía posibles de ser experimentados con cierta libertad, más allá de la presencia, para algunos, insidiosa de la cultura y del estilo de vida moderno.

El Río de la Plata ha sido siempre un constructo teórico mediado por valoraciones de todo tipo. Más allá de los avances en el conocimiento acerca del mismo, a principios del siglo XX, la prensa conceptualizó al río y al clima de forma parcial, incompleta, perspectiva, contingente y atravesada por los significados que los agentes y actores sociales asignaron a aquello que definieron y caracterizaron como naturaleza, entrelazando nociones geográficas con narraciones románticas, eróticas, sexuales, políticas e identitarias.

En este contexto, pensamos a la naturaleza como un constructo relacional e históricamente situado. Vale decir, suponemos al Río de la Plata como producto de discursos, saberes, imaginarios y representaciones epocales, en permanente re-significación y traducción, así como un medio de análisis privilegiado para poner en evidencia rasgos y características sociales, sexuales y políticas las cuales circularon en el contexto social más amplio a principios de los años '20. Como señala Nouzeilles,

la naturaleza nunca se nos ofrece cruda y completamente desprovista de sentido. Nuestras percepciones están siempre mediadas por aparatos retóricos y sistemas de ideas que nos proveen las lentes a través de las cuales hacemos significar paisajes y objetos. A pesar de la idea de inmediatez que evoca, la naturaleza está inserta en la historia, por tanto, sometida al cambio y a la variación. Así como ha habido diferentes definiciones sobre la naturaleza a través del tiempo, en cada franja temporal se da la copresencia conflictiva de sentidos diversos (NOUZEILLES, 2002, p. 16).

Las conceptualizaciones y representaciones sobre el Río de la Plata han sido variadas tanto sincrónica como diacrónicamente. Las metáforas, metonimias, evocaciones, narraciones, leyendas, crónicas y relatos que han circulado sobre el río más ancho del mundo, siempre fueron múltiples, cargados de diversos significados, muchas veces ambiguos, inciertos, contradictorios

y, en muchos sentidos, paradójicos. Han existido infinidad de imágenes y representaciones sobre el mundo natural y sobre lo que significa la naturaleza. Sin embargo, a partir de la prensa, se instalaron y jerarquizaron algunos sentidos, excluyendo otras opciones posibles de nominar e interpretar a la naturaleza. Uno de los puntos centrales de intersección y de condensación semántica entre Lilian Harrison y el primer cruce a nado registrado en la modernidad del Río de la Plata fue la naturaleza o mejor dicho, una determinada forma de entender, presentar y conceptualizar a la misma. Para la prensa, la naturaleza o mejor dicho, la producción social de la naturaleza, fue una de las grandes protagonistas de esta particular historia.

Teniendo en cuenta todo ello los interrogantes planteados y analizados aquí son los siguientes: ¿qué sentidos produjo la prensa sobre la naturaleza a partir del primer cruce a nado del Río de la Plata? y ¿cómo y qué tipo de asociaciones y relaciones se fabricaron entre la naturaleza, la feminidad y la nacionalidad? Vale decir, el siguiente trabajo indaga a partir de los aportes de la historia social y cultural, la forma y los modos en que la prensa general y especializada describió y, al mismo tiempo, fabricó e interpretó, el promocionado y altamente divulgado cruce a nado de Lilian Harrison y los sentidos dominantes que construyó sobre la naturaleza y sus vinculaciones con la feminidad y la nacionalidad. Es decir, analizamos cómo espacios aparentemente 'naturales' como el Río de la Plata son creados y reconfigurados en relación a prácticas y a lógicas sociales ideológicamente interesadas que emergen y circulan desde y a partir de la propia prensa. Para dar cuenta de ello hemos seleccionado medios de prensa de gran circulación, prestigio y alcance nacional como, por ejemplo, *La Nación*, *La Prensa*, *La Razón*, *Crítica*, *Última Hora* o *La Época* y revistas de fuerte divulgación y presencia en el mercado editorial argentino como *Caras y Caretas*, *Fray Mocho*, *Plus Ultra* o *El Gráfico*. Más allá de las diferencias políticas, ideológicas, culturales, estéticas, de auditorio y de estilo periodístico de los distintos medios, hemos focalizado la atención analítica en los núcleos de sentido, las recurrencias temáticas, los patrones semánticos y ciertos matices producidos por los diferentes medios nacionales. En este trabajo, tomamos a la prensa como un actor social y político y, también, como un espacio performativo de producción, transmisión y circulación cultural y, al mismo tiempo, como fuente de información histórica (KIRCHER, 2005; DELGADO Y ROGERS, 2016; LÓPEZ, 2017).

Nuestra hipótesis en el presente trabajo es que muchas de las representaciones sobre la naturaleza condensada en el Río de la Plata (el oleaje, la temperatura del agua, las corrientes, el sol, las nubes, el cielo, la luna, las estrellas, el frío, el calor, el viento, la lluvia, la humedad, etc.) fueron socialmente producidas y se articularon con una simbólica, cuyos ejes centrales estuvieron vinculados con la feminidad de Lilian y con la argentinidad.

La producción social del lugar del evento deportivo: el Río de la Plata

El relato de la heterogénea prensa sobre el Río de la Plata condensó muchos sentidos, significados, metáforas y metonimias. Se construyó como escenario, espacio, medio y,

finalmente, lugar³ (MALPAS, 2015). El río no solo fue pensado como social y culturalmente construido, sino también como productor de diversos sentidos (LEFEBVRE, 2013; MASSEY, 2005; CASEY, 1996). Adjektivado de múltiples maneras, fue considerado y ponderado como un río oscuro, poderoso, frío, inmenso, majestuoso, en movimiento, inestable, en ciertos momentos indescifrable, inhóspito, silencioso, misterioso, enigmático, insondable, solitario y sin límites. El Río de la Plata fue considerado como un espacio 'natural' extremo. Como pura naturaleza indómita. La descripción del río, sus condiciones y características, incluido el clima, siempre fue un tipo de interpretación posible, una selección hermenéutica entre muchas otras.

El río más ancho del mundo fue representado por la heterogénea prensa como un espacio ambivalente. Por un lado, generó admiración e incertidumbre ante lo majestuoso, magnífico y soberbio del estuario como lugar y escenario ya que fue "(...) necesario considerar como factor esencial la imponentia del río de La Plata, sobre todo de noche, y lo que son 24 horas de lucha desesperada con el oleaje, para aquilatar en sus verdaderos alcances la hazaña realizada".⁴ Por el otro, fue esa misma visión sobre la imponentia y majestuosidad del río la que generó desde la prensa ciertos momentos de enorme dificultad y tensión durante el cruce. La descripción del río se convirtió en un relato con múltiples significados culturales, los cuales delimitaron en su propia descripción posibilidades y desafíos que excedieron al universo estrictamente 'físico'. Algunas franjas del río fueron consideradas por innumerables crónicas marítimas como zonas temibles, peligrosas y muy arriesgadas como por ejemplo, el área del farallón⁵ debido a los peligrosos remolinos y a las traicioneras corrientadas.⁶ La prensa retomó estas crónicas, sus antiguas leyendas y el farallón cobró vida durante el relato y se convirtió en uno de los tantos obstáculos que opuso la naturaleza subjetivada. Dicho obstáculo fue el primero que debió superar la nadadora argentina luego de partir la mañana del 23 de diciembre de 1923 de Colonia, Uruguay hacia la costa argentina.⁷ El primer reto de la travesía se configuró luego de algunas horas de nado: "A las 15:16 (Lilian) se encuentra cerca del Farallón, el lugar más difícil de la travesía, en donde las corrientes de agua son contrarias y forman peligrosos remolinos".⁸ Las famosas y difíciles sudestadas cobraron vida en el relato periodístico. Los oleajes intensos y, en ciertas ocasiones, virulentos y las traicioneras corrientes de agua -turbias y borrosas- fabricaron un escenario complejo y difícil de ser transitado.

En la zona del Farrallón, Lilian, "en lugar de avanzar retrocedía y perdía cada vez más la dirección exacta".⁹ La naturaleza se encargaba de impedir su avance. La prensa de mayor

3 Pensamos, como señala Malpas, que el lugar proporciona el marco dentro del cual comprendemos cualquier forma de aparición histórico social. Vale decir, la existencia humana -incluyendo, en su comprensión, lo social, lo político, lo deportivo y lo personal- está, en sí misma, fundada en el lugar (MALPAS, 2015). Desnaturalizar los espacios y los lugares en la historia del deporte es uno de los objetivos del presente trabajo.

4 La nadadora argentina Lilian G. Harrison realizó la portentosa hazaña de cruzar el Río de La Plata a nado, *La Prensa*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 20.

5 La isla Farallón es un pequeño islote uruguayo ubicado en el Río de la Plata, perteneciente al departamento de Colonia. Con una altura de 4 metros, gran parte de la misma está rodeada de piedras, razón por lo cual se sugiere no navegar o nadar cerca de la misma.

6 Lilian Harrison, Argentina, atravesó a nado el Río de La Plata entre la Colonia y Punta Lara, *La Nación*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 1, 4.

7 Lilian G. Harrison cruza a nado el Río de La Plata, *Caras y Caretas*, Buenos Aires, 29 de diciembre de 1923, p. 78.

8 La nadadora argentina Lilian G. Harrison realizó la portentosa hazaña de cruzar el Río de La Plata a nado, *La Prensa*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 20.

9 La nadadora argentina Lilian G. Harrison realizó la portentosa hazaña de cruzar el Río de La Plata a nado, *La Prensa*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 20.

circulación apostó al enfrentamiento binario, es decir, claramente moderno, entre la persona y la naturaleza. Las narraciones estimularon una de las tantas tensiones que atravesó la travesía con relación a la naturaleza. La misma estuvo condensada en una pugna entre el Río de la Plata y Lilian Harrison: “Los elementos de la naturaleza pugnaban por el fracaso y la señorita Harrison por la victoria. ¿A quién correspondería el triunfo definitivo?”¹⁰

Lentamente la naturaleza cobró vida. Luego de dos horas de nadar en una dirección y ‘atacar’ al farallón se abandonó la teoría de “ir contra la corriente”. La voz de Tiraboschi, un prestigioso nadador italo-argentino que unos meses antes había realizado la hazaña de cruzar a nado el Canal de la Mancha¹¹, convenció a los padres de Lilian y a otros integrantes del Aviso 5 (buque que acompañaba el raid) de cambiar la estrategia de nado: “para vencer las corrientes del farallón era menester dominarlas formando un ángulo hasta llegar a una distancia de 2000 metros de la costa. Así se hizo y la nadadora con menos esfuerzo logró encontrar la corriente favorable que la hiciera creer en el feliz éxito de su tentativa”.¹² Domesticar y dominar la naturaleza fue uno de los puntos centrales del relato moderno.

A pesar de la ferocidad del oleaje; el conocimiento y la jerarquización de ciertos saberes sobre la naturaleza permitieron domesticar su fuerza y moderar su violencia y ferocidad. La naturaleza fue definida como salvaje e incierta y no bastó, desde el relato periodístico, con la proeza física de Lilian. Fue necesario planear, estudiar y conocer todos los secretos del insondable río. Pero las indomables e impredecibles fuerzas de la naturaleza fueron vencidas con la ayuda, fundamentalmente, de un discurso: el científico. Lilian fue preparada de forma racional. Su cuerpo fue entrenado por los más importantes sabios (todos varones) de la naciente medicina deportiva argentina (SCHARAGRODSKY, 2018a). Se preparó meticulosamente su alimentación, la cantidad, el momento y el tipo de ingesta, se fiscalizó su peso, previo al raid se reguló su apetito y sueño, durante el entrenamiento se hicieron numerosos análisis de orina y del sistema cardiovascular, “para evitar la acción del frío se untó aceite de hígado de bacalao en toda la piel (...); después se aplicó una capa de vaselina-lanolina y, por último, otra de lanolina pura” (GRASSO, 1924, p. 116), etc. Se ejerció una preparación metódica y científica sobre su persona:

Uno de los factores esenciales del éxito obtenido por la señorita Harrison ha sido la preparación metódica y científica efectuada bajo el control de un prolijo examen clínico especial y periódico con el cual se indicó la dosis de trabajo a efectuar durante el entrenamiento y cuando se tuvo la convicción

10 Lilian Harrison, Argentina, atravesó a nado el Río de La Plata entre la Colonia y Punta Lara, *La Nación*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 4.

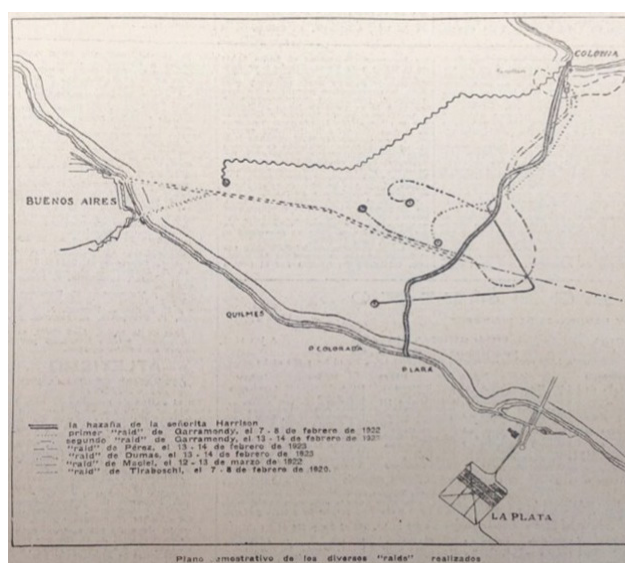
11 El nadador Enrique Tiraboschi cruzó el Canal de la Mancha, marcando el tiempo record de 16 horas 25'. Detalles de la proeza, *La Nación*, Buenos Aires, 13 de agosto de 1923, p. 1 (Tapa); El nadador italoargentino, Enrique Tiraboschi atraviesa el Canal de la Mancha. Por primera vez, desde la costa francesa hacia la inglesa y batiendo el record de tiempo en la proeza, *Última Hora*, Buenos Aires, 12 de agosto de 1923, p. 1 (Tapa); La reciente proeza del nadador italiano Enrique Tiraboschi, *El Argentino*, La Plata, 14 de agosto de 1923, p. 1 (Tapa); La hazaña del año, *El Gráfico*, Buenos Aires, N° 217, 25 de agosto de 1923 (Tapa); La hazaña del nadador Tiraboschi ha repercutido jubilosamente por todas partes, *La Razón*, Buenos Aires, 13 de agosto de 1923, p. 1 (Tapa); Tiraboschi cruzó el Canal de la Mancha, *Crítica*, Buenos Aires, 12 de agosto de 1923, p. 1 (Tapa); Tiraboschi Swims Channel. Captain Webb's record broken, *The Standard*, Buenos Aires, 13 de agosto de 1923, p. 1 (Tapa), etc.

12 La nadadora argentina Lilian G. Harrison realizó la portentosa hazaña de cruzar el Río de La Plata a nado, *La Prensa*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 20.

de que había llegado al máximo de preparación, la oportunidad de realizar la prueba con grandes probabilidades de éxito sin riesgos para la salud (GRASSO, 1924, p. 126).

Además, de fiscalizar científicamente, vía el discurso médico, el cuerpo de Lilian para ‘conquistar’ el río, se estudiaron las corrientes del mismo, el momento propicio para partir, las posibles situaciones críticas, las mejores opciones en cuanto a la llegada, los acompañantes necesarios para ayudar en el raid, las lógicas climáticas, etc. La naturaleza fue objeto de control científico. (Figura 1).

Figura 1



Fuente: Plano demostrativo de los diversos ‘raids’ realizados. “La nadadora argentina Lilian G. Harrison realizó la portentosa hazaña de cruzar el Río de La Plata a nado”, *La Prensa*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 20.

Estudiar el cuerpo de Lilian, y potenciarlo al máximo de su rendimiento fue tarea de la fisiología del ejercicio, de la biometría y de la anatomía funcional. Su preparación científica, a priori, le permitió vencer a la naturaleza y superar el primer escollo: el farallón “Fueron tres horas de lucha, de derroche de energías, de obstinación, de incesante tarea para salir de la corriente que seguía en su empeño de derivar a los nadadores”.¹³

A pesar que los distintos medios de prensa ubicaron al farallón como “uno de los obstáculos más serios (...)”¹⁴, los conocimientos científicos y la excelente preparación de Lilian domaron el primer obstáculo. Pero superado este, la naturaleza, según la prensa, siguió ofreciendo dificultades vinculadas con una parte especial del día: la noche y su relación con el Río de la Plata. Lentamente el relato -ya convertido en una excitante y riesgosa aventura- advirtió y, al mismo tiempo configuró, los nuevos desafíos. “A las 19: 45 horas comienza a

13 Lilian Harrison, Argentina, atravesó a nado el Río de La Plata entre la Colonia y Punta Lara, *La Nación*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 4.

14 Por primera vez ha sido atravesado a nado el Río de La Plata, *El Día*, La Plata, 23 de diciembre de 1923, p. 7.

invadir las sombras de la noche”.¹⁵

Nadar de noche en el río ofreció, en sí mismo, una alta dificultad no solo por cuestiones de visibilidad, sino por ciertas representaciones simbólicas que circularon sobre la incierta y ‘caprichosa’ noche en el majestuoso estuario. Esta dificultad se potenció debido a la ausencia de los reflectores, usados regularmente para este tipo de pruebas (la persona encargada faltó a la cita, decían todos los diarios). La noche se convirtió en un espacio silencioso, mudo, caluroso y cuasi espectral:

Fue entrando la noche y el silencio total de aquella enorme extensión sólo es interrumpida a ratos por las voces que partían de a bordo, por el ritmo acompasado de los remos hundiéndose en el agua para el avance del bote y, más distante, el Aviso (buque acompañante) seguía su marcha lenta en la fila que encabezaba la señorita Harrison. Noche clara, por fortuna calurosa como para mantener la temperatura del agua en las condiciones más propicias (...).¹⁶

La dificultad de la noche, en particular la visibilidad de la nadadora y del buque guía, y la ausencia de la tecnología humana (reflectores) necesaria para orientar a la nadadora no conspiró en el relato, más bien todo lo contrario. La ambivalencia de sentidos sobre la naturaleza alcanzó a la luna. La naturaleza se positivizó gracias al único satélite natural de la Tierra: “la luna brilló con una claridad deseada”.¹⁷ La aparición de la luna facilitó el cruce y dejó sin efecto la importancia de la tecnología moderna. Lilian nadó sin reflector, crucial para orientar a la nadadora, pero en esta operación fue ‘ayudada’ por la naturaleza, en particular por el encanto y hechizo de las luces que reflejaba la luna. Es decir, “el inconveniente (falta de reflectores) que pudo resultar crucial” se resolvió con la luna “que con sus plateados rayos rieló la superficie de las aguas y, no sólo hizo olvidar la falta de reflector por innecesario, sino que fue un factor principalísimo para hacer agradable el raid tanto a la señorita Harrison como a los acompañantes”.¹⁸ La luna potenció la falta, creó un espectáculo maravilloso y cuasi romántico, y produjo una “noche de plenitud que alumbró en el gran río un espectáculo fantástico y admirable”.¹⁹ La influencia de la luna no solo operó sobre las mareas o el aumento de la duración del día, sino sobre la plenitud de la noche generando una sensación de maravilla y admiración ante dicho espectáculo.

Sin embargo, nuevamente el relato encontró un intersticio para resituar las dificultades fabricadas por la propia naturaleza y, por el propio relato. Entre el momento en que la luna desapareció y el amanecer, hubo un lapso de tiempo en donde la naturaleza exudó peligrosidad y atentó contra la nadadora y el éxito del cruce: “40 minutos antes de amanecer hubo un

15 La nadadora argentina Lilian G. Harrison realizó la portentosa hazaña de cruzar el Río de La Plata a nado, *La Prensa*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 20.

16 Lilian Harrison, Argentina, atravesó a nado el Río de La Plata entre la Colonia y Punta Lara, *La Nación*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 4.

17 Lilian Harrison, Argentina, atravesó a nado el Río de La Plata entre la Colonia y Punta Lara, *La Nación*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 4.

18 La nadadora argentina Lilian G. Harrison realizó la portentosa hazaña de cruzar el Río de La Plata a nado, *La Prensa*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 20.

19 Lilian Harrison, Argentina, atravesó a nado el Río de La Plata entre la Colonia y Punta Lara, *La Nación*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 1.

motivo de alarma y de zozobra. La luna que había alumbrado en forma tan eficiente la ruta de la nadadora se ocultó en el horizonte y, como todavía no amanecía, la noche se tornó oscura, dificultando la visión de la nadadora, causa por la cual debió acercarse la chalana²⁰ para no perderla de vista en ningún momento. Coincidió con el grave inconveniente de carecer de reflector y el fuerte oleaje”.²¹ Tras ese momento de incertidumbre, miedo e intranquilidad donde primó la oscuridad y el intenso oleaje, la naturaleza volvió a ayudar a Lilian: “Enseguida comenzó a clarear y las aguas fueron tranquilizándose siendo el oleaje cada vez más apacible (...)”.²² El amanecer operó como salvación en el cruce. La luz favoreció a una ya exhausta Lilian y, como en un relato religioso, la acercó al final de su desinteresada y elogiosa acción. A las 5.30 horas se formó “una espléndida aurora”. Cuando Lilian dudaba si seguir o abandonar, “la entrada del día y la disminución del oleaje fueron factores de importancia para decidir a la intrépida nadadora a persistir en la empresa”.²³ La luz natural restituyó la certidumbre y el orden en el raid, la confianza en Lilian y la posibilidad de alcanzar la meta.

La producción social de la naturaleza se feminizó

Cuatro años antes que Lilian cruzará el Río de la Plata, el reconocido nadador italo-argentino, Enrique Tiraboschi había intentando el mismo cruce, aunque sin éxito. Otros importantes nadadores varones, exitosos, conocidos y muy bien entrenados hicieron el riesgoso intento, pero ninguno pudo llegar a cruzar desde la costa uruguaya a la costa argentina. Que la primera persona en cruzarlo haya sido una mujer, noticia que se divulgó en la mayoría de los medios nacionales e, inclusive internacionales, generó en varios sectores sociales de Argentina sorpresa, extrañeza, escepticismo, cierta confusión y, al mismo tiempo, admiración, fascinación y asombro. Los medios de prensa se sumaron a esta extraña constelación de sensaciones y adjetivaciones y las pusieron en circulación. (Figura 2).

20 La chalana es una embarcación pequeña, de fondo plano, que usualmente es utilizada para transportes en aguas poco profundas. Durante el raid, la chalana se mantuvo más cerca que el buque 'Aviso 5'.

21 Lilian Harrison, Argentina, atravesó a nado el Río de La Plata entre la Colonia y Punta Lara, *La Nación*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 4.

22 La nadadora argentina Lilian G. Harrison realizó la portentosa hazaña de cruzar el Río de La Plata a nado, *La Prensa*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 20.

23 La nadadora argentina Lilian G. Harrison realizó la portentosa hazaña de cruzar el Río de La Plata a nado, *La Prensa*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 20.

Figura 2



Fuente: “Lilian G. Harrison cruza a nado el Río de La Plata”, *Caras y Caretas*, Buenos Aires, 29 de diciembre de 1923, p. 78.

El triunfo de Lilian se construyó narrativamente en forma ambivalente. Por un lado se destacaron sus méritos personales (físico, morales y emocionales) remarcando y, a la vez, fabricando una determinada moralidad deportiva caracterizada por su “singular firmeza”, su “tenacidad y decidido empeño”, convirtiéndose en una “intrépida nadadora”, “una mujer en la plenitud de sus fuerzas físicas y de excepcionales dotes de espíritu y voluntad (...) tenacidad de su esfuerzo para vencer las olas en lenta y acompasada marcha (...)”.²⁴ La “entereza y el valor demostrados”²⁵ fueron dimensiones fuertemente resaltadas por la prensa junto con “la agilidad”, “la valentía”, “la aparente tranquilidad”, la “insuperable energía” que la transformaron en “un prodigio de voluntad”²⁶. A partir de su “derroche de energías y de obstinación” fue retratada con “un maravilloso temperamento de sportswoman que le hace sobreponer a todas las dificultades con el valor sereno y la mejor disposición del espíritu”. “Las dificultades, lejos de quebrantarla, le renuevan sus energías a cada instante (...)”.²⁷ Lilian fue definida a partir de un “espíritu tenaz, afianzado por una perseverancia digna del mejor elogio”²⁸ y “representaba el más bello ejemplo de temple y de voluntad conocidos en estos últimos tiempos en el deporte (...)”.²⁹ Además, se la caracterizó con una asombrosa capacidad de decisión. De hecho, fue ella la mayor responsable en iniciar el cruce ante la rotunda negativa del resto de

24 La nadadora argentina Lilian G. Harrison realizó la portentosa hazaña de cruzar el Río de La Plata a nado, *La Prensa*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 20.

25 Por primera vez ha sido atravesado a nado el Río de La Plata, *El Día*, La Plata, 23 de diciembre de 1923, p. 7.

26 Lilian Harrison, Argentina, atravesó a nado el Río de La Plata entre la Colonia y Punta Lara, *La Nación*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 1.

27 Lilian Harrison, Argentina, atravesó a nado el Río de La Plata entre la Colonia y Punta Lara, *La Nación*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 4.

28 La nadadora argentina Lilian G. Harrison cruzó en un solo esfuerzo ambas orillas del Plata, *La Vanguardia*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 6.

29 Lilian Harrison, Argentina, atravesó a nado el Río de La Plata entre la Colonia y Punta Lara, *La Nación*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 4.

los participantes (técnicos, médicos, nadadores, marineros, etc.) debido a las desfavorables condiciones climáticas previas al inicio del raid (SCHARAGRODSKY, 2019).

Sin embargo, por otro lado, parte de la prensa resaltó y ponderó otros factores significativos e importantes a la hora de lograr con éxito el cruce del Río de la Plata. Por ejemplo, tuvo en cuenta en su relato el papel del clima y la temperatura o la incidencia de la luna durante el raid. En ambos casos el relato se feminizó. Vale decir, un conjunto de metáforas y representaciones se consolidaron durante el raid facilitando simbólicamente lo “(...) que parecía imposible para una persona de su sexo”.³⁰ La descripción de la naturaleza, el clima o la luna se conceptualizaron desde y a partir de una determinada manera de pensar la diferencia sexual. Lilian pudo concretar el cruce, no solo merced a su excelente estado físico y emocional, sino a las circunstancias ‘naturales’ las cuales, según la prensa, fueron más benignas para la osada mujer que para el resto de los fuertes y viriles nadadores varones que habían intentado anteriormente el cruce, aunque sin éxito.

De repente, el clima se comportó de forma galante. Los vientos, la temperatura, el oleaje, las marejadas y las corrientes del Río de la Plata actuaron de forma ‘caballeresca’. La naturaleza nuevamente cobro vida. Aunque se valorizó la “fuerza de voluntad y temple de espíritu a toda prueba” de Lilian la prensa destacó las “condiciones favorables del tiempo y de la temperatura” durante el cruce que no tuvieron aquellos nadadores que previamente fracasaron en el intento:

Hay que convenir, sin embargo, no para aminorar el valor de la hazaña realizada por la distinguida nadadora, pero sí para justificar el fracaso de los aficionados que la precedieron en sus tentativas, que el tiempo, galante en esta oportunidad, se presentó propicio para la travesía, trayéndonos a la memoria la noche aquella en que Maciel alcanzara a llegar sólo a pocos kilómetros de la costa argentina, casualmente en la ruta que siguiera la señorita Harrison.³¹

El clima “galante” permitió, en parte, lograr el cruce. La temperatura del agua trató a Lilian de forma respetuosa, quasi-caballeresca. Ante un clima tan considerado, respetuoso y bien educado la mujer-atleta de solo 19 años tuvo parte del camino asegurado. Ese mismo clima fue duro, frío, adverso y hostil para aquellos varones que osaron realizar el cruce previo a la acción de Lilian. De alguna manera, la feminización del clima operó en dos planos. Por un lado, potenció las posibilidades de éxito de una mujer en pruebas que hasta ese momento no eran muy bien consideradas por diversos sectores sociales de la población y por determinados actores e instituciones a personas “(...) del ‘sexo débil’”.³² Por el otro, justificó el fracaso de los expertos nadadores que anteriormente habían luchado denodadamente contra una naturaleza violenta, hostil, incierta e impiadosa.

30 La señorita Harrison ha realizado una gran proeza, *El Argentino*, La Plata, 23 de diciembre de 1923, p. 5.

31 La nadadora argentina Lilian G. Harrison realizó la portentosa hazaña de cruzar el Río de La Plata a nado, *La Prensa*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 20.

32 Por primera vez ha sido atravesado a nado el Río de La Plata, *El Día*, La Plata, 23 de diciembre de 1923, p. 7.

La travesía a nado del río de La Plata, la hazaña que vanamente intentarán Tiraboschi -triunfador en el Canal de la Mancha- Maciel, Dumas, Garramendy, Perez y en general todos los grandes ases de la natación de nuestro país y el Uruguay, ha sido realizada por primera vez en forma realmente asombrosa por una mujer argentina: la señorita Lilian Harrison.³³

La masculinización de la naturaleza y, en particular del clima, sirvió de aval y justificativo a aquellos viriles varones que fracasaron en el intento y, al mismo tiempo, dejó intacto el poder omnipresente masculino, así como los privilegios del patriarcado moderno.

Algunos medios matizaron la feminización del clima y cierta adjetivación patriarcal o desvalorizante hacia Lilian y su logro, en un contexto de fuerte crecimiento de los feminismos y de sus reclamos por mayor igualdad jurídica, social y política (LAVRIN, 2005; BARRANCOS, GUY, Y VALOBRA, 2014): "Es posible que las condiciones del río y las atmosféricas la hayan favorecido en la realización de su empresa, pero ello no atenúa en un ápice la magnitud de la hazaña, pues, por el contrario indicaría nuevas condiciones el saber aprovechar el momento propicio para cumplir un intento".³⁴ En todos los casos, la prensa ponderó su temple y férrea voluntad para realizar el cruce. Sin embargo, al mismo tiempo, en las zonas más difíciles del recorrido (los farallones, la noche, previo al amanecer) los personajes masculinos (nadadores acompañantes, entrenador y médico fiscalizador: voces científicamente autorizadas) fueron reivindicados como actores centrales del raid (SCHARAGRODSKY, 2019). De hecho, quien certificó 'científicamente' su llegada a la costa argentina fue un médico varón.³⁵

Con independencia de ello, la narración periodística se saturó de una simbología femenina donde ciertas figuras legendarias cobraron vida y tuvieron un papel central. Lilian, se convirtió en una sirena -figura de apariencia pisciforme: cola de pez en lugar de piernas-, un ser híbrido, bello y dúctil, que vivía en las profundidades del mar y a la que se le atribuían poderes encantadores. Este poder encantador hacia los varones, es decir, hetero-normativizante y hechizante, al mismo tiempo, se conjugó con la figura de la amazona. Si en el primer caso, la sirena proyectó a partir de su silueta, su belleza y su irresistible voz melodiosa una atracción irresistible hacia los rudos y viriles marineros en el inclemente y solitario río -re-asegurando la matriz hetero-normativa como la única forma de deseo posible jerárquicamente establecida-; la figura de la amazona compensó y matizó esa proyección semántica articulándola con otros sentidos como la fuerza, la perseverancia, la independencia y la autodeterminación de su cuerpo y sus acciones:

Por orgullo patrio y por la propia fama desafió Lilian Harrison los ocultos poderes del inmenso río. Ni el canto de las sirenas, que en las noches lunares suben del mar al estuario, ni del dios heleno incaico, que exige sacrificios, pudieron quebrantar la voluntad de esta sirena, fuerte como una amazona. ¡Honor a Lilian Harrison!.³⁶

33 Por primera vez ha sido atravesado a nado el Río de La Plata, *El Día*, La Plata, 23 de diciembre de 1923, p. 7.

34 La señorita Harrison ha realizado una gran proeza, *El Argentino*, La Plata, 23 de diciembre de 1923, p. 5.

35 "La señorita Harrison tocó tierra varios metros antes de salir del agua y continuó caminado con dificultad hasta la costa donde como meta, tocó al doctor Grasso, médico oficial". La señorita Harrison ha realizado una gran proeza, *El Argentino*, La Plata, 23 de diciembre de 1923, p. 5.

36 Lilian Harrison, un elogio de la admirable deportista, *Plus Ultra*, Buenos Aires, enero de 1924.

Desafiar los poderes ocultos del inmenso río y ser exitosa también, convalidó la producción de un cierto sentido de pertenecía a un estado o a una comunidad imaginada, en un escenario de crecimiento y mayor consumo deportivo por parte de las mujeres, especialmente las urbanas y de sectores bien acomodados en Argentina (BONTEMPO, 2016; ANDERSON, 2014).

El éxito sobre la naturaleza produjo nacionalidad

El cruce a nado de Lilian Harrison condensó otros significados, además de la transmisión, circulación y producción de un sentido sobre la naturaleza y la feminidad. Uno de los más recurrentes, explícitos y deliberados de la prensa estuvo vinculado con la fabricación de una determinada política identitaria. A la prensa no solo le interesó la proyección de un modelo sobre la naturaleza, sus usos y vinculaciones, sino también el grado de involucramiento y el tipo de pertenencia de Lilian -como mujer- a un estado o nación.

Claramente, Lilian no buscó información valiosa y más exacta sobre el Río de la Plata al estilo de los geógrafos y naturalistas decimonónicos, ni persiguió explícitamente objetivos mercantiles o económicos. Tampoco proyectó una geografía militar imperial, simplemente buscó cruzar el río, pero en ese cruce la prensa imaginó su pertenencia a un cierto lugar, a una determinada nación, naturalizando las fronteras geopolíticas, junto con sus violencias y exclusiones. Vale decir, el cruce convalidó y esencializó la organización de las fronteras simbólicas de la nación en tanto expresión cultural-identitaria.

Antes, durante y después del cruce, la prensa argentina resaltó la condición nacional de Lilian. A pesar de haber vivido buena parte de su infancia y adolescencia en Inglaterra³⁷, el hecho de haber nacido en Quilmes, Argentina, sirvió como una especie de re-aseguro nacional con el fin de celebrar el triunfo como patrimonio auténticamente argentino. Vencer a indescifrables fuerzas de la naturaleza del Río de la Plata representó “conquistar un lauro para el sport de su país sin ahorrar una sola energía”.³⁸ Su historia, cargada de “(...) pruebas de aliento que realizó en anteriores temporadas la destacaron como la mejor y más completa nadadora argentina (...)” y generaron “(...) un íntimo deseo para aportar a la mujer argentina el insigne honor de mantener un ‘record’ mundial (...)”.³⁹

Domar la naturaleza fue una gran hazaña y se convirtió en un hecho que fabricó orgullo nacional. Lilian condensó un modelo a seguir para la mujer argentina: “Demuestra la señorita Harrison con su hazaña, lo que puede la mujer en el campo de las actividades físicas y ella posiblemente servirá de aliciente poderoso para alejar el espíritu de la mayoría de la mujer

37 “Desde los diez años (Lilian) se dedicó a la natación, su deporte favorito, siendo su madre quien la alentó más y siguió su perfeccionamiento después de acompañarla en las piscinas de Inglaterra en sus primeras lecciones”. La nadadora argentina Lilian G. Harrison cruzó en un solo esfuerzo ambas orillas del Plata, *La Vanguardia*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 6, 8.

38 Lilian Harrison, Argentina, atravesó a nado el Río de La Plata entre la Colonia y Punta Lara, *La Nación*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 4.

39 La nadadora argentina Lilian G. Harrison realizó la portentosa hazaña de cruzar el Río de La Plata a nado, *La Prensa*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 20.

argentina el perjudicial prejuicio que las invade en ese sentido”.⁴⁰ Atravesar a nado durante 24 horas el Río de la Plata proyectó nuevos sentidos a ser inscriptos en la mujer moderna argentina: activa, segura de sí, saludable, grácil, elegante, decidida y, al mismo tiempo, deseable ante la mirada hetero-normativa masculina, cumplidora del ideal estético androcéntrico, dependiente frente a los saberes científicos producidos a partir de cánones patriarcales, y relativamente fuerte y sana para cumplir con su indiscutible mandato ‘natural’: la maternidad⁴¹ (ANDERSON, 2014; SCHARAGRODSKY, 2018b). Aunque el temor a la virilización femenina (ANDERSON, 2015) fue recurrente en la mayoría de los medios de prensa⁴², algunos periódicos fueron más rupturistas que otros: “La mujer se ha libertado de los prejuicios seculares que la encadenaban (...) con vistas a mejores destinos de la familia humana”. “La pretendida inferioridad intelectual de la mujer ha sido desmentida por los estudios psicológicos del profesor don Rodolfo Senet”.⁴³

En cualquier caso, las narraciones periodísticas se obsesionaron con el sentido de pertenencia de la joven nadadora y situaron a la nacionalidad en los momentos preponderantes del cruce. Lo nacional se articuló con lo estatal. Antes de partir desde la costa uruguaya, el cónsul argentino en Colonia “visitó (...) a las autoridades del barco y formuló augurios a Harrison”.⁴⁴ El relato del cruce estuvo atravesado recurrentemente por la presencia del Estado argentino. Fue este actor social el que proporcionó parte de la logística, es decir, el buque de mayor tamaño para fiscalizar la prueba. Dicho buque de guerra, llamado ‘Aviso 5’, partió del puerto de Buenos Aires con una importante delegación de interesados y al llegar a Uruguay se ubicó a 500 metros del puerto de Colonia.⁴⁵ Para no generar ningún conflicto diplomático con Uruguay el buque estatal se ubicó cerca de la costa: “El aviso, como tripulación de guerra no pudo fondear en la costa uruguaya”.⁴⁶

Lo estatal se fusionó con la argentinidad. En los momentos más tensos del cruce, la música ‘nacional’ ayudó a transitar el Río de la Plata. A las 3:15 de la mañana la nadadora continuó nadando sola sin acompañantes, “y a fin de reemplazar esta ausencia, los tripulantes de la chalana y los pasajeros del Aviso volvieron a cantar aires nacionales para hacer agradable la soledad en que se encontraba Harrison, contribuyendo eficazmente para que no desmayara

40 La señorita Harrison ha realizado una gran proeza, *El Argentino*, La Plata, 23 de diciembre de 1923, p. 5.

41 Como señala Anderson, la prensa deportiva más reconocida de la época ubicó a Lilian, años después, en el lugar adecuado y natural de toda mujer, inclusive las excepcionales: el tranquilo y apacible espacio familiar, como madre y señora de Clark, criando una hija y no en el peligroso, incierto e inquietante Río de la Plata (ANDERSON, 2014, p. 83-84).

42 “Muchísimos hombres y muchas mujeres niegan a la mujer derechos a vivir como las sirenas, como las Amazonas, como Atlanta y demás deportistas legendarias. Solamente le permitirían actuar de sirena en las playas marplatenses, de Amazonas en Palermo, etc. En cambio se les figura justo hacerla trabajar en escritorios, máquinas de labranza, etc. Indudablemente el abuso y la ridiculez quitan a toda acción humana utilidad y gracia. Si por cultivar un deporte la mujer llega a convertirse en virago, si adopta actitudes y vestimentas poco dignas de su figura, habrá caído en un extremo vicioso. Lilian Harrison, sigue siendo una mujer hasta por el traje femenino que viste”. Lilian Harrison, un elogio de la admirable deportista, *Plus Ultra*, Buenos Aires, enero de 1924.

43 El triunfo de la señorita Harrison, *La Época*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 2.

44 El ‘raid’ de natación Colonia-Buenos Aires, *La Prensa*, Buenos Aires, sábado 22 de diciembre de 1923, p. 13; La nadadora argentina Lilian G. Harrison cruzó en un solo esfuerzo ambas orillas del Plata, *La Vanguardia*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 6.

45 La nadadora argentina Lilian G. Harrison realizó la portentosa hazaña de cruzar el Río de La Plata a nado, *La Prensa*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 20.

46 Lilian Harrison, Argentina, atravesó a nado el Río de La Plata entre la Colonia y Punta Lara, *La Nación*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 1.

en su empresa".⁴⁷ Alcanzado el objetivo de cruzar el inmenso Río de la Plata los marineros del buque argentino, el Aviso 5 "(...) con emoción incontenible, daban vítores entusiastas que coreaban todos los acompañantes; en ese momento hubo en todos los espíritus un reconfortable sentimiento argentino, porque nuestro deporte había conquistado la extraordinaria victoria que comentamos".⁴⁸

Pero la difusión de argentinidad articulada con una fuerte presencia estatal se consolidó cuando el buque argentino regresó al puerto de Buenos Aires.

Quando el 'A 5' enfrentó el canal de acceso a la dársena norte, todos los barcos fondeados en el puerto saludaron con sus pitos y sirenas al buque de la armada, que contestó en igual forma, agradeciendo la recepción que se tributaba a la primer nadadora del mundo".⁴⁹ "Los conscriptos de nuestra armada no la perdieron de vista ni un instante."⁵⁰

Un numeroso público se acercó al puerto de argentina y "tributó a la nueva 'recordwoman' mundial el testimonio de su admiración. Dio motivo esto a una interesante escena, ya que por orden del Jefe del Ministerio de Marina formó la guardia para saludar así a la nueva triunfadora del río de La Plata".⁵¹ Ese mismo día, a la tarde, Lilian fue agasajada en un importante evento deportivo internacional organizado por el Estado argentino: "fue llevada en andas por atletas argentinas y uruguayas que participaron del torneo femenino internacional en el club de Gimnasia y Esgrima".⁵²

De alguna manera, en la narrativa periodística el cruce se convirtió en un espacio de estatalidad y de reivindicación y celebración nacional. La asociación imaginaria -y arbitraria- entre Lilian Harrison, el Río de la Plata y la argentinidad operó re-afirmando una cierta identidad nacional, transmitiendo pedagógicamente un cierto régimen emocional, es decir, enseñando el orgullo, la alegría y la satisfacción de pertenecer a cierta comunidad nacional. La fiesta de celebración nacional se cerró con la presencia del presidente argentino, Marcelo T. de Alvear. (Figura 3). Días después del cruce, se realizó una fiesta en el Club Náutico San Isidro (CNSI) en honor a su socia, Lilian Harrison, con la presencia de numerosas familias de las más reconocidas en los círculos sociales de la capital argentina. A las 18 horas hizo su entrada en el canal que conduce al desembarcadero del CNSI el yate Adhara, a bordo del cual viajaban

47 La nadadora argentina Lilian G. Harrison realizó la portentosa hazaña de cruzar el Río de La Plata a nado, *La Prensa*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 20.

48 Lilian Harrison, Argentina, atravesó a nado el Río de La Plata entre la Colonia y Punta Lara, *La Nación*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 4.

49 "Harrison apareció luego en el puente de popa, siendo ovacionada por el crecido público que se había congregado en la dársena y en el puerto naval". La señorita Harrison ha realizado una gran proeza, *El Argentino*, La Plata, 23 de diciembre de 1923, p. 5.

50 Lilian Harrison, Argentina, atravesó a nado el Río de La Plata entre la Colonia y Punta Lara, *La Nación*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 4.

51 La nadadora argentina Lilian G. Harrison realizó la portentosa hazaña de cruzar el Río de La Plata a nado, *La Prensa*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 20.

52 Notas sociales y deportivas, *El Hogar*, Año XIX, Buenos Aires, 28 de diciembre de 1923; Lilian Harrison, *Fray Mocho*, Buenos Aires, Año XIII, 1 de enero de 1924. "Coincide este triunfo de la nadadora argentina con el torneo atlético internacional femenino que se celebra en Buenos Aires (...)" El triunfo de la señorita Harrison, *La Época*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 2.

el presidente de la República, miembros del Poder Ejecutivo, altas autoridades nacionales y municipales, etc. Como era típico en esos años, el encuentro era en parte un evento para que los ricos y los famosos se mezclaran y promocionaran su estatus. Alvear (presidente de la nación), Regina Pacini de Alvear (esposa del presidente de la nación), Benjamín Nazar Anchorena (presidente del Club Náutico San Isidro), ministros y autoridades públicas, familias porteñas de alta alcurnia fueron los representantes más famosos del mundo de la política, los negocios y el universo deportivo que fueron a ver y a ser vistos.

Figura 3



Fuente: El presidente argentino, Marcelo T. de Alvear, con Lilian Harrison. “Lilian Harrison”, *Plus Ultra*, Buenos Aires, 1924, p. 13.

El estado argentino premió la labor de Lilian con una “medalla de oro donada por el Ministerio de Marina”.⁵³ Vencer a la naturaleza produjo nacionalidad. La patria, la nación y el estado, encontraron en este tipo de eventos deportivos una excelente alianza simbólica la cual fue fuertemente difundida por los diferentes medios de prensa argentinos: “en la historia del sport argentino se había escrito una de las páginas más brillantes”.⁵⁴ Cruzar el Río de la Plata no fue un hecho ‘natural’, tampoco lo fue el propio río, sino más bien fue un producto social, cultural, sexual, identitario y político.

53 Ecos de la travesía del Río de La Plata, *La Nación*, Buenos Aires, sábado 5 de enero de 1924, p. 8. “Además ha obtenido el premio de 5000 pesos donado por la revista El Gráfico, una copa de oro donada por la casa Kalisay y otra por la revista Buenos Aires Sports”. La señorita Harrison ha realizado una gran proeza, *El Argentino*, La Plata, 23 de diciembre de 1923, p. 5.

54 Lilian Harrison, Argentina, atravesó a nado el Río de La Plata entre la Colonia y Punta Lara, *La Nación*, Buenos Aires, domingo 23 de diciembre de 1923, p. 1.

Consideraciones finales

El cruce a nado del Río de la Plata fue un evento deportivo altamente difundido por los medios de comunicación escritos en los años ‘20. El raid de Lilian no solo fue un hecho deportivo extraordinario, sino que se configuró como un gran condensador de sentidos que excedieron al propio universo deportivo. Entre ellos se destacaron las formas y los modos en que la prensa, con sus matices, fabricó e interpretó ciertos sentidos sobre la naturaleza, convirtiéndola en un lugar simbólico donde se asociaron particulares sentidos sobre la feminidad y la nacionalidad.

El escenario donde se realizó el raid cobró vida en el relato periodístico. La formación del río como lugar, estuvo ligada a la creación socio-histórica de la naturaleza. El Río de la Plata fue adjetivado de múltiples formas. En el tono discursivo, primó la ambivalencia donde lo majestuoso se combinó con lo peligroso. La disputa entre la naturaleza subjetivada y el ser humano (Lilian Harrison) condensó las típicas tensiones de la época entre naturaleza, ciencia y cultura. Una de las formas de resolver esa tensión fue a partir de la demostración de control y dominio sobre la naturaleza del río y del clima, por medio del discurso científico.

Debido a que la primera persona en hacer el raid fue una mujer, todo un conjunto de representaciones poblaron la superficie discursiva en los medios escritos. De repente, la producción social de la naturaleza se feminizó. Dicha operación semántica incrementó y, al mismo tiempo justificó, las posibilidades de éxito de una mujer ante semejante prueba. Pero también justificó el fracaso de los expertos nadadores que habían luchado denodadamente contra una naturaleza violenta, hostil, incierta e impiadosa. La masculinización de la naturaleza para los nadadores varones sirvió de aval y justificativo a aquellos que fracasaron en el intento y, al mismo tiempo, dejó intacto el poder masculino omnipresente y los privilegios del patriarcado moderno. Aunque algunos medios matizaron esta clara desvalorización hacia Lilian y su extraordinario logro y celebraron el triunfo de Lilian cuestionando las hazañas deportivas como experiencias solamente masculinas; algunas convenciones altamente generizadas sobre la ‘naturaleza’, el clima del río y sobre la mujer deportista (el temor a la virilización de las mujeres, el cuerpo de Lilian como objeto de deseo masculino, la estética ‘femenina’ de Lilian, etc.) persistieron y fueron recurrentes en los relatos de la prensa.

En este proceso simbólico, la prensa difundió una máxima: el éxito y el dominio sobre la naturaleza produce e incrementa el sentido y el orgullo nacional. Lo nacional se articuló con lo estatal. Lilian fue retratada, en la mayoría de los medios, como ejemplo de la mujer argentina moderna: activa, segura de sí, saludable, grácil, elegante, decidida y, al mismo tiempo, deseable ante la mirada hetero-normativa masculina, cumplidora del ideal estético androcéntrico, dependiente frente a los saberes científicos producidos a partir de cánones patriarcales, y relativamente fuerte y sana para cumplir con su indiscutible mandato ‘natural’: la maternidad. Esta figura ambivalente generó ciertas fugas de sentido sobre el canon tradicional de dominación masculino, aunque también reforzó ciertos procesos de naturalización sobre la naturaleza, la feminidad y la nacionalidad. En cualquier caso, el logro nacional de la mujer moderna encarnado en Lilian, altamente celebrado por la prensa masiva, no cuestionó las bases profundas del orden patriarcal explicitado en la mayoría de los medios de prensa que cubrieron el evento y fabricaron la noticia. La asociación entre la naturaleza, la feminidad y la nacionalidad dejó intacta varias de las representaciones dominantes y cuasi-violentas en aquella época.

Bibliografía

ANDERSON, Patricia. Mens sana in corpore sano: deportismo, salud y feminidad en Argentina, 1900-1945. In: SCHARAGRODSKY, Pablo (coord.). *Miradas médicas sobre la cultura física en Argentina, 1880-1970*. Buenos Aires: Prometeo, 2014, p. 83-100.

ANDERSON, Patricia. Sporting Women and Machonas: Negotiating Gender through Sports in Argentina, 1900-1940. *Women's History Review*, v. 24, n. 5, p. 700-720, 2015.

BARRANCOS, Dora; GUY, Donna; VALOBRA, Adriana (coord.). *Moralidades y comportamiento sexuales. Argentina (1880-2011)*. Buenos Aires: Biblos, 2014.

BONTEMPO, María Paula. El cuerpo de la mujer moderna. La construcción de la feminidad en las revistas de Editorial Atlántida (1918-1933). In: SCHARAGRODSKY, Pablo (coord.). *Mujeres en Movimiento. Deporte, cultura física y feminidades. Argentina, 1870-1980*. Buenos Aires: Prometeo, 2016, p. 329-348.

CASEY, Edward. *The Fate of Place: A Philosophical History*. Berkeley: CA. California University Press, 1996.

DELGADO, Verónica Y ROGERS, Geraldine. (Eds.) *Tiempos de papel: Publicaciones periódicas argentinas (Siglos XIX-XX)*. La Plata: Editora Universidad Nacional de La Plata, Estudios/Investigaciones 60, 2016.

KIRCHER, Mirta. La prensa escrita: actor social y político, espacio de producción cultural y fuente de información histórica. *Revista de Historia*. n° 10, p. 115-122, 2005.

LAVRIN, Asunción. *Mujeres, feminismo y cambio social en Argentina, Chile y Uruguay 1890-1940*. Santiago de Chile: Centro de Investigaciones Diego Barros Aranda, 2005.

LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LÓPEZ, Andrés. Cuerpos de papel: cómo narraron el deporte las revistas especializadas en la Argentina del siglo XX. In: RON, Osvaldo; CACHORRO, Gabriel; FERRETTY, Emmanuel (coord.). *Cuerpo, Arte y Comunicación*. Buenos Aires: Biblos, 2017, p. 61-68.

MALPAS, Jeff. Pensar topográficamente: Lugar, espacio y geografía. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, 61, 2, p. 199-229, 2015.

MASSEY, Doreen. *For Space*. Londres: Sage, 2005.

NOUZEILLES, Gabriela (comp.). *La naturaleza en disputa. Retóricas del cuerpo y el paisaje en América latina*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

SCHARAGRODSKY, Pablo. ¿Cruzando fronteras? El primer cruce a nado del Río de La Plata, Uruguay-Argentina, 1923. *Claves. Revista de Historia*. vol. 5, n. 8, p. 211-233, 2019.

SCHARAGRODSKY, Pablo. El padre de la medicina deportiva argentina o acerca de cómo fabricar campeones, décadas del ‘20 y ‘30, siglo XX. *Recorde: Revista de História do Esporte*. vol. 11, n. 2, p. 1-29, 2018a.

SCHARAGRODSKY, Pablo. La constitución de la medicina deportiva argentina o acerca de cómo construir una de las primeras *recordwoman*. Argentina, décadas del 20 y 30. *Revista Aljaba*. vol.22, n.2, p. 99-120, 2018b.

Fuentes

Caras y Caretas

Crítica

El Argentino

El Día

El Gráfico

El Hogar

Fray Mocho

La Época

La Nación

La Prensa

La Razón

La Vanguardia

Plus Ultra

The Standard

Última Hora

Otras fuentes

GRASSO, Gofredo. *Acción del médico en la cultura física*. Buenos Aires: Establecimiento Gráfico A. de Martino, 1924.

RECEBIDO EM: 12/03/2020

APROVADO EM: 01/04/2020

DA CELEBRAÇÃO À COMOÇÃO: OS DISCURSOS DA IMPRENSA ESCRITA PAULISTA EM RELAÇÃO A UMA CÉLEBRE LUTA DE BOXE¹

From The Celebration to the Commotion: The Discourse of the Paulista Press in Relation to a Celebrated Boxing Fight

Riqueldi Straub Lise²

Fernando Renato Cavichioli³

André Mendes Capraro⁴

RESUMO

O objetivo deste estudo consiste em explicitar as mudanças nos discursos da imprensa escrita paulista, acerca da capacidade pugilística de Benedicto dos Santos no confronto que realizou contra o campeão europeu dos pesos pesados de boxe, Erminio Spalla. Tendo como fontes primárias os jornais da cidade de São Paulo, foi adotado os preceitos metodológicos preconizados por Luca (2011) para a análise das referidas fontes. Notou-se ao longo desse estudo, que a partir da confirmação do confronto de boxe entre dos Santos e Spalla a imprensa paulista noticiou amplamente vários aspectos relacionados ao evento. Um desses aspectos faz menção a capacidade física e técnica do pugilista brasileiro de enfrentar um lutador muito experiente e aprimorado tecnicamente. Se em um primeiro momento, a imprensa escrita, considerava dos Santos inapto para tal desafio, em um segundo momento admitia que o lutador brasileiro possuía reais chances de obter a vitória sobre o contendor italiano, e por fim, ao noticiar a hospitalização de dos Santos, em decorrência dos golpes de Spalla, percebe-se outra mudança nos discursos, a de que esta luta nunca deveria ter acontecido devido a diferença física e técnica entre os dois lutadores.

Palavras-chave: Periódicos; Discurso; Boxe.

1 Esta pesquisa contou com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2 Graduação em Educação Física pela Universidade Positivo, Mestrado e Doutorado Universidade Federal do Paraná. E-mail: liseriqueldi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7565-4816>.

3 Graduação, Mestrado e Doutorado em Educação Física, Professor titular da Universidade Federal do Paraná. E-mail: cavica@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8925-2420>.

4 Graduação em Educação Física, Mestrado e Doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná. Professor do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná. E-mail: andrecapraro@onda.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3496-3131>.

ABSTRACT

The objective of this study is to explain the changes in the speeches of the São Paulo press, about the pugilistic capacity of Benedicto dos Santos in the confrontation he had against the European heavyweight boxing champion, Ermínio Spalla. Having as primary sources the newspapers of the city of São Paulo, the methodological precepts recommended by Luca (2011) were adopted for the analysis of these sources. It was noted throughout this study, that from the confirmation of the boxing confrontation between dos Santos and Spalla, the São Paulo imprensa reported widely several aspects related to this fight. One of these aspects mentions the physical and technical capacity of the Brazilian boxer to face a very experienced and technically improved fighter. If, at first, the written press considered dos Santos unfit for such a challenge, in a second moment he admitted that the Brazilian fighter had real chances of obtaining victory over the Italian contender, and finally, when reporting the hospitalization of dos Santos, as a result of Spalla's blows, there is another change in the speeches, that this fight should never have happened due to the physical and technical difference between the two fighters.

Keywords: newspaper; discourse; boxing.

Introdução

Aos 27 dias do mês de janeiro de 1924, fazia escala no porto da cidade do Rio de Janeiro, rumo a Buenos Aires, o transatlântico francês *Lutetia*. Entre os passageiros a bordo deste navio estava o célebre pugilista italiano Erminio Spalla⁵. Nesta ocasião o jornal *Correio Paulistano*, primeiro jornal diário de São Paulo e com vendagem significativa, publicou uma breve entrevista, na qual Spalla discorre acerca de sua vinda à América do Sul, cujo principal compromisso era a luta contra o argentino Luiz Angel Firpo⁶. Spalla declarou que, no retorno de Buenos Aires, desejava realizar, na cidade de São Paulo, um confronto contra o pugilista brasileiro Benedicto dos Santos, também conhecido como Ditão (*CORREIO PAULISTANO*, 1924).

Assim o objetivo deste estudo está centrado em descrever como os periódicos brasileiros⁷ noticiaram a passagem de Erminio Spalla pelo Brasil, com atenção especial à luta que realizou contra o pugilista Benedicto dos Santos no ano de 1924, em São Paulo. Para tanto, foram consultados os jornais da cidade paulistana, e ainda, com sentido de ampliar a escala de análise e constatar a repercussão desta luta fora de São Paulo, também foram incluídos periódicos da cidade do Rio de Janeiro, naquela época capital federal e cidade com maior contingente populacional do Brasil.

A escolha de matérias jornalísticas como fontes primárias para esta pesquisa se deu,

5 Alguns periódicos cariocas afirmam que Spalla veio da Itália a bordo do *Paquete Pincio*.

6 O argentino Luiz Angel Firpo era, desde 1920, campeão sul-americano dos pesos pesados e em 1923 foi o primeiro pugilista da América do Sul a disputar o título mundial contra o então campeão mundial Jack Dempsey. Esta luta, realizada em Nova Iorque, terminou com a polêmica vitória de Dempsey por nocaute no segundo round. <https://www.youtube.com/watch?v=Ky-CgxRntVwg>

7 O amplo levantamento de fontes jornalísticas elencado nesta pesquisa foi possibilitado pela Hemeroteca Digital disponibilizada aos usuários pela plataforma do Arquivo Digital da Biblioteca Nacional. Para saber mais sobre a Hemeroteca Digital acesse: <<http://bndigital.bn.gov.br/sobre-a-bndigital/>>.

principalmente, por dois motivos: primeiro pelo fato da intensa cobertura realizada pela imprensa escrita brasileira, considerando que os jornais, naquele período, se constituíam no principal meio de comunicação de massa do país. Segundo, pela dificuldade em localizar fontes documentais, tendo em vista que naquele período não existia no Brasil nenhuma instituição oficial que controlasse eventos desta natureza. Por vezes os próprios jornais assumiam a responsabilidade da organização e divulgação desse tipo de evento.

As fontes jornalísticas consistem em um importante recurso a quem se propõe trazer à luz fatos passados, no entanto alguns cuidados são necessários para escapar da armadilha de interpretar tais fontes como o passado registrado objetivamente. Conforme apontado por Luca (2011), questões como subjetividades, convicções políticas, interesses comerciais, entre outros influenciam de que maneira tal notícia será ou não veiculada por determinado periódico. Portanto não se pretende aqui estabelecer uma verdade histórica acerca das expectativas e repercussões acerca do confronto pugilístico envolvendo o brasileiro Benedicto dos Santos e o italiano Ermínio Spalla, mas sim uma representação a partir da perspectiva dos periódicos.

Pensando no jornal enquanto fonte, cabe destacar – tal como Tania Regina de Luca (2008) aponta – que a escrita historiográfica por meio da imprensa é relativamente recente e bastante próxima das transformações sofridas pela disciplina da História. Estas modificações se vinculam aos entrelaçamentos entre a escrita científica e a busca pela verdade. A busca de uma verdade preconizada pelas escolas⁸ vigentes nesse período (século XIX e início do XX), bem como apoiada na vertente positivista, apontava para o uso de fontes marcadas pela objetividade, fidedignidade, neutralidade e credibilidade. Desse modo, estabelecia-se uma hierarquia qualitativa dos tipos de fontes a serem utilizadas, que deveriam prezar pela neutralidade até então compatível aos documentos oficiais. Fontes como jornais, literatura, cartas ou diários, que em comum trazem a característica de estarem cercados pelo interesse (políticos, culturais, de classe, etc.), compromisso (seja com a estética, seja com o editorial) e subjetividade, eram compreendidas como inadequadas para recuperação do passado – tendo em vista esse afastamento da fidedignidade (VIEIRA et. al. 1984). Ao jornal caberia, portanto, a função de registrar fragmentos do presente, documentado sob a égide de compromissos, paixões e impulsos, os quais ainda estavam sujeitos a distorções, subjetividades e mais fragmentação.

A partir da Nova História Cultural, a qual propunha novos objetos, problemas e abordagens diversas, o jornal passa a destacar-se como fonte plausível (ALVES; GUARNIERI, 2007). Porém, são imprescindíveis alguns procedimentos para que essa fonte tivesse o seu devido reconhecimento.

Já não se questionava o uso dos jornais por sua falta de objetividade – atributo que, de fato, nenhum vestígio do passado pode ostentar –, antes se pretendia alertar para o uso instrumental e ingênuo que tomava os periódicos como meros receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador (LUCA, 2008, p. 116).

Isto é, a autora alerta para as armadilhas da imprensa – que, por sinal, também se aplicam ao tratamento de outros tipos de fonte –, já que o pesquisador poderia ficar tentado a recorrer ao

8 Para uma discussão mais profunda sobre a concepção de História, sua relação com a verdade e suas escolas, ler: Keith Jenkins, em *A História Repensada* (2011), e Peter Burke, em *A Escola dos Annales* (1997).

jornal para confirmar determinada tese, extraindo apenas os trechos que lhe interessam. Assim, os elementos a que se deve atentar, para o uso de fontes jornalísticas, extrapolam o nível da publicação, quais sejam: motivações para a decisão de dar publicidade a determinados fatos, em detrimento de outros; as formas e linguagem com que o discurso é publicado; o perfil da linha editorial do periódico; os interesses políticos e financeiros; o lugar social de inserção do periódico; os colaboradores; o público a que se direciona; as fontes de receita; e o cruzamento com outras fontes.

Com sentido de contextualizar a prática de boxe no Brasil naquele período, vale aqui ressaltar que esta modalidade de combate, além de não gozar de muita popularidade no país, era compreendida por parcela da imprensa escrita brasileira como uma prática violenta e incivilizada (LISE, 2014). Não eram raras as matérias que condenavam o excessivo grau de violência física permitido nessas disputas. Embora esta crítica fosse recorrente, algumas disputas desta modalidade atraíam aos teatros⁹ um público razoável, principalmente na cidade do Rio de Janeiro.

Na segunda década do século XX a maioria dos confrontos de boxe realizados no Brasil era protagonizada por pugilistas estrangeiros, geralmente, de qualidade técnica duvidosa. Eram lutadores com idade avançada em fim de carreira ou mesmo aqueles que não conseguiam se destacar em países onde a modalidade era mais desenvolvida. A consequência disso foi uma gradativa perda de interesse do público pelos eventos de boxe, tendo em vista a qualidade insatisfatória dos combates.

No entanto, este panorama é sensivelmente modificado pela presença de um brasileiro nessas disputas. José Floriano Peixoto, filho do ex-presidente Marechal Floriano Peixoto, disputou algumas lutas sagrando-se vencedor na maioria delas. A participação de José Floriano em confrontos de boxe era amplamente divulgada pelos periódicos cariocas, tal fato possivelmente tenha contribuído para melhorar a visibilidade do boxe no Brasil.

Impressões e expectativas

Spalla chegava ao continente sul-americano na condição de campeão, italiano e europeu, dos pesos pesados, embora alguns periódicos paulistanos publicassem matérias que questionavam a legitimidade destes títulos, “Spalla campeão europeu de todos os pesos?” (O COMBATE, 8 jul. 1923, p. 3). Tais reportagens alegavam que os verdadeiros campeões europeus eram Georges Carpentier¹⁰ e Joe Becket¹¹ ou ainda Mc Tighe¹². As críticas em relação

9 Ciente de não haver naquele período espaços específicos para a prática de esportes de combate, tais como o boxe, a luta romana e o jiu-jitsu, por exemplo, o empresário italiano Paschoal Segreto, dono de uma rede de teatros dedicados às classes mais populares do Rio de Janeiro, resolveu investir nesse tipo de espetáculo sediando diversos campeonatos e obtendo relativo êxito (LISE, 2014).

10 Embora tenha disputado algumas lutas na categoria de peso pesado, o francês Georges Carpentier era, segundo o site boxrec um peso meio pesado, tendo sido campeão europeu e mundial desta categoria no ano de 1919 (<http://boxrec.com/boxer/32006>).

11 O peso pesado inglês Joe Beckett já havia se retirado dos ringues no ano de 1923.

12 Não foi possível identificar este lutador.

à condição de Spalla foram prontamente contestadas pelo jornal diário *Fanfulla*¹³, o qual declarava que o lutador italiano era o legítimo campeão dos pesos pesados na Europa e que o articulista do periódico *O Combate* desconhecia o mundo do boxe. Os debates acerca do *status* de Spalla foram intensos e ganharam conotações nacionalistas e patrióticas, principalmente em relação ao jornal dos italianos.

Segundo as fontes elencadas para esta pesquisa, possivelmente o único compromisso pré-agendado de Spalla na América do Sul fosse o combate contra o pugilista argentino Firpo, pois ao fazer escala tanto na cidade do Rio de Janeiro quanto em Montevidéu declarou que se outras lutas não fossem marcadas ele retornaria rapidamente para a Itália para cumprir outros compromissos (CORREIO PAULISTANO, 31 jan. 1924, p. 2). Segundo o próprio Spalla em entrevista ao jornal carioca *A Noite*, “A minha vinda à América do Sul foi decidida de um momento para o outro” (A NOITE, 26 jan. 1924, p.7).

A luta entre Spalla e Firpo, realizada no estádio de futebol pertencente ao Club Atlético River Plate na capital argentina, alcançou um público de mais de vinte mil pessoas. Este confronto causou relativa expectativa também no Brasil, primeiro pela reconhecida qualidade técnica dos dois pugilistas e segundo porque alguns jornais especulavam que o vencedor desta luta se credenciaria à disputa do título mundial dos pesos pesados contra o campeão Jack Dempsey. O jornal *Correio Paulistano* fez a cobertura desta disputa via telégrafo e publicou uma longa matéria na qual destacava a repercussão do combate, o qual foi acompanhado por centenas de apreciadores de boxe que lotavam a Praça Antônio Prado, onde eram divulgados os boletins com os principais lances da luta¹⁴. Com a derrota de Spalla por *knock-out* durante o décimo quarto *round* notou-se uma grande decepção dos simpatizantes de Spalla, em especial daqueles com descendência italiana (CORREIO PAULISTANO, 8 mar. 1924, p. 2).

Entretanto, alguns periódicos de Buenos Aires colocavam essa luta sob suspeição. Jornalistas argentinos que acompanharam o combate publicaram notas que repercutiram depois nos jornais brasileiros. O jornal *O Paiz*, diário de maior circulação na cidade do Rio de Janeiro, publicou pequena nota questionando: “Teria havido combinação prévia entre os contendores?” (O PAIZ, 9 mar. 1924, p. 2). O *Correio Paulistano* também manifestou certa desconfiança quanto a este confronto: “Como telegrafamos, causou má impressão a luta entre Firpo e Spalla, cujas atuações foram uma verdadeira desilusão. Acredita-se que o prolongamento dos *rounds* foi feito propositalmente. O público, no decorrer do jogo, protestou contra o modo pelo qual o mesmo vinha sendo executado” (CORREIO PAULISTANO, 9 mar. 1924, p. 2). Tais insinuações quanto à veracidade desta luta foram prontamente respondidas e justificadas por ambos os lutadores. Firpo alegou que desde a derrota contra Jack Dempsey, seis meses antes, sofria de dores agudas no braço esquerdo, tal fato o levou a tomar uma aspirina antes do combate contra Spalla, segundo o argentino, o medicamento além de não atenuar as dores no braço, que ficou quase inutilizado no decorrer da luta, ainda causou problemas de “dupla visão” (O PAIZ, 18 mar. 1924, p. 7). Spalla, por sua vez, argumentou que a longa viagem da Itália até Buenos Aires prejudicou sua condição física impossibilitando uma excelente performance.

13 Com tiragem diária de aproximadamente quinze mil exemplares, o jornal *Fanfulla*, fundado em 1893 era considerado o principal órgão de imprensa italiana no Brasil, portanto, era pretensamente voltado aos *oriundi* ou descendentes de italianos (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2009). <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/imprensa.php>

14 A Praça Antonio Prado, localizada no centro da cidade de São Paulo, abrigava a sede do jornal *Correio Paulistano*. Os boletins de cada *round* da luta eram recebidos direto de Buenos Aires, via telegrafo, e eram publicados em murais expostos na praça.

Logo após a derrota para o lutador argentino, Spalla propôs imediatamente uma revanche, possivelmente para desfazer a má impressão deixada pelos dois lutadores e os comentários a respeito de uma suposta manipulação da luta. Firpo por sua vez recusou o desafio de um novo confronto. Apesar destas circunstâncias, tiveram início as negociações com propósito de realizar uma luta entre o pugilista italiano e Benedicto dos Santos na cidade de São Paulo. Um empresário do ramo de loterias da capital paulistana ofereceu a Spalla a quantia de cem mil réis¹⁵ pelo confronto. Ermínio Spalla recusou a proposta tendo em vista uma repentina viagem para os Estados Unidos da América cujo objetivo estava relacionado com a negociação de uma disputa contra o norte-americano Gene Tuney¹⁶. No entanto, o lutador italiano se propôs a realizar, ao custo de dez mil libras, uma “demonstração pugilística” (CORREIO PAULISTANO, 13 abr. 1924, p. 1), descrita da seguinte maneira.

O campeão italiano não pode evidenciar os seus predicados ou méritos na escola do boxe. Limitou-se unicamente a defender-se de alguns socos que os três pugilistas, seus contendores desferiram, visando sempre o rosto daquele atleta. Depois, porém, uns quatro ou cinco diretos aplicados pelo boxeador visitante, davam a impressão que os seus adversários não poderiam, em uma luta real, oferecer resistência apreciável. Tudo isso não impressionou favoravelmente os espectadores que supunham presenciar uma exibição sensacional do violento esporte, sendo que assistiram a uma simples demonstração destituída de interesse (CORREIO PAULISTANO, 15 abr. 1924, p. 4).

O trecho acima se refere à noite de 14 de abril, na qual centenas de entusiastas lotaram o teatro *Olympia*, em São Paulo, na expectativa de assistir a um verdadeiro espetáculo de boxe. Todavia, como descreve o jornal, o que se passou foi uma mera apresentação de técnicas, destituídas de qualquer caráter competitivo. Esta situação decepcionou os presentes, os quais alegavam terem sido vítimas de uma impostura. Outro detalhe importante destacado na referida matéria faz alusão ao fato de que Spalla lutou seis *rounds* contra três lutadores brasileiros, Delunnay, Scaglio e Benedicto dos Santos e, segundo o jornal, nenhum deles seria capaz de colocá-lo em risco dada a enorme diferença técnica entre os brasileiros e o italiano. Ao final da matéria, o jornal relata que mesmo com a disparidade técnica entre os lutadores, Benedicto dos Santos havia desafiado Spalla para um confronto quando este retornasse dos Estados Unidos da América. Spalla aceitou o desafio prontamente.

No dia 17 de abril de 1924, o periódico carioca *Jornal do Brasil* anunciava em breve nota que Erminio Spalla esteve nas dependências da Empresa Matarazzo, onde assinou o contrato oficializando a disputa contra Benedicto dos Santos. Não foram divulgados os valores que os pugilistas receberiam¹⁷, mas a data e o local já estavam definidos. A luta aconteceria no dia 11 de maio no Parque Antarctica, estádio da equipe de futebol Palestra Itália. Nesse momento fica evidenciado o esforço dos ítalo-brasileiros para a realização deste combate, considerando que os principais interessados em promover a referida disputa tinham vínculos com a comunidade

15 Uma casa na região central da cidade de São Paulo custava aproximadamente vinte mil réis.

16 Gene Tunney se tornaria campeão mundial dos pesos pesados no ano de 1926 ao derrotar o então detentor do título, Jack Dempsey. Um ano depois esta luta se repetiria com outra vitória de Tunney.

17 Alguns periódicos publicaram que Spalla havia recusado a primeira proposta para receber 100 mil libras. Alguns periódicos afirmaram que Spalla havia assinado o contrato pelo valor de 300 mil libras.

italiana¹⁸.

Após a confirmação oficial do confronto entre Spalla e dos Santos a imprensa escrita brasileira passou a cobrir amplamente os preparativos para a disputa. Dezenas de matérias foram dedicadas ao combate e é sensível a repentina mudança nos discursos dos jornais, que agora destacavam as qualidades de Benedicto dos Santos, colocando-o em condição de igualdade em relação ao italiano e negligenciando as disparidades técnicas anteriormente constatadas “Os dois valorosos competidores pisam o ringue da luta em iguais condições: nos treinos preparatórios ambos revelaram suas ótimas qualidades e excelentes recursos disponíveis, sendo assim difícil prever a quem a sorrirá a vitória” (CORREIO PAULISTANO, 11 mai. 1924, p. 6). Se em um momento anterior dos Santos era considerado inapto tecnicamente, pouco tempo depois ele se constituía no “hercúleo atleta patricio”. Possivelmente esta mudança de discursos tivesse a intenção de promover o combate, que para alguns periódicos era considerado o maior evento pugilístico já realizado no Brasil.

Ao longo do mês que antecedeu a luta, a cobertura da imprensa brasileira se intensificou, todos os detalhes eram analisados, desde a preparação dos atletas em treinos abertos ao público nos teatros da cidade, entrevistas com os dois contendores, a adaptação do estádio de futebol do Palestra Itália para receber com conforto dezenas de milhares de espectadores, o destacamento de trezentos policiais para garantir a segurança durante o evento, a disponibilidade extra de transporte público para facilitar a ida ao estádio, os procedimentos adotados para a venda de ingressos, enfim todos os detalhes acerca desta luta foram retratados em vários jornais da cidade de São Paulo. O periódico *Correio Paulistano* descreveu a luta da seguinte maneira. “A maior e mais importante reunião pugilística até hoje realizada no Brasil. Três lutas preliminares e um sensacional encontro de fundo, cuja realização vem empolgando a atenção do público de norte a sul do país quicá de todo continente” (CORREIO PAULISTANO, 10 mai. 1924, p. 8). Na semana que antecedeu a luta os cinemas da cidade de São Paulo estrearam a exibição do filme da luta entre Spalla e Firpo, e segundo o jornal *O Combate*, cerca de treze mil pessoas assistiram a película em apenas uma semana (O COMBATE, 10 mai. 1924, p. 2).

A disputa pugilística entre Spalla e dos Santos tomou grandiosa proporção e mobilizou a cidade de São Paulo. Mais de vinte mil ingressos foram vendidos com antecedência, um público excepcional para uma luta de boxe¹⁹. A organização foi exemplar, tanto do ponto de vista estrutural quanto da promoção do evento, que contou com o apoio e divulgação dos principais periódicos da capital paulistana. O jornal *Correio Paulistano* anunciava em um “boletim oficial de informações” que a empresa Bandeirantes transmitiria a luta, ao vivo, via rádio, para todas as capitais da América do Sul. Além disso, a *Companhia Cinematográfica Independência-Omnia* havia se disposto a realizar a filmagem do evento (CORREIO PAULISTANO, 11 mai. 1924 p. 4). Esta película é considerada como uma das primeiras longas

18 A família Matarazzo, considerada a mais rica do Brasil, era majoritariamente composta de ítalo-brasileiros que se estabeleceram como uma das principais potências industriais do estado de São Paulo. O clube de futebol Palestra Itália foi fundado em 1914 e era mantido com recursos oriundos dos descendentes italianos.

19 De acordo com o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população da cidade de São Paulo era de aproximadamente 580 mil habitantes (IBGE, 2015).

metragens produzidas no país²⁰.

Embora grande parte dos jornais da cidade de São Paulo tenha se manifestado favoravelmente em relação a esta disputa, havia, porém, periódicos e jornalistas que se colocavam de maneira contrária à realização desta. A revista semanal *A Vida Moderna* era um desses periódicos. Em suas páginas não era raro encontrar matérias, assinadas pelo colunista João Garoa, que criticavam de forma contundente o evento de pugilismo... “Estamos voltando às épocas romanas em que se ia ao circo assistir monstruosidades por fabuloso preço, porque era moda e era bonito. Quem é que, raciocinando um pouco, um pouquinho só que seja, pode aplaudir esses tripúdios, essas brutalidades, esses bacanais do murro?” (GARÔA, 11 abr. 1924, p. 9). Na longa crônica, aqui editada, o colunista compara as lutas de boxe com as práticas gladiatórias romanas; mas em outra coluna vai mais longe, afirmando que os entusiastas do boxe não passam de “microcéfalos religiosos do muque”, e por fim classifica Erminio Spalla como “[...] uma pessoa obtusa e emissário da brutalidade humana”.

Essas críticas não eram apenas vozes isoladas, como já ressaltado anteriormente, matérias com esse teor não eram raras. No entanto esses editoriais criticando as disputas pugilísticas apontam para um tensionamento na própria imprensa escrita brasileira a respeito da qualidade do boxe enquanto esporte moderno e com características civilizatórias (ELIAS; DUNNING, 1992). Vale aqui ressaltar que essas tensões envolvendo os esportes de combate, em especial o boxe, já se faziam presentes nos periódicos nacionais desde a virada do século XIX, mas a repercussão do confronto entre Spalla e Benedicto dos Santos fez com que esse debate fosse retomado de forma mais intensa.

A luta e suas repercussões

Imagem 01 – Pugilismo. Fonte: A Vida Moderna, 22 mai. 1924, p.16.



20 Segundo o site da Cinemateca Brasileira, instituição vinculada ao Ministério da Cultura, o documentário da luta entre Spalla e dos Santos foi gravado em filme de 35mm, dezesseis quadros por segundo, sem som, em preto e branco e possui aproximadamente uma hora de duração e é dividido em seis partes. Embora a Cinemateca tenha a ficha desta película, a mesma encontra-se desaparecida (CINEMATECA. GOV.BR, 2015).

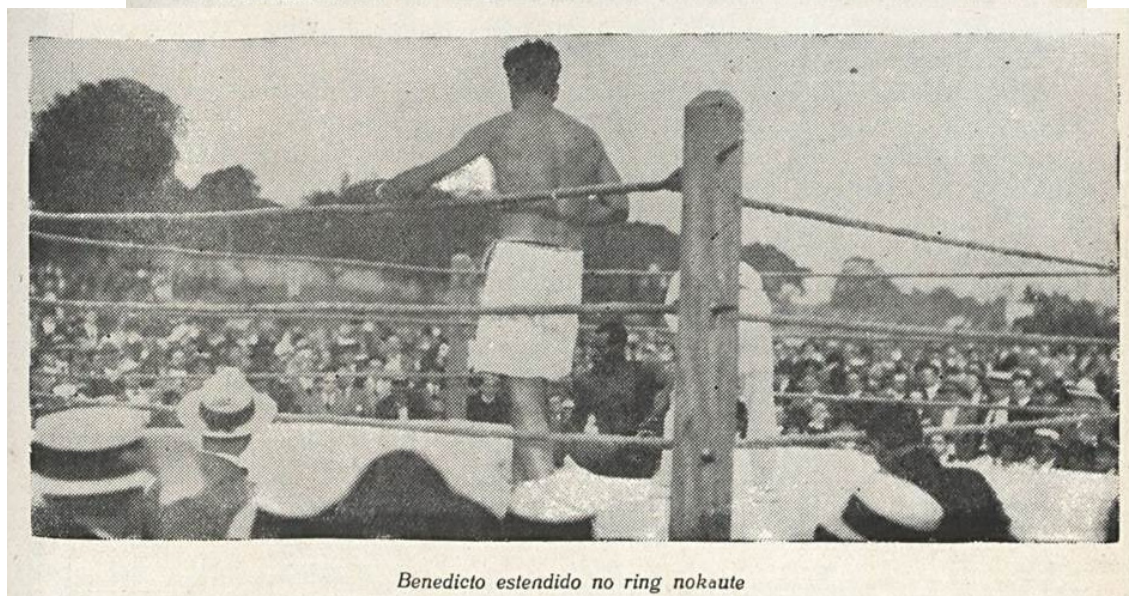
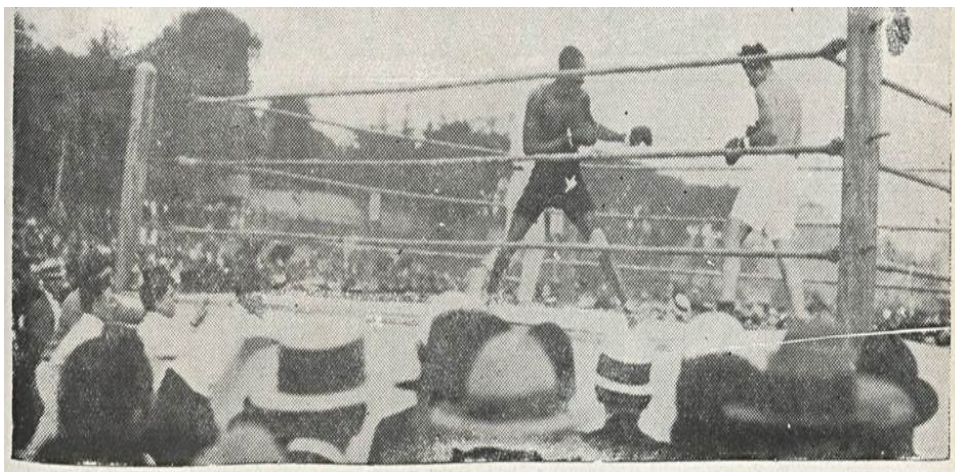
O confronto teve início às 16 horas do dia 11 de maio de 1924 e, segundo o jornal *A Rua*, estiveram presentes no estádio do Palestra Itália aproximadamente vinte mil pessoas, das quais grande parte tinha ascendência italiana e simpatizava com seu conterrâneo; a outra parte (sem vínculo com a Itália), por sua vez, ansiava por uma vitória do lutador brasileiro. O jornal carioca *Correio da Manhã* descreveu da seguinte maneira o evento: “Não há exemplo de tal acontecimento, nem mesmo o mais sensacional encontro de futebol já realizado nos campos paulistas alcançou este interesse estupendo” (CORREIO DA MANHÃ, 13 mai. 1924, p. 3). O confronto estava programado para doze *rounds* de três minutos de duração por um minuto de descanso e os lutadores usaram luvas de seis onças, própria para lutas de pesos pesados, e o confronto esteve de acordo com o regulamento internacional de boxe.

Imagem 02 – Pugilismo. Fonte: A Vida Moderna –22 mai. 1924, p. 27



No dia 12 de maio o jornal *Correio Paulistano* dedicou uma grande matéria de capa intitulada “A denodada resistência do jogador brasileiro”, a qual descreveu a luta *round a round*. Ao longo desta reportagem o periódico destacou a supremacia de Spalla sobre dos Santos em quase toda luta, exceto no quinto e sétimo *round*, nos quais o lutador brasileiro dominou as principais ações de ataque colocando em risco o pugilista italiano. Porém no nono *round* Spalla impõe a Benedicto dos Santos primeiramente um *knockdown* para logo seguida nocauteá-lo definitivamente (CORREIO PAULISTANO, 12 mai. 1924, p.1).

Imagem 03 – O pugilismo em São Paulo. Fonte: A Cigarra, 1 mai. 1924, p.41.



agem,
dade,
lio de
idade
mai.

Benedicto estendido no ring nokaute

Se por um lado o periódico *Correio Paulistano* atribuiu a vitória de Spalla à sua superioridade técnica, por outro, o jornal *A Rua* entendeu que o êxito do italiano se deu por conta de sua excepcional condição física. Ambos os periódicos acentuavam que o evento pugilístico realizado na cidade de São Paulo havia sido um sucesso e que este combate marcaria uma nova fase para o boxe no Brasil. Os elogios à qualidade técnica de Spalla e à resistência de dos Santos, somados à grande aclamação popular aos dois lutadores, reafirmam o caráter positivo deste evento. No entanto, um fato lamentável ensejaria outros discursos e sentidos dados a este confronto.

Na edição do dia 13 de maio de 1924, dois dias após a luta, o jornal *Correio Paulistano* informava, em longa coluna, que Benedicto dos Santos havia sido internado no hospital Alemão, na cidade de São Paulo, em estado grave. De acordo com o primeiro boletim médico

Benedicto apresentava um quadro de hemiplegia no lado esquerdo²¹, sintoma de uma lesão no lado direito do cérebro, identificada pela equipe médica como uma hemorragia cerebral traumática. A partir deste incidente, a maioria dos jornais que dias antes realizavam a cobertura do “maior evento pugilístico da cidade de São Paulo” agora noticiava o “angustiante estado de saúde do lutador brasileiro”. Spalla antes de embarcar para os Estados Unidos da América, com objetivo de iniciar sua preparação para a luta contra Gene Tuney, visitou o hospital onde Benedicto dos Santos estava internado. Impedido de falar pessoalmente com o pugilista brasileiro, Spalla escreveu em um breve bilhete “Sigo esta noite para Nova Iorque. Sinto não poder cumprimentar-te. Desejo-te um imediato e completo restabelecimento. Abraça-te afetuosamente Spalla” (CORREIO PAULISTANO, 14 mai. 1924, p. 2).

Os discursos da imprensa escrita brasileira novamente começam a se modificar de maneira sensível. Alguns periódicos começam a enfatizar a enorme disparidade técnica em favor de Spalla. Se em um período imediatamente anterior, os jornais colocavam os contendores em condições de igualdade, agora com o problema clínico de dos Santos as desigualdades técnicas passaram a ganhar destaque. Vários periódicos tanto da cidade de São Paulo quanto do Rio de Janeiro ressaltavam este disparate. O jornal carioca *O Paiz* publicou em uma coluna o seguinte comentário sobre dos Santos. “Ademais, pouco acostumado a lutas como a que sustentou, não tendo o corpo habituado a receber os golpes que recebeu – pois que seu tempo de jogo é muito pequeno para que ele tenha formada sua constituição pugilística – sentiu-se bastante (O PAIZ, 15 mai. 1924, p. 9).

Antes de embarcar definitivamente para a América do Norte, o pugilista italiano, fazendo parada na cidade do Rio de Janeiro, concedeu uma entrevista ao jornal *O Imparcial*. Em uma longa matéria de capa, Spalla discorre sobre a luta contra dos Santos. Perguntado sobre as impressões a respeito do combate, Spalla comentou que a falta de experiência do lutador brasileiro foi decisiva; argumentou ainda que para se tornar um grande lutador dos Santos deveria enfrentar lutadores de segunda linha para depois bater-se com atletas mais qualificados. De certa maneira essa fala do pugilista italiano estava coadunada ao novo discurso da imprensa escrita brasileira. Benedicto dos Santos não estava preparado para enfrentar um lutador com a categoria de Spalla. Além disso, perguntado sobre o estado de saúde do brasileiro, Ermínio Spala minimizou a gravidade da condição clínica de dos Santos, afirmando que situação como esta já havia ocorrido em outro combate, no qual o seu adversário apresentou os mesmos sintomas de paralisia lateral parcial, mas que com pouco tempo de repouso absoluto recuperou-se completamente (O IMPARCIAL, 15 mai. 1924, p. 1).

O discurso de Spalla acerca do estado de saúde de Benedicto dos Santos era, de certa maneira, compartilhado pela junta médica que acompanhava o restabelecimento do lutador brasileiro. Os primeiros boletins médicos afirmavam que o quadro clínico era grave, mas ao longo da semana que sucedeu o combate havia se verificado uma evidente melhora da paralisia parcial que acometeu dos Santos. A rápida evolução do estado de saúde ensejou o prognóstico de que a recuperação completa se daria em poucos dias. No entanto, esta suposição não se confirmou e passado mais de um mês do início do tratamento o quadro clínico havia permanecido inalterado.

O jornal *Correio Paulistano* e também o periódico *O Paiz* publicaram notas a respeito

21 Paralisia total ou parcial da metade lateral do corpo.

da então situação financeira do lutador brasileiro (CORREIO PAULISTANO, 26 jun. 1924, p. 5), (O PAIZ, 27 jun. 1924, p. 9). Segundo tais notícias, dos Santos, que tinha recebido trinta mil réis como pagamento da luta, já havia gasto mais de quinze mil réis por conta das despesas hospitalares, e ainda, o resto do dinheiro que levava consigo foi roubado por um enfermeiro, que logo depois do delito empreendeu fuga e o dinheiro não pôde ser recuperado. Dos Santos recebeu alta do Hospital Alemão após quase três meses de internamento, e segundo os médicos o quadro de paralisia parcial era definitivo. As despesas com o tratamento foram pagas por amigos do lutador brasileiro.

Após tomar ciência das condições físicas e financeiras de dos Santos, a *Companhia Cinematográfica Independência-Omnia*, a qual pertencia à família Matarazzo, com a anuência de Spalla, de maneira generosa, dedicou parte dos lucros provenientes da comercialização do filme da luta em benefício do lutador brasileiro. Tal ação altruísta propiciou a dos Santos uma sensível melhora de sua condição financeira.

Em 16 maio de 1924 uma extensa reportagem foi reproduzida pelo jornal *Correio Paulistano*. A coluna que ocupava o espaço ao lado da entrevista de Spalla, intitulada “Morra o box”, era assinada por Helios²². Com requintes literários, a longa crônica condenava de forma contundente a prática do boxe, considerando esta modalidade como “[...] uma aberração humana praticada por peludos bárbaros e antropófagos”. Helios compreendia o boxe como...

Essa arte de matar em público, entre aplausos e entre apostas, essa sanguinária ciência de expor um corpo nu e torturado à vista fâcinorosa de milhares de neo-bárbaros, que uivam a cada golpe, que ovacionam o fio de sangue que escorre da fenda aberta no beijo, o tombo frouxo do corpo em síncope, dá-me uma íntima vergonha, vendo que sem nenhuma razão, usurpamos a Linneu a denominação de “homo sapiens” e aos sociólogos a de “seres civilizados” (HELIOS, 16 mai. 1924, p. 3).

Embora o colunista Helios não se referisse diretamente ao confronto entre Spalla e Benedicto dos Santos ficava subentendido que se referia a esta disputa. Novamente, torna-se possível perceber uma contraposição entre a prática do boxe e elementos de civilidade. O autor se utiliza de uma série de figuras de linguagem que enfatizam a violência presente nessas disputas, cuja prática, segundo ele, afastava os seres humanos da ideia de humanidade. As duas matérias, lado a lado, ilustravam de maneira explícita os tensionamentos presentes na imprensa escrita brasileira acerca dos esportes de combate, entendido por uns como esporte moderno e civilizado, no qual a regulamentação efetiva controlava os níveis de violência e para outros como uma prática bárbara, cuja brutalidade é o único objetivo.

Com a ida de Spalla para os Estados Unidos da América, a cobertura da imprensa escrita brasileira ficou centrada no precário estado de saúde de dos Santos e nas severas críticas à prática de boxe no Brasil, em especial na cidade de São Paulo. O colunista do *Correio Paulistano* Helios, um dos mais contundentes críticos do boxe publica sistemáticas crônicas, nas quais objetivava censurar tal modalidade esportiva. Em um destes textos, Helios acentuou que, em parceria com um grupo formado por médicos e juristas, havia apresentado aos órgãos

22 Helios era o pseudônimo utilizado pelo literato Menotti del Picchia, um dos idealizadores da semana de arte moderna de 1922 e também descendente de italiano.

competentes uma moção solicitando a proibição da prática do boxe na cidade paulistana. Pouco tempo depois, em um decreto assinado pelo governador do estado de São Paulo, estaria suspensa a prática de boxe até que se instituisse uma comissão que regulamentasse e organizasse tais confrontos. “Em São Paulo vão acaloradas as discussões em torno da recente resolução do governo, proibindo a prática do boxe” (A RUA, 25 jun. 1924).

A consequência desta resolução suspendendo as lutas de boxe em São Paulo ensejou a constituição de uma delegação que intentava legalizar e regulamentar tal prática competitiva na cidade. No dia 28 de junho de 1924, pouco mais de um mês após o confronto entre Spalla e Benedicto dos Santos, o *Correio Paulistano* publicou uma matéria na qual foi divulgada a lista de nomes dos integrantes de uma comissão cujo objetivo era elaborar um estatuto que regulamentasse o boxe em São Paulo. Com sentido de legitimar a criação desta comissão perante aqueles que discursavam de maneira contrária a prática de boxe, voltaram à tona os discursos acerca da desigualdade técnica entre Spalla e o boxeador brasileiro. “Não teria havido este encontro, porque a comissão não permitiria que um campeão absoluto de Box da Europa, do valor de Spalla, se batesse com um principiante, que só tinha a seu favor uma grande coragem e uma força hercúlea” (CORREIO PAULISTANO, 28 jun. 1924, p. 5). Nesta mesma edição era noticiado a derrota de Ermínio Spalla para Gene Tunney, por nocaute no sétimo *round*, na cidade de Nova Iorque.

Vários anos depois, no final de dezembro de 1933, o periódico *O Jornal*, publica em suas páginas uma breve nota dando conta da chegada de Ermínio Spalla ao Brasil. Segundo esta matéria, Spalla chegava ao país na condição de contratado pelo governo do estado de São Paulo para dirigir uma escola de pugilismo e ginástica (O JORNAL, 17 dez. 1933, p. 16). Já em junho de 1934 é anunciado pelo periódico *O Paiz* a chegada de Esmeralda Spalla, esposa de Erminio Spalla, e seus filhos, a família fixou residência na capital paulista. No ano de 1934 o pugilista italiano, já destituído do título de campeão europeu, disputou três lutas: vitória sobre Marcel Nilles por nocaute técnico, vitória sobre Laverne Baxter por nocaute, e vitória sobre Wladek Zbyszko por desclassificação. Após essa luta, Spalla anunciou a sua aposentadoria dos ringues. Nenhum desses combates teve grande repercussão na imprensa escrita brasileira.

Considerações finais

O confronto entre Erminio Spalla e Benedicto dos Santos, no ano de 1924, na cidade de São Paulo, certamente não foi a luta mais importante que o lutador italiano realizou em sua visita às Américas. Neste tour, Spalla realizou um total de cinco lutas: além do confronto no Brasil, derrota contra Firpo na Argentina, derrota contra Tunney e outras duas lutas de menor expressão nas quais Spalla saiu vitorioso, essas últimas nos Estados Unidos da América. No entanto, a importância que os periódicos brasileiros deram ao combate contra dos Santos, estimulou o interesse da população e gerou muitas expectativas. Enfim, as repercussões dos diversos discursos proferidos pela imprensa escrita brasileira fizeram desta luta o maior evento pugilístico até então realizado no país.

Este confronto idealizado e organizado por descendentes italianos, realizado no estádio Palestra Itália, foi uma espécie de celebração da imigração italiana no Brasil. Além disso, havia por parte dos organizadores a intenção de popularizar o boxe no país, e um evento desta magnitude seria de fundamental importância. Porém, o internamento de Benedicto dos Santos, ocasionado pelos golpes de Spalla, deu a esta luta outros sentidos.

De volta à América do Sul, no ano de 1926, Spalla, realizou sua segunda luta contra o argentino Luiz Angel Firpo e novamente o lutador italiano foi derrotado, desta feita pela pontuação dos jurados. Após este revés Spalla se encaminhou para o Brasil e ciente dos problemas de saúde e das dificuldades financeiras enfrentadas por dos Santos, tomou a iniciativa de realizar um festival de boxe no qual, parte dos lucros obtidos por tal evento foi destinado ao lutador brasileiro. Este festival foi realizado no *Theatro Braz Polytheama* e teve como luta principal o confronto entre o próprio Ermínio Spalla e Joe Boykin e ainda mais três lutas preliminares. Todas as lutas tiveram a supervisão da Comissão de Box de São Paulo, lembrando que tal comissão se instituiu a partir da luta entre Spalla e dos Santos. O jornal *Correio Paulistano* anunciou a luta da seguinte maneira:

Realiza-se, hoje, á noite, no Braz Polytheama, a esperada reunião de Box, organizada com um bom programa. O combate principal, travar-se-á entre Spalla, campeão europeu de todos os pesos e Boykin, pugilista norte-americano, ex-treinador de Firpo. [...] O interesse que se nota em nossos círculos esportivos por esta noite pugilística, é dos maiores. Todos desejam apreciar a técnica apregoada do pugilista negro, da América frente ao magnífico “máximo italiano”. [...] As bolsas de Spalla, 19 contos, e de Boykin 10 contos já foram depositados. Benedicto dos Santos, o esmurrador patricio, será beneficiado, cabendo-lhe a importância de 6 contos mais os direitos de exploração do filme que será tirado do encontro. (CORREIO PAULISTANO, 21 abr. 1926, p. 6).

Segundo esta nota, aqui editada, o empreendimento organizado por Spalla ganhou a simpatia da imprensa escrita brasileira a qual participou de forma ativa promovendo sistematicamente o festival. O interesse dos periódicos se deu por principalmente por dois motivos; primeiro pela qualidade técnica dos protagonistas, tendo em vista que Spalla ainda era o campeão europeu dos pesos pesados e Joe Boykin era assistente técnico de Angel Firpo. E segundo, pela atitude altruísta de Spalla em benefício a Benedicto dos Santos, este último muito apreciado pelo público brasileiro. O evento organizado por Spalla obteve grande sucesso, o Theatro Bráz Polytheama ficou lotado para assistir o empate entre o lutador italiano e Boykin. O jornal *Il Pasquino* publicou a seguinte notícia sobre o evento organizado por Spalla:

Acrescenta-se, ainda, que o gigantesco filho da terra de Mussolini, em um gesto de grande generosidade, atendendo ao estado em que ainda se encontra Dictão, abrirá mão de toda receita líquida em favor do campeão do Brasil. Se isso acontecer, um grande gesto do formidável Spalla – gesto aliás, comum e infalível, nesse grande povo que é o povo italiano (IL PASQUINO COLONALE, 16 jan. 1926, p.15).

e ainda...

Respiramos e... Anotamos... Porém, nos parece que a justiça deveria ter sido feita mais cedo. Spalla é um ótimo filho da pátria, um justo combatente e podemos garantir que ninguém sofreu tanto quanto ele com o doloroso “caso” Benedicto²³ (IL PASQUINO COLONIALE, 16 jan. 1926, p.15).

Por fim, vale ainda ressaltar as significativas mudanças dos discursos dos periódicos que cobriram o evento. Os discursos acerca deste combate não se encerraram com o término da luta, então, foi possível notar neste estudo que as construções discursivas acerca de um mesmo fato se alteram de acordo com as perspectivas do presente, ou seja, o passado é reformulado constantemente, para que estas construções discursivas possam fazer sentido no tempo presente. Daí a necessidade de rigores metodológicos, de contextualizar e de relativizar as fontes do tipo jornalísticas, para que elas não se tornem um relato absolutamente factual do passado. E embora os discursos da imprensa brasileira sofressem uma série de modificações ao longo dos anos uma fala de Benedicto pode ser muito esclarecedora “Quem fala mal do Spalla não sabe o que diz... o Spalla é um camaradão e um verdadeiro amigo” (IL PASCHINO COLONIALE, 16 jan. 1926, p.15).

REFERÊNCIAS

A CIGARRA. *O pugilismo em São Paulo*. São Paulo: A Cigarra, 01 mai. 1924A, p.41.

A CIGARRA. *O pugilismo em São Paulo*. São Paulo: A Cigarra, 01 mai. 1924B, p.41.

A NOITE. *Spalla vai enfrentar Firpo*. Rio de Janeiro: A Noite, 26 jan. 1924, p.7.

A RUA. *Proibir ou regulamentar a “nobre arte”?* Rio de Janeiro: A rua, 25 jun. 1924, p.2.

_____. *Spalla vence com grande dificuldade Benedicto*. Rio de Janeiro: A Rua, 12 mai. 1924, p.2.

A VIDA MODERNA. *Pugilismo*. São Paulo: A Vida Moderna, 22 mai. 1924, p.16.

A VIDA MODERNA. *Pugilismo*. São Paulo: A Vida Moderna, 22 mai. 1924, p.27.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Imigração em São Paulo*. 2009). Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/imprensa.php>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

23 Respiriamo e ... prendiamo nota... Però ci sembrache giustizia avrebbe dovuto essere stata fatta anche prima... Spalla é un ottimo figliolone, um correttissimo combatente e possiamo garantire che nessuno soffrì tanto com'egli sofferseper Il dolloroso “caso” Benedicto (IL PASQUINO COLONIALE, 16 jan. 1926, p.15). No texto em tradução livre.

BOXREC. *Georges Carpentier*. Disponível em: <<http://boxrec.com/boxer/10604>>. Acesso em 16 dez. 2015.

_____. *Joe Beckett*. Disponível em: <<http://boxrec.com/boxer/32006>>. Acesso em 16 dez. 2015.

CINEMATECA BRASILEIRA. *Spalla versus Benedicto*. Disponível em: <<http://www.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&exprSearch=Spalla&nextAction=lnk&lang=p>>. Acesso em: 09 nov. 2015.

CORREIO DA MANHÃ. *No mundo do Box*. Rio de Janeiro: Correio da Manhã, 13 mai. 1924, p.3.

CORREIO PAULISTANO. *A denodada resistência do jogador brasileiro*. São Paulo: Correio Paulistano, 12 mai. 1924, p.1.

_____. *A luta Firpo – Spalla*. São Paulo: Correio Paulistano, 9 mar. 1924, p.2.

_____. *Box – Uma reunião a Sociedade Hípica*. São Paulo: Correio Paulistano, 28 jun. 1924, p.5.

_____. *Box*. São Paulo: Correio Paulistano, 13 abr. 1924, p.1.

_____. *Box*. São Paulo: Correio Paulistano, 21 abr. 1926, p. 6.

_____. *Dois pugilistas em viagem*. São Paulo: Correio Paulistano, 27 jan. 1924, p.1.

_____. *O boxeur Benedicto*. São Paulo: Correio Paulistano, 14 mai. 1924, p.2.

_____. *O campeão do soco*. São Paulo: Correio Paulistano, 8 mar. 1924, p.2.

_____. *O pugilista Spalla*. São Paulo: Correio Paulistano, 31 jan. 1924, p.2.

_____. *Pugilismo Spalla vs. Benedicto*. São Paulo: Correio Paulistano, 10 mai. 1924, p.8.

_____. *Pugilismo*. São Paulo: Correio Paulistano, 15 abr. 1924, p.4.

_____. *Spalla vs. Benedicto*. São Paulo: Correio Paulistano, 11 mai. 1924, p.6.

_____. *Um gesto generoso*. São Paulo: Correio Paulistano, 26 jun. 1924, p.5.

_____. *Spalla vs. Benedicto*. São Paulo: Correio Paulistano, 11 mai. 1924, p.4.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A Busca da Excitação*. Rio de Janeiro: Difel, 1992.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. *Menotti Del Picchia*. Disponível em: < <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa2856/menotti-del-picchia>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

GARÔA, João. *O “trote” na Academia*. São Paulo: A Vida Moderna, 11 abr. 1924, p. 9.

HELIOS. *Morra o box*. São Paulo: Correio Paulistano, 16 mai, 1924, p.3.

IL PASQUINO COLONIALE. *O Minio! Gonfiati!* São Paulo: Il Paschino Coloniale, 16 jan. 1926, p.15.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *História demográfica do município de São Paulo*. Disponível em: < http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas/pop_brasil.php>. Acesso em: 17 nov. 2015.

LISE, Riqueldi Straub. *Entre diretos, ceintures avant, chaves de braço e rabos de arraia*: os primórdios dos combates intermodalidades na cidade do Rio de Janeiro (1909-1929). Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, 2014.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 111-153.

O COMBATE. *Colombo, Phenix e Colombinho*. São Paulo: O Combate, 10 mai. 1924, p.2.

_____. *Spalla campeão europeu de todos os pesos?* São Paulo: O Combate, 8 jun. 1923, p.3.

O IMPARCIAL. *Os campeões do murro*. Rio de Janeiro: O Imparcial, 15 mai. 1924, p.1.

O JORNAL. *Erminio Spalla está em viagem para o Brasil*. Rio de Janeiro: O Jornal, 17 dez. 1933, p.16.

O PAIZ. *Box – Firpo x Spalla*. Rio de Janeiro: O Paiz, 9 mar. 1924, p.2.

_____. *Box*. Rio de Janeiro: O Paiz, 18 mar. 1924, p. 7.

_____. *Box*. Rio de Janeiro: O Paiz, 27 jun. 1924, p. 9.

_____. *O estado de Benedicto*. Rio de Janeiro: O Paiz: 15 mai. 1924, p.9.

YOUTUBE. *Jack Dempsey vs Luis Firpo*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eoSEEXIe6Gg>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

RECEBIDO EM: 31/03/2020
APROVADO EM: 07/05/2020

MEMÓRIA E FUTEBOL NO BRASIL: ESCRITAS DA VIDA DE JOGADORES BRASILEIROS¹

Memory and football in Brazil: Life-writings of Brazilian players

Elcio Loureiro Cornelsen²

RESUMO

O presente artigo visa a contribuir para o debate sobre a presença temática do futebol nos âmbitos da Literatura e da História, especificamente em obras de cunho memorialístico. Ele apresenta resultados finais de pesquisa desenvolvida nos últimos três anos, que enfocou a produção biográfica e autobiográfica em torno de figuras de destaque do futebol brasileiro, que marcaram — ou que ainda marcam — época no cenário desportivo nacional e mundial, e que contribuíram para a construção da imagem do futebol no Brasil desde seus primórdios, bem como do mito do “país do futebol”, um mito cambiante e em permanente transformação. Ao todo, foram analisadas 18 obras, tendo por fundamentação teórica conceitos oriundos das áreas de História e dos Estudos Literários, sobretudo em torno dos gêneros “biografia” e “autobiografia”, bem como “memória” e “história de vida”. A pesquisa norteou-se pelos seguintes objetivos: (1) analisar o discurso memorialista formado a partir de obras biográficas ou autobiográficas sobre jogadores do futebol brasileiro; (2) estudar as especificidades de possíveis narrativas que alimentam o “mito” da “pátria em chuteiras” e, respectivamente, do “estilo brasileiro de jogar”; (3) por fim, contribuir para os estudos da relação entre História e Memória no campo da Teoria Literária, com enfoque nas especificidades de composição de biografias e de autobiografias.

Palavras-chave: Memória; Futebol; Escritas da Vida.

ABSTRACT

This paper aims to contribute to the debate on the theme of football in the fields of Literature and History, specifically in memorial works. It presents final results of a research developed in the last three years, that focused on the biographical and autobiographical production around prominent figures of Brazilian football that marked – or that still mark – time in the national and international sports landscape, and contributing to the construction of football image in Brazil since its inception, as well as the myth of the “country of football”, a changing myth in permanent transformation. In all, 18 works were analyzed, based on theoretical concepts from the

1 Esta pesquisa foi financiada com apoio do CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

2 Professor Titular da Faculdade de Letras da UFMG, atuando nas áreas de Língua e Literatura Alemã e de Letras (Graduação), e nas áreas de Teoria da Literatura e Literatura Comparada (Pós-Graduação) junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da UFMG; também é professor credenciado junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG. É bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. E-mail: cornelsen@letras.ufmg.br.

areas of History and Literary Studies, especially around the genres “biography” and “autobiography”, as well as “memory” and “life history”. The research was guided by the following objectives: (1) to analyze the memorialist discourse formed from biographical or autobiographical works about Brazilian football players; (2) to study the specificities of possible narratives that feed the “myth” of the “homeland of cleats” and, respectively, of the “Brazilian style of football”; (3) finally, to contribute to the study of the relationship between History and Memory in the field of Literary Theory, focusing on the specificities of the composition of biographies and autobiographies.

Keywords: Memory; Football; Life-writings.

Introdução

O futebol se estabeleceu ao longo do século XX como um dos principais fenômenos culturais do Brasil, culminando com o que Nelson Rodrigues denominou emblematicamente de “a pátria em chuteiras” (RODRIGUES, 1994, p. 179-181), expressão que, nos últimos anos, tem sido questionada em sua validade.

A partir dessa perspectiva que aponta para a relevância cultural do futebol na sociedade brasileira, o presente artigo visa a contribuir para o debate sobre a presença temática do futebol nos âmbitos da Literatura e da História, especificamente em obras de cunho memorialístico. Ele apresenta resultados finais de pesquisa desenvolvida nos últimos três anos, que enfocou a produção biográfica e autobiográfica em torno de figuras de destaque do futebol brasileiro — seus verdadeiros protagonistas —, que marcaram — ou que marcam — época no cenário desportivo nacional e mundial.

A partir do objeto do estudo proposto, ou seja, as escritas da vida de jogadores brasileiros, delimitou-se um *corpus* de análise formado por uma série de obras de e sobre jogadores brasileiros. Para sua delimitação, basicamente, foram levados em consideração os seguintes critérios gerais: cronologia, relevância e contexto histórico. Pretendeu-se, com isso, abranger momentos do futebol brasileiro, em que determinado jogador teve seu protagonismo.

Título	Autor	Ano	Gênero
<i>Charles Miller: o pai do futebol brasileiro</i>	John Robert Mills	2005	biografia
<i>Neco — o primeiro ídolo</i>	Antonio Roque Citadini	2001	biografia
<i>Friedenreich: a saga de um craque nos primeiros tempos do futebol brasileiro</i>	Luiz Carlos Duarte	2012	biografia
<i>Preguinho: confissões de um gigante</i>	Waldir Barbosa Jr.	2013	biografia
<i>Nunca houve um homem como Heleno</i>	Marcos Eduardo Neves	2012	biografia
<i>Barbosa: um gol faz cinquenta anos</i>	Roberto Muylaert	2000	biografia
<i>Estrela solitária: um brasileiro chamado Garrincha</i>	Ruy Castro	1995	biografia
<i>Minha bola, minha vida</i>	Nilton Santos	1998	autobiografia
<i>Bombas de alegria: meio século de histórias do canhão da vila</i>	José Macia (Pepe)	2006	autobiografia
<i>Pelé, a autobiografia</i> ³	Edson Arantes do Nascimento	2006	“autobiografia”
<i>Tostão: Lembranças, opiniões, reflexões sobre futebol</i>	Tostão	1997	autobiografia
<i>Rivellino</i>	Mauricio Noriega	2015	biografia
<i>Histórias da bola: depoimento a Nilson Souza</i>	Paulo Roberto Falcão e Nilson Souza	1997	“autobiografia” ⁴
<i>Zico: uma lição de vida</i>	Marcus Vinícius Bucar Nunes	1986	biografia
<i>Sócrates: a história e as histórias do jogador mais original do futebol brasileiro</i>	Tom Cardoso	2014	biografia
<i>Romário</i>	Marcus Vinicius Rezende de Moraes	2009	biografia
<i>Ronaldo: glória e drama do futebol globalizado</i>	Jorge Caldeira	2002	biografia
<i>O planeta Neymar (um perfil)</i>	Paulo Vinícius Coelho	2014	biografia

3 Essa obra não pode ser considerada como uma “autobiografia” em sentido estrito, pois Pelé contou com os jornalistas Orlando Duarte e Alex Bellos como seus redatores. Inclusive, foi publicada, primeiramente, em inglês, com o título *My Autobiography* (2006).

4 Trata-se de um caso semelhante, uma vez que Falcão contou com a colaboração do jornalista Nilson Souza, a quem deu depoimento.

Pelo quadro acima, pode-se constatar que os seguintes jogadores brasileiros foram contemplados no processo de delimitação do corpus: Charles Miller, Neco (Manoel Nunes), Arthur Friedenreich, Pinguinho (João Coelho Netto), Heleno de Freitas, Moacyr Barbosa, Garrincha (Manuel Francisco dos Santos), Nilton Santos, Pepe (José Macia), Pelé (Edson Arantes do Nascimento), Tostão (Eduardo Gonçalves de Andrade), Roberto Rivellino, Paulo Roberto Falcão, Zico (Artur Antunes Coimbra), Sócrates Sampaio de Souza Vieira de Oliveira, Romário de Souza Faria, Ronaldo Luis Nazário de Lima, e Neymar da Silva Santos Jr. Desse conjunto, o único que não teve passagem pela seleção brasileira foi Charles Miller, uma vez que o “pai do futebol brasileiro”, como reza o mito, atuava em uma época em que a seleção ainda não tinha sido criada. Observa-se, também, que, basicamente, cinco fases do futebol brasileiro foram contempladas a partir dessa seleção de jogadores: os primórdios e a consolidação (1895-1945), tempos de tragédia e glória (1945-1962), tempos de glória e ufanismo (1963-1976), tempos rumo à democracia (1977-1993), e tempos de globalização (1994-2014).

Além disso, como se observa pelo quadro, os livros selecionados foram publicados entre 1986 (a biografia de Zico) e 2015 (a biografia de Rivellino). O critério cronológico foi considerado em relação à história do futebol brasileiro, desde seus primórdios às primeiras décadas do novo milênio. Privilegiou-se, assim, obras publicadas nas últimas quatro décadas, período em que, cada vez mais, se intensificou a publicação de biografias e de autobiografias de jogadores do futebol brasileiro. Entretanto, cabe aqui uma ressalva: isso não significa que biografias e autobiografias não tivessem sido escritas anteriormente. Exemplos disso são *Viagem em torno de Pelé* (1963), de Mário Filho, *Schwarze Perle: Pelé* (1969; Pérola Negra: Pelé), de Fritz Hack, ou, retornando mais atrás, o livro *Mano* (1924), de Coelho Netto, homenagem do ilustre escritor a seu filho, Emmanuel Coelho Netto, o “Mano”, jogador do Fluminense Football Club, que falecera em 30 de setembro de 1922, aos 24 anos, em decorrência de um traumatismo sofrido no abdômen durante uma partida contra o São Cristóvão. Haveria, ainda, uma “autobiografia” inédita de Arthur Friedenreich, que o craque estava preparando para publicar pouco antes de sua morte, em 1969. Conforme matéria publicada por Bruno Freitas, o material autobiográfico de Fried foi encontrado em 2010 pelo editor César Oliveira, “durante investigação no acervo de Milton Pedrosa, antigo proprietário da Editora Gol” (FREITAS, 2013). Infelizmente, por falta de patrocínio, esse material autobiográfico, que inclui mais de 100 fotografias, permanece inédito. Inclusive, haveria um aspecto importante, caro à pesquisa desenvolvida, que diria respeito a esse material autobiográfico:

“É uma autobiografia dele [i.e., Friedenreich], certamente escrita pelo jornalista, amigo dele, Paulo Várzea. É escrito toda na primeira pessoa, numa dessas generosidades próprias dos amigos do peito, que escreveu o livro para ele, que não tinha a menor condição de produzir com aquele charme típico dos textos jornalísticos”, relata o editor Cesar Oliveira. (FREITAS, 2013)

Como teremos a oportunidade de observar na parte analítica, esse não costuma ser um expediente tão raro quando se trata de relatos autobiográficos de esportistas, fato que acaba por abalar os próprios limites conceituais de “autobiografia”, em que a coautoria se torna uma prática evidente, ou podendo mesmo ser omitida.

Já o critério de relevância orientou-se pelo papel que cada jogador desempenhou em seu contexto: elegeu-se as biografias de Charles Miller, Neco (Manoel Nunes), Arthur Friedenreich

e Preguinho (João Coelho Netto), pela relevância que cada um teve, Charles Miller por auxiliar na organização do futebol em São Paulo, Neco e Arthur Friedenreich por terem se destacado no período em que foi criada a seleção brasileira, e Preguinho por ter integrado a seleção brasileira que disputou o primeiro campeonato mundial em 1930, no Uruguai. Porém, reconhece-se que, para uma definição do *corpus* de análise, outras obras poderiam ter sido, igualmente, selecionadas para se tratar do período dos primórdios à consolidação (1895-1945): poderia ter sido, por exemplo, incluída uma das biografias de Leônidas da Silva, *Diamante eterno* (1999) ou sua reedição, *Diamante negro* (2010), ambas de André Ribeiro, uma vez que esse jogador foi um dos maiores, senão o principal expoente da Copa de 1938, disputada na França, quando a seleção brasileira, definitivamente, entrou para a galeria das principais seleções do mundo; o mesmo vale para a biografia de Friedenreich, pois a escolha recaiu sobre *Friedenreich: a saga de um craque nos primeiros tempos do futebol brasileiro* (2012), de Luiz Carlos Duarte, quando havia outra opção, *Friedenreich: Das vergessene Fußballgenie* (2009), de Martin Curi.

O mesmo critério de relevância foi considerado na escolha das biografias de Heleno de Freitas, Moacyr Barbosa, Garrincha e Nilton Santos, e da autobiografia de José Macia (Pepe) como representantes de relatos memorialísticos sobre os tempos de tragédia e glória (1945-1962). Note-se que contou-se com cinco obras, para se tentar cobrir eventos relevantes do período, como as Copas de 1950, 1958 e 1962, e também o futebol dos anos 1940. Neste caso, apenas com relação a Garrincha haveria outra opção: *De pernas para o ar: minhas memórias com Garrincha* (2013), relato memorialístico do filho de Elza Soares, Gerson Soares, que se pautaria pela construção discursiva das memórias de si em relação ao outro. Outra biografia de um importante jogador que ficou de fora do *corpus* de pesquisa, mas que poderia ter sido, igualmente, integrada, seria *Canhoto, o homem que driblou a glória* (2003), de Renato Pompeu.

Ainda sobre o critério de relevância, o período referente aos tempos de glória e ufanismo (1963-1976) foi contemplado com a autobiografia de Pelé, que, como veremos na parte analítica, é um caso semelhante ao da autobiografia inédita de Friedenreich, além da autobiografia de Tostão e da biografia de Roberto Rivellino. Conforme apontado anteriormente, há várias obras de cunho memorialístico sobre Pelé, publicadas dentro e fora do Brasil. Podemos mencionar ainda, entre outras, *A verdade sobre Pelé* (1975), de Adriano Neyva, *De Edson a Pelé: a infância do rei em Bauru* (1997), de Luiz Carlos Cordeiro, *Pelé: his Life and Times* (2001), de Harry Harris, *Pelé: minha vida em imagens* (2010) e *Pelé: a importância do futebol* (2014), de autoria atribuída ao jogador, e *Pelé: the King of Soccer* (2017), de Eddy Simon. Em casos como este, o critério geral de relevância foi insuficiente para a definição da obra, de modo que outro critério específico foi necessário: para a escolha de *Pelé, a autobiografia* (2006), considerou-se o fato de que ela fora publicada, igualmente, em inglês — *Pelé: the Autobiography* —, e que contou com os jornalistas Orlando Duarte e Alex Bellos como seus “redatores” nas respectivas edições. Esse caráter *sui generis* da obra tornou-a interessante para o estudo, pois permitiria o debate sobre os limites do gênero “autobiografia”. Além disso, devido ao número reduzido de autobiografias de jogadores de futebol em comparação ao número de biografias, a escolha recaiu sobre essa obra. Já no caso da autobiografia de Tostão, haveria duas opções: *Tostão: Lembranças, opiniões, reflexões sobre futebol* (1997), autobiografia que foi adotada, e *Tempos vividos, sonhados e perdidos: um olhar sobre o futebol* (2016), obra que não foi considerada no ato da definição do *corpus*, uma vez que foi lançada após a conclusão da redação do projeto de pesquisa. Outra biografia que poderia ter figurado nesse grupo seria *Divino: a vida e a arte*

de *Ademir da Guia* (2003), de Kleber Mazziero de Souza. Porém, o craque do Palmeiras e da seleção brasileira ficou de fora devido ao interesse nessa fase recair sobre o contexto da Copa de 1970, com Pelé, Tostão e Rivellino.

Por sua vez, o critério de relevância foi, igualmente, aplicado na seleção das obras referentes aos tempos rumo à democracia (1977-1993). Neste caso, optou-se pela “autobiografia” de Paulo Roberto Falcão, assinalada aqui entre aspas por se tratar de exemplo semelhante ao da “autobiografia” de Pelé, uma vez que seu relato memorialístico, em tom de crônicas, surgiu a partir de depoimentos feitos pelo craque ao jornalista Nilson Souza, e pelas biografias de Zico e, respectivamente, de Sócrates. Quem viveu aquela época percebe o quão marcante é o trio Falcão, Zico e Sócrates, soa como uma escalação e remete à Copa de 1982 e à “Tragédia do Sarriá”. Portanto, não ficariam de fora, porém, certamente, poderiam ter outras companhias que, por questões de delimitação, não foram integradas ao *corpus*. Sem dúvida, a obra *Casagrande e seus demônios* (2013), de Walter Casagrande Júnior em parceria com o jornalista Gilvan Ribeiro, outra “autobiografia”, caberia muito bem nesse grupo, inclusive, num diálogo com a biografia *Sócrates: a história e as histórias do jogador mais original do futebol brasileiro* (2014), que integra o *corpus*. E em relação a Zico, a opção poderia ter recaído sobre *Zico: paixão e glória de um ídolo* (2000), de Lúcia Rico, ou sobre *Simplesmente Zico* (2014), de Priscila Ullbrich, mas a preferência recaiu sobre *Zico: uma lição de vida* (1986), de Marcus Vinicius Bucar Nunes, pelo simples critério de ter sido escrita e publicada quando o jogador ainda atuava.

Já o último grupo de obras, que contemplam os tempos de globalização (1994-2014), também pautou-se pelo critério de relevância, ao reunir as biografias de Romário, Ronaldo e Neymar. Para não ultrapassar o total de 18 obras, definido como critério máximo diante da exequibilidade do cronograma de pesquisa, uma figura importante do período ficou de fora: Ronaldinho. Certamente, caso houvesse a possibilidade de integrar mais obras sem comprometer o desenvolvimento da pesquisa, a biografia *O sorriso do futebol: Ronaldinho, o último romântico* (2006), de Luca Caioli, poderia ter sido contemplada. Aliás, a lista de biografias escritas pelo biógrafo e jornalista italiano é longa, incluindo Ronaldo, Lionel Messi, Cristiano Ronaldo, Balotelli, Neymar, Mbappé, Luis Suarez, Griezmann, entre outros. Para Ronaldo e Neymar, que possuem biografias publicadas no Brasil e no exterior, inegavelmente, outros critérios teriam de ser empregados para justificar a escolha: preferiu-se *Ronaldo: glória e drama do futebol globalizado* (2002), de Jorge Caldeira a, por exemplo, *Ronaldo: The Journey of a Genius* (2005), de James Mosley, por privilegiar as publicações em Português, o mesmo valendo com relação a *O planeta Neymar (um perfil)* (2014), de Paulo Vinicius Coelho, e *Neymar* (2014), de Luca Caioli, biografia publicada em Inglês. E a escolha por *Romário* (2009), de Marcus Vinicius Rezende de Moraes, se deveu ao fato de que, até 2016, era a única obra publicada em Português sobre Romário de Souza Faria, sendo que, em 2017, foi lançada a obra *Um olho na bola, outro no cartola: o crime organizado no futebol brasileiro*, na qual Romário narra também sobre momentos de sua carreira.

Como se pode notar pelo detalhamento das escolhas pela relevância dos jogadores para a história do futebol brasileiro, o critério referente ao contexto histórico em que cada um atuou se baseou em datas, eventos e períodos específicos: a organização inicial do futebol (Charles Miller), a década de 1910 e o Campeonato Sul-Americano de 1919 (Neco e Friedenreich), o futebol na década de 1920 e a primeira Copa do Mundo de 1930 (Preguinho), os anos 1940 (Heleno), o Maracanazo (Barbosa), a década de 1950 e os Mundiais de 1958 e 1962

(Garrincha, Nilton Santos e Pepe), a Copa de 1970 (Pelé, Tostão e Rivellino), a Copa de 1982 e os caminhos rumo à democracia (Falcão, Zico e Sócrates) e a intensificação dos processos de globalização no futebol, cobrindo os mundiais de 1994 e 2002 (Romário e Ronaldo), e chegando até 2014, pouco antes do Mundial (Neymar).

Não obstante o fato de o *corpus* de análise ter sido delimitado, entre outros, pelo critério de contexto histórico em que os jogadores atuaram, torna-se relevante também, como opção, refletir sobre os contextos de produção das obras selecionadas. Conforme apontado anteriormente, os livros que integram o *corpus* de análise foram publicados entre 1986 e 2015. Apenas um livro foi publicado na década de 1980 (a biografia de Zico), quatro obras são da década de 1990 (a biografia de Garrincha e as autobiografias de Nilton Santos, Tostão e Falcão). Os outros 13 livros foram publicados a partir de 2000 (as biografias de Charles Miller, Neco, Barbosa, Romário e Ronaldo, e as autobiografias de José Macia [Pepe] e Pelé, entre 2000 e 2009; as biografias de Friedenreich, Pinguinho, Heleno, Rivellino, Sócrates e Neymar, de 2012 a 2015).

Por um lado, a fim de enfocar, mesmo que brevemente, os contextos de produção das obras que integram o *corpus* de análise, deve-se levar em conta questões de ordem mercadológica. Na monografia intitulada *Esporte de massa como objeto de nicho: uma análise editorial do mercado de livro de futebol* (2015), Giulia Sampaio Piazzzi ressalta que a publicação de livros de futebol “é comum em anos de Copa, época em que as editoras ‘disparam’ uma série de títulos e aproveitam-se do momento” (PIAZZI, 2015, p. 14), pois “o evento é apontado como grande propulsor desse mercado e interfere diretamente na produção editorial sobre futebol” (2015, p. 42). Das 18 obras, sete se enquadram nesse critério, pois foram publicadas em anos de Copa, e seis obras foram lançadas em ano em que ocorreram edições da Copa das Confederações. Sem dúvida, megaeventos realizados no país, como o Pan-Americano de 2007, no Rio de Janeiro, a Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, foram momentos propícios para uma atuação maciça do mercado editorial para lançar livros de esportes em geral e, em especial, de futebol. Inclusive, há um dado estatístico levantado por Giulia Piazzzi que demonstra o aumento da publicação de livros de futebol a partir de 2001: “Dos 3.040 livros publicados entre os anos de 1903 e 2013, mais da metade — mais precisamente 62% ou 1.886 livros — foi publicada após o ano de 2001” (PIAZZI, 2015, p. 42).

Por outro lado, seria insuficiente pensar o contexto de publicação das obras apenas pelo critério do mercado editorial. Muitas vezes, a chave de leitura se situa nos paratextos editoriais: apresentação editorial, nome do autor, títulos, dedicatórias, epígrafes, prefácios, posfácios, notas, agradecimentos etc. Tomemos, a seguir, dois exemplos. O primeiro deles é *Sócrates*, biografia do “Doutor”, do jornalista Tom Cardoso, que foi publicada em 2014, ano da Copa no Brasil. O craque havia falecido em 04 de dezembro de 2011, aos 57 anos de idade. Desde 2013, o país vivia uma convulsão política, muito complexa para se descrever em poucas linhas, mas que se relacionava com a própria Copa, com movimentos contrários à sua realização, e que, nos anos seguintes, teriam consequências drásticas para a então fragilizada democracia brasileira. Assim, nada melhor do que retomar uma figura que, dentro e fora do gramado, permitiria produzir uma ressonância entre as lutas pela redemocratização do país no início dos anos 1980, e a necessidade de se refletir sobre a instabilidade política em 2013 e 2014. Não é por acaso que, em um dos paratextos, a apresentação intitulada “O prazer por personagens difíceis”, o jornalista Fábio Altman define Sócrates do seguinte modo: “Sócrates, com inteligência acima da média e preocupação política incomparável à maioria dos atletas, sempre alimentou

a imagem de rebeldia, do sujeito avesso às ordens da cartolagem de um mundo masculino oposto a qualquer postura democrática” (ALTMAN, 2014, p. 12). Esse gesto é acompanhado também pelo jornalista Mauro Beting em outro paratexto, o prefácio intitulado “Doutor, eu não me engano”: “Só o que fez com o Corinthians da Democracia na redemocratização do Brasil já era para bater palmas quando muitos batiam continência” (BETING, 2014, p. 13). Em casos como este, o biografado assume uma função de exemplaridade para o contexto em que a obra foi escrita e publicada. O segundo exemplo de influência do contexto de publicação se diferencia do exemplo anterior, pois não diz respeito ao contexto político, mas sim ao contexto de produção bibliográfica de Ruy Castro. Basta um olhar para a produção entre 1993 e 1995, para constatar que o escritor, biógrafo e jornalista se ocupava do tema do futebol, algo atestado pela organização e seleção de crônicas esportivas de Nelson Rodrigues em *A pátria em chuteiras* (1994) e *À sombra das chuteiras imortais* (1994), e de Mário Filho em *O sapo de Arubinha: os anos de sonho do futebol brasileiro* (1994). A chegada a Garrincha como figura a ser biografada se estabeleceu nesse contexto. E isso é atestado por Ruy Castro nos “Agradecimentos”: “A gestação de ‘Estrela solitária’ teve uma história curiosa. A idéia de fazê-lo me ocorreu em 1992, logo depois da publicação de ‘O anjo pornográfico’” (CASTRO 1995a, p. 492). O trabalho na biografia de Nelson Rodrigues e o envolvimento com a seleção e a organização das crônicas dos irmãos Rodrigues teriam levado Ruy Castro a gestar a ideia de escrever a biografia de Garrincha. Todavia, no último parágrafo dos “Agradecimentos”, entra em cena mais um elemento: a admiração que o biógrafo nutria pelo craque há muito tempo:

Esses últimos dois anos e meio em que convivi com a memória de Garrincha foram a retomada de uma admiração que começou num remoto domingo de novembro de 1958 quando o vi pela primeira vez no Maracanã, no jogo Botafogo 3x2 Flamengo. Foi quando descobri, olhando para dentro de mim mesmo, que até os mais ardentes torcedores do Flamengo eram Garrincha de coração. (CASTRO, 1995a, p. 493)

Entretanto, não só nos paratextos se revelam os contextos de produção das obras, pois uma análise discursiva permite, também, chegar às camadas da própria enunciação, em que marcas do contexto se evidenciam — por exemplo, na escolha de determinado tema ou mesmo de terminologia, as metaforizações etc.

Portanto, para a realização da pesquisa, foi fundamental o trabalho com literatura subsidiária que possibilitou a fundamentação teórica adequada, sobretudo em torno dos gêneros “biografia” e “autobiografia”, bem como categorias que gravitam em torno do conceito de “memória”, como será exposto a seguir.

Reflexões sobre biografia, autobiografia, história de vida e memória

Inicialmente, partimos da definição de “biografia”, termo de origem etimológica grega, que reúne em si a “escrita” (grafia) da “vida” (bio). Na escrita da vida do outro, na “biografia”, sempre é apresentada uma “história de vida”, e tal “história” dialoga tanto com a História, quanto com a Literatura. Teóricos de renome, entre eles, François Dosse (2009), procuram

delimitar em suas obras as especificidades do gênero biográfico, sem, entretanto, deixar de ressaltar o caráter ficcional que, muitas vezes, perpassa tais obras. Para o teórico francês, trata-se de um “gênero híbrido” (DOSSE, 2009, p. 55) que se move entre verdade e imaginação. Neste caso, o recurso à ficção surge como algo inevitável: “Não apenas o biógrafo deve apelar para a imaginação em face do caráter lacunar de seus documentos e dos lapsos temporais que procura preencher como a própria vida é um entretecido constante de memória e olvido” (DOSSE, 2009, p. 55).

As biografias, geralmente, apresentam alguns procedimentos comuns: a ordem cronológica; a centralização do foco no “herói da biografia”; o recurso às fontes e às testemunhas como acesso ao “verídico”; o método historiográfico de comparação e confirmação das fontes; o pacto de veracidade e a falta de acesso à “vida interior” do biografado. Assim, haveria nesse gênero híbrido uma indistinção epistemológica entre *mimesis* e vidas imaginárias. Sem dúvida, as biografias carregam em si um sentido edificante em relação à vida e à *persona* do biografado, a partir de uma “tensão dialética entre as dimensões factual e ficcional” (DOSSE, 2009, p. 66). E outra característica é fundamental: embora não escrita a partir de uma “exterioridade total”, o narrador parece se ausentar do relato, tornando a narrativa heterodiegética (DOSSE, 2009, p. 95).

A relação entre “vontade de verdade” e “poder imaginativo” (DOSSE, 2009, p. 55) do biógrafo produz uma tensão no desenvolvimento da própria tarefa de escrever sobre a vida de outrem. Além disso, a biografia guarda semelhanças com a narrativa da história e a narrativa do romance, e pode revelar um “caráter híbrido possível entre jornalismo e história” (DOSSE, 2009, p. 122), lembrando que, em geral, os biógrafos de jogadores de futebol são jornalistas (e não historiadores). Outro ponto a ser destacado diz respeito ao “contrato de leitura” (DOSSE, 2009, p. 95) que o biógrafo pode estabelecer com o leitor, utilizando, por exemplo, paratextos (em geral, prefácio, posfácio, apresentação, introdução etc.) nos quais revela os objetivos, as fontes e os métodos de pesquisa empregados.

A abordagem historiográfica proposta por François Dosse para situar o conceito de “biografia” ao longo dos séculos também contribui para a pesquisa no que tange à reflexão sobre o gênero na segunda metade do século XIX, quando teria ocorrido uma “proliferação de relatos biográficos que tentam articular individualidade e exemplaridade” (DOSSE, 2009, p. 169). Esse expediente da “exemplaridade” parece vigorar ainda nos dias de hoje, quando o assunto é a escrita da vida de determinada celebridade.

Por sua vez, a categoria de “ilusão biográfica” (DOSSE, 2009, p. 208) discutida por Dosse é importante, pois reforça o sentido de “biografia” como um construto discursivo, não se tratando, pois, de uma vida como ela é (ou foi), mas sim de um discurso (ilusionista) de uma vida como se ela fosse (ou tivesse sido) assim. Isso teria o potencial de produzir, no ato de leitura, o “efeito do vivido” (DOSSE, 2009, p. 410). Desse modo, torna-se fundamental o seguinte ponto de vista proposto por Dosse acerca da tarefa do biógrafo: “Reconhecendo o caráter plural, construído na narração, da identidade pessoal, o biógrafo procura estudar as metamorfoses do sentido de identidade narrativa do biografado” (DOSSE, 2009, p. 346).

A obra clássica de Philippe Lejeune, *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet* (2008), também oferece subsídios para se pensar a relação entre memória e história, ficção e história, e também para evidenciar aspectos que dizem respeito ao caráter de construto discursivo que perpassa ambos os gêneros, bem como demais tipos textuais presentes no que o autor designa de “espaço (auto)biográfico”, como cartas, ensaios, diários, relatos memorialísticos

etc.

Nesse sentido, o conceito de “autobiografia” assume um caráter reflexivo enquanto “escrita da vida de si”. Philippe Lejeune centrou suas considerações em torno da noção de “pacto autobiográfico”, ou seja, uma espécie de “contrato de leitura” entre autor e leitor, sendo que autor, narrador e personagem figurariam como instâncias coincidentes (2008, p. 15). Em termos conceituais, se Lejeune, num primeiro momento, define a “autobiografia” como sendo a “narrativa retrospectiva que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (2008, p. 16), em seguida, o teórico postula o chamado “pacto autobiográfico”: a “relação de identidade entre o autor, o narrador e o personagem” (2008, p. 18).

Portanto, deduz-se que, numa biografia, tal identidade “trina” reduz-se à identidade “binária” entre autor (biógrafo) e narrador. Além disso, tanto para a biografia quanto para a autobiografia vale a seguinte máxima: “O autor se define como sendo simultaneamente uma pessoa real socialmente responsável e o produtor de um discurso” (LEJEUNE, 2008, p. 27). Além disso, ambas são “textos referenciais”, pois “se propõem a fornecer informações a respeito de uma ‘realidade’ externa ao texto e a se submeter portanto a uma prova de verificação” (LEJEUNE, 2008, p. 43), o que implicaria um “pacto referencial”. Isso demanda, portanto, uma abordagem das instâncias narrativas, sobretudo pelo emprego da primeira pessoa como uma de suas principais características, gerada pela identificação entre autor, narrador e personagem autobiográfico.

Por sua vez, Lejeune evoca, ainda, duas outras categorias caras aos estudos da biografia e da autobiografia: “modelo” e “semelhança”. Conforme o autor ressalta, “na biografia é a semelhança que deve fundamentar a identidade [do biografado]” (LEJEUNE, 2008, p. 46), enquanto o “modelo” seria “o real ao qual o enunciado pretende se assemelhar” (2008, p. 44), sendo que ambos colaborariam para se estabelecer o “pacto referencial”. Todo o processo, sem dúvida, pode demandar “um trabalho de elaboração propriamente literário” (2008, p. 198).

Outro aspecto destacado por Lejeune ao abordar o gênero autobiográfico, mas que diz respeito também à biografia, é o interesse despertado no leitor pelo nome daquele cuja vida está sendo narrada: “O nome, por outro lado, na medida em que figura no título do livro, programa um certo tipo de leitura: ele suscita a curiosidade biográfica e o investimento imaginário na existência de um outro” (LEJEUNE, 2008, p. 220).

Portanto, a narrativa se torna um foco de suma relevância em um estudo dessa natureza. Em geral, como nos lembra Michael Pollak, narrar uma história de vida – seja a própria ou a de outrem, colhida por entrevista como um dos possíveis procedimentos metodológicos – pressupõe uma credibilidade:

Assim como uma ‘memória enquadrada’, uma história de vida colhida por meio da entrevista oral, esse resumo condensado de uma história social individual, é também suscetível de ser apresentada de inúmeras maneiras em função do contexto no qual é relatada. Mas assim como no caso de uma memória coletiva, essas variações de uma história de vida são limitadas. Tanto no nível individual como no nível do grupo, tudo se passa como se coerência e continuidade fossem comumente admitidas como os sinais distintivos de uma memória crível e de um sentido de identidade assegurados. (POLLAK, 1989, p. 13)

Além disso, Pollak ressalta que as histórias de vida funcionariam também como “instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais” (POLLAK, 1989, p. 13), completa o sociólogo austríaco, “reconstrução a *posteriori*, a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência” (POLLAK, 1989, p. 13). Indo na mesma direção, a historiadora Lucília de Almeida Neves Delgado chama à atenção para o fato de que é impossível recompor o passado em sua íntegra, e que há uma necessidade de se trabalhar com fragmentos, resíduos e documentos que formam os vestígios de um determinado tempo passado:

[...] O passado apresenta-se como vidro estilhaçado de um vitral antes composto por inúmeras cores e partes. Buscar recompô-lo em sua integridade é tarefa impossível. Buscar compreendê-lo através da análise dos fragmentos, resíduos, objetos biográficos e diferentes tipos de documentação e fontes é desafio possível de ser enfrentado. (DELGADO, 2010, p. 36)

Aqui, encontramos noções fundamentais para a análise das obras selecionadas: as idéias de reconstrução da identidade e de ordenamento da vida dentro de uma lógica de coerência, e como esses aspectos se estabelecem a partir da construção narrativa, em que se considera tanto a impossibilidade de uma reconstrução plena do passado, quanto as implicações que vestígios do passado tenham sobre o processo narrativo. Aliás, como bem ressalta Lucília Delgado, a contribuição da Memória e da História seria desempenhar uma tarefa fundamental: “buscar evitar que o ser humano perca referências fundamentais à construção das identidades coletivas” (DELGADO, 2010, p. 36).

Sem dúvida, um tema que abrange os âmbitos da Literatura, da Memória e da História sempre oferece uma oportunidade singular e relevante de refletirmos sobre os pontos de intersecção e as especificidades de cada âmbito. De acordo com a historiadora Lucília de Almeida Neves Delgado (2010, p. 34), “[t]empo, memória, espaço e História caminham juntos. Inúmeras vezes, através de uma relação tensa de busca de apropriação e reconstrução da memória pela história”. Ambas seriam “suportes básicos” (DELGADO, 2010, p. 36) para se lidar com um determinado tempo passado.

Por sua vez, Memória e História, ao lidarem com o passado, apresentam alguns pontos de intersecção enquanto “antídotos do esquecimento” (DELGADO, 2010, p. 42). Podemos afirmar, por um lado, que a Memória se relaciona com três pontos específicos: o tempo, a história e a imaginação. Outros pontos seriam marcados por sua relação com o testemunho, com a história oral, com a imagem, entre outros, além de duas características marcantes: a ação do esquecimento e a construção da narrativa pela imaginação. Por outro lado, a História também se relaciona com três pontos específicos: o tempo, a memória e as fontes ou arquivos. Igualmente, a História também se associa ao registro oral, ao testemunho, à imagem, porém, a imaginação não é a meta, mesmo que seja um elemento intrínseco, e a construção narrativa (enunciação), muitas vezes, se estabelece por estratégias de despersonalização do sujeito que enuncia como modo de apagamento de traços discursivos de subjetividade.

Além disso, o próprio conceito de “Memória” é perpassado por múltiplos significados, conforme aponta Lucília Delgado (2010, p. 39), entre outros: “ordenação e releitura de vestígios”; “retenção de elementos inerentes a conhecimentos adquiridos”; “estabelecimento de nexos entre o presente e as experiências vividas”; “evocação do passado através de lembranças”;

“afirmação de identidades”; “atualização do passado no eterno presente”; “seleção e tensão entre o lembrar e o esquecer”; “seleção e tensão entre o narrar e o silenciar”; “evocação de utopias”; “manifestação de identidades”; “reconhecimento, ou mesmo superação, de traumas”; “reconhecimento de espaços perdidos ou reencontrados”; “reflexão sobre a experiência individual de vida”.

No ensaio “Introduction: Towards Biography Theory” (2015), Joanny Moulin ressalta o fato de que, da perspectiva dos Estudos Históricos, a biografia passou a ser valorizada após os trabalhos dedicados à chamada “micro-história” (MOULIN, 2015, p. 2), proposta por Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, entre outros. Para a pesquisa, a relevância nesse aspecto recai, justamente, sobre a possibilidade de um procedimento comparativo entre as biografias e autobiografias, no sentido de permitir que se estabeleçam relações entre elas não só em termos de vivências dos biografados e autobiografados (18 jogadores de futebol), mas também em termos de contextualização (o momento em que atuam ou atuaram).

Além disso, Joanny Moulin ressalta o fato de ainda se carecer de um maior número de estudos sobre escritas da vida que sejam sistematizados no diálogo entre as áreas — história, teoria literária, psicologia, sociologia, antropologia, filosofia etc. (MOULIN, 2015, p. 6), o que parece ser uma vantagem, justamente, ao se desenvolver pesquisa que tenha por tema o futebol, que pode ser visto como um “fato social total”, de acordo com os termos postulados pelo sociólogo e antropólogo francês Marcel Mauss (1974) para definir todo fenômeno cultural de destaque em uma dada sociedade, devido à magnitude de seu significado e alcance.

Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida e concluída recentemente contribui para esse debate em torno dos âmbitos da Memória e da História, a partir de um viés da Literatura, em que, por aproximação à Memória, muitas vezes, a imaginação é desejada e a subjetividade é discursivamente marcada, em que fontes podem servir de base para determinado relato memorialista, sem que isto seja, entretanto, uma prerrogativa. Isso não significa que haveria um primado de um âmbito sobre o outro, mas sim a concomitância de âmbitos legítimos no processo de se tentar lidar com o passado.

O desenvolvimento da pesquisa sobre escritas da vida de jogadores brasileiros

Em termos metodológicos, o desenvolvimento da pesquisa estruturou-se a partir de nove etapas. Em cada uma delas, foram executadas atividades distintas, sendo que a primeira etapa orientou-se por um breve estudo da relação entre memória e futebol no Brasil, dos primórdios aos dias atuais. Referências para essa etapa foram as seguintes obras: *A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade* (2007), de Hilário Franco Junior, *Veneno Remédio: o futebol e o Brasil* (2008), de José Miguel Wisnik, *O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país* (2009), de Marcos Guterman, a coletânea de ensaios *The Country of Football* (2014), organizada por Paulo Fontes e Bernardo Borges Buarque de Hollanda, *Futebol: the Brazilian Way of Life* (2002), de Alex Bellos e, respectivamente, *Futebol Nation: A Footballing History of Brazil* (2014), de David Goldblatt.

As próximas duas etapas da pesquisa destinaram-se ao enfoque dos conceitos e noções fundamentais para a formação de um arcabouço teórico sobre memória, história de vida, biografia e autobiografia, apresentados na seção anterior, e tiveram por referência as seguintes

obras: *A memória coletiva* (2000), de Maurice Halbwachs, *História e Memória* (2003), de Jacques Le Goff, *A memória, a história e o esquecimento* (2007), de Paul Ricœur, *Espaços da recordação* (2011), de Aleida Assmann, o ensaio “Entre memória e história: a problemática dos lugares” (1993), de Pierre Nora, e, respectivamente, os ensaios “Memória, esquecimento e silêncio” (1989) e “Memória e memória social” (1992), de Michael Pollak.

Em sequência à segunda e à terceira etapa, orientadas pelo enfoque teórico, a quarta etapa teve por foco a leitura e análise das seguintes obras que integram o *corpus* de pesquisa: *Charles Miller: o pai do futebol brasileiro* (2005), de John Robert Mills, *Neco — o primeiro ídolo* (2001), de Antonio Roque Citadini, *Friedenreich: a saga de um craque nos primeiros tempos do futebol brasileiro* (2012), de Luiz Carlos Duarte, e *Preguinho: confissões de um gigante* (2013), organizada por Waldir Barbosa Jr. Tais obras dizem respeito à fase dos primórdios e da consolidação do futebol brasileiro (1895-1945), que nos permitem analisar a representação, de cunho memorialístico, acerca do referido período, com as transformações no âmbito social e político do país, vistas em sua relação com o futebol, pela chegada de um “Missionário da bola” (MILLS, 2005, p. 63) em 1894, o advento de um “esporte para poucos” (CITADINI, 2001, p. 17) em *fields*, o Brasil se instituindo em “uma nova escola de futebol” (DUARTE, 2012, p. 83) em 1919, com a conquista do Sul-Americano, e os obstáculos encontrados pela Seleção Brasileira no primeiro mundial, nas palavras de Preguinho: “a torcida, o frio inclemente — seis graus abaixo de zero, a desorganização de nosso selecionado” (BARBOSA JÚNIOR, 2013, p. 57).

Acompanhando o mesmo formato da etapa anterior, a quinta etapa também se destinou à leitura e análise das seguintes obras, que remetem aos tempos de tragédia e glória do futebol brasileiro (1945-1962): *Nunca houve um homem como Heleno* (2012), de Marcos Eduardo Neves, *Barbosa: um gol faz cinquenta anos* (2000), de Roberto Muiyaert, *Estrela solitária: um brasileiro chamado Garrincha* (1995), de Ruy Castro, as autobiografias *Minha bola, minha vida* (1998), de Nilton Santos e, respectivamente, *Bombas de alegria: meio século de histórias do canhão da vila* (2006), de José Macia (Pepe). Este grupo de obras também transmite uma série de representações referentes ao período, como a consolidação de Heleno de Freitas como o “Diamante Branco” em 1945 (NEVES, 2012, p. 101), que teria um fim trágico, em uma “década do silêncio” (MUYLAERT, 2000, p. 91), com o *Maracanazo* de 16 de julho de 1950, mas que alcançaria a redenção com a “vitória azul” na Suécia em 1958 (CASTRO, 1995b, p. 166) e com a Copa “vencida com certeza pelos dribles de Garrincha” (SANTOS, 1998, p. 94) nos gramados chilenos, em 1962, em uma “festa geral, que se iniciou em Brasília” (MACIA, 2006, p. 65).

Na sexta etapa da pesquisa, a fase dos tempos de glória e ufanismo (1963-1976) foi contemplada a partir da leitura e análise das seguintes obras: *Pelé, a autobiografia* (2006), de Edson Arantes do Nascimento, a autobiografia *Tostão: Lembranças, opiniões, reflexões sobre futebol* (1997), de Eduardo Gonçalves de Andrade, e a biografia *Rivellino* (2015), de Maurício Noriega. Esse terceiro grupo de obras nos traz representações igualmente significativas sobre a conquista do Tri e o “que significaria para o povo do nosso país” (NASCIMENTO, 2006, p. 189), o sentimento de “[c]omo era bom ser campeão do mundo” (TOSTÃO, 1997, p. 72), momento em que, segundo declaração de Rivellino a Maurício Noriega, “os problemas enfrentados pelo país naquele período, a violência, a tortura, a censura, nada disso foi incorporado ao dia a dia da seleção” (NORIEGA, 2015, p. 61).

Já a sétima etapa contemplou obras que podem ser associadas aos tempos rumo

à redemocratização do país (1977-1993): *Histórias da bola: depoimento a Nilson Souza* (1997), de Paulo Roberto Falcão e Nilson Souza, *Zico: uma lição de vida* (1986), de Marcus Vinícius Bucar Nunes, e *Sócrates: a história e as histórias do jogador mais original do futebol brasileiro* (2014), de Tom Cardoso. Esse grupo de obras marca, sobretudo, dois momentos em especial: a Copa de 1982 e o rumo à democracia. A derrota na “Batalha do Sarriá”, quando “[a] concentração virou um verdadeiro velório” (FALCÃO, 1997, p. 95), nas palavras de Zico, “uma das mais injustas e cruéis realidades” (NUNES, 1986, p. 163), e se “[o]s brasileiros não votavam para presidente desde 1960!”, “no Parque São Jorge tudo passou a ser decidido na urna” (CARDOSO, 2014, p. 76) com o movimento da “Democracia Corinthiana” capitaneada por Sócrates.

Ainda dentro do procedimento de leitura e análise de obras que compõem o *corpus* de pesquisa, a oitava etapa contemplou as seguintes obras, que se associam aos tempos atuais de globalização (1994-2014): *Romário* (2009), de Marcus Vinícius Rezende de Moraes, *Ronaldo: glória e drama do futebol globalizado* (2002), de Jorge Caldeira, e *O planeta Neymar (um perfil)* (2014), de Paulo Vinícius Coelho. Esse quinto e último grupo de obras abrange momentos marcantes, como as conquistas de 1994 e 2002, mas também momentos frustrantes como 1998, e também todas as dificuldades encontradas por jogadores na era de extrema mercantilização do futebol: “a língua diferente, pessoas diferentes e futebol diferente tornaram tudo muito difícil” (FARIA, 2009, p.13) para o jovem Romário quando de sua chegada ao PSV Eindhoven, da Holanda, em 1988; a grave lesão de Ronaldo, em 12 de outubro de 1999, quando “[p]or longos minutos, um silêncio completo toma conta de todo o Estádio Olímpico de Roma” (CALDEIRA, 2002, p. 276); e a realização de um sonho de muitos meninos no Brasil: em 02 de junho de 2013, Neymar “[d]esembarcou, foi direto para o estádio do time catalão, o Camp Nou, e, diante de 56 mil torcedores, que o aguardavam, fez embaixadinhas. Seguiu depois para a primeira coletiva de imprensa como jogador do Barcelona” (COELHO, 2014, p. 95).

Na próxima seção, os dados serão sistematizados e os resultados gerais serão analisados, sobretudo no que diz respeito à elaboração e constituição das obras estudadas.

Sistematização e análise dos resultados gerais

Para uma sistematização geral de resultados sobre a elaboração e a constituição das obras estudadas, foram adotados os seguintes critérios: gênero (biografia, autobiografia, relato memorialístico, reportagem, perfil etc.); construção da narrativa (enunciação e foco narrativo); depoimento (inserção de depoimentos de terceiros); elementos de paratextualidade (fotografias, gráficos, tabelas, prefácio, posfácio, apresentação, agradecimentos, apêndices, ilustrações etc.).

Título da Obra e Autor	Gênero	Narrativa	Depoimento	Paratexto
Charles Miller: o pai do futebol brasileiro John Mills (administrador; aficionado do futebol)	biografia	3ª pessoa	Familiares Amigos Jogadores	Agradecimentos Introdução Fotografias Documentos Apêndices Bibliografia
Neco — o primeiro ídolo Antonio Roque Citadini (jurista e escritor)	biografia (pesquisa historiográfica de Leandro Antônio Gatti)	3ª pessoa	Ausente	Introdução Fotografias Documentos Agradecimentos Bibliografia

Título da Obra e Autor	Gênero	Narrativa	Depoimento	Paratexto
Friedenreich: a saga de um craque nos primeiros tempos do futebol brasileiro Luiz Carlos Duarte (jornalista)	Biografia	3ª pessoa	Ausente	Fotografias Apêndices
Preguinho: confissões de um gigante Waldyr Barbosa Jr. (escritor)	biografia (colaboração de Waléria M. P. Barbosa)	3ª pessoa 1ª pessoa	Preguinho Waldyr Barbosa Familiares Jornalistas	Agradecimentos Comentários Fotografias Documentos Cronologia Apêndices
Nunca houve um homem como Heleno Marcos Eduardo Neves (jornalista, biógrafo e escritor)	biografia	3ª pessoa	Familiares Amigos Jogadores Médicos Jornalistas	Fotografias Apêndices Bibliografia Agradecimentos
Barbosa: um gol faz cinquenta anos Roberto Muylaert (jornalista)	biografia (reportagem)	3ª pessoa	Barbosa Familiares Jogadores Jornalistas Roberto Muylaert	Introdução Prefácio Fotografias Transcrição da Rádio Nacional Portfólio Bibliografia (Fontes)

Estrela solitária: um brasileiro chamado Garrincha	biografia	3ª pessoa	Garrincha Familiares Jogadores Jornalistas	Fotografias Documentos Agradecimentos Apêndices Bibliografia
Ruy Castro (jornalista, biógrafo e escritor)				
Minha bola, minha vida	autobiografia	1ª pessoa	Nilton Santos Jogadores	Prefácio Depoimentos Fotografias Apêndices
Nilton Santos (jogador de futebol)				
Bombas de alegria: meio século de histórias do canhão da vila	autobiografia	1ª pessoa	José Macia (Pepe)	Introdução Fotografias (poucas) Entrevista
José Macia (Pepe) (jogador de futebol)				
Pelé, a autobiografia	(auto) biografia (colaboração de Alex Bellos e Orlando Duarte como “redatores”)	1ª pessoa (3ª pessoa)	Pelé	Agradecimento Prefácio Fotografias Nota sobre gols
Edson Arantes do Nascimento (jogador de futebol)				
Tostão: Lembranças, opiniões, reflexões sobre futebol	autobiografia	1ª pessoa	Tostão	Prefácio Fotografias Ilustrações
Eduardo Gonçalves de Andrade (jogador de futebol)				
Rivellino	biografia	3ª pessoa 1ª pessoa	Rivellino Familiares Jogadores Maurício Noriega	Apresentação Fotografias Agradecimentos Bibliografia
Maurício Noriega (jornalista)				
Histórias da bola: depoimento a Nilson Souza	autobiografia (colaboração e Nilson Souza)	1ª pessoa	Falcão	Biografia Ilustrações
Paulo Roberto Falcão (jogador de futebol)				

Título da Obra e Autor	Gênero	Narrativa	Depoimento	Paratexto
Zico: uma lição de vida Marcus Vinícius Bucar Nunes (jornalista e publicitário)	Biografia	3ª pessoa 1ª pessoa	Zico Familiares Jogadores Dirigentes Marcus Bucar Nunes	Dedicatória Agradecimentos Prefácio Fotografias (poucas) Apêndices
Sócrates: a história e as histórias do jogador mais original do futebol brasileiro Tom Cardoso (jornalista)	biografia	3ª pessoa 1ª pessoa	Sócrates Treinadores Dirigentes Jornalistas Músicos	Apresentação Prefácio Fotografias Apêndices Agradecimentos Bibliografia
Romário Marcus Vinícius Rezende de Moraes (jornalista e radialista)	biografia (depoimentos)	3ª pessoa 1ª pessoa	Romário Parentes Amigos Técnicos Jogadores Fisioterapeutas Médicos Preparadores Físicos Dirigentes Supervisores Jornalistas	Agradecimentos Auto-Retrato Prefácio Fotografias Apêndices
Ronaldo: glória e drama do futebol globalizado Jorge Caldeira (sociólogo e escritor)	biografia	3ª pessoa	Ausente	Agradecimentos Fotografias Posfácio Bibliografia
O planeta Neymar (um perfil) Paulo Vinícius Coelho (PVC) (jornalista)	biografia (perfil)	3ª pessoa	Ausente	Introdução Fotografias Apêndices

O quadro de sistematização geral de resultados sobre a elaboração e a constituição das obras estudadas nos permite traçar uma série de conjecturas. Primeiramente, se pensarmos nos títulos das obras enquanto paratextos, apenas duas das 18 obras não indicam o nome ou apelido do jogador em seus respectivos títulos: *Histórias da bola: depoimento a Nilson Souza*, autobiografia de Paulo Roberto Falcão, e *Bombas de alegria: meio século de histórias do canhão da vila*, autobiografia de José Macia (Pepe). Conforme mencionado anteriormente, Philip Lejeune ressaltava que o fato de o nome do biografado — algo que vale também para a autobiografia — figurar no título da obra pode programar um determinado “tipo de leitura”,

pois ele suscitaria a “curiosidade biográfica e o investimento imaginário na existência de um outro” (LEJEUNE, 2008, p. 220). Entretanto, há outras estratégias empregadas para esse fim. Com relação às duas obras indicadas, elas trazem na capa tanto as imagens quanto o nome ou o apelido dos autores — Falcão e Pepe, prescindindo, portanto, de incluí-los nos títulos.

Com relação à autoria, constata-se que predominam dois grupos específicos: por um lado, nove jornalistas, que atuam na escritura de biografias e, por outro, cinco jogadores, potenciais autores de suas autobiografias. Todavia, esse quadro é muito mais complexo do que aparenta, pois, das 18 obras analisadas, em termos de gênero textual, quatro delas são de difícil definição como biografia ou autobiografia, de acordo com os postulados propostos por François Dosse e, respectivamente, Philipp Lejeune: *Neco — o primeiro ídolo*, de Antonio Roque Citadini, contou com a colaboração de Leandro Antônio Gatti para a pesquisa historiográfica, sendo que seu nome consta apenas na “Introdução” (CITADINI, 2001a, p. 8); *Preguinho: confissões de um gigante*, de Waldyr Barbosa Jr., obra bem mais complexa, resultou de coleta de depoimentos do jogador Preguinho, feita pelo jornalista Waldyr Barbosa, que falecera sem concluir seu projeto de publicar o livro, cabendo ao filho, Waldyr Barbosa Jr., essa tarefa, que contou também com a colaboração de Waléria M. P. Barbosa, sua esposa; *Pelé, a autobiografia*, de Edson Arantes do Nascimento, obra publicada originalmente em inglês, que contou com os jornalistas Alex Bellos e, respectivamente, Orlando Duarte como seus “redatores”, conforme consta nos agradecimentos intitulados “Obrigado” (NASCIMENTO, 2006a, p. 7); por fim, *Histórias da bola: depoimento a Nilson Souza*, de Paulo Roberto Falcão, que, conforme indica o subtítulo da autobiografia, se constituiu como depoimento concedido ao jornalista gaúcho Nilson Souza.

Tais ocorrências são muito ricas em sua complexidade, pois evidenciam como os limites dos gêneros textuais podem ser rompidos, chegando às raízes da indeterminação em termos de sujeitos da enunciação. Para aquele que analisa esse tipo de obra, a dificuldade se situa no fato de não poder perceber o grau de interferência que, por exemplo, os “redatores” da “autobiografia” de Pelé tiveram nas formulações do próprio jogador. Isso se aplica também ao caso da biografia do jogador corinthiano Neco, pois é impossível avaliar em que medida o historiador Leandro Antônio Gatti, ao investigar a documentação, também interferiu no próprio texto de autoria de Antonio Roque Citadini. E a biografia de Preguinho também é perpassada por um grau de indeterminação em relação ao sujeito da enunciação (1), Waldyr Barbosa Jr. e Waléria M. P. Barbosa no processo final do texto, que inclui também, em seção especificamente delimitada como “Comentários do idealizador sobre o projeto” (BARBOSA, 2013, p. 15-18) outro sujeito da enunciação (2), Waldyr Barbosa. O mesmo se aplica à autobiografia de Paulo Roberto Falcão, que contou com a escuta de um profissional do jornalismo, Nilson Souza. É inevitável se pensar que, nestes casos, tenha ocorrido uma espécie de “coautoria”, em que profissionais da área de Jornalismo e de História são convocados a colaborar na redação das respectivas obras. Isso é, aliás, um procedimento comum no âmbito esportivo, se pensarmos em obras como *It's not about the bike: My journey back to life* (2000), do ciclista norte-americano Lance Armstrong, que contou com a coautoria de Sally Jenkins, e *Champion's Story: A great human triumph* (1981), do jockey britânico Bob Champion, que contou com a colaboração do escritor Jonathan Powell para a escrita do livro.

Ainda com relação aos gêneros textuais, nem todas as obras permitem que sejam definidas como biografias ou autobiografias *stricto sensu*. Das 13 biografias, três se revelam também complexas em suas composições específicas. O livro *Barbosa: um gol faz cinquenta*

anos, do jornalista Roberto Muylaert, é muito mais uma reportagem sobre o decisivo gol de Ghiggia na última partida da Copa de 1950, que decretou a derrota brasileira, bem como sobre a vida do goleiro Moacyr Barbosa até sua morte, sem que haja uma narrativa que retome um arco maior de sua vida em termos temporais, uma vez que não há a intenção de relatar sobre a infância e a formação da carreira do jogador, muito injustiçado por tudo o que ocorreu após o *Maracanazo*.

No mesmo sentido, o livro *Romário*, do jornalista e radialista Marcus Vinícius Rezende de Moraes, não é uma biografia propriamente dita, pois é um mosaico composto por inúmeros depoimentos, havendo um do próprio jogador, logo de início, na seção “Auto-Retrato” (FARIA, 2009, p. 11-17), seguido de outras seções intituladas “Parentes”, “Amigos”, “Técnicos”, “Jogadores”, “Fisioterapeutas”, “Médicos”, “Preparadores Físicos”, “Dirigentes”, “Supervisores” e, por fim, “Jornalistas”. Dessa forma, o autor se faz presente na organização da obra, mas não propriamente em sua enunciação nas seções indicadas. Marcus Vinícius Rezende de Moraes tem a palavra, literalmente, na seção “Agradecimentos” (MORAES, 2009b, p. 5) e em um dos quatro textos que compõem o prefácio, intitulado “Marcado para vencer” (MORAES, 2009a, p. 18-22). Além disso, o autor também foi responsável pelas entrevistas, contando com a colaboração de Denise Menezes nessa tarefa, conforme consta na ficha catalográfica do livro. Portanto, o princípio dessa obra não é o da escritura, mas sim o da escuta, outras vozes narram sobre a vida e a carreira do jogador e não aquele que figura como sendo o autor do livro.

O terceiro e último exemplo de obra que não se permite definir como “biografia” é o livro *O planeta Neymar (um perfil)*, do jornalista Paulo Vinícius Coelho (PVC). Todavia, neste caso, o texto da orelha da capa, cuja autoria não é indicada, mas presume-se que não seja o próprio PCV, e sim algum editor, nos auxilia nessa tarefa:

Este livro não é uma biografia de Neymar Jr. — ainda seria muito cedo para tanto. Este livro é um retrato, um perfil do jogador que fez renascer o espírito ousado, improvisador e altamente técnico dos grandes atacantes brasileiros, feito por um jornalista esportivo de primeiríssima linha. (COELHO 2014)

Sem dúvida, é justamente por isso que o livro apresenta como subtítulo a expressão “um perfil”. O provável editor, no texto da orelha da capa, reflete com propriedade sobre a questão do gênero textual biografia. Primeiro, de todas as obras analisadas, apenas duas se referem a um atleta ainda em atividade: além do “perfil” de Neymar, há também a biografia de Zico, de 1986. E tem sido comum a publicação desse tipo de obra, de “celebridades” muito jovens, em virtude da existência de um filão editorial. Certamente, o perfil situa o biografado até um ponto de sua vida e carreira, que está em processo de devir.

Dessa discussão em torno do gênero textual deriva também a próxima questão, que diz respeito à narrativa propriamente dita. Quando pensamos no sujeito da enunciação em uma biografia, partimos do pressuposto de que haveria predominância do foco narrativo em terceira pessoa, em que o biografado se tornaria, praticamente, uma instância correspondente a um protagonista romanesco, muitas vezes assumindo traços de heroicidade e de superação — são os casos de biografias como as de Friedenreich e Neymar —, mas também traços de tragicidade, como na reportagem biográfica sobre o goleiro Moacyr Barbosa ou na biografia de Heleno de Freitas.

Todavia, isso não se estabelece dessa forma, uma vez que o texto pode ser composto por mais de um foco narrativo. Dentre as obras estudadas, o principal exemplo é a biografia de Romário, uma vez que, como apontado anteriormente, ela se estrutura a partir de um mosaico de depoimentos, cada um contando com seu sujeito da enunciação, que, em geral, passa da terceira para a primeira pessoa, tornando-se intradieético, uma personagem da própria narrativa. Um exemplo evidente é a seguinte passagem da seção intitulada “Faltou união”, atribuída ao jogador Sávio (Sávio Bortolini Pimentel), com quem Romário atuou pelo Club de Regatas do Flamengo:

A convivência com Romário foi muito importante para mim. Jogamos juntos, praticamente, três anos, aprendi muito com ele e, também, tive a oportunidade de contribuir para que fizesse vários gols com bolas que lhe passava, certo de que sabia o que fazer com elas. A objetividade de Romário em campo era uma de suas virtudes. (PIMENTEL, 2009, p. 141)

Mais uma vez, evidencia-se, portanto, as limitações da própria definição de gêneros textuais dessa natureza. O mesmo vale para outras obras analisadas, como, por exemplo, *Preguinho: confissões de um gigante*, de Waldyr Barbosa Jr., que, além de depoimento de Waldyr Barbosa, o idealizador do projeto de publicação de um livro sobre o jogador, inclui depoimentos do próprio Preguinho, de familiares e jornalistas. Isso se aplica também a *Nunca houve um homem como Heleno*, de Marcos Eduardo Neves, que integra depoimentos de familiares e amigos de Heleno de Freitas, de jogadores, médicos e jornalistas. A reportagem biográfica *Barbosa: um gol faz cinquenta anos*, de Roberto Muiyler, também pode ser analisada por esse viés, uma vez que inclui depoimentos do próprio goleiro Moacyr Barbosa, de familiares, jogadores, jornalistas, e também do próprio autor. O mesmo ocorre em *Estrela solitária: um brasileiro chamado Garrincha*, de Ruy Castro, que inclui depoimentos de Garrincha, de familiares, jogadores e jornalistas. Outro exemplo desse tipo de ocorrência é *Rivellino*, de Maurício Noriega, que integra depoimentos do próprio jogador, de familiares, de outros jogadores e do próprio autor. A obra *Zico: uma lição de vida*, de Marcus Vinícius Bucar Nunes, também abre espaços para depoimentos do “Galinho de Quintino”, de familiares, jogadores, dirigentes e do próprio autor. Por fim, o livro *Sócrates: a história e as histórias do jogador mais original do futebol brasileiro*, do jornalista Tom Cardoso, integra depoimentos do “Doutor”, de treinadores, dirigentes, jornalistas e músicos.

Portanto, do conjunto de 18 obras analisadas, a metade evidencia o uso desse recurso de depoimentos em suas composições, tanto pelo caráter memorialístico e testemunhal, quanto pela natureza das fontes pesquisadas. Tal recurso, segundo Michael Pollak, pressupõe uma credibilidade (POLLAK, 1989, p. 13). Caberia, pois, estabelecer distinções entre os diversos depoimentos em cada obra, pois há aqueles que derivam de entrevistas gravadas, que, em termos metodológicos, guardam relações com a História Oral, como é o caso de *Romário*, de Marcus Vinícius Rezende de Moraes, mas há também aquelas obras em que os depoimentos se originaram de outras fontes, como, por exemplo, matérias publicadas na imprensa, cartas, gravações de programas de rádio e de TV etc. Aliás, um dado interessante relacionado a essa questão diz respeito ao gênero textual: das cinco autobiografias, quatro não utilizam o recurso de depoimentos, concentram-se no relato dos próprios jogadores — pelo menos, discursivamente, frente àquelas apontadas anteriormente, em que há certa indeterminação do

sujeito da enunciação —, e *Minha bola, minha vida*, autobiografia de Nilton Santos, inclui uma seção intitulada “Depoimentos” (SANTOS, 1998a, p. XV-XVIII), com breves notas dos campeões mundiais Gérson, Bellini, Zizinho e Vavá.

Neste ponto, entramos em uma nova questão, que diz respeito à anterior: as fontes. São nos itens que compõem parte da paratextualidade de cada obra que se pode chegar a algumas inferências sobre essa questão. Das 18 obras analisadas, a metade apresenta bibliografia que serviu de fonte para a construção dos relatos sobre cada jogador. Além destas, 17 obras contêm fotografias, com exceção da autobiografia de Paulo Roberto Falcão, *Histórias da bola: depoimento a Nilson Souza*, que utiliza várias ilustrações de Edgar Vasquez. E 11 obras incluem, como itens de paratextualidade, apêndices que trazem informações e dados estatísticos sobre a carreira de cada jogador, jogos, gols, conquistas etc. Tais apêndices também indicam fontes pesquisadas. Como nos lembra a historiadora Lucília Delgado, documentos como esses formam os vestígios de um determinado tempo passado (DELGADO, 2010, p. 36).

Entretanto, outros paratextos também podem aludir a prováveis fontes pesquisadas pelos biógrafos, como, por exemplo, em notas de agradecimento, presentes em 11 das 18 obras analisadas. Na obra *Charles Miller: o pai do futebol brasileiro*, em “Agradecimentos”, John Mills agradece “a Rubens Ribeiro, historiador da Federação Paulista de Futebol e autor de ‘O Caminho da Bola’, excelente compêndio da história dos campeonatos paulistas entre 1902 e 1952, recheado de anedotas e reminiscências do futebol paulista” (MILLS, 2005a, p. 5). Nas páginas finais de *Neco — o primeiro ídolo*, Antonio Roque Citadini (2001b, p. 187) inclui uma nota de “Agradecimentos”, que, entre outras, faz referências ao Arquivo do Estado de São Paulo e à Biblioteca Municipal Presidente Kennedy. E entre os paratextos de *Preguinho: confissões de um gigante*, Waldyr Barbosa Jr. inclui uma seção inicial de “Agradecimentos”, assinada também por Waléria Barbosa, em que reporta o seguinte:

A João Boltshauser, gerente do Flu-Memória, que nos permitiu de imediato acesso direto aos arquivos do clube, e ao funcionário Luiz Carlos Pereira, o Luizinho, há mais de 40 anos prestando serviços ao clube, testemunha viva do caráter único de Preguinho, designado por João para nos acompanhar em busca de fotos e mais fontes que pudessem completar nosso trabalho;

A Alexandre Magno Barreto Berwanger, historiador do Fluminense por devoção e Tricolor do mais alto gabarito, por ter em conversa via rede social levantado a bola de incluir a relação completa dos jogos e gols marcados por Preguinho pelo Fluminense, o que certamente deu ainda mais relevância a esta singela homenagem a João Coelho Netto; [...] (BARBOSA JÚNIOR e BARBOSA, 2013, p. 9-10)

Além de “Agradecimentos”, o estudo revelou também a presença de outros paratextos nas diversas obras analisadas: “Introdução” (em cinco), “Apresentação” (em uma), “Prefácio” (em sete) e “Posfácio” (em uma), paratextos editoriais que nem sempre são assinados pelos autores das respectivas obras. No “Posfácio” da obra *Ronaldo: glória e drama do futebol globalizado*, o jornalista Jorge Caldeira assim relata sobre as dificuldades de acesso ao jogador e ao processo de elaboração de seu livro:

Sim, tentei falar com Ronaldo. Mas nunca passei da barreira de seus assessores. Enquanto tentava algo, fui juntando meu material de pesquisa, com a ajuda de minha competente sócia, Assahi Pereira Lima. Ela montou em poucos dias, com a ajuda de Kelly Mendes e Maria Silvia Lavieri Gomes, um gigantesco banco de dados sobre a carreira do jogador. Antes da informática, uma pesquisa como esta cobraria dois anos de trabalho; desta vez, foram duas semanas. (CALDEIRA, 2002a, p. 315)

Em geral, em paratextos não assinados pelo próprio autor da obra isso não ocorre, pois o foco passa a ser o biografado, como é o caso de *Sócrates: a história e as histórias do jogador mais original do futebol brasileiro*, de Tom Cardoso, que traz no início um “Prefácio” assinado pelo jornalista e escritor Mauro Beting, intitulado “Doutor eu não me engano” e marcado por um tom saudoso e intimista: “Aqui ta ruço, Doutor. Não to falando do Ruço, o volante cabeludo que fez um gol na invasão do Maracanã dois anos antes de você virar maloqueiro e sofredor, graças a Zeus! Ta difícil porque falta inteligência. Coragem. Técnica. Futebol. Falta você neste mundo” (BETING, 2014, p. 13). Enfim, em sua diversidade, os paratextos editoriais das obras analisadas nos permitem uma série de inferências que dizem respeito tanto à sua elaboração e composição, quanto aos próprios autores e aos biografados e autobiografados.

Considerações finais

O estudo sobre “Memória e Futebol no Brasil” nos permitiu concluir que as biografias se constituem como “gênero híbrido” (DOSSE, 2009, p. 55), bem como as autobiografias, uma vez que seus autores necessitam apelar para a imaginação diante do caráter lacunar de seus documentos e dos lapsos temporais, para entretecer seus textos. Assim, produzem uma “ilusão biográfica” (DOSSE, 2009, p. 208) como construto discursivo. Para além da indistinção epistemológica entre *mimesis* e vidas imaginárias, tal fato demonstra a complexidade que determinados livros de cunho memorialístico podem assumir frente a conceitos geralmente empregados para delimitar os respectivos gêneros, sobretudo no que diz respeito à narrativa enquanto construto discursivo.

A maior contribuição da pesquisa, em termos teóricos, foi colocar em foco os próprios limites dos conceitos referentes à autobiografia e à biografia enquanto gêneros textuais. Uma solução possível é adotar a categoria de “espaço (auto)biográfico” proposta pelo teórico francês Philipp Lejeune (2008, p. 16) e desenvolvida pela teórica argentina Leonor Arfuch (2009, p. 13), que inclui, justamente, obras de cunho memorialístico que não se deixam apreender como biografias ou autobiografias *stricto sensu*, resultando em uma indecidibilidade enquanto biografia, autobiografia, relato memorialístico, reportagem, perfil etc.

Sem dúvida, as obras estudadas constituem-se como “antídotos do esquecimento” (DELGADO, 2010, p. 42), expressão utilizada pela historiadora Lucília Delgado para refletir sobre obras de cunho memorialístico. Aliás, há um livro que não integrou o *corpus* de análise da pesquisa, mas que revela esse sentido no próprio título: *Friedenreich: Das vergessene Fußballgenie* (2009; Friedenreich: o gênio do futebol esquecido), do antropólogo alemão Martin Curi, obra ainda inédita em Português. Porém, o craque não está mais tão esquecido assim, uma vez que houve a publicação de *Friedenreich: a saga de um craque nos primeiros*

tempos do futebol brasileiro (2012), de Luiz Carlos Duarte, e há a esperança de que o editor César Oliveira consiga, finalmente, encontrar patrocínio para publicar a autobiografia de “El Tigre”.

A análise das obras memorialísticas em sua tessitura tanto como “textos referenciais” (LEJEUNE, 2008, p. 43), quanto como construtos discursivos, revelou que, por exemplo, no caso de biografias, para se estabelecer um pacto de veracidade, em que, supostamente, haveria a falta de acesso à “vida interior” do biografado, isso nem sempre se comprova na prática, pois alguns autores escrevem sobre os biografados como se esses fossem personagens romanescos. Exemplo maior disso é a célebre biografia de Garrincha, de Ruy Castro, onde encontramos frases como as seguintes: “Ao olhar ao redor em Bangu, Garrincha sentiu-se como que de volta ao útero. Viu-se novamente numa vila operária, cercado de gente nascida e criada em torno de uma fábrica.” (CASTRO, 1995, p. 454).

Por fim, ressalta-se também o trabalho fundamental com paratextos editoriais — título, subtítulo, fotografias, gráficos, tabelas, prefácio, posfácio, apresentação, agradecimentos, dedicatória, apêndices, ilustrações, epígrafes, orelha de capa etc. —, no intuito de se ter acesso a diversas informações sobre a concepção da obra, a possível documentação consultada, o contexto histórico e de produção da obra, a relação do biógrafo com o biografado etc. Como, certa vez, afirmou Philippe Lejeune (2008, p. 43), eles são a “franja do texto impresso que, na realidade, comanda toda a leitura”. Assim, foi possível lidar com o amplo *corpus* de análise em sua riqueza, na tentativa de se analisar os vestígios memorialísticos de mais de um século do futebol brasileiro.

Referências

Literatura Primária

ALTMAN, Fábio. O prazer por personagens difíceis. In: CARDOSO, Tom. *Sócrates: a história e as histórias do jogador mais original do futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2014, p. 11-12.

BARBOSA, Waldyr. Comentários do idealizador sobre o projeto. In: BARBOSA JÚNIOR, Waldir. *Preguinho: confissões de um gigante*. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 2013, p. 15-18.

BARBOSA JÚNIOR, Waldir. *Preguinho: confissões de um gigante*. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 2013.

BARBOSA JÚNIOR, Waldir; BARBOSA, Waléria. Agradecimentos. In: BARBOSA JÚNIOR, Waldir. *Preguinho: confissões de um gigante*. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 2013, p. 9-10.

BETING, Mauro. Doutor, eu não me engano. In: CARDOSO, Tom. *Sócrates: A história e as histórias do jogador mais original do futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p. 13-15.

CALDEIRA, Jorge. Posfácio. In: CALDEIRA, Jorge. *Ronaldo: glória e drama do futebol globalizado*. Rio de

Janeiro: Lance!; São Paulo: Ed. 34, 2002a, p. 315-316.

CALDEIRA, Jorge. *Ronaldo: glória e drama do futebol globalizado*. Rio de Janeiro: Lance!; São Paulo: Ed. 34, 2002b.

CARDOSO, Tom. *Sócrates: a história e as histórias do jogador mais original do futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2014.

CASTRO, Ruy. Agradecimentos. In: CASTRO, Ruy. *Estrela solitária: um brasileiro chamado Garrincha*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995a, p. 489-493.

CASTRO, Ruy. *Estrela solitária: um brasileiro chamado Garrincha*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995b.

COELHO, Paulo Vinícius. *O planeta Neymar: um perfil*. São Paulo: Ed. Paralela, 2014.

CITADINI, Antonio Roque. Introdução. In: CITADINI, Antonio Roque. *Neco – o primeiro ídolo*. São Paulo: Geração Editorial, 2001a, p. 7-8.

CITADINI, Antonio Roque. *Neco – o primeiro ídolo*. São Paulo: Geração Editorial, 2001b.

CURI, Martin. *Friedenreich: Das vergessene Fußballgenie*. Göttingen: Die Werkstatt, 2009.

DUARTE, Luiz Carlos. *Friedenreich: a saga de um craque nos primeiros tempos do futebol brasileiro*. São Caetano do SUL, SP: Casa Maior Editora, 2012.

FALCÃO, Paulo Roberto; SOUZA, Nilson. *Histórias da bola*. Porto Alegre: L&PM, 1996.

FARIA, Romário de Souza. Auto-retrato. In: MORAES, Marcus Vinicius Rezende de. *Romário*. Rio de Janeiro: Altadena, 2009, p. 11-17.

MACIA, José (Pepe). *Bombas de alegria: meio século de histórias do canhão da vila – José Macia, Pepe*. Santos, SP: Realejo Edições, 2006.

MILLS, Agradecimentos. In: MILLS, John Robert. *Charles Miller: o pai do futebol brasileiro*. São Paulo: Panda Books, 2005a, p. 5-7.

MILLS, John Robert. *Charles Miller: o pai do futebol brasileiro*. São Paulo: Panda Books, 2005b.

MORAES, Marcus Vinicius Rezende de. Agradecimentos. In: MORAES, Marcus Vinicius Rezende de. *Romário*. Rio de Janeiro: Altadena, 2009, p. 5.

MORAES, Marcus Vinicius Rezende de. Marcado para vencer. In: MORAES, Marcus Vinicius Rezende de. *Romário*. Rio de Janeiro: Altadena, 2009a, p. 18-22.

MORAES, Marcus Vinicius Rezende de. *Romário*. Rio de Janeiro: Altadena, 2009b.

MUYLAERT, Roberto. *Barbosa: um gol faz cinquenta anos*. São Paulo: RMC Comunicação, 2000.

NASCIMENTO, Edson Arantes do. Obrigado. In: NASCIMENTO, Edson Arantes do. *Pelé, a autobiografia*. red. Orlando Duarte e Alex Bellos, trad. Henrique Amat Rêgo Monteiro, Rio de Janeiro: Sextante, 2006a, p. 7. (título original: *My Autobiography*; 2006)

NASCIMENTO, Edson Arantes do. *Pelé, a autobiografia*. red. Orlando Duarte e Alex Bellos, trad. Henrique Amat Rêgo Monteiro, Rio de Janeiro: Sextante, 2006b. (título original: *My Autobiography*; 2006)

NEVES, Marcos Eduardo. *Nunca houve um homem como Heleno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NORIEGA, Mauricio. *Rivellino*. São Paulo: Contexto, 2015.

NUNES, Marcus Vinicius Bucar. *Zico: uma lição de vida*. Brasília: Offset Editora, 1986.

PIMENTEL, Sávio Bortolini. Faltou união. In: MORAES, Marcus Vinicius Rezende de. *Romário*. Rio de Janeiro: Altadena, 2009, p. 141-142.

SANTOS, Nilton. Depoimentos. In: SANTOS, Nilton. *Minha bola, minha vida*. Rio de Janeiro: Gryphius, 1998a, p. XV-XVIII.

SANTOS, Nilton. *Minha bola, minha vida*. Rio de Janeiro: Gryphius, 1998b.

TOSTÃO. *Tostão: Lembranças, opiniões, reflexões sobre futebol*. São Paulo: DBA, 1997.

Literatura Subsidiária I – Memória, História, Biografia e Autobiografia

ARFUCH, Leonor. O espaço biográfico na (re)configuração da subjetividade contemporânea. In: GALLE, Helmut et al. (orgs.). *Em primeira pessoa: abordagens de uma teoria da autobiografia*. São Paulo: Annablume; Fapesp; FFLCH, USP, 2009, p. 113-121.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad. Paulo Soethe, Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2011.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. 2. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Trad. Gilson César Cardoso de Souza, São Paulo: Edusp, 2009.

GALLE, Helmut et al. (orgs.). *Em primeira pessoa: abordagens de uma teoria da autobiografia*. São Paulo: Annablume; Fapesp; FFLCH, USP, 2009.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. trad. Beatriz Sidou, São Paulo: Centauro Editora, 2004.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges, Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003, p. 419-476.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

MOULIN, Joanny. Introduction: Towards Biography Theory. *Cercles*. N. 35, p. 1-11, 2015. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01078127/document>. Acesso em: 30 jun. 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 2-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: http://reviravoltadesign.com/080929_raiaviva/info/wp-gz/wp-content/uploads/2006/12/memoria_e_identidade_social.pdf; Acesso em: 08 jul. 2009.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François et al., Campinas, SP: Ed. Da Unicamp, 2007.

6.3. Literatura Subsidiária II – História e Memória do Futebol Brasileiro

BELLOS, Alex. *Futebol: The Brazilian Way of Life*. London: Bloomsbury, 2002.

FONTES, Paulo; HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de (org.). *The Country of Football: Politics, Popular Culture, and the Beautiful Game in Brazil*. London: Hurst & Company, 2014.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FREITAS, Bruno. Autobiografia perdida de Friedenreich leva “não” do São Paulo e espera patrocínio. *UOL Esporte: futebol*. São Paulo, 10 jul. 2013. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2013/07/10/autobiografia-perdida-de-friedenreich-leva-nao-do-sao-paulo-e-espera-patrocinio.htm>. Acesso em: 07 abr. 2020.

GOLDBLATT, David. *Futebol Nation: A Footballing History of Brazil*. London: Penguin Books, 2014.

GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país*. São Paulo: Contexto, 2009.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. v. II, Trad. Mauro W. B. de Almeida. São Paulo: Edusp, 1974.

PASOLINI, Pier Paolo. “Il calcio ‘é’ un linguaggio con i suoi poeti e prosatori”, In: PASOLINI, Pier Paolo. *Saggi sulla letteratura e sull’arte*, Vol. II, Milano: Meridiani Mondadori, 1999, p. 2545-2551.

PEDROSA, Milton. *Gol de letra: o futebol na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Gol, 1967.

PIAZZI, Giulia Sampaio. *Esporte de massa como objeto de nicho: Uma análise editorial do mercado de livros de futebol*. TCC, Belo Horizonte: CEFET-MG, 2015.

RODRIGUES, Nelson. A pátria em chuteiras (*O Globo*, 02 jun. 1976). In: RODRIGUES, Nelson. *A pátria em chuteiras: novas crônicas de futebol*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 179-181.

RODRIGUES, Nelson. *A pátria em chuteiras: novas crônicas de futebol*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

RODRIGUES FILHO, Mario. *O negro no futebol brasileiro*. 4. ed., Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

WISNIK, José Miguel. *Veneno Remédio: o futebol e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RECEBIDO EM: 30/03/2020

APROVADO EM: 13/04/2020

PERSONAGENS DA REDE: INDIVÍDUOS, POSIÇÕES SOCIAIS E IDENTIDADES CONSTRUÍDAS POR MEIO DO TURNEN NO RIO GRANDE DO SUL

Network Charactersn: individuals, social positions and identities built through Turnen in Rio Grande do Sul

Alice Beatriz Assmann¹

Ester Liberato Pereira²

Janice Zarpellon Mazo³

RESUMO

Este estudo histórico cultural aborda as figurações e redes de interdependência do movimento *Turnen*, notadamente, em clubes e escolas teuto-brasileiras no estado do Rio Grande do Sul (RS), Brasil. Como prática cultural marcadamente germânica, o *Turnen* se desenvolveu em localidades do Rio Grande do Sul habitadas por imigrantes alemães e seus descendentes. Nesta direção, o objetivo deste artigo foi apreender as relações de indivíduos singulares e grupos estratégicos que ocuparam a rede diretiva de uma figuração do *Turnen* no Rio Grande do Sul, entre as décadas de 1870 e 1920. Afora a revisão bibliográfica, foram coletados e analisados indícios em documentos impressos, utilizando, como base teórica para a escrita dessa narrativa histórica, os preceitos da História Cultural e categorias da análise figuracional desenvolvidas pelo sociólogo Norbert Elias, especificamente, de figuração, redes de interdependência e equilíbrio de tensões. Por meio da interpretação dos indícios, evidenciaram-se grupos que ocuparam posições centrais, bem como unidades de indivíduos que ocuparam posições estratégicas dentro do grupo de pertencimento. Estes eram, frequentemente, homens teuto-brasileiros, compondo um universo masculino, que se pretendia como tal. O movimento *Turnen*, assim, era estruturado por meio do associativismo, em um modelo hierárquico de funções, no qual cada indivíduo pertencia a redes de interdependências, mas em constante dinâmica e oscilação. Portanto, nessa figuração, indivíduos assumiram determinados papéis sociais, a fim de manter o equilíbrio das tensões necessárias à manutenção do *status quo* desejado.

Palavras-chave: História; Ginástica; Esporte.

1 Professora dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Divinópolis. E-mail: alice.assmann@gmail.com.

2 Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/Unimontes). Professora dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Coordenadora do Grupo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física (GEHEF) do Laboratório de Estudo, Pesquisa e Extensão do Lazer (LUDENS). E-mail: ester.pereira@unimontes.br.

3 Professora da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: janice.mazo@ufrgs.br.

ABSTRACT

This historical cultural study addresses the figures and interdependence networks of *Turnen* movement, notably in clubs and schools in the state of Rio Grande do Sul (RS), Brazil. As a markedly German cultural practice, *Turnen* was developed in localities in RS inhabited by German immigrants and their descendants. In this sense, the objective of this article was to apprehend the relations of singular individuals and strategic groups that occupied the directive network of a *Turnen* figuration in Rio Grande do Sul, between the decades of 1870 and 1920. Apart from the bibliographic review, evidence was collected and analyzed on printed documents, using as theoretical basis for the writing of this historical narrative, the precepts of Cultural History and the categories of figuration analysis developed by the sociologist Norbert Elias, specifically of figuration, networks of interdependence and balance of tensions. Through the interpretation of the evidence, groups that occupied central positions were highlighted, as well as units of individuals who occupied strategic positions within the group of belonging. These are often German-Brazilian men, composing a male universe, which was intended as such. The *Turnen* movement, therefore, was structured through associativism, in a hierarchical model of functions, in which each individual belonged to networks of interdependencies, but in constant dynamics and oscillation. Therefore, in this figuration, individuals assumed certain social roles in order to maintain the balance of the tensions necessary to maintain the desired *status quo*.

Keywords: History; Gymnastics; Sport.

Introdução

Na contextura desta pesquisa, propõe-se uma narrativa histórica que busca conferir inteligibilidade a uma rede complexa: o movimento *Turnen* no Rio Grande do Sul (RS), Brasil. O *Turnen*, nesta pesquisa, é acompanhado de artigo masculino, pois é compreendido como um fenômeno que abrange um repertório mais amplo do que é possível apreender com a expressão “ginástica”, como é comumente traduzido. Além das atividades sociais desenvolvidas nas e pelas sociedades de *Turnen* do Rio Grande do Sul, muitas introduziram, para além da ginástica, práticas esportivas como o tiro ao alvo, o bolão, o punhobol, a natação, o atletismo, o tênis e o futebol (ASSMANN; MAZO; SILVA, 2018; ASSMANN; MAZO, 2017; MAZO et al., 2012; KILPP, ASSMANN; MAZO, 2014). Ademais, como prática cultural, o *Turnen*, no mesmo passo em que representa, produz representações culturais de uma identidade étnica alemã e/ou teuto-brasileira no sul do Brasil. Neste texto, entre os muitos arranjos que podem compor a

teia de relações do *Turnen*, exploramos a sua figuração⁴ em clubes e escolas teuto-brasileiras. Mais especificamente, discurremos a propósito de personagens da rede e suas posições sociais na figuração do movimento *Turnen* no RS. Nomeadamente, expomos nomes e funções de personagens que participaram da rede diretiva dessa figuração, assinalada como um universo masculino, cujo elemento comum era ser homem, fundamentalmente, alemão ou teuto-brasileiro⁵.

Como prática cultural marcadamente germânica, o *Turnen* se desenvolveu em lugares habitados por imigrantes alemães e seus descendentes. Este contingente migratório começou a chegar, ao sul do Brasil, em meados do século XIX, compondo colônias e núcleos de alemães em distintos locais do Rio Grande do Sul (ASSMANN, 2019). Nessas localidades, foram organizadas escolas e instituições clubísticas, dentre as quais salientamos as *Turnverein* ou, na tradução para o português, sociedades de ginástica, a partir dos anos de 1870.

Perante tais considerações, este estudo objetiva apreender as relações de indivíduos singulares e grupos estratégicos que ocuparam a rede diretiva de uma figuração do *Turnen* no Rio Grande do Sul, entre as décadas de 1870 e 1920. A baliza temporal desta investigação abrange desde a emergência das instituições clubísticas de ginástica (WIESER, 1990) e a progressiva expansão de escolas criadas e mantidas por imigrantes alemães e seus descendentes, onde praticava-se o método ginástico alemão (KREUTZ, 1994), até a década de 1920, período pós-adversidades desencadeadas pela I Guerra Mundial (1914-1918). Nesse momento, embates acerca de um abrasileiramento das instituições teuto-brasileiras rondavam o imaginário social do Rio Grande do Sul (SEYFERTH, 2017; RAMOS, 2000) e um método oficial de ensino de Educação Física para as escolas brasileiras foi decretado: o método francês (MARINHO, 1980).

De modo a contemplar o objetivo proposto de compor uma narrativa historiográfica acerca da figuração do *Turnen* no RS e suas redes de interdependência (ELIAS, 1997; 2001), foi realizada uma revisão bibliográfica em livros, artigos, teses e dissertações a respeito do fenômeno analisado e coletados indícios em documentos impressos (LUCA, 2010; BURKE, 2004). Esta pesquisa insere-se no campo de investigação da História do Esporte e da Educação Física e pretendeu produzir um diálogo entre os preceitos da História Cultural – na qual se fundamenta nossa perspectiva historiográfica – e as categorias da análise figuracional desenvolvidas pelo sociólogo Norbert Elias, nomeadamente, de figuração, redes de interdependência e equilíbrio de tensões.

Os documentos impressos coletados foram atas, estatutos, edições comemorativas de aniversário das associações, de localidades, de festividades, e jornais. Os jornais impressos e os recortes de jornais eram redigidos em língua portuguesa e em idioma alemão no período da pesquisa. Os jornais *A Federação* e *A Discussão* foram coletados a partir da plataforma da Hemeroteca Digital Brasileira. As reportagens do jornal *Kolonie*, veiculado inteiramente em idioma alemão até 1917, foram coletadas no acervo do CEDOC UNISC. Recortes de jornais,

4 Apesar de muitas traduções que definem o termo “*Figuration*”, como cunhado por Norbert Elias, como “configuração”, optamos, nesse estudo, por utilizar a tradução “figuração” (ELIAS, 1997; 2001).

5 O termo teuto-brasileiro é utilizado para designar os imigrantes e descendentes de alemães no Brasil. A fim de legitimar uma identidade teuto-brasileira, um conjunto de representações e símbolos foi apropriado pelos sujeitos que partilhavam tal identidade cultural étnica (SEYFERTH, 1992). Este conjunto foi chamado de germanismo, ou, *Deutschtum*. Desta forma, também sugere um discurso que busca a produção de um todo homogêneo, definindo o que está incluído ou excluído culturalmente do grupo. A língua, a religião, o *Turnen*, fazem parte desse discurso.

fotografias, relatórios anuais, dentre outros documentos, foram coletados no acervo Benno Mentz do DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS. Quando possível, os indícios foram fotografados, sem *flash*, para preservação deles e posterior organização e manuseio. Dos exemplares coletados, foram selecionadas informações que condissessem com as categorias: *Turnen*, sociedade/clube de ginástica, escola alemã/teuto-brasileira.

Na teia que compõe a figuração do Movimento *Turnen* no RS, evidenciamos grupos que ocupam posições centrais, bem como indivíduos singulares que ocupam posições estratégicas dentro do grupo. Ainda encontramos personagens que fazem parte dessa engrenagem e que ocupam as posições sociais que lhes são possíveis dentro da figuração em que estão inseridos, o que não significa que tais posições não estejam permanentemente em tensão. As figurações, afinal, são compostas por “unidades de indivíduos relacionados entre si, ligados uns aos outros”, por elos emocionais, culturais, políticos e sociais (ELIAS, 2001, p. 67). Embora com oscilações, o balanceamento do equilíbrio das tensões está constantemente sendo negociado. De tal modo, trata-se de desenhar linhas “de correlação entre os atos e realizações de atores da história, conhecidos por seus nomes, e a estrutura dos grupos sociais em que eles ganham sentido” (ELIAS, 2001, p. 42). Os personagens que compõem os grupos e assumem posições de liderança na figuração do *Turnen* e, portanto, têm o papel de manter o *status quo* desejado são, frequentemente, homens, compondo um universo masculino, que se pretendia como tal.

O arcabouço da narrativa que expomos neste artigo, bem como suas divisões, procura decifrar os fios que compõem as redes da figuração do movimento *Turnen* no Rio Grande do Sul, a partir da interpretação das informações analisadas. A despeito do empenho para tal desígnio, salienta-se que, nessa rede, o embaraço dos nós e o emaranhado das conexões, próprios de um processo social complexo, tornaram a constituição da teia um desafio estrutural. Contudo, como estratégia de composição, determinamos dois tópicos, afora as concisas considerações iniciais e finais da pesquisa. No primeiro tópico, “Rede diretiva: um espaço de homens para homens”, buscamos mostrar, ao(à) leitor(a), nomes e papéis de personagens que participaram da rede diretiva dessa figuração, distinguida como um universo masculino, cujo componente comum era ser homem, identificado como alemão ou teuto-brasileiro. No segundo, intitulado “Formação dos jovens alemães: é preciso aprender a liderar”, procuramos abarcar arranjos e estratégias utilizados na formação dos jovens que deveriam ocupar papéis de liderança na figuração do *Turnen*. Assim, nos tópicos que seguem, apresentamos os resultados da operação historiográfica empreendida nessa pesquisa.

Rede diretiva: um espaço de homens para homens

A ginástica emergiu nos estados alemães como uma prática corporal que, além de ser vista como um meio de constituição de corpos fortes e saudáveis, seria capaz de unir uma nação. No início do século XIX, quando essa prática foi idealizada, a Alemanha não era um território unificado. Este processo apenas foi concluído no ano de 1871, com a fundação do Império Alemão, sob a liderança do Reino da Prússia. Nesse contexto, apareceram ideias e concepções sobre educação, unidade nacional, patriotismo e a vontade de lutar por uma pátria unificada. Dentre essas concepções, está o *Turnen*, como movimento comprometido politicamente e cujo objetivo central era preparar homens fortes para lutar pelo país (HOFMANN, PFISTER, 2004).

Na historiografia alemã e brasileira acerca do *Turnen*, a figura mais afamada é Friederich Ludwig Jahn, reconhecido como *Turnvater*, o “pai da ginástica”. A ginástica, a partir dos preceitos de Jahn, espalhou-se pelos estados alemães e culminou na criação de diversos espaços voltados à prática cultural do *Turnen*. Desde o seu estabelecimento e ao longo de décadas, eram nomeadas de *Turnverein*, termo do idioma alemão que, na tradução para a língua portuguesa, significa sociedade de ginástica. Para estas entidades associativas, assim como para aquelas fundadas no Rio Grande do Sul, tempos depois, Jahn era símbolo de uma identidade nacional alemã. Entre as práticas agenciadas nesses espaços, a ginástica era privilegiada pelos precursores das sociedades de ginástica, especialmente relacionada a discursos étnico-culturais. Contudo, como mencionado, outras modalidades foram apropriadas como possibilidade de prática esportiva no decorrer das décadas que perpassam esse estudo. A este encontro, vale a ressalva de Krüger (2013), em seu estudo acerca da ginástica e do esporte na Alemanha:

At this point, a short and summarising comment is appropriate with respect to the distinguishing terms of Turnen, gymnastics and sports. Turnen expressed the notion of bodily games and exercises in the tradition of Jahn's Turner movement. In this sense, everything, even English sports and games could be or become Turn-exercises and games. A precondition was that they were played in the spirit of German Turnerism for the people and the fatherland (KRÜGER, 2013, p.1595)⁶.

Tais práticas foram especialmente impulsionadas pela *Turnverein* mais antiga do estado do Rio Grande do Sul e que, até os dias de hoje, permanece em atividade, oferecendo diversos esportes para os associados. A primeira sociedade de ginástica do estado do Rio Grande do Sul foi inaugurada no dia seis de novembro de 1867, na capital Porto Alegre, denominada como *Deutscher Turnverein* de Porto Alegre (Sociedade Alemã de Ginástica de Porto Alegre). Em 1892, após reestruturações, esta entidade passou a responder pela denominação *Turnerbund*. Desde então, entidades voltadas para a prática da ginástica pelo método alemão (*Turnen*) espalharam-se por diferentes localidades do estado. Entre 1860 e 1920, Assmann (2019) contabilizou 34 sociedades de ginástica criadas e mantidas por imigrantes e descendentes de alemães no estado do Rio Grande do Sul. Estudos apontam para o associativismo teuto-brasileiro como uma “mania” alemã (RAMBO, 2005), “um prazer em agrupar-se” (ROCHE, 1969) em entidades sociais. Para Mazo (2007, p. 494), as associações esportivas podem ser vistas “como um mecanismo de afirmação da identidade cultural teuto-brasileira” e expressão de uma consciência coletiva do grupo.

No final do século XIX, quando já havia certa quantidade de sociedades de ginástica espalhadas em localidades do Rio Grande do Sul, foi instituída a *Deutsche Turnschaft von Rio Grande do Sul* (Federação Alemã de Ginástica do Rio Grande do Sul), em 20 de outubro de 1895, pela iniciativa de J. Aloys Friederichs, então presidente da *Turnerbund* de Porto Alegre. A Federação tinha, como intuito, integrar as sociedades de ginástica, incrementar a organização

6 Neste ponto, um comentário breve e resumido é apropriado com relação aos termos distintivos de *Turnen*, ginástica e esportes. *Turnen* expressou a noção de jogos e exercícios corporais na tradição do movimento Turner de Jahn. Nesta direção, tudo, até esportes e jogos ingleses, podem ser ou se tornar exercícios e jogos de *Turnen*. Uma pré-condição era que eles fossem praticados no espírito do *Turnerismo* alemão para o povo e a pátria (KRÜGER, 2013, p.1595, tradução nossa).

de novas e difundir representações culturais étnicas. Participaram da fundação desta entidade⁷, além da *Turnerbund*, as sociedades de ginástica de São Leopoldo, Lomba Grande, Novo Hamburgo, Santa Cruz e Campo Bom (GESCHICHTE..., 1929).

O movimento *Turnen* era estruturado por meio do associativismo, em um modelo hierárquico de funções, no qual cada indivíduo pertencia a determinadas redes de interdependências, mas em constante dinâmica e oscilação. Nessas redes, as funções de controle, comando e prestígio social eram ocupadas por homens. Até mesmo a ginástica, aos moldes de Jahn, pensada e executada primeiramente por eles, era um universo masculino. Ainda era uma figuração de indivíduos alemães ou “estrangeiros” aceitos no grupo, brancos, majoritariamente de boa condição financeira, e que se enquadravam nos padrões exigidos pelo grupo social. No movimento *Turnen*, no Rio Grande do Sul, encontramos, na direção e nos cargos oficiais das sociedades de ginástica, nomes e sobrenomes de homens alemães e/ou de seus descendentes. No período histórico demarcado para fins desse estudo, não foram evidenciadas, nos documentos acessados, mulheres nas posições de presidente, secretária, tesoureira, *Turnwart* ou *Turnlehrer*. Aquelas que eram citadas ocupavam funções de esposa, mãe, filha, acompanhante, praticante, além das poucas mulheres que se tornaram *Vorturnerinnen* (monitoras).

Na rede diretiva, a *Turnerbund* de Porto Alegre assumiu papel de centralidade, embora, oficialmente, esta representação fosse associada à *Deutsche Turnerschaft von Rio Grande do Sul* (Federação Alemã de Ginástica do Rio Grande do Sul), após o ano de 1895, quando se estabeleceu. Todavia, tal entidade era dirigida, especialmente, por indivíduos pertencentes à *Turnerbund* de Porto Alegre. Os indícios encontrados levam a crer que, através da *Deutsche Turnerschaft*,⁸ pretendia-se assegurar o equilíbrio de tensões, condição relevante para a manutenção do *status quo* e para os interesses do grupo central, vinculado à *Turnerbund* de Porto Alegre.

Na literatura consultada e, também, nos documentos analisados, um personagem aparece em saliência nas histórias da *Turnerbund* e da *Turnerschaft*: Jacob Aloys Friederichs. Personagem que, na figuração específica, assumia posição de poder no grupo central e, por conseguinte, na figuração do *Turnen*. Assim como assevera Sandra Pesavento (2004, p. 41), citando Pierre Bourdieu, Aloys Friederichs e a rede diretiva do movimento *Turnen*, no RS, detinham o “poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo”, exercendo funções de controle sobre as atitudes, os comportamentos, os gostos, os valores e os papéis sociais adequados àqueles que pertenciam e/ou desejavam pertencer ao grupo. Através de representações culturais étnicas e modos específicos de coações, buscavam impor uma “maneira de dar a ver o mundo” e uma maneira de portar-se nesse mundo (PESAVENTO, 2004, p. 41).

Jacob Aloys Friederichs é apontado por diferentes autores (WIESER, 1990; TESCHE, 2011; HOFMEISTER, 1986; SILVA, 2005b) como principal incentivador do movimento *Turnen*, compreendido em sua singularidade enquanto prática cultural germânica no Rio Grande do Sul. Dentre os estudos localizados sobre Aloys Friederichs (1868 - 1950), destacamos a tese de Haike da Silva (2005b), a qual alude à sua biografia e ao papel desempenhado por

7 Consta, no Livro Comemorativo da VII Festa da Ginástica, datado de 1929, que as sociedades de ginástica das localidades de Taquara e Villa Germânia (Candelária) foram convidadas, mas que não compareceram na reunião (GESCHICHTE..., 1929). Apesar da existência de uma sociedade de ginástica que visava confederar as demais entidades coirmãs e comandar o movimento *Turnen* no Rio Grande do Sul, nem todas eram filiadas à *Turnerschaft* (FESTSCHRIFT, 1929). Dentre essas, mencionamos a Sociedade de Ginástica de Pelotas, fundada no dia sete de julho de 1896.

8 Em 1929, eram filiadas, à Federação, sociedades de ginástica de 15 localidades do Rio Grande do Sul.

ele enquanto liderança associativa e étnica no sul do Brasil. Esta tese, no entanto, apresenta um cenário mais amplo acerca do associativismo e das histórias da *Turnerbund* de Porto Alegre. Como presidente da entidade por mais de 30 anos⁹ (1892-1929), Aloys Friederichs é apontado como influência étnica, junto aos teuto-brasileiros, que proferia discursos de forte caráter germanista. Haike da Silva (2005b, p. 222) refere-se às décadas presididas por Aloys Friederichs, na *Turnerbund* de Porto Alegre, como um “reinado”, construído sob a égide da afirmação identitária teuto-brasileira. Os vínculos com a pátria brasileira estavam, para ele, estreitamente ligados aos vínculos com a cultura alemã. Desse modo, ser um “bom brasileiro” significava ser um “bom alemão”.

Jacob Aloys Friederichs imigrou ao Brasil em 1884, aos 16 anos de idade, chegando ao Rio de Janeiro e, posteriormente, a Porto Alegre, cidade que chamava de lar na “grande terra brasileira”, como afirmou o imigrante (SILVA, 1997, p. 55). Em 1889, após a Proclamação da República, adquiriu cidadania brasileira, referindo-se ao Brasil como “Pátria adotiva”, “lar escolhido e grangeado pelo trabalho”, além de uma prova de “caráter e coração” (SILVA, 1997, p. 55). Seu pertencimento à comunidade de sangue, a alemã, foi, contudo, mantido e exacerbado em seus discursos, posicionamentos e atitudes. Segundo Silva (2005b, p. 150), o pertencimento à nação alemã estava fundamentado em dois princípios: “fidelidade e virtude”. Esses princípios eram afirmados no modo de ser alemão, no uso do idioma, na manutenção dos costumes, na vitalidade física do alemão, na capacidade para o trabalho, [...] virtudes que deveriam ser cultivadas em favor da nova pátria, a pátria brasileira”.

A posição de Aloys Friederichs enquanto líder da comunidade teuto-brasileira, no Rio Grande Sul, foi especialmente construída no associativismo ginástico. Ingressou como associado na sociedade de ginástica de Porto Alegre em 1888 e, desde então, foi se consolidando no meio comunitário “alemão” e assumindo uma posição social de liderança. Em 1892, foi tesoureiro e, já no ano seguinte, presidia a *Turnerbund* de Porto Alegre. Para Silva (2005b), o engajamento de Aloys Friederichs na sociedade de ginástica pode estar associado a modelos familiares, tendo em vista que o irmão mais velho já estava integrado à comunidade étnica alemã por meio de associações locais, como, também, pelo despertar do interesse através de festividades promovidas pela entidade ao público local. Ainda, as informações levam a crer que o desejo e a adesão de Aloys Friederichs à sociedade estão relacionados à pretensão de ascensão social através da representação de sujeito que é partícipe da “boa sociedade” local. E, além de partícipe, se coloca como a própria representação da “boa sociedade”.

Friederichs não p recia interessado em ser “apenas” um praticante de ginástica (ginasta) ou um associado “comum”. Sua rápida ascensão no clube foi, também, uma escolha como sujeito singular por integrar posições sociais compreendidas como elevadas. Afinal, “a ‘oportunidade de grandes realizações’ individuais [...] dependeu durante muito tempo do fato de um indivíduo pertencer a grupos de elite específicos, ou da possibilidade de encontrar uma via de acesso a esses grupos” (ELAS, 2001, p. 42). Na sociedade ginástica, atuou em cargos administrativos, até alcançar o cargo máximo na instituição. Como líder da sociedade de ginástica da capital, fomentou a criação de uma instituição que congregaria as demais sociedades de ginástica, ficando os deveres e direitos dos associados de diversas localidades sob a sua tutela. Sua influência/poder se fortaleceu com a criação da *Deutsche Turnerschaft*

9 Foi presidente da *Turnerbund* nos seguintes períodos: 1893 a 1897; 1901 a 1914; 1917 a 1929 (SILVA, 2005b).

von Rio Grande do Sul (Federação Alemã de Ginástica do Rio Grande do Sul), “instituição por meio da qual fazia alcançar seu discurso a outras sociedades do gênero no Estado” (SILVA, 2005a, p. 152). De tal modo, foi instituída uma entidade oficial de comando às sociedades de ginástica do estado, onde a liderança e as pretensões de Aloys Friederichs eram legitimadas e poderiam ser alaistradas para outros espaços e indivíduos.

O papel social de Aloys Friederichs está intimamente ligado aos seus interesses pessoais. Silva (2005b) salienta o modo centralizador e paternalista com que tratava das atividades da sociedade de ginástica. As histórias do presidente/líder se emaranham às histórias da *Turnerbund*, processos que “caminham de mãos dadas” (ELIAS, 2001, p. 45); afinal, sociedade e indivíduo não são categorias que dizem respeito a “duas substâncias distintas e estáveis [...] independentes em sua existência” (ELIAS, 2001, p. 45). Um – a pessoa singular – influi no outro – a sua posição social, ou seja, as dinâmicas na posição social influem nas dinâmicas individuais, e vice-versa.

Além da *Turnerschaft*, Aloys Friederichs também fundou a *Schwimmbadverband*¹⁰ (Federação de Natação), em 1899, e a *Bismarckrunde* (Círculo de Bismarck), em 1909. Esta última caracterizava-se como uma associação destinada a “perpetuar a memória do “grande chanceler” (TELLES, 1974, p. 70), reunindo-se, anualmente, para celebrar o aniversário de Otto von Bismarck. Aloys Friederichs foi, também, atuante na *Verband Deutscher Vereine* (Federação das Sociedades Alemãs), entidade criada em 1886, que buscava garantir, através da organização do associativismo local, “a índole alemã”, a germanidade e os “direitos tanto dos indivíduos como dos grupos” (RAMBO, 1999, p. 304). Outras sociedades, nas quais Aloys Friederichs fez parte da diretoria, são a *Deutsche Hilfsverein* (Associação Alemã Beneficente) e a *Gemeinnütziger Verein* (Sociedade de Amparo Mútuo).

Como sócio honorário, consta, também, nas *Turnvereine* (sociedades de ginástica) de São Sebastião do Caí, Montenegro e Hamburgo Velho, do *Club de Regatas Guaíba*, da *Schützen-Verein* (sociedade de atiradores) “*Eintracht*” de Cachoeira do Sul, da Sociedade Leopoldina de Porto Alegre, e, em 1928, se torna o primeiro alemão com residência no estrangeiro a ser contemplado como sócio honorário da Federação Alemã de Ginastas (*Deutsche Turnerschaft*). Além de tais distinções, também ganhou uma medalha de honra por seus serviços em prol da germanidade, em 1930, pela *Verein für das Deutschtum im Ausland* (Sociedade para a Germanidade no Exterior) (SILVA, 2005b). Sua posição social de liderança no associativismo ginástico e teuto-brasileiro proporcionava, a Aloys Friederichs, também, oportunidades de debates e pronunciamentos públicos pelo interior do estado. Nesses momentos, demonstrava deferência às ideias e preceitos difundidos por Friederich Ludwig Jahn, legitimado como o “pai da ginástica alemã” (*Turnvater*), e, por alusão a ele, “foi cognominado “pai da ginástica do Rio Grande do Sul” (SILVA, 2005b, p. 9). Tal simbologia atribuía, a Aloys Friederichs, uma representação soberana na figuração do *Turnen*. Sua liderança e sua função social eram asseguradas por essa representação.

As viagens de Aloys Friederichs à Alemanha, além de reforçar os laços de pertencimento à velha pátria, também fortaleciam a sua legitimidade como líder no Rio Grande do Sul. Tanto que, em 1914, em razão de seu retorno da Alemanha, foi organizado um *Eilbotlaufen*

10 Em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, foi construída a primeira piscina do país, em 1885, no Lago Guaíba, por iniciativa da *Turnerbund*, atual SOGIPA (ROCHA; WASKOW, 2017).

(corrida de revezamento) em sua homenagem, com a participação de cinco entidades do estado (TURNWESEN, 11 mar. 1914). Percebe-se que a festividade para recepcionar Aloys Friederichs privilegia uma prática esportiva, a corrida (modalidade do atletismo); contudo, já fazia quase 50 anos desde a fundação, em 1867, da *Turnerbund*. Segundo Pfister (2011, p. 64), a *Deutsche Turnerschaft* da Alemanha resistia à introdução dos esportes nas sociedades de ginástica “por um lado, porque seus princípios contradiziam a aspiração dos *turner* ao condicionamento pleno e à orientação patriótica da população; por outro lado, contudo, também porque o esporte ameaçava o domínio do *turnen* na Alemanha”.

A *Turnerbund* Porto Alegre começou a assumir uma posição favorável ao esporte, provavelmente, no princípio do século XX, mas com a ressalva de enaltecer, em primeiro lugar, o *Turnen*. No relatório de atividades da *Turnerbund*, datado de 1907, consta que o “*sport*” (esporte) retirava “forças juvenis” da sociedade (JAHRES-BERICHT..., 1907). Todavia, tal constatação era considerada apenas uma perda parcial, pois ele também se ocupava do cuidado e do exercício saudável do corpo. Segundo o texto, ambos se associavam muito bem e, assim, o esporte poderia ser recomendado para os jovens. O espaço dedicado aos esportes, na *Turnerbund*, pode ser aferido com a inauguração, em 1911, do seu *Spielplatz* (campo de jogos) no “subúrbio” (atual Bairro São João) da capital do RS, Porto Alegre (JAHRES-BERICHT 1911, 1912). O campo de jogos é exaltado como “um grande elemento do nosso *Deutschtum* local”, destinado a constituir “um ponto de encontro aos domingos e dias de festa” (JAHRES-BERICHT 1910, 1911, p. 4). Este espaço, segundo o “Operador” de Jogos, no período, Fritz H. Siegmann, estava reservado às seguintes práticas esportivas: *Faustball* (punhobol); *Fussball* (futebol); *Tamborinball* (Tamborim); *Schleuderball*; *Kreisball*; *Drittenabschlagen* e *Krocket* (croquet) (JAHRES-BERICHT 1911, 1912, p. 11).

Nesta época, quando identificamos indícios da apropriação de práticas esportivas pelo movimento *Turnen*, Aloys Friederichs estava à frente da *Turnerbund*. A representação de liderança de Aloys Friederichs entre as sociedades de ginástica é, também, atestada quando a diretoria da Sociedade de São Leopoldo o procura para pedir orientações quanto aos transtornos advindos da entrada do Brasil na I Guerra Mundial, em 1917 (MÜLLER, 1986). Conforme a ata de 27 de junho de 1917, apresentada por Müller (1986, p. 69), “quase dois meses depois, Aloys Friederichs informa que a Sociedade pode funcionar normalmente, pois Borges de Medeiros, Presidente do Estado, lhe afiançara que ‘todas as sociedades teutas deveriam funcionar regularmente’”. Aloys Friederichs era o “porta-voz” das sociedades, o mediador das decisões e o interventor junto aos líderes brasileiros e alemães. “No auge de sua liderança na década de 1920, como “o homem mais influente e ativo” no que se refere ao trabalho pelo bom relacionamento entre lusos e teutos, pela preservação da língua alemã e pela germanidade” (SILVA, 2005a, p. 309).

Proferia discursos e posicionamentos em prol da germanidade tanto em publicações escritas, em livros autobiográficos, brochura de canções, discursos impressos, ou através de correspondências, quanto em declarações e manifestações orais, na capital e na zona colonial do Rio Grande do Sul. Segundo Silva (2005a, p. 147-148), por meio de cartas trocadas entre Aloys Friederichs e pessoas influentes de diferentes regiões no sul do Brasil, bem como através do intercâmbio com pessoas no exterior, como Chile, Argentina e a própria Alemanha, “é possível perceber a constituição de uma rede de sociabilidade intelectual da qual fazia parte o personagem, rede esta que tinha o *Deutschtum* (germanidade) como foco de discussão”.

A rede diretiva, através da *Turnerschaft*, adotou estratégias para o controle e a manutenção

do movimento *Turnen* no Rio Grande do Sul e, dentre elas, se sobressaíram as festividades. Nestes eventos, era possível manifestar os preceitos e as diretrizes que deveriam ser seguidas pelos grupos pertencentes àquela figuração específica do *Turnen*, atingindo um grande e cativo público. Corroborar tal assertiva a preocupação da *Deutschen Turnerschaft von Rio Grande do Sul* em marcar, já na primeira reunião, um Festival de Ginástica Alemã (*Deutsche Turnfest*), que ocorreu, em 1896, no Prado Independência, posteriormente denominado Hipódromo Moinhos de Vento, situado em região identificada com a elite germânica de Porto Alegre. Nos eventos, as lideranças do movimento *Turnen* tinham a oportunidade de falar ao grande público acerca das “virtudes” e códigos que deveriam ser compartilhados pelo grupo. Na narrativa acerca da *Turnverein* de São Sebastião do Caí (DIE TURNERISCHE, 1938), após o campeonato de aniversário de 20 anos da sociedade de ginástica, foi registrado que o presidente da *Turnerschaft*, Aloys Friederichs discursou salientando o papel da entidade e de seus departamentos e “à toda sociedade desejou prosperidade”. Sua fala traduz orgulho pela atuação da entidade na comunidade.

Nas celebrações das sociedades de ginástica, com algumas variações, no primeiro dia do evento, era realizada a recepção dos convidados, com músicas em alemão e apresentações, e pronunciado o discurso de abertura. Enquanto que, no dia seguinte, iniciava-se o torneio (QUITZAU, 2016), sendo o número de provas disputadas condicionado à infraestrutura da associação sede (LEVIEN; RIGO, 2013). Os eventos eram marcados por competições, apresentações e confraternização entre as sociedades de ginástica, exibindo-se exercícios livres, combinados, em aparelhos¹¹ e exercícios denominados de populares. Tais exibições eram executadas pelos ginastas da entidade, separados em seus departamentos, treinados por um professor, instrutor ou monitor de ginástica, no decorrer de sessões semanais.

Nos festivais, conforme Levien e Rigo (2013), ainda que tivessem caráter competitivo, prevalecia o espírito de confraternização entre os indivíduos. No mesmo passo, Quitzeau (2016, p. 134) afirma que eram considerados vencedores “todos aqueles que conseguiram atingir uma pontuação mínima determinada pela comissão organizadora e avaliadora do torneio”. Para a autora (2016, p. 162), “a disputa estava muito mais atrelada à questão do desafio corporal, da participação, da certeza de ter realizado a melhor execução possível e ter representado a sua associação da forma mais nobre e fiel possível”. Todavia, pondera-se que a forma de pontuação referida, possivelmente, estivesse presente em algumas entidades e/ou em determinado período e que fosse de interesse da rede diretiva construir um ideal de congregação em contraponto ao de confronto. No entanto, os indícios levam a crer que tal sistema estava, também, relacionado a um processo de aprovação dos sujeitos, ou seja, quem atingia o valor mínimo estipulado para cada exercício, era considerado apto, aprovado e constava na *Siegerliste* (lista dos vencedores), como encontrado em documentos das sociedades de ginástica. Ainda assim, os ginastas aprovados eram ranqueados por critério de desempenho, pois quando anunciadas as *performances* dos ginastas nas competições, apresentavam-se, muitas vezes, os nomes dos indivíduos e as respectivas pontuações em ordem decrescente, ou seja, o atleta com melhor desempenho aparecia na colocação “1” e, assim, sucessivamente. Logo, esta forma de apresentação dos resultados, sugere um ranqueamento, um ordenamento de posições de acordo com o melhor desempenho. Além disso, por vezes, eram entregues grinaldas de carvalho e

11 A ginástica em aparelhos é reconhecida como precursora da Ginástica Artística em aparelhos.

diplomas aos primeiros classificados, enquanto os demais não recebiam a mesma honraria (GESCHICHTE..., 1929).

Segundo Quitzau (2016), a *Turnerschaft* exigia um rigoroso controle por parte do seu grupo de arbitragem e dos ginastas participantes nos torneios promovidos pela entidade. No *Vater-Jahn-Gedenkpreis*, realizado em Porto Alegre, em 1916, foi identificada e salientada “a falta de conhecimento dos exercícios e das novas formas de comando” por parte da arbitragem do torneio (QUITZAU, 2016, p. 75). Também, a partir da referência à “*Turnverein Montenegro*, cujos representantes teriam errado todos os afastamentos de pernas nos exercícios determinados para o torneio”, a autora (2016, p. 75) aponta que a rede diretiva da *Turnerschaft* se preocupava com a correta execução dos movimentos e a atualização constante dos ginastas através dos periódicos específicos do *Turnen*.

A *Turnverein Montenegro*, citada no fragmento de texto acima, pertencia a uma das *Gauen* (comarcas), que compunham a planificação descentralizada da *Deutsche Turnerschaft von Rio Grande do Sul*. Deste modo, no ano de 1916, quando ocorreu o torneio supramencionado, a *Turnverein Montenegro* já estava agrupada com as sociedades de ginástica pioneiras no estado e de forte tradição (WIESER, 1990). Tendo em vista que a *Turnerbund* de Porto Alegre tinha um papel central no referido cenário, é provável que a crítica ao desempenho técnico pouco satisfatório dos ginastas da *Turnverein Montenegro* foi intensificada pela entidade. Ademais, consta a cobrança para que as associações adquiram “ao menos um jornal ginástico alemão (como o *Deutsche Turnzeitung*)” (QUITZAU, 2016, p. 75). Vale mencionar que a *Turnerbund* tinha acesso não apenas ao *Deutsche Turnzeitung*, mas a outros materiais impressos, como aqueles encontrados no acervo do Memorial SOGIPA.

A fim de sanar os problemas com a arbitragem, a diretoria da *Turnerschaft* assinalava a necessidade de preparo dos árbitros, “o que deveria acontecer através dos cursos de formação de instrutores de ginástica” (QUITZAU, 2016, p. 75). A formação desses ginastas, que aqui denominamos “monitores” (*Vorturner*), foi oficialmente iniciada, na *Turnerbund*, em 1901, quando foi criado o *Vorturnerschaft* (Liga dos Monitores de Ginástica), cuja liderança estava sob responsabilidade de Ernst Mitzscherlich (JAHRES-BERICHT..., 1907, p. 10). Foram, então, mantidos períodos de instrução, nos quais eram concedidas aulas práticas e teóricas. Wieser (1995, apud SILVA, 2005b) argumenta que o professor de ginástica era escolhido pelos associados, entre aqueles que eram “demonstradores” de ginástica, ou seja, os *Vorturner*. Tal designação é atribuída aos *Vorturner*, pois, além de ministrar aulas, em grandes eventos, por vezes, estes ginastas posicionavam-se à frente dos demais, frequentemente em cima de um palanque, juntamente com o *Turnlehrer*; Georg Black, a fim de demonstrar os movimentos, como pode ser visualizado em diferentes imagens coletadas (ASSMANN, 2019).

Na *Vorturnerschaft*, o líder fundador do departamento, Ernst Mitzscherlich foi visualizado em fotografia publicada no livro comemorativo de 150 anos da SOGIPA – como é chamada desde 1942 a *Turnerbund* de Porto Alegre – junto com os monitores de ginástica da *Turnerbund* em 1902: Walter Schilling, Arthur Schröter, Germano Sperb, Willy Mitzscherlich; Wilhelm Rösch e Henrich Rohde (ROCHA; WASKOW, 2017). Na referida imagem, as vestimentas utilizadas pelos ginastas têm cor clara, provavelmente branca, e, na camiseta, consta o símbolo das sociedades ginásticas – os 4F’s – um cinto sobre as calças, com a mesma inscrição bordada, além da saudação “*Gut Heil*” (Salve; Boa saúde) e do nome da instituição – *Turnerbund*. O uniforme fornecia “toda uma gama de sinais” (ELIAS, 1997, p. 88), que localizava os personagens no seu meio social e as suas posições.

“Uma grande mudança” ocorreu na *Vorturnerschaft*, em 1907, com a saída dos *Vortuner* Walter Schilling e Willy Mitzscherlich (UNSER VORTURNERSCHAFT, 1908, p. 5). O primeiro devido à profissão e o segundo para dar continuidade ao seu trabalho em Campinas, São Paulo. No relato, consta uma saudação – “*Gut Heil*” – à *Turnverein* de Campinas, que ganhou o “*Treue Turnersmann*” (confiável homem do *Turnen*). Essas informações permitem propor que a rede do movimento *Turnen*, no Brasil, compartilhava mais que representações culturais étnicas identitárias, mas também ocorriam realocações de indivíduos singulares entre as sociedades de ginástica. No mesmo ano, a *Vorturnerschaft* de Porto Alegre atraiu novos indivíduos aos cargos de monitores, a saber: O. Bachmann, A. Bohrer, E. Freitag, P. Krause, F. Siegmann e A. Homrich. No relatório anual de 1908, consta que, naquele ano, foram ministradas nove sessões de *Vorturner*, com onze períodos, os quais aconteceram aos domingos pela manhã, formando mais seis ginastas, com instrução prática e teórica (JAHRES-BERICHT, 1909).

Ernst Mitzscherlich, fundador do departamento, designado como *Ehrevorturner* (JAHRES-BERICHT, 1913), assim como Aloys Friederichs e Georg Black, também realizava viagens à “pátria mãe”, Alemanha. Entre 1911 e 1912, Ernst Mitzscherlich esteve em território alemão. No seu retorno a Porto Alegre, também retomou seus trabalhos junto à sociedade de ginástica; contudo, segundo relatório das atividades de 1913, ele não conseguiu se manter como I *Turnwart*, devido a outros compromissos. A redação do relatório e os dados apresentados levam a crer que a escolha do I e II *Turnwart* (I e II) era realizada por votação nesse período (JAHRES-BERICHT, 1913). Como membro da diretoria, contudo, parece que, dentre os critérios para seleção do *Turnwart*, a condição era ser homem.

Na tese de Assmann (2019, p. 101) foi analisada uma fotografia, encontrada no Acervo Benno Mentz, do Instituto Delfos/PUCRS, que retratava um evento comemorativo, com alunos/ginastas que praticavam *Turnen* junto à *Turnerbund*, provavelmente, datada da década de 1920. À frente dos ginastas, devidamente alinhados, encontram-se, postos em um pequeno palanque, o professor Georg Black, realizando um sinal com o braço esquerdo, que empunha um objeto semelhante a uma batuta¹², e, diante dele, um *Vorturner* (monitor) e uma *Vorturnerin* (monitora), provavelmente instruídos e selecionados devido à primazia na execução dos movimentos, o que os qualificava para realizar as demonstrações. Cabe mencionar que, a partir de 1904, algumas mulheres também receberam formação como monitoras de ginástica. Contudo, este número parece muito reduzido quando comparados aos homens.

Quanto à disposição dos alunos, existe uma clara separação entre homens/meninos e mulheres/meninas, estando elas posicionadas no centro. Tal arranjo irrompe na imaginação como a composição de uma orquestra, cujo maestro é Georg Black, o *Vorturner* e a *Vorturnerin* são os instrumentistas principais, e os demais alunos, aqueles que seguem os comandos do regente. Os alunos, bem como o professor, encontram-se uniformizados. O tom de festividade é marcado pela própria necessidade de registro e pela presença do grande público, possivelmente os pais e familiares das crianças e jovens que participavam da apresentação. Além disso, a prática simultânea de homens/meninos e mulheres/meninas também sugere um evento festivo. Percebe-se que, embora festivo, o evento denotava preocupação com a formação da juventude alemã e a propagação de valores como organização, disciplina, dentre outros, visando à

12 Instrumento utilizado por maestros de orquestras musicais.

construção de futuras lideranças.

Formação dos jovens alemães: é preciso aprender a liderar

Georg Black, o professor, tantas vezes mencionado nos documentos encontrados, também ocupa posição social de liderança na figuração do Movimento *Turnen* no Rio Grande do Sul: um personagem que assumia uma função estratégica nas relações de interdependência. Sua atuação em instituições escolares e esportivas, por mais de 30 anos, conferiu a Georg Black o reconhecimento de precursor ou “pai da Educação Física no Rio Grande do Sul” (MAZO; LYRA, 2010, p. 968). Georg Black atuou, diretamente, em escolas de duas cidades, a saber: a) Porto Alegre: Ginásio Júlio de Castilhos, Ginásio Bom Conselho, Ginásio Rosário, Instituto Parobé, Seminário Evangélico de Professores, Colégio Anchieta, Colégio Farroupilha, Colégio Santa Maria, Colégio São José; e b) São Leopoldo: Colégio São José, Seminário Protestante, Sínodo Rio Grandense.

Ao encontro dos escritos de Elias (1997), Wieser e Leite (2005, p. 1) inferem que “como cidadão nascido num país reunificado a “sangue e ferro” sob o governo de Bismarck e que cresceu no tempo do alto imperialismo, ele não conseguia esconder seu orgulho por uma Alemanha dominante”. Preservar as “virtudes alemãs”, através da ginástica, do idioma, do trabalho, era necessário para uma Alemanha forte no “além mar”. Exaltar a identidade alemã e o exercitar rigoroso do corpo eram meios de não se deixar “poluir” com os excessos da civilização, a “ vaidade e o luxo”.

Nascido em 1877, Georg Black emigrou da Alemanha para o Brasil em 1902. Com aproximadamente 15 anos de idade, entrou para a Sociedade de Ginástica de Munique como *Zögling* (iniciante), sendo efetivado como *Vorturner* (monitor de ginástica) após dois anos de prática, e, em 1896, tornou-se o dirigente dos *Zöglinge*. Depois de prestar serviço militar, obteve seu certificado de professor de ginástica – *Turnlehrer* – junto à *Königlich Bayerische Zentral-Turnlehrer-Bildungsanstalt* (Escola Central Bávara para Professores de Ginástica), na Alemanha. No mesmo ano, partiu para o Brasil a fim de fundar uma “Nova Munique” em um lugar que prometia prosperidade (WIESER; LEITE, 2005).

Logo, no ano de 1903, Georg Black tornou-se sócio da *Turnerbund*, participando do *IV Turnfest der Deutschen Turnerschaft von Rio Grande do Sul* (IV Festival de Ginástica da Federação Alemã de Ginástica do Rio Grande do Sul). Diferenciava-se tecnicamente dos demais ginastas junto a *volkstümlichen Wettturnen* (ginástica popular de competição), atividade que “envolia arremessos, saltos em altura e em distância, além de corridas; fazia parte do movimento do *Turnen* que, posteriormente, tornou-se conhecido como atletismo” (MAZO; LYRA, 2010, p. 969). Vinculou-se, também, ao clube de ciclismo e ao recém-criado *Grêmio Foot Ball Porto Alegrense* (1903), primeiro clube de futebol da capital (MAZO; LYRA, 2010). Georg Black também é identificado como responsável pela introdução de práticas como a natação, o punhobol, o *Tamburinball*, a corrida de revezamento, o atletismo. Através da sua atuação na *Turnerbund* e da rede de indivíduos com que se relacionava, também ajudou a propagar estas práticas em outras localidades do Rio Grande do Sul.

Assim como Aloys Friederichs, Georg Black dedicou-se a escrever sobre suas ideias e conhecimentos acerca do *Turnen*. Como redator chefe do *Deutsche Turnblätter* (Folha de

Ginástica Alemã), produzido pela *Turnerbund*, desde 1916, produziu textos sobre o *Modern Leichtatletik* (atletismo moderno) (MAZO; LYRA, 2010). O discurso sobre o atletismo foi, provavelmente, exaltado após visita de estudo na Alemanha, em 1913, onde participou, também, de competições de *Leichtathletik* (atletismo). Na ocasião, Georg Black participou das disciplinas de arremesso de peso (*Kugelstossen*), salto em distância (*Weitspringen*), corrida de cem metros, corrida de 10.000 metros e natação, obtendo “grande êxito”, segundo o relato de sua empreitada (JAHRES-BERICHT, 1914, p. 3). O *Turnlehrer* foi um grande incentivador das práticas do atletismo, que, de certa forma, estava presente nas atividades ginásticas desenvolvidas nas sociedades desde fins do século XIX.

No texto em homenagem aos 50 anos de idade de Georg Black, publicado no livro da *Stiftungsfest* de 1927, da *Turnerbund Porto Alegre*, Aloys Friederichs conta como descobriu que o “jovem Black” era possuidor de certificação específica para atuar como professor de ginástica. Em 1905, a *Turnerbund* precisava encontrar urgente um “professor certificado” e foi quando Georg Black contou que possuía tal especialização de cursos feitos na Alemanha. Segundo a narrativa de Aloys Friederichs (1927, s/p), Georg Black pretendia, ainda, ser o colonizador, cofundador, de Nova-Munique, “o que para nossa felicidade não aconteceu, se não, não seria o nosso Black”. Segue contando: “estava no seu pior momento na procura e apelação por um diplomado *Turnlehrer*, então me procura este, por nós não procurado, e também não encontrado, *Turnlehrer* Black com sua “Patente”, em meu porão, na rua Aurora, e me deixa o mais importante documento.”

Entre 1903 e 1906, Georg Black foi *Vorturner* e *II Turnwart* da entidade de Porto Alegre. Após a constatação de sua certificação, passou a ser o *Turnlehrer*, responsável pelas aulas de ginástica de todos os departamentos, no decorrer dos 30 anos em que exerceu seu cargo na *Turnerbund*. Conforme Wieser e Leite (2005, p. 1), com a efetivação de Georg Black, a *Turnerbund Porto Alegre* “não ganhou apenas um professor de ginástica qualificado e experiente, mas também, como ficou claro com o passar do tempo, um amigo de todos os esportes, um incentivador do esporte escolar e um educador, que facilmente entusiasmava os jovens com o seu trabalho”.

Em 1906, quando Georg Black deixou sua posição de *Turnwart* e assumiu como *Turnlehrer* (professor de ginástica) da *Turnerbund*, foi atribuída a ele a responsabilidade pela direção técnica, bem como pela formação inicial e continuada dos monitores da *Vorturnerschaft* (TURNER-BUND, 1917, p. 10). Os dados, contudo, indicam que ele já atuava na formação dos *Vorturner* em período anterior. Segundo o relatório anual de 1904, “a fim de complementar os conhecimentos e as capacidades teóricas e práticas da ginástica”, foi ofertada formação complementar nos meses de inverno aos *Vorturner* e aos *Anmänner*, sob a direção do *II Turnwart*, Georg Black. Como integrantes da *Vorturnerschaft*, foram nomeados, naquele ano, como *Vortuner*, os *Anmänner* Adolf Wink, Wilhelm Bräscher, Carl Oderrich e R. Weinheber, e como *Anmänner*, os ginastas Alfons Bohrer e Herman Ruhl (DIE VORTUNERSCHAFT, 1905). Pode-se aludir que a categoria *Anmänner* referia-se aos ginastas em posição de pré-monitoria, ou seja, possivelmente antes de tornar-se *Vorturner*, era necessário formar-se como *Anmänner*.

Para além da sua atuação junto à formação de instrutores de ginástica no Rio Grande do Sul, Georg Black é reconhecido como o precursor do escotismo no Brasil, fundando o primeiro grupo de escoteiros em 1913 (MAZO; LYRA, 2010). A ideia para tal formação parece ter surgido após retornar de uma viagem que fez à Alemanha, onde participou da

celebração do *Völkerschlachtdenkmal* (Memorial da Batalha dos Povos) na “velha pátria” (DIE PFANDABTEILUNG..., 1917, p. 21), além de festividades junto a instituições de *Turnen* alemãs, oportunidade em que conheceu a prática do escotismo. Destaca-se que, nos tempos em que esteve na Alemanha, Georg Black esteve em Munique, participando de um curso de aprimoramento teórico e prático acerca do *Turnen* (UNSER TURNBETRIEB, 1914, p. 4). E, neste mesmo período, em março de 1913, foi anunciada a criação de um grupo de escoteiros na Sociedade de Ginástica de Munique (QUITZAU, 2019). Logo, tais evidências levam a crer que estes conhecimentos estavam em voga naquele espaço-tempo e, possivelmente, fizeram parte dos conteúdos abordados no referido curso.

Assim como Wieser e Leite (2005), Mazo e Lyra (2010) e Quitzau (2019) também destacam que, para Georg Black, o escotismo e sua severidade eram uma forma de manter os jovens, o futuro da nação e do *Deutschtum*, longe dos perigos e das tentações citadinas. Nas palavras de Wieser e Leite (2005, p. 2), o *Turnlehrer* evocava o “controle sobre si mesmo”, sobre seus atos e sobre seu corpo, salientava a importância “das privações e abdições”. Os discursos pela ordem, subordinação e disciplina eram também salientados em textos redigidos pela sociedade ginástica a fim de “convencer os pais sobre a importância de se começar a prática da ginástica desde cedo” (QUITZAU, 2016, p. 189). Para Quitzau (2019, p. 16), o escotismo deveria servir como um “complemento ao ensino escolar”. Ao encontro de tais evidências, supomos que, se para Georg Black o controle era um preceito do escotismo, assim o deveria ser também para as demais atividades. Logo, se tomarmos por base a severidade com que era desenvolvida a prática do escotismo, podemos crer que as aulas de ginástica também eram regradas pela máxima da disciplina, do rigor das atitudes e dos movimentos. Aliado a isto, Rudolf Falk, em entrevista para Telles (1974, p. 94), lembra que o “regulamento da escola era muito severo; reinava uma disciplina férrea”, ao tratar da *Hilfsvereinschule*¹³.

No escotismo, atividades que exigiam grande esforço físico e psicológico eram utilizadas como instrumentos para a promoção de mecanismos de autorregulação ou auto-coação. Um modo de treinamento que se assemelha àquele percorrido por Elias (1997), acerca das confrarias nacionalistas, voltado para o controle dos impulsos, a formação de uma estrutura psicológica que depende, em grande medida, de uma coação externa, “um cordão umbilical [...] que incluía uma hierarquia estritamente formalizada de níveis de comando” (ELIAS, 1997, p. 95). Nessa engrenagem, o *Turnlehrer*, Georg Black, assumia uma posição de poder que o situava como líder nas relações sociais interdependentes do movimento *Turnen* no Rio Grande do Sul, especialmente no que concerne à ginástica nas escolas.

Não obstante, a pregação pela ordem e disciplina, algumas passagens transcritas por Telles (1974) acerca do processo de ensino e aprendizagem da *Hilfsvereinschule*, indicam que os meninos também se rebelavam contra a rigidez empregada pelos professores. Segundo Telles (1974, p. 84), o Prof. Rösch, *Vorturner*, responsável pelas aulas de ginástica na escola, em 1904, “se queixava da indisciplina reinante” na instituição. Outra passagem refere que, alegando desobediência por parte de um aluno, o professor Köhling, da mesma instituição, espancou “barbaramente” um aluno no campo de jogos (TELLES, 1974, p. 83). A postura do professor foi reprimida e ele se afastou da instituição após o incidente, que repercutiu na proibição de castigos corporais.

13 Atual Colégio Farroupilha, de Porto Alegre.

Dentre as atividades realizadas pelos escoteiros, salientamos o *Jamboree*, como são denominados os acampamentos realizados por estes grupos. Em um acampamento organizado e sediado pela *Turnverein Cahy*, com a participação dos grupos de Porto Alegre, Santa Cruz, São Leopoldo e Montenegro¹⁴, são encontradas atividades que permitem compor uma imagem mental acerca desse arranjo, no período específico. O programa do evento está escrito em ambos os idiomas, português e alemão. O cronograma estende-se de seis a onze de setembro de 1927, ou seja, seis dias de programação. Após um dia reservado à recepção dos escoteiros das localidades supramencionadas, o evento era iniciado com um culto na igreja evangélica – evidenciando a proximidade do clube com tal confissão religiosa – seguido de uma passeata pelas ruas da Vila. A tarde seria destinada aos “exercícios físicos ao ar livre no campo da *Turnverein Cahy*”, enquanto, à noite, estava programada uma festividade na sede local (TURNVEREIN CAHY, 1927). No terceiro dia, seria montado, de fato, o acampamento no campo da própria instituição. A programação seguia com a inauguração da bandeira dos escoteiros e um “combate simulado dos escoteiros”; em idioma alemão, essa atividade era denominada como *Kriegspiel* (Jogo de Guerra). Outras práticas eram danças e cantos populares previstos para o turno da noite.

No planejamento do dia seguinte, chama a atenção as diferenças das traduções redigidas no programa, ocasionando, inclusive, alteração de sentido quando a atividade mencionada é revertida do português ao alemão. No português, consta “exercícios do escotismo (Vida dos Escoteiros)”, enquanto que, no alemão, encontramos “*Wettbewerb in Pfanderfertigkeiten*”, ou seja, “competição nas competências escoteiras”. À tarde, a programação previa “diversões”, em idioma português, e “danças folclóricas e cantos”, em idioma alemão. Enquanto que, à noite, seria realizada uma marcha noturna, seguida de um grande “bivacueiro”, ou, uma grande “fogoeira”, conforme consta em idioma alemão. O último dia estava destinado para visita à fábrica de Carlos H. Oderich e Cia, seguida de uma homenagem à bandeira nacional brasileira e um festival na *Liga Sportiva*, à noite.

Este evento – *Jamboree* de 1927 – foi citado no relato acerca do grupo de escoteiros de São Sebastião do Caí, redigido em 1938. A breve citação destacou a participação “do fundador do escotismo, Georg Black” (PFANDFINDERGRUPPE, 1938, p. 68). O grupo de escoteiros (*Pfandfindergruppe*) da *Turnverein* de São Sebastião do Caí foi oficialmente instituído em março de 1917, por sugestão de Eduard Kuminsk, durante assembleia na *Turnverein* local. Como *Oberfeldmeister* (mestre de campo chefe) do grupo, foi nomeado A. Grundmann, *Feldmeister* (mestre de campo)¹⁵ A. Trein, W. Trein, F. Patro e, como tesoureiro, E. Kuminsky. Diferentemente do que parece ter sido instituído ou intencionado por Georg Black na *Turnerbund*, à filiação ao grupo de escoteiros de São Sebastião do Caí era necessário arcar com uma mensalidade no valor de 500 rs. (PFANDFINDERGRUPPE, 1938).

Contudo, o texto afirma que, muito antes da organização de um grupo de escoteiros

14 Em Montenegro, o grupo de escoteiros foi criado em 1927 sob a liderança de P. Wilhelm Scheerer e Ludwig Groger e, em 1929, contava com 40 integrantes (TURNVEREIN SÃO JOÃO..., 1929).

15 Não conseguimos apurar, especificamente, as responsabilidades de cada um destes personagens – *Oberfeldmeister* e *Feldmeister* – na figuração do escotismo. Cabe mencionar que, no livro comemorativo aos 25 anos da *Turnerbund*, publicado em 1917, Kolffhaus consta como *Oberfeldmeister* (mestre de campo chefe) do grupo de escoteiros da referida entidade, enquanto que Georg Black consta na posição de *Feldmeister* (mestre de campo) (DIE PFANDABTEILUNG..., 1917, p. 22). Contudo, Georg Balck é quem parece acompanhar os meninos em suas atividades e atuar de forma mais acentuada na manutenção do grupo.

na *Turnverein*, já existiam atividades escoteiras para os ginastas. Cita, então, a primeira viagem (*Fahrt*), realizada dia 10 de outubro de 1915, com meninos e seis adultos da sociedade ao *Mariasinha Berg* (Morro da Mariasinha), próximo a Montenegro. Na noite anterior, os participantes se encontraram no *Turnhalle* e, “pontualmente”, às 9h da noite, foram para suas camas, onde deveriam “ficar em silêncio” (PFANDFINDERGRUPPE, 1938, p. 66). Às 3h da manhã, acordaram; às 4h, tomaram café da manhã e, pontualmente, às 5h, cruzaram a cidade¹⁶ cantando. Às 7h40min, chegaram a Parecy, onde descansaram por meia hora. Até a ponte *Eisenbahn*, sobre o Rio Caí, caminharam mais 1h e 20min. “Com brincadeiras e cantos o tempo passou rapidamente” e, quando “o relógio da igreja marcava 8h da noite, estavam todos, novamente, no *Turnhalle*”. A pequena viagem foi liderada pelo *Turnwart* Kuminsky e “com grande prudência por ele ordenado” (PFANDFINDERGRUPPE, 1938, p. 66).

A fim de conhecer o grupo de escoteiros da *Turnerbund* de Porto Alegre, foi realizada uma visita, à capital, nos dias 4 e 5 de setembro de 1915. Nesta ocasião, os membros da entidade de São Sebastião do Caí foram recepcionados por 30 meninos escoteiros, com idades entre 10 e 15 anos, e pelo professor Georg Black. A viagem sugere tanto a proximidade dos professores – Kumisky e Black – quanto a percepção da *Turnerbund* enquanto modelo. Ainda é possível propor o interesse da *Turnerbund* na criação de outros grupos de escoteiros em localidades próximas, a fim de compartilhar eventos.

Segundo Quitzau (2019), os grupos de escoteiros do Rio Grande do Sul apresentavam-se como uma particularidade no Brasil e mantinham relações muito mais fortes com grupos coirmãos da Alemanha do que com grupos de escoteiros de outras regiões do Brasil. Contudo, os dados apresentados nessa pesquisa indicam que os grupos de escoteiros, vinculados às sociedades de ginástica do Rio Grande do Sul, mantinham relações de proximidade, realizando excursões e atividades interclubes. Em junho de 1917, por exemplo, cinco escoteiros – João Paternoster, de Caxias, Germano Noll, de Nova Palmira, Carlos H. Feix, de Kronenthal, Affonso Rossler, de Feliz, e Frederico Muller, de Cahy – juntamente com W. Trein, A Dill, O. Weber, W. Kayser e Ed. Kummisky, empreenderam uma marcha de 65 km¹⁷, por 14 horas, entre Caxias e Caí. Acerca do grupo de escoteiros local, o texto alude: “Junto aos pequenos espertos, incluindo alguns trajetos de 100 km, não se percebe fadiga. O Sr. Kuminsky elogiou a obediência e a ordem do pequeno bando, que também causou uma boa impressão aos externos”¹⁸ (PFANDFINDERGRUPPE, 1938, p. 67).

Além dos grupos de Porto Alegre, São Sebastião do Caí e Montenegro, em Santa Cruz do Sul¹⁹, um grupo de escoteiros, com 108 meninos, foi criado em 1916, sob o comando do Pastor Lechler como *Oberfeldmeister* e de João Lipinsky, instrutor de ginástica da entidade, como *Feldmeister*. A presença de um pastor evangélico na direção do grupo indica uma afinidade

16 No texto, é utilizada a expressão entre aspas “zum “städtle” hinaus”, possivelmente em referência a uma canção popular chamada “Muss i denn zum Städtle hinaus”, escrita por Friedrich Silcher. Tal referência pode sugerir que esta fosse uma das canções proferidas pelos escoteiros.

17 Distância referida no documento (PFANDFINDERGRUPPE, 1938).

18 *Bei den kleinen Kerlchen, darunter sich einige befanden 100km lange strecke nichts von Ermuedung merken. Herr Kuminsky lobte den Gehorsam und Ordnung der kleinen Schar, die auch auf die Fremden recht guten Eindruck machte.*

19 Em 26 de janeiro de 1917, foi criada a *deutschbrasilianische Pfadfinderbunde für Rio Grande do Sul* (Liga Teuto-brasileira de Escoteiros do Rio Grande do Sul) pelos grupos de escoteiros de Santa Cruz, São Sebastião do Caí e Porto Alegre (DIE PFANDABTEILUNG..., 1917, p. 21). A data é dúbia, contudo, tendo em vista a data oficial de fundação do grupo de São Sebastião do Caí. Quitzau (2018) também encontrou indícios de grupos de escoteiros em Taquara e Lajeado. Contudo, não apresentou evidências que sustentam a relação entre os grupos – exceto de Porto Alegre – com as sociedades de ginástica locais.

da instituição de ginástica com tal confissão religiosa. Ainda manifesta o papel disciplinar de tal instituição, tendo em vista a ligação do escotismo à educação dos “jovens alemães” (TURNVEREIN SANTA CRUZ, 1929).

Mesmo antes da criação dos primeiros grupos de escoteiros nas sociedades de ginástica do Rio Grande do Sul, a formação de jovens conscientes de sua posição social já era uma preocupação. Assim, foi oportunizado, em 1910, aos meninos das classes superiores de ambas as escolas, que praticavam ginástica na *Turnerbund* (*Hilfsvereinschule* e *St. Josephschule*), participar de um *Riege* (grupo de ginástica), com um período semanal de estudos para *Vorturner* (monitor de ginástica). Segundo o relato acerca de tal arranjo, esta formação visava educar “os jovens ginastas desde cedo para tomar decisões e lidar com as situações de forma independente, como se eles também dessem ordens e a se submeter livremente e alegremente a aprender com os seus camaradas”²⁰ (SCHRÖTER; BLACK, 1911, p. 13).

Tomar decisões, obedecer às normas sociais impostas – e impor obediência aos demais –, disciplinar as condutas, controlar os instintos, assumir determinadas atitudes, portar-se de forma específica, são alguns códigos de comportamento que deveriam ser incorporados ao *habitus* desses meninos. Um conjunto de “normas e valores, cujos mandamentos são obrigatórios para os indivíduos” (ELIAS, 1997, p. 85), particulares a essa figuração. Tal conjunto representava esse grupo e o distinguia de outros; logo, eram necessários à manutenção de sua posição no entrelaçamento social.

Considerações Finais

Nesse estudo, salientamos a rede diretiva de uma figuração do *Turnen* no Rio Grande do Sul, composta por unidades de indivíduos interdependentes. Neste contexto complexo, os indivíduos tomam posições sociais e encontram-se inseridos em relações, as quais permanecem de forma socialmente interdependente. As posições sociais e as suas apropriações fundamentam atitudes, sentimentos e códigos de comportamento que buscam a manutenção do *status quo* determinado e almejado pelo grupo. Na figuração do *Turnen*, no caso do Rio Grande do Sul a preservação e a exaltação de uma identidade étnica teuto-brasileira perpassava as ações, representações e apropriações compartilhadas pelo grupo.

Na busca pela conservação do equilíbrio indispensável de tensões, determinados personagens adquiriram posições de poder distintas: os líderes das sociedades de ginástica, em particular, o líder do grupo central – Jacob Aloys Friederichs – e os professores, instrutores, monitores que ministravam as aulas, os treinamentos, preparavam e disputavam torneios e, nesse grupo, em especial, Georg Black, também professor da *Turnerbund*. Ressalta-se que, embora a ginástica fosse o pilar das práticas corporais no princípio da organização das sociedades de ginástica, gradualmente, os discursos dos líderes estabeleciam ligações com o universo dos esportes. A partir de estratégias de formação, em grupos específicos, com técnicas de autodisciplina e obediência, buscava-se, também, a preparação dos jovens meninos alemães

20 [...] die jungen Turner frühzeitig zu entschlossenem uns selbständigem Handeln, wie sie sich aber auch einem gegebenen Befehle und sei er vom eigenen Kamaraden aus, freiwillig und freudig zu unterwerfen lernen.

para o desempenho das suas funções perante a sociedade do *Turnen*.

Conforme evidenciado nesse estudo, às mulheres não era concedido acesso à rede diretiva do *Turnen*. Elas faziam parte de um grupo minoritário nessa figuração. Indivíduos (homens) assumiram determinados papéis sociais, a fim de manter o equilíbrio das tensões necessárias à manutenção da figuração. Esses papéis eram internalizados por seus personagens e deliberados em uma relação de dependência com todos os demais que participavam das composições, tanto de modo restrito, quanto de modo mais amplo.

Salienta-se que, a despeito da reverência ao grupo principal e suas lideranças, e da criação de códigos que deveriam – ou tensionavam – ser compartilhados por todos, cada entidade deve ser compreendida em sua característica, como um arranjo que, embora coeso com a rede, é também singular, com ações, interesses e negociações próprias. Afinal, os indivíduos que compõem essa trama são relativamente autônomos, bem como dependentes em relação uns aos outros. Diante de tais evidências, sugere-se a realização de mais estudos sobre as sociedades de ginástica organizadas em outras regiões do Brasil, para que, no futuro, possamos avançar nas pesquisas históricas de cunho comparativo.

Referências

ASSMANN, Alice Beatriz. *Figurações do Turnen no sul do Brasil: redes de interdependência em escolas e clubes (décadas 1870-1920)*. 211 f. 2019. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

ASSMANN, Alice Beatriz; MAZO, Janice Zarpellon. *Turnen: para além da ginástica: configurações dinâmicas em um espaço de práticas esportivas*. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 31, n. 2, 2017, p.489-503.

ASSMANN, Alice Beatriz; MAZO, Janice Zarpellon; SILVA, Carolina Fernandes da. SPORT: uma concepção emergente no jornal *Kolonie. Motrivivência*, Florianópolis, v. 29, n. esp., 2017, p. 77-91.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: Educs, 2004.

DIE PFANDABTEILUNG des Turnerbundes Porto Alegre. TURNER-BUND Porto Alegre (1892-1917). *Livro comemorativo 25 anos*, Turnerbund, Porto Alegre, 1917. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

DIE TURNERISCHE entwicklung des Turnverein Cahy, São Sebastião do Caí. *Compilação de textos*, 1938. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

DIE VORTUNERSCHAFT. Jahres-Bericht des “Turner-Bundes” zu Porto Alegre. *Relatório anual*, Turnerbund, Porto Alegre, 30 jan. 1905. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

ELIAS, Norbert. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos século XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

ELIAS, Norbert, *A sociedade da corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FESTSCHRIFT von der VII Turnfest der Turnerschaft von Rio Grande do Sul. *Livro Comemorativo*. Porto Alegre: Martin Fischer, 1929. Encontrado no Centro de Documentação da UNISC.

FRIEDERICH, Jacob Aloys. Unser 50-jähriger Black. *Livro comemorativo*, Turnerbund, Porto Alegre, 23 ab. 1927. Encontrado no Centro de Documentação da UNISC.

GESCHICHTE der Turnerschaft von Rio Grande do Sul. Festschrift von der VII Turnfest der Turnerschaft von Rio Grande do Sul. *Livro Comemorativo*. Porto Alegre: Martin Fischer, 1929. Encontrado no Centro de Documentação da UNISC.

HOFFMEISTER FILHO, Carlos Bento. *Doze Décadas de História*. Porto Alegre: Editora Palloti, 1987.

HOFMANN, Annette R.; PFISTER, Gertrud. Turnen – a Forgotten Movement Culture: Its Beginnings in Germany and Diffusion in the United States. In.: HOFMANN, A. R. *Turnen and Sport: Transatlantic transfers*. Münster: Waxmann Verlag GmbH, 2004.

JAHRES-BERICHT 1910. *Relatório anual*, Turnerbund, Porto Alegre, 30 jan. 1911. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

JAHRES-BERICHT 1911. *Relatório anual*, Turnerbund, Porto Alegre, 31 jan. 1912. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

JAHRES-BERICHT 1912. *Relatório anual*, Turnerbund, Porto Alegre, 30 jan. 1913. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

JAHRES-BERICHT 1913. *Relatório anual*, Turnerbund, Porto Alegre, 21 jan. 1914. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

JAHRES-BERICHT des “Turner-Bundes” zu Porto Alegre. *Relatório anual*, Turnerbund, Porto Alegre, 30 jan. 1907. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

JAHRESBERICH, des “Turner-Bundes” zu Porto Alegre. *Relatório anual*, Turnerbund, Porto Alegre, 30 jan. 1909. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

KILPP, Cecília Elisa; ASSMANN, Alice Beatriz; MAZO, Janice Zarpellon. Turnverein Estrela: ginástica e

esportes. *Revista Contemporânea – Dossiê História e Esporte*, ano 4, vol.2, 2014.

KREUTZ, Lúcio. Escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul: perspectiva histórica. In.: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. *Os Alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história*. Canoas: Ulbra, 1994.

KRÜGER, Michael. The History of German Sports Clubs: Between Integration

and Emigration. *The International Journal of the History of Sport*, v.30, n.14, p.1586-1603, 2013.

LEVIEN, Ana Luiza Angelo; RIGO, Luiz Carlos. Considerações sobre o “Turnfest” e “Gauturnfest” no Rio Grande do Sul (1890-1930). *Revista Didática Sistêmica*, II Extremos do Sul – Edição Especial, p. 159-176, 2013.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI, C. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 23-80.

MARINHO, Inezil Penna. *Estudo da evolução dos principais sistemas e métodos ginásticos de Educação Física adotados no Brasil*. In.: I Simpósio Nacional de Docentes de Nível Superior na área de Ginástica, Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal de Pelotas, 1980.

MAZO, Janice Zarpellon; LYRA, Vanessa Bellani. Nos rastros da memória de um “Mestre de Ginástica”. *Motriz*, Rio Claro, v.16 n.4 p.967-976, out./dez. 2010.

MÜLLER, Telmo Lauro. *Sociedade Ginástica: cem anos de história*. São Leopoldo: Rotermond, 1986.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PFANDFINDERGRUPPE. São Sebastião do Caí. *Compilação de textos*, 1938. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

QUITZAU, Evelise Amgarten. Associativismo ginástico e escotismo no Rio Grande do Sul (1913-1934). *Revista História da Educação (Online)*, v. 23, 2019.

QUITZAU, Evelise Amgarten. *Associativismo ginástico e imigração alemã no sul e sudeste do Brasil (1858-1938)*. 242f. 2016. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016.

RAMBO, Arthur Blásio. *A Escola Comunitária teuto-brasileira católica: a Associação dos Professores e Escola Normal*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

RAMBO, Arthur Blásio. *A Escola Comunitária Teuto-Brasileira Católica*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.

RAMOS, Eloísa. *O teatro da sociabilidade: os clubes sociais como espaço de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras – São Leopoldo 1858-1930*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2000.

ROCHA, Carolina; WASKOW, Denise. *Sogipa: 150 anos de vida e história*. Porto Alegre: Palavra Bordada, 2017.

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SCHRÖTER, Arthur; BLACK, Georg. Turn-Bericht. *Jahres-Bericht 1910. Relatório anual*, Turnerbund, Porto Alegre, 30 jan. 1911. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

SEYFERTH, Giralda. Socialização e etnicidade: a questão escolar teuto-brasileira (1850-1937). *Mana*, v. 23, n. 3, 2017, p. 579-607.

SEYFERTH, Giralda. Etnicidade e cultura: a constituição da identidade teuto-brasileira. In: ZARUR, G. C. L (Org.). *Etnia y Nación en América Latina*. INTERAMER, n.45, v.II, 1992.

SILVA, Haike Roselane da. A identidade teuto-brasileira pensada pelo intelectual Aloys Friederichs. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 295-330, jan./dez. 2005a.

SILVA, Haike Roselane da. *A trajetória de uma liderança étnica: J. Aloys Friederichs (1868-1950)*. 2005. 341 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005b.

SILVA, Haike Roselane da. *SOGIPA: Uma trajetória de 130 anos* (publicação comemorativa). Porto Alegre: Gráfica Editora Palloti, Editores Associados Ltda, 1997.

TURNER-BUND Porto Alegre (1892-1917). *Livro comemorativo 25 anos*, Turnerbund, Porto Alegre, 1917. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

TURNWESEN. *Kolonie*, Santa Cruz do Sul, 11 mar. 1914 Encontrado no Centro de Documentação da UNISC.

UNSER VORTURNERSCHAFT Jahres-Bericht des “Turner-Bundes” zu Porto Alegre. *Relatório anual*, Turnerbund, Porto Alegre, 30 jan. 1908. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

WIESER, Lothar; LEITE, Luciana. Educação Física – Pioneiros do RS: Georg Black. In: MAZO, Janice Zarpellon; REPPOLD FILHO, Alberto. (Org.). *Atlas do Esporte no Rio Grande do Sul: atlas do esporte, da educação física e atividades de saúde e lazer no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CREF2/RS, 2005.

WIESER, L. *Deutsches Turnen in Brasilien: deutsche Auswanderung und die Entwicklung des deutsch-brasilianischen Turnwesens bis zum Jahre 1917*. London: Arena Publications Limited, 1990.

TELLES, Leandro. *Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha (1858/1974)*. Obra comemorativa pelo sesquicentenário da imigração alemã. Porto Alegre: Associação Beneficente e Educacional de 1858, 1974.

TESCHE, Leomar. Turnen: um símbolo identitário no Brasil. In: TESCHE, Leomar (Org). *Turnen*: transformações de uma cultura corporal européia na América. Ijuí: Editora Unijuí, 2011. p. 81- 108.

TURNVEREIN SANTA CRUZ. Festschrift von der VII Turnfest der Turnerschaft von Rio Grande do Sul. *Livro Comemorativo*. Porto Alegre: Martin Fischer, 1929. Encontrado no Centro de Documentação da UNISC.

TURNVEREIN SÃO JOÃO do Montenegro. Festschrift von der VII Turnfest der Turnerschaft von Rio Grande do Sul. *Livro Comemorativo*. Porto Alegre: Martin Fischer, 1929. Encontrado no Centro de Documentação da UNISC.

TURNVEREIN CAHY Jamboree. *Folheto de programação do evento*, São Sebastião do Caí, set. 1927 Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

UNSER TURNBETRIEB. Jahres-Bericht 1913. *Relatório anual*, Turnerbund, Porto Alegre, 21 jan. 1914. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

RECEBIDO EM: 31/03/2020
APROVADO EM: 23/04/2020

AS RELAÇÕES DE PODER NOS JOGOS OLÍMPICOS (1920-2020): UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DAS ATLETAS BRASILEIRAS SOB A PERSPECTIVA TEÓRICA DE NORBERT ELIAS

Power Relations at the Olympic Games (1920-2020): An Analysis of the Brazilian Athletes Participation From Norbert Elias' Theoretical Perspective

Ana Flávia Braun Vieira¹
Miguel Archanjo de Freitas Junior²

RESUMO

Este artigo busca compreender os principais elementos dos processos históricos que contribuíram para os diferentes níveis de participação de atletas brasileiras nos Jogos Olímpicos entre 1920 e 2020. Para tanto, foram adotados conceitos desenvolvidos na teoria dos processos civilizadores e outros estudos de Norbert Elias, visando compreender as relações de poder entre os sexos e as consequências das novas configurações na dinâmica entre homens e mulheres. Nesse sentido, foram utilizados como fontes dados obtidos em documentos oficiais do Comitê Olímpico Internacional e do Comitê Olímpico Brasileiro, que possibilitaram o acesso às informações referentes à participação das esportistas brasileiras, como também a identificação das modalidades praticadas, e permitiram estudar os padrões socialmente desejáveis para as mulheres no esporte ao longo desse período, bem como as mudanças nas relações sociais e suas motivações. A interpretação teórica proposta permitiu compreender que os avanços e retrocessos em relação à participação das mulheres nos esportes olímpicos – e na sociedade em geral – está relacionada à forma como o Estado se organiza e controla a violência, além de demonstrar que períodos autoritários são mais propícios para o aumento da desigualdade entre os sexos. Apesar da tendência de maior igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nos esportes disputados por brasileiros nas Olimpíadas, ela não necessariamente se desenvolve de maneira homogênea em outras esferas da vida.

Palavras-chave: Norbert Elias; Jogos Olímpicos; Estabelecidos-Outsiders; Relações de Poder entre os Sexos.

ABSTRACT

This paper seeks to understand the main elements of the historical processes that contributed to the different levels of Brazilian women athletes' participation in the

1 Possui licenciatura em História (2009-2012), mestrado em Ciências Sociais Aplicadas (2013-2015) e é doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2016-2020). E-mail: ana.braun@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7644-2986>.

2 Doutor em História. Professor do Departamento de Educação Física e do Programa Stricto Sensu em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG. E-mail: mfreitasjr@uepg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6636-8084>.

Olympic Games from 1920 to 2020. For this purpose, concepts developed in the civilizing processes theory and other Norbert Elias' studies were adopted, aiming to understand the power relations between the sexes and the new configurations consequences in the dynamics between men and women. In this sense, data obtained from official documents of the International Olympic Committee and the Brazilian Olympic Committee were used as sources, which enabled access to information regarding the Brazilians athletes participation, as well as the identification of the modalities practiced, and allowed studying socially desirable standards for women in the sport throughout a period, as well as the changes in social relationships and their motivations. The theoretical interpretation proposed allowed us to understand that the advances and setbacks concerning the women participation in Olympic sports – and society in general – are related to the way the State is organized and controls violence, besides demonstrating that authoritarian periods are more conducive to increasing gender inequality. Despite the trend towards greater equal opportunities between men and women in sports played by Brazilians in the Olympics, it does not necessarily develop homogeneously in other spheres of life.

Keywords: Norbert Elias; Olympic Games; Established-Outsiders; Power Relations Between the Sexes.

Considerações iniciais

As relações interdependentes estabelecidas entre indivíduos e sociedade foram estudadas pelo sociólogo Norbert Elias (1897-1990). Na concepção do autor, que desenvolveu a teoria dos processos civilizadores (ELIAS, 2011 e 1993), existe uma relação de dependência mútua entre as mudanças na consciência e autocontrole dos indivíduos (psicogênese) e o desenvolvimento do Estado (sociogênese). Como as pressões externas em direção ao comportamento socialmente aceitável são individualizadas e transformadas em autocoação, o processo civilizador pode ser caracterizado como uma mudança na estrutura de personalidade dos indivíduos – que, em uma observação de longa duração, tem se direcionado para a regulação constante e altamente diferenciada do comportamento³.

O abrandamento de manifestações comportamentais violentas faz parte de uma “transformação ‘civilizadora’ global” (DUNNING, 1985, p. 398). Na concepção de Dunning (1985, p. 398), as “restrições internas e externas na expressão da agressividade do homem” lhes limitou as oportunidades de “usar uma de suas principais vantagens de poder em relação às mulheres – a sua força física” e, de maneira interdependente, “isso teria aumentado as oportunidades das mulheres”. A possibilidade de agir por si próprias, sem o temor de originar uma reação violenta dos homens, contribuiu para que elas lutassem por aquilo que acreditavam ser seus direitos e, como uma das consequências desse amplo processo, tornaram-se mais envolvidas nos esportes modernos ao redor do mundo (LISTON, 2014).

A gradual mudança no equilíbrio de poder em favor das mulheres pode ser evidenciada tomando sua participação nos Jogos Olímpicos como paradigma para pensar a transformação

3 O processo de civilização em Elias é “entendido como a pacificação das condutas e o controle dos afetos” (CHARTIER, 1985, p. 94).

no diferencial de poder entre os sexos⁴. Em pouco mais de 120 anos, houve uma significativa transformação no protagonismo feminino na esfera do esporte, passando de proibida a participação feminina à representação de 45% dos atletas nas Olimpíadas do Rio de Janeiro, realizadas no ano de 2016. Todavia, esse surto de feminização (LISTON, 2014), tendência característica do processo civilizador do século XIX em diante, se deu de maneira heterogênea nos diferentes países participantes dos jogos, apresentando características próprias, condizentes às relações sociais, culturais e emocionais estabelecidas em cada nação.

No caso brasileiro, a inserção das mulheres como representantes nacionais nas competições ocorreu lentamente, tendo início mais de três décadas após a primeira participação (extraoficial) de uma mulher nos Jogos Olímpicos de 1896⁵. Foi somente em 1932, momento significativo na política brasileira, que a nadadora Maria Lenk representou o país nas Olimpíadas de Los Angeles (MIRAGAIA; DACOSTA, 2002). Após esse primeiro passo – interdependente a um movimento mais amplo de reequilíbrio na relação de poder entre os sexos –, com avanços e retrocessos, as mulheres têm gradativamente exercido maior protagonismo nos Jogos Olímpicos, chegando a compor 49,3% dos esportistas brasileiros nas Olimpíadas de 2004.

Compreendendo que não existe nenhuma atitude humana natural, antes uma aprendizagem social das formas de agir em cada situação, este artigo busca compreender os principais elementos do processo histórico que possibilitaram tal transformação. Para tanto, foram utilizados conceitos desenvolvidos na teoria dos processos civilizadores e em outros estudos de Norbert Elias para esboçar algumas das mudanças sócio e psicogenéticas brasileiras ocorridas nos últimos 100 anos, visando compreender as relações entre os sexos e as consequências das novas configurações nas relações de poder entre homens e mulheres.

Como o foco desta discussão são as relações de poder e a presença feminina no esporte, foram utilizados como fontes dados referentes à participação de mulheres esportistas na delegação brasileira, como também as modalidades praticadas, entre a primeira atuação do Brasil nos Jogos Olímpicos, em 1920, e o ano de 2020⁶. Por meio de análises comparativas com dados mundiais e da historicização dos processos de desenvolvimento do país, foram estudados os padrões socialmente desejáveis para as mulheres ao longo desse período, elucidadas como as condutas e formas de relacionamento entre as pessoas mudaram e evidenciadas as principais razões para tais transformações sócio e psicogenéticas⁷.

A interpretação do aumento na participação de atletas brasileiras nos Jogos Olímpicos,

4 Neste trabalho as relações que envolvem o conceito gênero foram pautadas em seu componente biológico. Esta opção tem como referência a atitude controversa mas historicamente utilizada pelo Comitê Olímpico Internacional, seja através da utilização do Teste de Feminilidade ou, atualmente, por meio de análises sanguínea, cromossômica, ressonância magnética... Ou seja, para a entidade responsável pelos jogos, existem homens ou mulheres, sendo o masculino e o feminino as únicas categorias possíveis de disputa nas Olimpíadas. Disponível em: <https://www.olympic.org/documents/code-of-ethics>. Acesso em: 13 mar. 2020.

5 Acerca da primeira mulher nos Jogos Olímpicos, Miragaya (2007, p.05) escreveu: “A pesar dos esforços que Coubertin [idealizador dos jogos modernos] fez para manter as mulheres fora das competições, houve uma competidora extraoficial na maratona de 1896: uma mulher grega pobre que acabou sendo conhecida como ‘Melpomene’, cujo nome verdadeiro era Stamata Revithi. Ela não teve permissão para competir, porém fez o mesmo trajeto no dia seguinte, sendo que a última volta aconteceu fora do estádio porque a entrada lhe havia sido proibida”.

6 Ano em que ocorreriam os Jogos Olímpicos de Tóquio, adiados para 2021 em consequência da pandemia do corona vírus.

7 Na concepção de Elias, para compreender os processos civilizadores faz-se necessário: 1) estudar os significados e entendimento dado ao conceito de civilização na figuração investigada; 2) elucidar como o comportamento e a vida das pessoas naquela sociedade mudaram; 3) esclarecer como e porque ocorreram tais transformações (ELIAS, 2011). Tais proposições foram adaptadas ao contexto desta pesquisa.

ou seja, o estudo de uma micro escala de análise, “fornece material para uma investigação do problema teórico mais genérico” (ELIAS, 2001, p. 159). Com base nesse pressuposto elisiano, entende-se que, de maneira interdependente, a compreensão de aspectos relativos à tendência de igualdade entre homens e mulheres nos esportes olímpicos permite compreender particularidades da redução no diferencial de poder entre os sexos em esferas mais amplas. Ao mesmo tempo, a análise das modalidades de participação das mulheres possibilita considerar aspectos psicogenéticos do desenvolvimento brasileiro, já que as atividades praticadas no interior de uma sociedade correspondem às relações sociais ali estabelecidas e ao nível de sensibilidade dos indivíduos (VIEIRA; FREITAS JUNIOR, 2019).

Marco teórico-metodológico

A relação entre os sexos está entre as relações humanas mais fundamentais: ela é necessária para a continuação da espécie (BRINKGREVE, 2004). Sendo homens e mulheres ligados uns aos outros de maneira interdependente, a dinâmica entre eles pode ser concebida nos termos de uma figuração⁸. A investigação sob essa perspectiva tem duas implicações: compreender que a forma como os sexos estão conectados os fazem agir de maneira específica (LISTON, 2014), sendo as mudanças de um também a do outro, e que a direção e a ordem das relações entre eles não foram planejadas individualmente, mas são resultado das tensões inerentes às relações de poder entre ambos.

Durante séculos as relações desiguais entre os sexos foram asseguradas por três recursos utilizados pelos homens na dominação das mulheres: “força física, conhecimento e organização” (BRINKGREVE, 2004, p. 146 – tradução nossa)⁹. Na concepção de Dunning (1985, p. 392), nos tempos onde o confronto e a violência eram características estruturais da vida social, o equilíbrio de poder revelava uma “tendência para oscilar à favor dos homens” – tendência esta reforçada pela monopolização do “acesso e controle das principais determinantes das oportunidades sociais, em especial, na economia e no Estado”. O acentuado domínio masculino contribuía para a segregação entre os sexos, cenário que foi se modificando ao longo do próprio processo civilizador, à medida que as sociedades foram se tornando pacificadas. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento tecnológico passou a compensar e, por vezes, anular totalmente as referidas vantagens dos homens em relação às mulheres.

Atualmente, na sociedade industrial moderna, a violência armada não está mais conectada à força física, e as oportunidades nos campos educacional, econômico e político foram ampliadas para as mulheres (BRINKGREVE, 2004). Essa redução das manifestações sociais violentas, que oportunizou às mulheres a busca por igualdade de direitos, está relacionada ao “nível de formação do Estado, em especial o grau em que o Estado é capaz de conservar um monopólio efetivo sobre a utilização da força física” (DUNNING, 1985, p. 393). Enquanto uma instância que legisla sobre os limites comportamentais para diferentes esferas da vida e

8 Chartier (1988, p. 100) assim resumiu o conceito elisiano de figuração: “uma formação social cujo tamanho pode ser muito variável (...) em que os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões”.

9 No original: “physical strength, knowledge and organization” (BRINKGREVE, 2004, p. 146).

tendo ela a capacidade de punir aqueles que descumprem suas determinações¹⁰, o Estado (e outros órgãos representativos) tem exercido pressões externas que estimulam a pacificação e a resolução de conflitos sem o emprego da violência¹¹.

O fato da excitação violenta ter deixado de ser encarada como normal, tornando-a embaraçosa para quem vê e motivo de arrependimento e vergonha para aqueles que se deixam levar pelas emoções, teve suas consequências: em um primeiro momento, a redução global no nível de agressividade estimulou o surgimento de atividades compensadoras – processo chamado por Elias e Dunning (1985) de “desportivização”; posteriormente, estimulou a inserção das mulheres nestas atividades esportivas¹². Com maior ou menor sucesso ao longo do tempo e espaço, as mulheres passaram a ocupar áreas até então exclusivamente/predominantemente masculinas – como os Jogos Olímpicos.

As representações sociais previamente construídas sobre homens e mulheres justificaram a exclusividade masculina inicial na esfera do esporte. A maioria das sociedades, agora ou no passado, possuem padrões de divisão do trabalho e hierarquia entre os sexos: mulheres cuidam das crianças e da alimentação, enquanto homens fazem guerras e governam. Com base nesses arquétipos, a ideia de inferioridade física da mulher sustentou seu confinamento no espaço privado e a distanciou por muito tempo de atividades dominadas pelos homens. Aquelas que, por ventura, tentassem se inserir em esportes tradicionalmente masculinos estavam sujeitas à estigmatização e à rotulagem de ambos os sexos (LISTON, 2014)¹³.

À medida que a força física foi perdendo seu peso decisivo como fator nas relações de poder, os homens foram privados de seu principal instrumento de dominação¹⁴. Ao mesmo tempo, uma série de facilidades tecnológicas foram desenvolvidas, permitindo às mulheres maior controle sobre suas existências – a exemplo da pílula contraceptiva. Assim, nas sociedades industriais modernas, as mulheres foram capazes de se envolver em diferentes atividades, indo muito além dos cuidados domésticos e familiares. Sua entrada na esfera pública foi também estimulada por sua emancipação econômica (BRINKGREVE, 2004), que lhes permitiu – se assim desejassem – levar uma vida independentemente dos desejos masculinos¹⁵.

Os embates sistemáticos pela emancipação das mulheres, especialmente aqueles situados a partir século XIX, foram, inicialmente, uma luta para obter acesso ao domínio público; em seguida, pelo direito ao voto; mais tarde, pelo ingresso no trabalho e independência econômica. Como consequência dessas conquistas, características consideradas masculinas, como a

10 Ao analisar o comportamento dos hooligans hard core, Dunning (1985, p. 407) estabeleceu relações entre a origem do estilo masculino violento e as características estruturais da figuração/sociedade na qual se desenvolvem, apontando para a relação entre maior violência e segregação sexual/machismo em espaços onde o “Estado se revela incapaz de exercer, ou não deseja aplicar, um controle efetivo”, resultando na “produção e reprodução da ‘masculinidade violenta’, enquanto uma das suas estruturas dominantes” (ELIAS; DUNNING, 1985, p. 408)

11 “Embora haja sinais de que a violência pode ter aumentado recentemente, o equilíbrio entre controle externo e autocontrole, mudou a favor de autocontrole” (DUNNING, 2003, p. 26).

12 Sobre essa questão Dunning (1985, p. 399) escreveu: “apesar do desporto moderno continuar a estar inundado de valores patriarcais e apoiado em estruturas do mesmo tipo, o desporto emergiu como parte de uma mudança ‘civilizadora’, da qual um dos aspectos foi o deslocamento no sentido de se equivalerem, embora de forma tênue, as situações verificadas no equilíbrio de poder existente entre os sexos”.

13 Uma das razões para as divisões internas entre os outsiders é porque, frequentemente, sua consciência social tende a refletir os valores dominantes dos “estabelecidos” (LISTON, 2014).

14 De acordo com Brinkgreve (2004, p. 148), “Em uma cultura patriarcal, a violência física é um meio de forçar as mulheres a agir conforme os homens querem que elas ajam. No original: “In a patriarchal culture physical violence is a mean of forcing women to act as men want them to” (BRINKGRAVE, 2004, p. 148).

15 Não necessariamente livres de estigmatizações (LISTON, 2014).

autoconfiança, força de vontade, ambição e coragem, passaram também a ser encontradas nas mulheres, e áreas antes restritas aos homens, pela demanda de tais habilidades, são agora – e cada vez mais – espaços de atuação feminina.

No caso dos Jogos Olímpicos da era moderna, iniciados em 1896, as mulheres “forçaram a sua entrada de modalidade em modalidade” (OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008, p. 119). Assim, considerando que as atividades desenvolvidas no interior de uma sociedade são relativas às relações sociais e emocionais ali estabelecidas (DUNNING, 2003), a observação das formas socialmente aceitáveis de participação das mulheres no esporte ao longo dos anos evidencia aspectos das relações de poder no interior da formação social estudada. Partindo desse pressuposto, Vieira e Freitas Junior (2019, p. 02) entendem que ao tencionar as atividades de lazer (sendo uma delas o esporte) às características do local onde se desenvolvem, considerando “seu processo de formação, industrialização, urbanização e suas relações de poder”, torna-se possível conhecer “aspectos do desenvolvimento psicogenético de seus membros”. Esse tipo de investigação, de acordo com Elias (1987, p. 305 – tradução nossa), só pode ser realizada com recurso à historicização, buscando compreender “o que aconteceu e por que”¹⁶.

Diante do presente contexto, neste estudo realizou-se um exercício comparativo entre os índices mundiais e brasileiros de participação feminina nos Jogos Olímpicos – problematizando, quando necessário, as modalidades disputadas pelas mulheres –, visando observar avanços, desvios e permanências nas relações de poder através do número de representantes por sexo das delegações brasileiras. A partir dos dados emergentes desta primeira apreciação, foram historicizados aspectos elementares do desenvolvimento nacional entre 1920 e 2020, com ênfase nos aspectos da crescente participação das mulheres nos esportes olímpicos.

Surto feminizador olímpico: de ausentes a protagonistas

Tomando como pressuposto teórico as considerações de Elias e Scotson (2000), foi realizada uma interpretação das relações de poder entre os sexos e da dinâmica social das distinções de status nas relações estabelecidos-outsiders. As pesquisas desenvolvidas pelos autores em “Winston Parva”, nome fictício de uma pequena cidade da Inglaterra, lhes permitiu desenvolver uma série de premissas a respeito das relações de poder entre os dominantes (estabelecidos) e os “forasteiros” (outsiders), grupo pouco coeso e que possuía reduzidas chances de poder – reificadas pela posição que ocupavam no interior da figuração.

Além do tempo de residência e do controle das principais oportunidades sociais, uma das formas de manutenção do distanciamento social dos estabelecidos para com os outsiders era a realização da fofoca elogiosa sobre si e de fofoca depreciativa sobre os outros. No contexto das relações estabelecidos-outsiders, o que é dito pelos dominantes tem a função de “excluir pessoas e cortar relações”, configurando-se como um “instrumento de rejeição de extrema eficácia” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 125) para a estigmatização do “outro”.

Com base nesse estudo, aqui apresentado de maneira sintética em seus aspectos mais elementares, Elias e Scotson argumentam que “existe semelhança entre os padrões de estigmatização usados pelos grupos de alta potência em relação aos outsiders em todo

16 No original: “what happened and why” (ELIAS, 1987, p. 305).

o mundo... apesar das diferenças culturais” (1965, p. xxvi *apud* LISTON, 2014, p. 200 – tradução nossa)^{17 18}. Isso posto, a história das mulheres e, neste caso, a história das mulheres nos esportes olímpicos pode ser contemplada a partir desse instrumental teórico.

Ao longo do exercício de dominação masculina (estabelecidos), as mulheres (outsiders) passaram a concordar com os dominantes em relação à sua diminuta margem de poder. Os discursos sobre fragilidade feminina, vocação para o lar e maternidade, entre outros, foram interiorizados, alterando a percepção das mulheres sobre si, paralisando sua capacidade de protestar e posicionar-se (comportamentos desviantes aos socialmente esperados eram estigmatizados). Esse desequilíbrio de poder favorável aos homens, que se estende ao longo dos séculos, foi tomado como algo natural, inerente à sociedade.

Na concepção do *Olympic International Committee*, responsável pela organização dos Jogos Olímpicos, o esporte é uma das mais poderosas plataformas para a promoção da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres (IOC, 2018). No entanto, trata-se de uma concepção recente. A ideia de reproduzir na modernidade os jogos realizados na Grécia Antiga incluiu a restrição da participação feminina como competidoras. Nas Olimpíadas de 1896, coube às mulheres coroar os vencedores – o que ilustra as representações vigentes acerca de seu papel. No entanto, existiu uma prática de resistência¹⁹ marcante na história das mulheres no esporte olímpico: Stamati Revithi – conhecida pelos organizadores como Melpomene – realizou no dia seguinte, de maneira extraoficial, o percurso da maratona e abriu precedentes para “o ingresso gradual das mulheres nos jogos, por meio de lutas contra os valores da época, sendo a primeira mulher a enfrentar os obstáculos esportivos da era moderna” (OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008, p. 119).

A inserção das mulheres nas competições olímpicas é interdependente a um movimento que visava o deslocamento de poder entre homens e mulheres, o sufragista. Segundo Dunning (1985, p. 398), no final do século XIX e início do XX, a confiança das mulheres foi “engrandecida de modo harmonioso no sentido de prosseguirem o combate por aquilo que acreditavam ser os seus direitos”. Esses questionamentos feministas tiveram sua repercussão também na área do esporte: nos Jogos seguintes (1900), o Comitê Olímpico permitiu a inclusão do golfe e do tênis feminino²⁰. Acredita-se que a inserção de tais modalidades tenha relação com as pressões para um equilíbrio minimamente mais igualitário entre os sexos nas competições olímpicas. Uma vez que não poderia demover as mulheres e moças de seu desejo de praticar esportes (e de uma crescente emancipação desta nas demais esferas da vida), autorizou áreas limites, que representavam o nível de violência tolerado para as mulheres à época – bastante restrito, já que o golfe e o tênis são modalidades que não incluem o contato físico, são esteticamente bonitos e exigem alto grau de controle tanto para jogá-los quanto para assisti-los.

A cada edição a presença de mulheres esportistas se tornava mais expressiva; de igual maneira, as modalidades nas quais poderiam competir. Entre 1904 e 1952, foram iniciadas competições femininas nos seguintes esportes: arco (1904), patinação (1908), esportes aquáticos

17 No original: “there is a similarity to patterns of stigmatization used by high power groups in relation to their outsider groups all over the world... in spite of cultural differences” (ELIAS; SCOTSON, 1965, p. xxvi *apud* LISTON, 2014, p. 200).

18 Na concepção dos autores, “Pode-se construir um modelo explicativo, em pequena escala, da figuração que se acredita ser universal — um modelo pronto para ser testado, ampliado e, se necessário, revisto através da investigação de figurações correlatas em maior escala” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 20).

19 Entende-se por resistência as “lutas para modificar o equilíbrio de poder” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.37).

20 De acordo com o IOC (2018, p. 01), nas Olimpíadas de Paris, em 1900, 22 mulheres competiram em cinco modalidades: tênis, vela, croqué, hipismo e golfe, mas apenas golfe e tênis tiveram eventos exclusivos para mulheres.

(1912), esgrima (1924), atletismo e ginástica artística (1928), esqui (1936), canoagem (1948) e hipismo (1952). Com exceção do atletismo, as modalidades seguem, em maior ou menor medida, as explicações sugeridas para a inserção do golfe e do tênis: possuem baixo contato físico e grande dose de autocontrole. A competição em modalidades com maior relaxação e autorizada manifestação de comportamento excitado ocorreu apenas em 1964, com a inserção do vôlei. É importante notar que na década de 1960 houve um segundo grande movimento feminista a favor dos direitos das mulheres, incluindo o aumento de sua participação na esfera dos esportes. Acerca das transformações nesse período, Miragaya (2007, p. 10) escreveu:

Os novos papéis que as mulheres assumiram durante e depois da Segunda Guerra Mundial, especialmente relacionados à sua entrada no mercado de trabalho e consequente emancipação financeira, adicionam-se aos avanços da ciência produzindo um re-pensar da posição das mulheres na sociedade: um desafio às ideias tradicionais sobre os papéis de gênero. Como resultado desse novo posicionamento, foi possível observar um aumento na participação das mulheres no esporte e, com ele, a preocupação com a posição de desigualdade da mulher na sociedade e no esporte.

Ao analisar as modalidades de participação feminina, portanto os limites socialmente aceitáveis para suas ações na esfera do esporte – como um aspecto de um amplo processo, é possível observar que, nas décadas subsequentes, foram ampliadas as atividades olímpicas para mulheres, privilegiando esportes coletivos e com contato físico. São esportes ilustrativos dessa tendência: basquete e handebol (1976); hóquei (1980); futebol (1996); e o rugby (2016). Esses exemplos demonstram que quanto maior a divisão funcional e interdependência entre os sexos, mais amplas são as esferas de participação feminina. O equilíbrio de poder mais igualitário nas relações de poder entre homens e mulheres, consequente de uma estrutura social urbano-industrial onde as mulheres exercem atividades econômicas cada vez mais diferenciadas, tem permitido que antigos padrões “estabelecidos” percam seu poder de estigmatização. Assim, a ideia biologizante de que a prática de esportes que exigem maior dose força e contato físico iriam masculinizar as mulheres, de maneira contrária à sua natureza frágil com vocação aos cuidados da prole, foi sendo deixada de lado pelas próprias mulheres – o que não significa que não existam práticas de resistência por parte dos homens e de outras mulheres; o machismo é a maior delas²¹.

Como é possível observar na Tabela I, a relação estabelecidos-outsiders, ao menos nos esportes olímpicos, tem se tornado mais equilibrada. Os dados demonstram uma tendência de aumento da participação das mulheres nos jogos (média de 1% a cada 4 anos). Como todo processo social não-planejado, essa tendência não é linear e apresenta avanços e retrocessos em relação ao protagonismo feminino – evidenciando, a cada época, sua margem de poder na dinâmica entre os sexos. Na primeira edição que contou com a participação feminina, em 1900, as mulheres representaram 2,2% do total de atletas. Esse número, considerado baixo para os padrões contemporâneos, foi reduzido em 1904, possivelmente como uma reação à ampliação dos espaços sociais de circulação femininos, voltando a crescer a partir de 1908.

21 Segundo Dunning, (1985, p. 400), que analisou a origem e o declínio da subcultura macho no rúgbi, a tentativa masculina de depreciar as mulheres reflete “o incremento do poder das mulheres e a sua crescente ameaça à imagem tradicional que os homens têm de si próprios”.

Um segundo momento desviante no crescimento do protagonismo feminino encontra-se nas edições anteriores à Segunda Guerra Mundial. Possivelmente em um crescente conservador, característico dos movimentos nacionais-socialistas em ascensão no período, os jogos de 1932 e de 1936 representaram baixas no percentual de participação das mulheres.

TABELA I – Participação das mulheres nos Jogos Olímpicos

Ano	Local	Atletas Mulheres	% Mulheres
1900	Paris	22	2,2
1904	Saint Louis	6	0,9
1908	Londres	37	1,8
1912	Estocolmo	48	2,0
1920	Antuérpia	63	2,4
1924	Paris	135	4,0
1928	Amsterdã	277	9,6
1932	Los Angeles	126	9,0
1936	Berlim	331	8,3
1948	Londres	390	9,5
1952	Helsinque	519	10,5
1956	Melbourne	376	13,3
1960	Roma	611	11,4
1964	Tóquio	678	13,2
1968	Cidade do México	781	14,2
1972	Munique	1059	14,6
1976	Montreal	1260	20,7
1980	Moscou	1115	21,5
1984	Los Angeles	1566	23,0
1988	Seul	2194	26,1
1992	Barcelona	2704	28,8
1996	Atlanta	3512	34,0
2000	Sidney	4069	38,2
2004	Atenas	4329	40,7
2008	Pequim	4637	42,4
2012	Londres	4676	44,2
2016	Rio de Janeiro	5059	45,0

Fonte: Os autores - adaptado de Comitê Olímpico Internacional (2018).

Conforme a Tabela I, é possível observar que mundialmente existe uma tendência de um maior equilíbrio de poder entre os sexos. No Brasil, no entanto, essa tendência oscilou entre

avanços e retrocessos (Tabela II): por muito tempo o Brasil esteve abaixo da média mundial no que se refere à presença de mulheres esportistas nas delegações; entre os anos 2000 e 2012 houve um aumento gradual, voltando a ser reduzida em 2016. A seção seguinte busca explicar como e por que tais alterações no equilíbrio de poder ocorreram.

Relações de poder entre os sexos no Brasil a partir da participação das mulheres nos Jogos Olímpicos

As Olimpíadas do Rio, em 2016, foram um marco global na participação feminina nos Jogos Olímpicos, totalizando 45% dos competidores. No entanto, observando os índices de participação de brasileiras nos jogos, entende-se que esse percentual, no plano local, representa uma queda no protagonismo das mulheres, visto que em 2004 elas chegaram a representar 49,3% dos atletas da delegação. Esses avanços e retrocessos na margem de poder das mulheres no interior de figurações esportivas representam também elementos da relação entre os sexos nas demais esferas da vida²². Assim, a partir da interpretação dos índices de participação (Tabela II) e da discussão de algumas modalidades disputadas pelas brasileiras nos jogos, foram esboçadas parte das mudanças sócio e psicogenéticas locais, buscando compreender aspectos da interdependência entre os sexos no Brasil dos últimos 100 anos.

A interpretação histórica²³ a seguir seguiu, para sua estruturação, os diferentes períodos políticos no Brasil²⁴, problematizando teoricamente as diferentes etapas de inserção da mulher no esporte olímpico a partir das especificidades sociais e emocionais brasileiras. Nessa perspectiva, a participação das brasileiras nos Jogos Olímpicos pode ser classificada em 4 momentos: o primeiro, entre 1920 e 1928; o segundo, entre 1932 e 1960; o terceiro, entre 1964 e 1984; e o quarto, iniciado em 1988 e em continuidade nos dias atuais²⁵.

TABELA II – Comparativo entre a média de participação feminina mundial e a brasileira nas Olimpíadas

22 É importante destacar que existem determinados critérios para a participação em uma Olimpíada, que variam conforme a modalidade. Segundo reportagem do site Globo Esporte, as brasileiras “podem precisar vencer uma competição, alcançar uma posição no ranking ou ser convocado pela confederação brasileira de seu esporte”. Isso significa dizer que a limitação ou ampliação do número de mulheres na competição seja, necessariamente, uma imposição do Comitê Olímpico Brasileiro de maneira individual, mas reflexo da ausência de uma política que estimule o acesso das mulheres ao esporte e que lhes dê estrutura para que possam ter melhores resultados. Na concepção de Goellner (2006, p. 97), as conquistas brasileiras nas modalidades femininas “resultam muito mais do esforço individual e de pequenos grupos de mulheres (e também de homens) do que de uma efetiva política nacional de inclusão das mulheres no âmbito do esporte e das atividades de lazer”.

23 Trata-se de uma apresentação sumária de eventos considerados destacados para a dinâmica de poder entre homens e mulheres. Outros acontecimentos e personagens ficaram de fora desta problematização devido ao espaço limitado deste artigo.

24 Esta escolha se justifica em relação às concepções de Elias (1993 e 2011) sobre a interdependência entre as características de formação do Estado e as diferentes relações sociais e emocionais estabelecidas no espaço de sua abrangência.

25 Esta classificação abrange os Jogos Olímpicos ocorridos nos seguintes momentos da história política do Brasil: República Velha, Era Vargas e República Populista, Ditadura Militar e Nova República.

Ano	Local	% Mulheres participantes (mundo)	% Mulheres participantes (Brasil)
1920	Antuérpia	2,4	0
1924	Paris	4,0	0
1928	Amsterdã	9,6	Não part.
1932	Los Angeles	9,0	1,49
1936	Berlim	8,3	6,38
1948	Londres	9,5	13,58
1952	Helsinque	10,5	4,63
1956	Melbourne	13,3	2,13
1960	Roma	11,4	1,23
1964	Tóquio	13,2	1,47
1968	Cidade do México	14,2	3,57
1972	Munique	14,6	5,62
1976	Montreal	20,7	7,53
1980	Moscou	21,5	13,76
1984	Los Angeles	23,0	14,57
1988	Seul	26,1	20,59
1992	Barcelona	28,8	25,89
1996	Atlanta	34,0	29,33
2000	Sidney	38,2	45,85
2004	Atenas	40,7	49,39
2008	Pequim	42,4	48,01
2012	Londres	44,2	47,49
2016	Rio de Janeiro	45,0	44,95

Fonte: Os autores – Adaptado de Comitê Olímpico do Brasil. (Diversos)

a) De 1920 a 1928

A inserção das brasileiras no mundo do esporte data de meados do século XIX, mas foi somente a partir das primeiras décadas do século XX a experimentação de novas possibilidades culturais.

Com o aumento da divisão funcional e interdependência entre os sexos estimuladas pela crescente urbanização, bem como com um reforço dos órgãos centrais e incremento da eficiência no controle da violência, as relações entre os homens e as mulheres desse período começaram a ter seu diferencial de poder reduzido (DUNNING, 1985). A luta pelo poder de voto, expressão máxima de participação na esfera pública, foi um marco desse processo. No Brasil, as discussões nesse âmbito foram iniciadas por um homem, demonstrando a dificuldade de protagonismo enfrentado pelas mulheres, inclusive sobre assuntos diretamente relacionados aos seus interesses: “o movimento pelo voto feminino partiu de um homem, o constituinte,

médico e intelectual baiano César Zama, que, na sessão de 30 de setembro de 1890, durante os trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana, defendeu o sufrágio universal”, a fim de ampliar a participação feminina na política nacional (MIRAGAYA; DACOSTA, 2002, p. 02). Tal proposição não obteve adesão entre os constituintes e a luta pelo voto feminino tomara expressão somente após 1910, com a fundação, no Rio de Janeiro, do Partido Republicano Feminino, e novamente em 1919, ano em que Bertha Lutz fundou a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher.

Essas organizações – mais emblemáticas no contexto abordado, em comparação a outras iniciativas de mulheres – contribuíram para desestabilizar um equilíbrio de poder que há muito era favorável aos homens. A união das mulheres em torno de determinadas pautas lhes deu forças para ir além do estigma que as rotulavam como padrão desviante, iniciando um lento e gradual processo – não completamente planejado e totalmente imprevisível, devido às tensões inerentes às disputas no interior das relações de poder – de igualdade entre os sexos no Brasil²⁶.

No que diz respeito ao esporte, a partir dos anos 1920, a educação do corpo passou a ser entendida como fundamental para o desenvolvimento da nação. Especialmente nas grandes cidades, como São Paulo, isso implicou no desenvolvimento de inúmeras atividades corporais e esportivas como “opção de divertimento” (GOELLNER, 2006, p. 87). Como uma manifestação urbana em expansão, a oferta de espaços e modalidades foram ampliadas: “Proliferam, nos centros urbanos, os clubes recreativos, as agremiações, as federações, os campeonatos, as regatas, as travessias (...) [e outras modalidades], ao mesmo tempo em que se multiplicaram os espectadores e os participantes”. Esse cenário contribuiu para a inserção do Brasil no mundo esportivo internacional. Em 1920, nos Jogos Olímpicos da Antuérpia, ocorreu a primeira participação de uma delegação brasileira, que não incluiu nenhuma mulher esportista. Tal como afirmou Miragaya (2007, p. 07), esse primeiro período foi marcado pela “tradição de exclusão”, característica marcante da sociedade daquela época.

Por maiores que fossem os avanços conquistados pelas mulheres (início de sua inserção no mercado de trabalho, acesso à educação, manifestações pelo direito de votar), a resistência dos brasileiros a tais mudanças ainda era grande. Socialmente, havia muitos espaços com restrições à circulação feminina – incluindo certas modalidades esportivas²⁷. Na concepção de Miragaya (2007, p. 07), “as crenças baseadas na suposta fragilidade natural da mulher (...) condenou a atividade física vigorosa como perigo para a saúde e bem-estar da mulher”. A ausência das mulheres nessa primeira etapa da participação brasileira nos Jogos Olímpicos evidencia o grande desequilíbrio de poder que havia entre os sexos.

As modalidades esportivas que eram socialmente avalizadas para as brasileiras das primeiras décadas do século XX, em sua maioria, eram “identificadas pelo discurso dominante às supostas características do seu sexo: atenção, discrição, equilíbrio, paciência, elegância, graciosidade e sensibilidade”. Nesse período, as mulheres da elite praticavam tênis, natação, esgrima, vôlei e hipismo, esportes nos quais “os contatos físicos são minimizados ou intermediados por uma bola (...), portanto menos perigosos em relação às modalidades de força e resistência (...) que tanto produziam a ‘masculinização’ das formas e condutas do ‘belo sexo’, de acordo com os pressupostos médicos em voga” (FARIAS, 2011, p. 04). Apesar da existência de mulheres atletas, a estrutura social brasileira do período impediu sua participação

26 Em 1927, no Rio Grande do Norte as mulheres já eram autorizadas a votar. Em 1928 foi eleita a primeira prefeita do Brasil.

27 São exemplos de esportes que eram restritos às mulheres: atletismo, boxe e futebol.

nos Jogos²⁸. Conforme os índices da segunda etapa demonstram, essa situação, com avanços e retrocessos, estava a caminho de mudar.

b) De 1932 a 1960

Após a ausência brasileira nas Olimpíadas de Amsterdã, em 1928, consequência da crise econômica pela qual o país atravessava, os Jogos Olímpicos de 1932 foi o primeiro com participação de atletas mulheres na delegação nacional. Nesse momento, o contexto do país era outro: “houve aceleração das mudanças sociais e políticas, a história começou a andar mais rápido” (CARVALHO, 2015, p. 91). Acredita-se que a forma como a cidadania foi regulada no país contribuiu para o aumento do controle social e, por conseguinte, na civilização das condutas de acordo com os preceitos políticos e culturais correntes, personificados na figura do então presidente da República Getúlio Vargas. A legislação vigente, decorrente da centralização do poder nas mãos do Estado, contribuiu para o desenvolvimento relativamente ordenado do país ao expressar um patamar de civilização já alcançado e que se pretendia disseminar ou, por meio dela, determinar o estágio desejado a alcançar. Independentemente do intento civilizador, a organização institucional e social de diferentes figurações nacionais atendia às leis estabelecidas no plano nacional.

No que diz respeito à participação das mulheres na esfera política, o direito ao voto foi conquistado oficialmente em 1932, quando Getúlio Vargas decretou no Brasil o sufrágio universal. No entanto, à margem do governo federal, como manifestação da abertura social que vinha ocorrendo e em resistência às determinações contrárias, o voto feminino já era exercido em dez estados do país (MIRAGAYA; DACOSTA, 2002). A luta pela inclusão da mulher na esfera pública e sua autorizada participação demonstram mudanças nas sensibilidades em relação ao papel da mulher. Em um período em que se buscava consolidar o capitalismo no país (VIVIANI, 2014), as mudanças advindas da célere urbanização e industrialização tornaram as mulheres mais ativas (MORAES E SILVA; FONTOURA, 2011).

Como consequência desse movimento mais amplo, na área do esporte, os limites de participação feminina também haviam se alargado, no entanto, existiam barreiras, entre as quais destaca-se o discurso científico de caráter biológico e médico. As representações criadas nesses campos associaram concepções advindas do higienismo e eugenismo com o discurso nacionalista²⁹, gerando a ideia de que seria possível “aperfeiçoar eugenicamente as novas gerações através de cuidados especiais ministrados às futuras mães e aos recém-nascidos” (MORAES E SILVA; FONTOURA, 2011, p. 266). Nesse sentido, as atividades físicas passaram a ser indicadas às futuras mães – não sem restrições em relação aos espaços que poderiam ou não ser ocupados pelo feminino. Buscava-se, no interior dessas limitações, evitar que a mulher perdesse sua feminilidade. Essa abertura regulada, pautada no saber médico, extrapolou as práticas corporais: “forjou-se uma representação simbólica da mulher – a ‘esposa-mãe-dona-de-casa’ –, no mesmo momento em que novas exigências da crescente urbanização e do

28 Na relação estabelecidos-outsiders, por vezes, há um processo de interiorização do discurso “estabelecido”. No contexto aqui estudado, por vezes, as mulheres interiorizaram o discurso de sua suposta fragilidade, o que lhe tirava do horizonte determinados feitos, como sentir-se capaz de participar de uma Olimpíada.

29 Farias (2011, p. 03) detalhou essa questão: “a inserção feminina no campo esportivo se consolidou ao se apropriar de vários elementos presentes no discurso médico-eugênico, haja vista a preocupação de grande parte da intelectualidade brasileira com a construção de uma nova Nação, mais moderna e civilizada, função social delegada à família burguesa e, principalmente, à figura da mãe higiênica sadia, que deveria se engajar nas atividades físicas para, consequentemente, gerar e educar filhos fortes e ativos à Pátria”.

desenvolvimento comercial e industrial solicitaram a presença feminina em várias instâncias do espaço público” (MORAES E SILVA; FONTOURA, 2011, p. 267)³⁰.

Embora existissem esses discursos de incentivo às atividades físicas às mulheres, visando a maternidade sadia, o acesso a tais práticas era bastante restrito à adolescência e aos lugares ‘de família’ nos quais essas mocinhas poderiam praticar o tênis, a natação e o atletismo, geralmente em clubes” (MIRAGAYA; DACOSTA, 2002, p. 04) – havendo, portanto, um corte de classe e etnia. Essa tendência de crescimento da participação das mulheres na sociedade – e, por extensão, nas Olimpíadas –, provavelmente teria se invertido caso os jogos não tivessem sido suspensos em ocasião da Segunda Guerra Mundial. Essa afirmação está pautada no contexto político brasileiro, que entre 1930 e 1945 teve três formas de governo: provisório, eleito indiretamente e ditatorial. As conquistas feministas, principalmente em relação ao voto, foram diminuídas em seus significados a partir do crescente autoritarismo do governo de Getúlio Vargas, que culminou na ditadura do Estado Novo. Com o fechamento do Congresso e a legislação por decreto, as mulheres não tiveram (até 1945, quando da reabertura democrática) a oportunidade de exercer papel político. Ao mesmo tempo, com a necessidade do próprio Estado em controlar as pessoas para manter o regime instaurado, as manifestações violentas passaram a ser mais comuns – cenário que, como apontado nas discussões teóricas, reduz o poder e as chances de atuação das mulheres.

Soma-se a tudo isso o Decreto-Lei nº. 3.199, de abril de 1941, que, ancorado no discurso médico, legislou organizando o esporte nacional e, entre outras deliberações, restringiu os limites de atuação para a mulher na esfera do esporte. Segundo o artigo 54, “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”. Apesar da inserção da mulher nos Jogos Olímpicos ter representado um aumento no poder das mulheres em relação à dominação masculina, o Decreto evidenciou que a emancipação feminina não ocorreria sem resistência – inclusive da instância máxima do país, o próprio Estado³¹.

O percentual de 13,5% de participação de atletas brasileiras nos jogos de 1948 sugestionam que, apesar do contexto repressor que se estendeu até 1945, as mulheres seguiram praticando esportes – ainda que dentro de certos limites impostos pelo governo –, de modo a formarem um contingente mais expressivo para enfrentar os possíveis estigmas que a busca por maior igualdade de oportunidades entre os sexos no âmbito esportivo implicava. Vale acrescentar que nessa edição, pela primeira vez na história das mulheres no esporte olímpico, o Brasil teve um percentual de participantes superior ao mundial. As explicações para esse avanço ascendente no protagonismo feminino estão ligadas ao contexto de transição para a abertura democrática:

A participação de soldados brasileiros no *front* da Segunda Guerra (1939-1945) para lutar contra o nazismo evidenciou para a população brasileira as contradições que viviam dentro de seu próprio país: a ditadura Vargas. Diante de pressões para a permanência ou renúncia do então presidente, venceram as forças democráticas. Em 1945 foram realizadas eleições e,

30 Segundo Moraes e Silva e Furtado (2011, p. 273), “A prática das atividades físicas possibilitou [às mulheres] a sua saída do ambiente provado do lar – predestinação de toda mulher – para um novo panorama de possibilidades e conquistas, a vida social, ou seja, a ocupação do espaço público”.

31 É importante considerar que, ainda hoje, os homens são a maioria no Estado e outras instâncias de poder administrativo.

nesse contexto democrático, as mulheres votaram pela primeira vez. Outra transformação que data desse período está ligada ao protagonismo exercido pelas mulheres durante a guerra, na ausência de seus maridos e filhos – assim como já tinha ocorrido na Primeira Guerra Mundial (1914-1919), principalmente com as europeias. As experiências que as mulheres tiveram nesse período não puderam ser minimizadas, sendo o elevado índice de competidoras pela delegação brasileira um aspecto dessa mudança geral.

No entanto, é preciso observar atentamente um movimento de redução de protagonismo das atletas nas Olimpíadas entre as competições de 1952 e 1960. Trata-se de um momento politicamente conturbado no Brasil: no segundo mandato de Vargas, havia uma forte oposição entre nacionalistas e liberais, que influenciou seu suicídio, em 1954; no governo nacional-desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, iniciado em 1956, a meta de desenvolver o Brasil 50 anos em 5 aumentou exponencialmente as dívidas do país; Jânio Quadros, por sua vez, renunciou meses depois de tomar posse, em 1961, alegando impossibilidade de governar – acusando seu vice, João Goulart, de interferir com suas supostas tendências comunistas. Em tempos de Guerra Fria, houve um estratagema político que impediu Jango de assumir seu posto como presidente. O Congresso, que não aceitava posicionamentos políticos mais à esquerda, implementou o sistema parlamentarista de governo. Com primeiros-ministros incapazes de governar, foi realizado um plebiscito em janeiro de 1963 para decidir sobre o sistema de governo (parlamentarista x presidencialista). Nessa disputa, venceu a vontade popular de manter Goulart na presidência (CARVALHO, 2015).

Essas idas e vindas políticas, mesmo dentro de um espectro democrático, tiveram grandes impactos na economia e na sociedade brasileira, reverberando suas consequências também na área do esporte. Como é possível observar na Tabela II, o envolvimento das mulheres nas Olimpíadas caiu 12,3% entre as edições de 1952 a 1960 – também como resultado do “impacto negativo” causado pelo Decreto de 1941 (FARIAS, 2011). Nesse período, as brasileiras se destacaram no hipismo, na esgrima e na natação – que representam limites sociais já discutidos, mas também em modalidades como o atletismo, que exige demonstração de máxima eficiência do corpo. Os discursos sobre masculinização começariam a mudar... Apesar da redução no percentual de mulheres esportistas nos Jogos Olímpicos na República Populista, provavelmente decorrentes do desequilíbrio de poder na esfera política e consequente aumento de poder dos homens em relação às mulheres, de maneira geral, a participação da mulher no espaço público já era uma constante e o seu papel social estava lentamente se transformando.

c) De 1964 a 1984

Durante a Ditadura Militar (1964-1985), o índice de participação das mulheres nos jogos permaneceu bastante inferior à média mundial. Somente nas Olimpíadas de 1980, realizadas em Moscou, seu percentual na delegação brasileira atingiu os índices de 1948, ou seja, a casa dos 13%. Esse fenômeno se explica pelo contexto político de repressão e violência. Conforme apontado, quando a força e a violência física são consideradas socialmente importantes, as mulheres têm seu poder reduzido. Além disso, “a repressão política dos governos militares foi também mais extensa e mais violenta do que a do Estado Novo” (CARVALHO, 2015, p. 164). A ausência de direitos civis e políticos, a censura e a tortura diminuíram os níveis de civilização no país – entendendo por civilização a redução de manifestações violentas (ELIAS, 1993 e 2011).

Durante a Ditadura Militar, na contramão da média mundial, os índices de participação

de atletas brasileiras no Jogos Olímpicos chegaram a ser 11% menores³². Nesse período, no cenário internacional ocorria

a integração social e a ascensão social de alguns grupos – as classes trabalhadoras, mulheres, jovens, homossexuais e negros (...) Durante as décadas de 1960 e 1970 esses grupos foram emancipados e, em seguida, integrados aos Estados Nação. Em conjunto com uma avalanche de protestos contra todos os relacionamentos e maneiras vistos como autoritários, esses grupos conseguiram conquistar um tratamento mais respeitoso (WAUTERS, 2009, p. 96).

As diferenças de hierarquia e poder tendiam a diminuir também no Brasil, mas a repressão buscava manter a ordem vigente e os militares no poder. No entanto, estudantes e operários voltaram a se mobilizar, realizar greves e marchas nas ruas pela democratização. Diante da revolta popular pela morte do estudante Edson Luís em um desses protestos, o governo editou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que foi uma das mais severas e marcantes ações dos militares. São alguns exemplos de suas determinações: fechamento do Congresso, suspensão do *habeas corpus* para crimes considerados contra segurança nacional (abertura para a prisão de cidadãos contrários ao regime), cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos, pena de morte por fuzilamento e censura prévia nos jornais e outros meios de comunicação (CARVALHO, 2015). Nesse cenário ausente de liberdade de expressão e de reunião, onde ocorriam prisões arbitrárias, torturas³³ e os lares e correspondências eram violados, os brasileiros como um todo tiveram suas margens de poder reduzidas.

Se, como afirmou Wauters (2009), as mudanças nos padrões de costumes são sintomas de mudanças no equilíbrio de poder do Estado, as características autoritárias do período restringiram os direitos já conquistados pelas mulheres, incluindo o significativo direito de votar. Ao mesmo tempo, houve muita resistência – o que acabou forçando os militares a deixar o poder. As mulheres militantes “subverteram a ordem patriarcal tão solidamente acomodada na ideologia ditatorial” (TELES, 2015, p. 1010). Na concepção de Teles (2015, p. 1010-1011),

A participação das mulheres se deu por decisão delas próprias. Ao assumirem uma posição política de transformar a ditadura em liberdade, justiça e democracia, passaram a engrossar as diversas trincheiras de

32 Pouco a pouco, foi crescendo novamente a representatividade feminina na delegação brasileira, chegando a 13,7% nos Jogos Olímpicos de 1980 (ainda que 8,4% abaixo da média de participação feminina mundial). É importante lembrar que a essa altura a Ditadura Militar já havia perdido a sua força e o Brasil passava por um lento e gradual processo de abertura democrática. Segundo Carvalho (2015, p. 162), no governo de João Batista Figueiredo (1979-1985), “As leis de repressão vão sendo aos poucos revogadas e a oposição faz sentir sua voz com força crescente”.

33 Homens e mulheres foram torturados nesse período, no entanto, “as mulheres foram submetidas de forma mais intensa à tortura sexual, como os estupros, as mutilações, inclusive, com uso de animais vivos” (TELES, 2015, p. 1011).

lutas, das ações políticas de repúdio à ditadura, seja de luta armada ou não, o que irritou profundamente os militares que esperavam que elas fossem facilmente dominadas e controladas por eles. Eles não aceitavam que as mulheres pudessem exercer livremente o seu direito de escolha, inclusive de lutar contra a ditadura. Eles odiavam as militantes que fugiam do estereótipo da submissão, da dependência e da incapacidade de tomar decisão.

Na esfera do esporte, as posturas de repressão e de resistência tiveram seus impactos. Conforme apontado, na passagem da República Populista para a Ditadura Militar, as mulheres vinham conquistando cada vez mais espaços na esfera pública. Diante da impossibilidade de controle total sobre as atividades realizadas por mulheres, em 1965, através da Deliberação nº. 07, a prática de esportes lhes foi liberada, com exceção de algumas modalidades socialmente tidas como inapropriadas para elas: lutas, futebol, polo, baseball e halterofilismo. A extinção do Decreto-Lei nº. 3.199, de abril de 1941, e a total liberdade de escolha da prática esportiva por mulheres ocorreu em 1979, como consequência da resistência de judocas, apoiadas pelo presidente da Confederação Brasileira de Judô (OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008).

Esse caso é emblemático para pensar no diferencial de poder entre os sexos nesse contexto violento da ditadura militar. Assim como no século XIX, foi necessário que um homem promovesse debates acerca do voto feminino, no final da década de 1970, foi preciso o apoio de outro homem de destacada importância no campo esportivo brasileiro para que as mulheres tivessem a oportunidade de expressar suas demandas³⁴: participar de campeonatos em todos os esportes, não apenas nos autorizados pelo Estado. Sobre isso, Oliveira, Cherem e Tubino (2008, p. 124) escreveram: Joaquim Mamede “inscreve mulheres, utilizando seus sobrenomes, no Sul-americano de judô, na Argentina, o que era proibido pelo Decreto 07/65”. Foram descobertos. Todavia, “com [o] sucesso na competição, ao ser chamado para prestar esclarecimentos, levou as meninas de quimono com as suas medalhas no peito, fato este que futuramente contribuiu para a revogação desta proibição através da Deliberação nº. 10 em 1979”.

A ampliação das esferas de atuação da mulher no esporte coincide com o início da reabertura democrática, evidenciando a relação entre a configuração do Estado e a forma como o poder está distribuído entre os cidadãos, bem como entre homens e mulheres. Segundo Goellner (2006, p. 94), “Os anos 80 e 90 caracterizaram-se pela maior inserção das mulheres em esportes antes considerados como violentos para a participação feminina”. Nesse momento de transição e início da Nova República, modalidades como judô, polo aquático, handebol e futebol passaram a contar com a participação das brasileiras nos Jogos Olímpicos.

Como um processo não-planejado e não intencional, as consequências das lutas feministas se estenderam às décadas posteriores. Entre elas é possível destacar que as mulheres “aprenderam a pensar que as diferenças biológicas são partes delas próprias e que as permitem competir em seus próprios termos, mas tendo as mesmas oportunidades que os homens” (MIRAGAYA, 2007, p. 12). Ao mesmo tempo, novas lutas foram estabelecidas. Diante do anseio democrático, “as mulheres brasileiras intensificaram sua participação política, seja nas passeatas, seja nas fábricas, seja na clandestinidade” (TELES, 2015, 1008). Nesse contexto,

34 Isso evidencia que, apesar de avanços no protagonismo feminino, existiam ainda concepções cristalizadas de longa data sobre as mulheres.

a relação entre homens e mulheres no Brasil começa a ser menos desigual; são parceiros na luta, cidadãos contra o regime autoritário. A despeito das restrições impostas pelo Estado, as mulheres haviam atingido um patamar inédito, o qual o novo contexto político iria contribuir para elevar ainda mais.

d) De 1988 em diante

O retorno do regime democrático, consagrado pela Constituição de 1988³⁵, representou o fim da repressão estatal e a oportunidade de um espaço onde as relações entre homens e mulheres poderiam se tornar menos desiguais. Nesse novo contexto, um fator decisivo para a inclusão das mulheres e sua representação cada vez maior em diferentes setores sociais foi a ampliação das oportunidades de escolarização. A disseminação do conhecimento aumentou as possibilidades de circulação em espaços de poder e de representação pelas mulheres (GONÇALVES, 2016). Além disso, é importante acrescentar que o movimento feminista brasileiro fortaleceu-se ao longo das décadas e, à medida que confrontava visões socialmente estabelecidas sobre o papel da mulher e os estigmas sofridos pela luta por direitos eram reduzidos, passou a contar com um maior número de mulheres. Nesse período, grupos de formação foram importantes para “‘abrir a mente das pessoas’, pois o feminismo desloca as pessoas de onde elas estão e as leva a outros lugares: estudam mais, trabalham mais, se informam mais, se tornam mais intelectualizadas, fazem política, se tornam menos vulneráveis às violências, aumentam seu poder e autonomia” (GONÇALVES, 2016, p. 335).

No âmbito dos esportes olímpicos, o crescimento da participação feminina foi bastante significativo. Em 1988, as mulheres eram 20,5% dos atletas da delegação brasileira; em 1996, esse número já era de 29,3%. Nos jogos realizados entre 2000 e 2012, a participação das esportistas ultrapassaram a média mundial, chegando a 49,3% em 2004. É importante destacar que o maior aumento percentual ocorreu entre as Olimpíadas de Atlanta (1996) e de Sidney (2000): de uma edição para a outra houve um aumento de 16,5%³⁶. Acredita-se, mesmo que de maneira hipotética, que a conquista das primeiras medalhas olímpicas por brasileiras³⁷ incentivou a participação mais ativa das mulheres no esporte, além de demonstrar às forças resistentes a crescente participação feminina, nessa e em outras esferas, que as mulheres são capazes de grandes feitos, desde que tenham oportunidades sociais para tal.

Uma das maiores dificuldades para a participação feminina nas Olimpíadas foi a questão financeira. Na concepção de Miragaya (2007, p. 06), “o patrocínio sempre foi um fator decisivo para a participação da mulher atleta nos Jogos Olímpicos”, pois nem todas “tiveram ou têm a credibilidade e o apoio dos comitês locais e de patrocinadores, logo, torna-se bastante difícil para muitas atletas conseguirem viajar para os locais de competição”. O que contribuiu para a mudança parcial deste cenário foi a organização de uma série de legislações e incentivos ao esporte no Brasil: Entre eles, destacam-se para essa problematização o programa do governo federal chamado Bolsa Atleta e a Lei de Incentivo ao Esporte (nº11.438/06).

De acordo com a Secretaria Especial do Esporte, o programa Bolsa Atleta é o maior programa de incentivo direto aos atletas do mundo. Acerca dos patrocinados,

35 A Constituição Brasileira de 1988 afirma o lazer (dentro dele o esporte) como um direito social, sendo dever do Estado fomentar práticas esportivas formais e não formais.

36 Até então, no contexto da Nova República, o crescimento médio de participação de esportistas mulheres na delegação brasileira era de 4,9% a cada edição dos jogos.

37 Nos Jogos de Atlanta, as atletas brasileiras conquistaram 1 medalha de ouro (vôlei de praia), 2 de prata (basquete e vôlei de praia) e 1 de bronze (vôlei de quadra).

O público beneficiário são atletas de alto rendimento que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade. O programa garante condições mínimas para que se dediquem, com exclusividade e tranquilidade, ao treinamento e competições locais, sul-americanas, pan-americanas, mundiais, olímpicas e paralímpicas³⁸.

Desde 2005, seis categorias de bolsas são ofertadas, com valores proporcionais ao estágio do atleta: atleta de base, estudantil, nacional, internacional, olímpico/paraolímpico e pódio. A prioridade na distribuição das bolsas é para atletas que praticam esportes disputados nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Segundo a Secretaria, o resultado positivo desse investimento pode ser atestado pelo número de medalhas conquistadas pelos esportistas brasileiros desde então. Nesse movimento de investimento na área do esporte, em 2006 foi aprovada a Lei de Incentivo ao esporte, que dispôs sobre subsídios e benefícios para fomentá-lo no país. Essa lei foi importante porque se apresentou como uma ação no sentido de consolidar o dever do Estado no desenvolvimento de práticas esportivas: a partir dela 1% dos impostos de pessoas jurídicas e 6% dos impostos de pessoas físicas passaram a ser destinados à promoção do esporte no país. Apesar desses esforços, entre os jogos de 2004 e 2016, a participação feminina na delegação brasileira foi reduzida em 4,4%.

De maneira geral, essas ações foram importantes para o desenvolvimento do esporte no Brasil, no entanto, como é possível notar, nesse momento não foi estabelecida nenhuma normativa que favorecesse o equilíbrio de poder entre os sexos na esfera esportiva. Foi somente em 2015 que a Comissão do Esporte aprovou uma proposta para a destinação de recursos visando a promoção de modalidades femininas no Brasil³⁹. A partir de 2017, pelo menos um quarto dos projetos beneficiários da Lei de Incentivo ao Esporte passaram a incluir mulheres. Com um investimento mais específico do Estado e dos órgãos de gestão esportiva, a previsão para as Olimpíadas de Tóquio é a de que as mulheres esportistas componham 48% da delegação. No entanto, o equilíbrio de poder segue favorável ao homem no interior dos esportes. Das 50 modalidades olímpicas com atletas brasileiros nas disputas, oito ainda terão mais homens do que mulheres. São eles: atletismo, polo aquático, ciclismo pista, futebol, boxe, ciclismo estrada, luta greco-romana e beisebol/softbol⁴⁰.

Enquanto as mulheres não possuem representação na luta greco-romana⁴¹, ginástica rítmica e nado artístico não contam com participação masculina. Ainda permanece de forma velada na sociedade brasileira uma compreensão de que existem espaços exclusivamente masculinos (onde aspectos como a força importam) e femininos (onde a delicadeza das mulheres é exaltada), o que contribui para a estigmatização dos homens que se interessem por “atividades de mulher”.

Como é característico das mudanças no equilíbrio de poder, o mesmo processo social pode ter consequências diferentes. Diante de um reequilíbrio favorável às mulheres, atitudes

38 Disponível em: <http://www2.esporte.gov.br/snear/bolsaAtleta/sobre.jsp>. Acesso em: 30 mar. 2020.

39 Disponível em: <https://cd.jusbrasil.com.br/noticias/248833950/comissao-aprova-incentivo-ao-esporte-feminino>. Acesso em: 30 mar. 2020.

40 Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/blogs/brasil-em-toquio/noticia/apesar-do-avanco-oito-das-49-modalidades-terao-mais-homens-que-mulheres-em-toquio-2020.ghtml>. Acesso em 30.03.2020.

41 As brasileiras já concorreram nesta modalidade em edições anteriores. Nos Jogos de 2016, por exemplo, a equipe brasileira de luta greco-romana era formada por 4 mulheres e 1 homem.

machistas surgem como uma reação masculina diante da perda de poder. Segundo Liston (2014), alguns homens, assim como algumas mulheres, consideram o crescente envolvimento feminino como uma ameaça à sua dominância e um desafio à masculinidade hegemônica. No sentido de reduzir o poder dos homens sobre as mulheres, o Estado tem promovido medidas para protegê-las de reações masculinas violentas. No entanto, a necessidade de criação de leis específicas para punir os casos de violência contra as mulheres⁴² demonstra que, apesar de muitos avanços, a autonomia da mulher em sua vida e em seus relacionamentos ainda está à mercê do autocontrole masculino, muitas vezes falho. É por essa razão que o Estado e outras instâncias de poder precisam legislar a favor da igualdade entre os sexos em todas as esferas da vida, incluindo o esporte, direcionando e até mesmo acelerando esse processo de reequilíbrio de poder.

Nesse aspecto, o *International Olympic Committee* já compreendeu a importância de seu papel, a exemplo do *IOC Gender Equality Review Project*, cujo objetivo é impulsionar a igualdade de gênero globalmente com recomendações de mudanças orientadas para a ação. A concepção que rege tal iniciativa é a de que a igualdade de gênero no Movimento Olímpico cria oportunidades para que as mulheres atuem em outras esferas públicas. Cientes da tendência de equilíbrio de participação entre os esportistas, o projeto também estimula que os países que disputam os Jogos avancem na participação de mulheres em papéis de liderança. No Brasil, mesmo após a indicação o Comitê Olímpico Internacional, no ano 2000, para que os Comitês Nacionais “procurassem promover estratégias de inserção da mulher nos cargos de comando, de forma a se aproximar do percentual de 10%”, a participação das mulheres “nos setores de organização e de direção” é inexpressiva (GOELLNER, 2006, p. 96) – evidenciando que existem áreas em que o predomínio masculino é bastante arraigado.

Diante disso, não basta que o *International Olympic Committee* recomende ações, é preciso que o Estado e Comitê Olímpico Brasileiro também promovam políticas que contribuam para o aumento da participação feminina em áreas de gestão esportiva. Ademais, apesar da crescente participação das atletas nos Jogos Olímpicos, “isso não significa que homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades no campo esportivo ou que preconceitos quanto à participação feminina inexistam” (GOELLNER, 2006, p. 96). As relações de poder entre os sexos podem estar se equilibrando em relação ao número de participantes, no entanto, dentro e fora do campo esportivo, existem áreas de desigualdade.

Se, conforme buscou-se demonstrar aqui, a forma como o Estado está organizado é interdependente da maneira como as relações de poder são estruturadas nas diferentes esferas da sociedade, ainda há muito a avançar para um real equilíbrio na dinâmica entre os sexos – a exemplo da sub-representatividade das mulheres no Congresso Nacional (apenas 10,5% do Congresso brasileiro é formado por parlamentares mulheres)⁴³.

42 A Lei nº. 13.104, de 9 de março de 2015, torna crime de feminicídio homicídios contra a mulher por razões da condições de sexo feminino. Lembrando que a Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340 de 07 de agosto de 2006) já havia criado uma série de dispositivos para coibir e prevenir a violência doméstica contra a mulher. A necessidade de uma lei ainda mais rigorosa demonstra a dificuldade masculina em autocontrolar seus impulsos violentos diante das decisões femininas no âmbito dos relacionamentos e na sociedade em geral.

43 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/brasil-tem-menos-parlamentares-mulheres-do-que-151-paises-22462336>. Acesso em: 29 mar. 2020.

Considerações finais

As relações de poder entre os sexos são consequentes das características do processo civilizador no interior de uma dada formação social. A forma como o Estado é configurado direciona as mudanças nas estruturas sociais e psicológicas e influencia na dinâmica entre homens e mulheres (ELIAS, 1987; DUNNING, 1985). Nesse sentido, sociedades pacificadas, como as urbano-industriais, nas quais as manifestações violentas foram eliminadas ou passaram a ser alvo de controle, permitiram às mulheres maiores oportunidades de poder.

Uma das esferas a partir da qual é possível estudar como tem se configurado as relações de poder entre homens e mulheres é o esporte – visto que cada sociedade desenvolve um conjunto de práticas esportivas mais de acordo com suas características sociais e emocionais (ELIAS; DUNNING, 1985). No caso desse trabalho, optou-se pela análise da participação de mulheres nas delegações brasileiras nos Jogos Olímpicos, a partir da historicização de alguns eventos que contribuíram para tais transformações. Esse exercício permitiu compreender parcela dos padrões socialmente desejáveis para mulheres ao longo do tempo, bem como suas transformações e as razões que têm contribuído para o reequilíbrio de poder.

Compreendendo a relação entre homens e mulheres a partir das proposições de Elias e Scotson (2000), entende-se que as mulheres foram – e em muitas esferas ainda são – outsiders. Até pouco tempo faltavam recursos organizacionais e redes de assistência mútua que pudessem mudar significativamente o equilíbrio desigual de poder entre os sexos a seu favor (LISTON, 2014). No entanto, diante de circunstâncias históricas que lhes permitiram algum incremento de poder, elas seguem lutando para assegurar uma posição de igualdade entre os sexos, combatendo antigos estigmas que as ligavam exclusivamente ao lar e à maternagem, demonstrando sua força e competência para atuar em qualquer esfera social, desde que lhes sejam asseguradas igualdade de oportunidades.

No caso brasileiro, a partir das características das formas de participação das atletas nas Olimpíadas, foi possível observar que os processos de desenvolvimento não são unidirecionais, mas, por vezes, apresentam contra surtos – que representam a resistência de setores da sociedade em relação às transformações impostas pela ampliação dos espaços sociais femininos. Assim, a história das brasileiras no esporte acompanhou tendências mais amplas, principalmente as tendências políticas – já que a forma como o Estado monopoliza a violência interfere nas possibilidades de poder das mulheres.

Nessa perspectiva, foram trabalhados quatro momentos políticos brasileiros distintos, que representam dinâmicas de poder entre os sexos igualmente distintas e que impactaram no percentual de participação feminino nas Olimpíadas. Durante a República Velha, as mulheres foram excluídas da participação nos Jogos Olímpicos; na Era Vargas e República Populista, inicialmente houve um crescimento na representação feminina na delegação, reduzida após o Decreto-Lei de 1941; ao longo da Ditadura Militar, diante da impossibilidade de controle total das práticas por elas realizadas, foi gradualmente revogada a proibição dos tempos de Vargas, o que contribuiu para que os índices voltassem novamente a crescer; por fim, no contexto democrático da Nova República, a maior igualdade entre homens e mulheres teve efeitos positivos entre os esportistas olímpicos, contribuindo para que os índices de participação e as relações de poder entre os sexos se tornassem mais equilibrados.

O aumento das brasileiras nos jogos, e no esporte em geral – área por muito tempo de predominância masculina, demonstra que as disputas nas relações de poder entre os sexos,

de fato, têm tido seu equilíbrio alterado. No entanto, a forma e a intensidade como isso ocorre nas diferentes esferas da vida é muito variável, havendo espaços onde as mulheres são extremamente estigmatizadas e os homens seguem em suas posições de estabelecidos – a exemplo dos cargos de gestão dentro do próprio Comitê Olímpico (nacional e internacional). Ademais, essa tendência de feminização em áreas que ainda são hegemonicamente masculinas é totalmente reversível, como a historicização dos índices de participação das mulheres nos Jogos Olímpicos demonstrou: em momentos mais autoritários, portanto de maior violência, as chances de poder das mulheres costumam ser reduzidas.

Sendo o Estado resultante de um processo de longa duração que segue em desenvolvimento, é impossível prever as características que este terá num futuro distante e como contribuirá para o equilíbrio de poder entre homens e mulheres. A única coisa que se tem certeza, por ora, é que na configuração atual o processo de desenvolvimento sócio e psicogenético brasileiro tem contribuído para um equilíbrio um pouco mais igualitário entre homens e mulheres no âmbito dos esportes olímpicos. Resta ao Estado e às outras instâncias de poder legislarem no sentido de que esse equilíbrio entre os sexos abranja outras esferas da vida.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil em 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30.03.2020.

_____. *Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del3199.htm. Acesso em 24 mar. 2020.

_____. *Lei nº, 11.438, de dezembro de 2006*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11438.htm. Acesso em: 30 mar. 2020.

_____. *Lei nº. 11.340, de 07 de agosto de 2006*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 29 mar. 2020.

_____. *Lei nº. 13.104, de 09 de março de 2015*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 29 mar. 2020.

_____. *Lei nº. 9.615 de março de 1998*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm. Acesso em: 30.03.2020.

BRINKGREVE, C. Elias on gender relations: the changing balance of power between the sexes. In: LOYAL, S.; QUILLEY, S. (orgs.), *The Sociology of Norbert Elias*. Cambridge University Press, 2004.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil*. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CHARTIER, R. Formação social de “habitus”: uma leitura de Norbert Elias. In: CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Portugal: Difusão Editorial, 1988.

COELHO, S. M. P.; MARQUES, J. C. Do anonimato à vitória: as primeiras medalhas olímpicas femininas do Brasil e a imprensa esportiva em Atlanta – 1996. *Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Santos, 2007.

COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL. *Resultados*. Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/cob/time-brasil/brasil-nos-jogos/resultados>. Acesso em 24 mar. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS. *Deliberação 07/65*. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/deliberacao-n-7-2-agosto-1965/>. Acesso em: 30.03.2020.

DUNNING, E. O desporto como uma área masculina reservada: notas sobre os fundamentos sociais na identidade masculina e as suas transformações. In: ELIAS, N.; DUNNING, E. *A busca da excitação*. Lisboa: DIFEL, 1985.

_____. Sobre problemas de identidade e moções no esporte e no lazer: comentários críticos e contra-críticos sobre as sociologias convencional e configuracional de esporte e lazer. *História: Questões & Debates*, n. 39, p. 11-40, 2003.

ELIAS, N. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

_____. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. The Changing Balance of Power between the Sexes. *Theory, Culture & Society*, 4(2-3), 1987.

_____.; DUNNING, E. A busca de excitação no lazer. In: ELIAS, N.; DUNNING, E. *A busca da excitação*. Lisboa: DIFEL, 1985.

_____.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FARIAS, C. M. Os Jogos Femininos e a experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, 2011.

GLOBO ESPORTE. *Apesar do avanço, oito modalidades terão mais homens que mulheres em Tóquio 2020*. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/blogs/brasil-em-toquio/noticia/apesar-do-avanco-oito-das-49-modalidades-terao-mais-homens-que-mulheres-em-toquio-2020.ghml>. Acesso em: 30 mar. 2020.

_____. *Veja os critérios de classificação dos brasileiros para as Olimpíadas de 2016*. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2014/08/veja-os-criterios-de-classificacao-dos-brasileiros-para-olimpiadas-de-2016.html>. Acesso em: 28 mar. 2020.

GOELLNER, S. V. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. *Pensar a Prática* 8/1: 85-100, Jan./Jun. 2005.

GONÇALVES, E. Renovar, inovar, rejuvenescer: processos de transmissão, formação e permanência no feminismo brasileiro entre 1980-2010. *Revista Brasileira de Sociologia*. Vol. 04, nº. 07, 2016.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. Code of ethics. 2018. Disponível em: <https://www.olympic.org/documents/code-of-ethics>. Acesso em: 13 mar. 2020.

_____. *Factsheet – Women in the Olympic movement*. 2018. Disponível em: https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/Factsheets-Reference-Documents/Women-in-the-Olympic-Movement/Factsheet-Women-in-the-Olympic-Movement.pdf#_ga=2.116109190.102594965.1585022894-1488605372.1583765704. Acesso em: 24 mar. 2020.

_____. *IOC Gender Equality Review Project*. 2018. Disponível em: <https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/News/2018/03/IOC-Gender-Equality-Review-Project-Recommendations-Overview-March-2018.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.

LESSA, P.; VOTRE, S. J. Carteira rosa: a tecnofabricação dos corpos sexuados nos testes de feminilidade na Olimpíada de 1968. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, v. 35, n. 2, 2013.

LISTON, K. Revisiting Relations between the Sexes in Sport on the Island of Ireland. In: LANDINI, T. S.; DÉPELTEAU, F. (orgs.). *Norbert Elias and Empirical Research*. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

MIRAGAYA, A. As mulheres nos Jogos Olímpicos: participação e inclusão social. In: RUBIO, K. *Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. Disponível em: http://www.sportsinbrazil.com.br/livros/as_mulheres_jogos_olimpicos.pdf. Acesso em: 22 mar. 2020.

_____.; DACOSTA, L. P. Maria Lenk: as revoluções política e emancipadora da década de 1930 no Brasil que levaram a nadadora da Atléctica às olimpíadas de Los Angeles. *Anais do VIII Congresso Brasileiro de História da Educação Física*. Ponta Grossa, 2002.

MORAES E SILVA, M.; CÉSAR, M. R. A. Reflexiones sobre los “problemas de género” en Brasil: Contribuciones a la investigación en Educación Física. *Educación Física y Ciencia*, vol. 16, nº 2, 2014.

_____. FONTOURA; M. P. Educação do corpo feminino: um estudo na Revista Brasileira de Educação Física (1944-1950). *Rev. bras. Educ. Fís. Esporte*, São Paulo, v.25, n.2, 2011.

NEIBURG, F. APRESENTAÇÃO À EDIÇÃO BRASILEIRA. A sociologia das relações de poder de Norbert Elias. In: ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

OLIVEIRA, G.; CHEREM, E. H. L.; TUBINO, M. J. G. A inserção história da mulher no esporte. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, 16(2), 2008.

TELES, M. A. A. Violação dos direitos das mulheres na ditadura. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 23(3): 406, 2015.

VIEIRA, A. F. B.; FREITAS JUNIOR, M. A. Alternativa metodológica para o estudo dos processos civilizadores: análise psicogenética a partir das práticas de lazer em Monte Alegre – PR. *Recorde*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 1-19, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/25657/14064>. Acesso em: 20 mar. 2020.

VIVIANI, F. C. A Nova Política do Brasil: temas e argumentos. In: *Anais da II Semana de Pós-Graduação em Ciência Política*, São Carlos, 2014.

RECEBIDO EM: 31/03/2020
APROVADO EM: 21/04/2020

*A (DES)POLITIZAÇÃO DOS JOGOS OLÍMPICOS MODERNOS¹ **

The (de)politicization of the modern Olympic Games

Luiz Carlos Ribeiro²

RESUMO

Focando em três momentos conjunturais do olimpismo — a fundação dos jogos modernos, no final do século XIX, a conjuntura totalitária dos anos trinta e a da guerra fria nos anos 1950-1980 — o presente artigo debate como a atribuída neutralidade dos Jogos Olímpicos transformou-se na sua principal força política. A tese é que à medida que o campo esportivo se autonomiza, enquanto uma atividade com regras próprias, mais ele fortalece a sua neutralidade. Do mesmo modo, quanto mais esse caráter neutro e apolítico é afirmado, mais cresce a força política do movimento olímpico.

Palavras-chave: Olimpismo; Esporte Moderno; História Política; Despolitização

ABSTRACT

Focusing on three conjuncture moments of Olympism – the foundation of modern games in the late nineteenth century, the totalitarian situation of the thirties, and the cold war in the years 1950-1980 – this article debates how the attributed neutrality of the Olympic Games is its main political force. The thesis is that, as the sports field becomes autonomous as an activity with its own rules, it further strengthens its neutrality. In the same way, the more this neutral and apolitical character is asserted, the more the political strength of the Olympic movement grows.

Keywords: Olympism; Modern Sport; Political History; Depoliticization.

Introdução

O ano é 2020. Estamos no mês de março. A expectativa era de que em menos de quatro meses assistíssemos a abertura da trigésima segunda Olimpíada de verão, desta vez na cidade de Tóquio, no Japão. Por motivos estranhos ao campo esportivo os Jogos foram suspensos, previstos agora para 2021.

O evento, como ocorre a cada quatro anos, é ansiosamente esperado. Desde os atletas e técnicos em busca de seus recordes, passando pelos organizadores, na figura do COI-Comitê Olímpico Internacional e do CON-Comitê Olímpico Nacional, do Japão e o público em geral,

1 * Pesquisa financiada com recursos do CNPq. Edital Universal, Protocolo 408155/2016-7.

2 Professor do Departamento de História, da UFPR. Coordenador do Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade. E-mail: ribeiro4650@gmail.com.

as expectativas são grandes. Os investimentos são elevados. A previsão é que os custos só com a organização — melhoria da infraestrutura urbana, construção de arenas, etc. — devam ultrapassar a casa dos 25 bilhões de dólares. O volume total envolvido — gastos das comitativas nacionais, investimentos de patrocinadores diretos e indiretos, sistema de transmissão, etc. — é de difícil estimativa. De todo modo, como bem sintetizado nas palavras de Eduardo Tancinsky, consultor especializado em marcas, “mais do que uma competição esportiva, a Olimpíada é um grande painel para a exibição dos patrocinadores, que se fortalecem ao associar a sua imagem à dos maiores atletas do mundo” (ESTADO DE MINAS, 2020)

Nada disso, porém, é novidade, inclusive as acusações de compra de votos para a indicação de Tóquio, como ocorrera nos Jogos do Rio-16. O que preocupa agora é um fenômeno extra esportivo que envolve a população global: a propagação de uma nova epidemia sanitária, o novo coronavírus (Covid 19), que teve como epicentro a província chinesa de Hubei, mas já se espalha para diversos países, inclusive o Japão. Rapidamente contaminou a Europa e os Estados Unidos. Obviamente Brasil e países da América Latina não estão imunes. Os dados sobre o número de casos suspeitos de contaminação e de mortos são contraditórios, mas já se fala em milhares de mortos.

O que incomoda a comunidade global, em especial as autoridades organizadoras do evento, é que entre os fatores facilitadores de propagação do vírus estão a intensa circulação e aglomeração de pessoas, o que evidentemente é o que se espera durante os Jogos no Japão. Depois de muito resistir, no dia 24 de março o COI (Comitê Olímpico Internacional) tomou uma decisão inédita, suspendendo os Jogos de 2020, inicialmente marcada para abrir em 24 de julho. Nunca na história dos Jogos Olímpicos modernos houve um adiamento. Ocorreram decisões pela não organização do megaevento em três momentos — 1916, 1940 e 1944 —, por ocasião das duas guerras mundiais

Essa rápida passagem aos Jogos Olímpicos de Tóquio, em 2020, serve como pretexto para uma discussão mais ampla a respeito dos esportes e em específico sobre os Jogos Olímpicos. A motivação para esse debate encontra-se na convenção presente em diversos discursos — desde as autoridades esportivas, os discursos estatais, os textos acadêmicos e, com certeza, o senso comum — da neutralidade política dos esportes. É como se pertencessem a uma outra esfera que não a das pessoas comuns. Isso se aplica em relação tanto à moral, às relações jurídicas nacionais e internacionais e a política. O esporte é visto, portanto, como neutro e apolítico. De forma diversa, nosso objetivo é demonstrar que os fundamentos políticos dos esportes localizam-se exatamente nessa atribuída neutralidade política, sobretudo no que se refere ao olimpismo.

Muito já se escreveu sobre os Jogos Olímpicos. Nessas leituras predominam duas tendências: aquelas que reafirmam o caráter apolítico do evento — assim como dos esportes em geral —, repercutindo o discurso oficial do COI desde os seus fundadores; outras, as que procuram ler o movimento olímpico de forma mais crítica, como se verifica em boa parte da literatura que utilizamos aqui.

Nosso objetivo é demonstrar, a partir de algumas experiências históricas, como o movimento olímpico afirma o seu caráter político no tenso equilíbrio da neutralidade, no esforço de colocar o ideal olímpico acima dos interesses políticos de grupos e de Estados, o que lhe exige ser habilmente político. Para tanto, abordamos três conjunturas específicas: o momento da fundação dos jogos modernos e a verbalização dos seus ideais, na conjuntura do final do século XIX; a conjuntura totalitária dos anos 30, em especial a experiência dos

Jogos na Alemanha nazista, em 1936; e o período da chamada Guerra Fria, entre final dos anos 1940 e início dos anos 1990. Acompanhando o sociólogo Jacques DeFrance, a hipótese a ser debatida é a de que as “formas de negação e afirmação da política mudam à medida que o campo esportivo experimenta impulsos de empoderamento”, ou é empurrado na direção oposta, quando o processo mostra-se reversível (DEFrance, 2000, p. 14).

A reinvenção dos Jogos Olímpicos

A realização dos Jogos Olímpicos modernos é, sem dúvida, um dos principais eventos esportivos do mundo contemporâneo. Ressignificado no final do século XIX a partir dos ideais iluministas de progresso e civilização do Barão Pierre de Coubertin (1863-1937), os JO's adquiriram uma força política global, auto afirmando a sua neutralidade política.

Foi em 25 de novembro de 1892, por ocasião do cinquentenário na *Union des Sociétés Françaises de Sports Athlétiques* (USFSA), que Coubertin anunciou, pela primeira vez, a proposta de reorganização dos Jogos Olímpicos, os chamados Jogos Olímpicos modernos (CLASTRES, 2008, p. 11). Na sequência, apesar da proposta de Coubertin dos primeiros Jogos se realizarem apenas em 1900, em Paris, por ocasião da realização da Exposição Universal, o evento teve início em 1896, na Grécia, ocorrendo pela segunda vez em 1900, em Paris.

Os fatores que permitiram a idealização e a efetivação de um movimento esportivo de caráter mundial tem tanto a ver com a iniciativa e o empreendedorismo de Coubertin quanto com as condições objetivas políticas, econômicas e mesmo educacionais daquele final do século XIX.

A marca histórica do século XIX pode ser percebida a partir de três elementos característicos: o apogeu das classes burguesas, a imposição política de uma massa de trabalhadores e o imperialismo comercial de caráter bélico das principais potências econômicas. Esses três fatores possibilitaram a emergência de pelo menos duas estratégias de condução política: a política de massas e o nacionalismo (HOBBSAWM, 2002; HOBBSAWM; RANGER, 1997). É nessa configuração de hegemonia burguesa, de força das massas proletárias e expansionismo comercial e bélico do capitalismo que o olimpismo se instituiu como uma força política original.

Discursando em 1892, Coubertin define a função social do esporte moderno como estratégia para paz social e fim dos conflitos internacionais:

Há pessoas chamadas utópicas quando nos falam do desaparecimento das guerras, e não estamos totalmente equivocados; mas há outras que acreditam na redução progressiva das possibilidades de guerra, e eu não vejo utopia nisso. É claro que o telégrafo, a estrada de ferro, o telefone, a investigação apaixonada da ciência, os congressos e as exposições têm feito mais pela paz que qualquer tratado ou convenção diplomática. Então, eu acredito que o atletismo fará muito mais. Aqueles que viram 30.000 pessoas correndo sob a chuva para assistir a uma partida de futebol não pensarão que estou sendo exagerado. Que nos seja permitido exportar remadores, corredores e esgrimidores; estes é o livre comércio do futuro, e o dia em que introduzir entre as paredes da velha Europa a causa da paz terá recebido um impulso novo e poderoso. (Coubertin, in MÜLLER/TODT, 2015, p. 289)

Fica claro nesse discurso o caráter liberal e a consciência classista do papel do esporte como fator de controle social, seja nas relações de classes, seja nos conflitos internacionais. Os esportes tendo um papel civilizador de paz e harmonia, gestando, desse modo, os princípios do esporte moderno e, nele, o olimpismo. Encontra-se fundado em um modelo burguês de educação e de valorização da igualdade de oportunidades (PRONI, 2008).

O esporte moderno e a doutrina do olimpismo se inscrevem, portanto, na utopia liberal da civilização e do progresso. As ideias não são novas. Remontam à ideologia liberal do Iluminismo do século XVIII. A novidade é que o progresso capitalista da Segunda Revolução Industrial trouxe o acirramento das classes sociais e dos conflitos entre nações. Uma situação que exigiu a invenção de uma nova engenharia política do controle social, tal como a escola, os partidos e as mídias de massa e, entre outros, o esporte como um fator de entretenimento, controle social e de preparação para a guerra.

Nessa perspectiva, os exercícios corporais adquiriram no discurso de Pierre de Coubertin e na doutrina do olimpismo um significado singular. Em relação aos jogos tradicionais ou à ginástica militarizada — como predominava na Alemanha —, o esporte moderno passou por um processo de esportivização da cultura corporal (RUBIO, 2002, p. 134).

Influenciado pela derrota frente a Alemanha na Guerra Franco-Prussiana (1870/71), a elite intelectual e política francesa se interrogava sobre as origens da superioridade bélica alemã. Coubertin se manifesta abertamente decepcionado em relação ao sistema ginástico francês, que classificou de “mascarado” e de resultados pífios. Ao mesmo tempo, mostrou-se crítico do modelo prussiano, por considerá-lo autoritário e centralizador e preocupar-se apenas com o aspecto marcial. De forma diversa, “sua preferência é pelo esporte britânico, por seu culto ao esforço altruísta e a emulação que gera” (CLASTRES, 2002, p. 18/19). Ele atribui a força do império britânico à formação moral produzida pelas práticas de esportes nas *public schools* e nas universidades, como as de Oxford e Cambridge.

Ou seja, inspirada pelo modelo liberal iluminista e pela doutrina da “mão invisível do mercado”, a esportivização da cultura adquire seus ares de modernidade. A estratégia era resgatar a utopia civilizacional do indivíduo racional, capaz de uma consciência plena do mundo, onde predominava a harmonia da paz e do progresso para todos.

Mas essa era uma utopia que se esgotava rapidamente, paradoxalmente, à medida da expansão capitalista. O esgarçamento da ideologia do progresso era proporcional à eficácia do crescimento do mercado, como podia ser observado no caráter belicista internacional e no aumento das tensões classistas.

Como projeto original a esportivização da cultura corporal não veio para acalmar as tensões sociais com o aumento da proletarianização. Ao contrário, os esportes modernos eram uma forma de distinção de classe, gestado sobretudo pela burguesia emergente. Os jogos tradicionais, de origem camponesa ou artesã, em geral praticados nas áreas livres, passaram, pela ação das classes burguesas, a ser ressignificados e praticados de forma restrita, inicialmente nas *public schools* e universidades e depois nos clubes de acesso circunscrito aos sócios.

Havia nessa prática uma evidente conotação de distinção social de classe. Excludentes, essas novas práticas esportivas se distinguiram dos jogos tradicionais dos espaços baldios e dos homens comuns e adquiriram um formato ideológico próprio. Praticados entre iguais, as modalidades esportivas ditas modernas foram inventadas como uma forma de distinção de classe de ocupação do tempo livre. O caráter discriminatório desses esportes legitimava-se pela regra moral — supostamente inexistente entre os homens comuns — de honra e civilidade no

controle da violência.

Praticar apenas entre os pares era uma forma de, pela exclusão, alienar o esporte das tensões presentes na sociedade. Resulta disso a defesa do esporte apenas como entretenimento, desprendimento, amadorismo e *fair play*. Esses preceitos morais consolidaram os esportes como despolitizados, ou seja, distintos da sociedade dos comuns e das tensões sociais nela presentes. É o princípio do isolamento e da “neutralidade” dos esportes em relação às questões políticas, nacionais ou internacionais.

À medida que a socialização imposta por uma política de massas dissemina essas práticas esportivas, elas vão ultrapassando as barreiras de classe e tornando-se comuns. Há um processo de proletarização dos esportes que desestabiliza o ideal olímpico e amador, decorrente dele a necessidade em insistir no caráter não profissional dos participantes. É por isso que, para Coubertin, o esportista amador é

todo aquele que nunca tenha participado de uma prova aberta, nem competido por um prêmio em espécie ou por dinheiro, seja qual for a fonte da qual provenha, especialmente dos ingressos – ou com profissionais – e que nunca tenha sido em nenhum momento de sua vida professor ou monitor assalariado de educação física. (Coubertin, in MÜLLER/TODT, 2015, p. 628).

É evidente, portanto, a contradição. Ao mesmo tempo que a proposta olímpica dos Jogos modernos pretende-se socialmente excludente, ela se encontra imbricada em uma sociedade de multidões, onde os mecanismos de controle social ou se massificam ou tornam-se ineficazes. Decorre disso a pressão dos governos nacionais pela criação de um sentimento massivo de pertencimento nacional — o nacionalismo —, o que implicava universalizar espaços de controle social, como a escola ou as práticas esportivas.

A visão romântica e idealista de Coubertin procurou escapar da possibilidade de que os Jogos Olímpicos enfrentariam desafios políticos, econômicos e sociais, variando de nacionalismo, racismo, terrorismo, corrupção ou comercialização dos jogos. Apesar de seu esforço ideológico, os Jogos Olímpicos acabaram refletindo tensões políticas, crises econômicas, floração cultural e desenvolvimento tecnológico.

Constituído como uma doutrina ou uma “filosofia em processo” (TAVARES, 1999, p. 19) o olimpismo pode ser classificado nos seus primórdios como masculino, elitista e esclarecido, próprio da filosofia do progresso e da razão.

Nesses termos, o Congresso Olímpico que instituiu o COI, em 23 de junho de 1894, foi convocado com os seguintes objetivos:

1. Conservar no desporto o seu caráter nobre e cavalheiresco;
2. Lutar contra o profissionalismo que ameaçava os amadores;
3. Instituir as lutas pacíficas e cortesias que eram consideradas o melhor dos internacionalismos. (PIRES, s/d).

Questões cruciais foram levantadas a partir de então. Como construir um ensino escolar e uma educação esportiva fundada nos princípios olímpicos da exclusão social? Como difundir um imaginário nacionalista e ao mesmo tempo construir uma esportivização elitista, de acesso exclusivo a quem dispunha de tempo livre para praticá-lo de forma despreocupada?

Ou seja, apesar do caráter elitista do olimpismo moderno, ele foi obrigado a dialogar com a pressão das massas e os interesses dos governos nacionais e, à medida que se constituiu em um espetáculo de massas, passou a ser também de interesse do mercado.

Pressionado pelo progresso dos esportes socialistas, pela ampliação da democracia e pela própria disseminação dos esportes, Coubertin viu-se obrigado a reconhecer a necessidade de ampliar socialmente a prática esportiva. Em escritos de 1910 declara: “Os jovens que nada têm não podem mais permanecer deserdados do esporte. Soou a hora de vocês também provarem a alegria muscular.” (COUBERTIN, apud CLASTRES, 2008, p. 84).

Em mensagem aos participantes dos Jogos Olímpicos de Amsterdã, em 1928, Coubertin voltou a tratar das mudanças pelas quais vinham passando os Jogos Olímpicos:

Pessoalmente, gostaria de ver o pentatlo moderno sob as diretrizes que lhe impus ao cria-lo. Quanto à participação feminina nos Jogos, sou contrário a ela. É contra minha vontade que tem sido admitida em um número de provas cada vez maior.

Como o Olimpismo tem passado sem grandes perdas à Guerra Mundial, sobreviverá às revoluções sociais. Em qualquer caso, nada tem a temer com as atuais tendências corporativas. Tenho visto com alegria como as organizações operárias foram impregnadas pelo ideal Olímpico; sem dúvida, os estudantes, por sua vez, irão querer lhe conceder uma parte mais definida dentre de suas preocupações universitárias. O que importa é que em todos os níveis, desde a adolescência à idade adulta, trabalhasse para estender o espírito desportivo, feito de lealdade espontânea e de desinteresse cavalheiresco. (Coubertin, in MÜLLER/TODT, 2015, p. 596).

A dificuldade de Coubertin é trabalhar esse processo de socialização — participação feminina e operária — que experimenta os esportes modernos e o próprio olimpismo. Como conciliar, por exemplo, a proletarianização dos esportes com o ideal amadorista do desinteresse cavalheiresco?

À medida que o interesse por recordes esportivos crescia, seja pela vontade dos atletas, seja por interesses políticos nacionais, a restrição elitista ao amadorismo era colocada em xeque. Na verdade, esse foi um impasse que só foi resolvido muito mais tarde, mas com um elevado custo para os princípios originais do olimpismo.

Olimpismo e os regimes totalitários dos anos trinta

A primeira metade do século XX foi de derrota para os ideais de paz e harmonia social, do qual o olimpismo era uma das faces mais visíveis. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os anos de depressão econômica e psíquica, o totalitarismo e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) expuseram o mal-estar civilizacional em que vivia o mundo, em especial o desenvolvido (FREUD, 1987). O que se encontrava derrotada era a democracia e, com ela, a filosofia

liberal do progresso de tradição burguesa. Terminada a primeira grande guerra a democracia encontrava-se entre escombros (MAZOWER, 2001).

Após a olimpíada de Estocolmo (Suécia, 1912) a expectativa era de que a próxima sede fosse em Berlim. O início da guerra mundial, em 1914, obrigou o Comitê Olímpico Internacional a cancelar o evento previsto para 1916. Os Jogos só foram reativados a partir de 1920 (Antuérpia), tendo sido realizados na sequência em Paris (1924), Amsterdam (1928) e Los Angeles (1932). Influenciado pelos discursos da Liga das Nações, de paz e de recuperação da Alemanha no rol das nações civilizadas, em 1931 o COI anuncia a realização dos XI Jogos Olímpicos para Berlim, capital da República de Weimar.

Na ocasião, apesar do sentimento antissemita já bastante enraizado na cultura alemã, as intenções de Adolf Hitler e de seu regime ainda pareciam ambíguos. A crise global — sobretudo depois de 1929 e início da depressão — estimulou o aumento do desemprego e da inflação, fazendo crescer o descontentamento com o regime democrático e acirrando o discurso contrário às humilhações do Tratado de Versalhes (1919). Uma onda racista, de extrema direita e conservadora — antiliberal, portanto — começa a tomar conta do ambiente cultural e político alemão. É nesse contexto que Hitler e o *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* — NSDAP (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães) iniciam a tomada do poder no país. O NSDAP torna-se, a partir de 1932, o maior partido da Alemanha. Apesar de não ter maioria no Parlamento, Hitler consegue ser nomeado chanceler em 1933, gradativamente assumindo plenos poderes.

É preciso reforçar que a onda antidemocrática e antiliberal não era um fenômeno exclusivo na Alemanha, mas em vários países, com grau diferenciado. Como afirma Mazower, “Na década de 1930 tudo indicava que a maioria dos europeus já não queria lutar por ela [a democracia]; havia alternativas não democráticas para enfrentar os desafios da modernidade.” (MAZOWER, 2001, p. 19). Em pouco tempo a perseguição aos judeus tornou-se prática comum e estendeu-se a todas as instâncias sociais, inclusive no campo esportivo.

O convite feito à Alemanha para sediar os Jogos Olímpicos de 1936 foi realizado antes da ascensão de Hitler e do nazismo. Quando assumiu, Hitler manifestou pouco interesse na realização dos Jogos Olímpicos. Bruno Malitz, porta-voz nazista, posicionou-se contrário à realização do evento, com o argumento que os Jogos eram “muito internacionais” e “infestados” de “franceses, belgas, polacos e judeus-negros”. O próprio Hitler havia difamado as Olimpíadas de 1932, de Los Angeles, como “um infame festival organizado pelos judeus” (GUTHRIE-SHIMIZU, 2009, p. 69). Foi Josef Goebbels, ministro da propaganda nazista, que teria convencido Hitler da relevância dos Jogos para mostrar ao mundo a vitalidade da “nova Alemanha”.

Dadas suas posições pessoais ameaçadas e a hostilidade estridente de muitos nazistas às Olimpíadas, nem Lewald nem Diem estavam otimistas sobre os jogos de 1936. Ambos ficaram apreensivos quando foram convocados, em 16 de março de 1933, para se encontrarem com Hitler na chancelaria. Para sua surpresa e alívio, Hitler não ordenou a cessação imediata dos preparativos. Pelo contrário, ele deu a eles sua aprovação. (GUTTMANN, 2006, p. 66).

Para compor o grupo organizador do evento, foi convidado pelo presidente do COI, conde Henri de Baillet-Latour, o presidente do Comitê Olímpico Alemão, Theodor Lewald,

que era igualmente membro do COI, desde 1926. Lewald tinha ascendência judia, o que o tornava suspeito aos olhares nazistas. Outro membro foi Carl Diem, capitão da equipe alemã nos Jogos de 1912 e fundador do *Deutsche Hochschule für Leibesübungen* (Colégio Alemão de Exercício Físico), onde vários judeus atuavam como professores ou instrutores. Ambos estavam envolvidos no planejamento das Olimpíadas de Berlim, canceladas em 1916, e “conquistaram amplo respeito na Europa por sua experiência em administração esportiva.” (GUTHRIE-SHIMIZU, 2009, p. 69).

Quando realizou-se em 1933, em Viena, a sessão do Comitê Olímpico Internacional para preparar os Jogos de 1936, uma das questões centrais foi com relação às garantias alemãs ao espírito olímpico. Mais especificamente com relação ao compromisso do comitê local e do governo ao direito de participação de atletas judeus-alemão e judeus de outras nacionalidades.

Muito rapidamente, Lewald e Diem perderam seus poderes. Lewald foi substituído por Tschammer und Osten (1887-1943), um oficial esportivo alemão, líder da SA (*Sturmabteilung* — milícia paramilitar nazista) e membro do Reichstag do Partido Nazista. Diem igualmente foi obrigado a renunciar de seu cargo no Comitê Olímpico Alemão. A derradeira ação de Lewald talvez tenha contribuído para a sua desgraça. Apoiado no compromisso assumido pelo governo alemão na sessão do COI em Viena, Lewald emitiu seu parecer dando garantias de que os direitos às diversidades seriam atendidos: “A princípio os judeus alemães não serão excluídos das equipes olímpicas alemãs” (apud GUTHRIE-SHIMIZU, 2009, p. 71).

É a partir desse momento que a comunidade política e esportiva norte-americana começa a manifestar de forma mais enfática seu ceticismo com relação à realização dos Jogos em solo alemão. Desde o início dos Jogos Olímpicos modernos, os EUA haviam se tornado os principais ganhadores de medalhas. Já à época de Coubertin os atletas universitários norte-americanos eram apontados como exemplo do espírito olímpico. Ao mesmo tempo, os EUA se tornaram, depois da I Guerra Mundial, em uma potência econômica internacional, como ficou demonstrado no sucesso esportivo e comercial dos Jogos de Los Angeles, em 1932. Ter a presença dos americanos era fundamental para o sucesso dos Jogos em Berlim.

A partir de 1933, diante sobretudo das frágeis garantias dadas pelos alemães na reunião de Viena, no que concerne aos direitos humanos, inicia-se nos EUA e em outros países, como Canadá e França, um movimento de boicote aos Jogos de Berlim.

Na ocasião, o presidente do Comitê Olímpico americano (*United States Olympic Committee* — USOC) era Avery Brundage (1887-1975)³. Considerado politicamente conservador e racista, teve passagens polêmicas em relação à participação de negros no esporte americano.

Desde o início, Brundage posicionou-se contrário ao movimento do boicote. Seu principal argumento era o da neutralidade dos esportes e, sobretudo, dos Jogos Olímpicos. Na verdade, os seus argumentos eram bastante politizados e polêmicos. Afirmava que os objetivos dos Jogos era promover a democracia, o que significava combater o avanço político do comunismo, os excessos dos liberais, que de forma geral atuavam em acordo com os interesses judaicos (MARVIN, 1982, p. 82). O que significa que o seu posicionamento era conservador, elitista e antisemita. Na sua visão, a ideologia nazista era totalmente separada dos ideais

3 Brundage teve uma carreira de sucesso no meio esportivo. Era engenheiro e foi atleta e árbitro esportivo. Dirigiu o Associação Atlética Amadora dos EUA (1928), foi presidente do Comitê Olímpico Americano (1929-1953). Em 1952 assumiu a presidência do COI, onde permaneceu até 1972.

olímpicos, com a justificativa de que os Jogos pertenciam ao COI e não às nações anfitriãs. O seu argumento era que os Jogos deveriam estar acima das questões políticas. (IDEM) Por essas visões, o movimento olímpico estaria comprometido se os países restringissem a participação tomando como base questões relacionadas a classes, credo ou raça.

Acreditando na promessa dos membros do comitê olímpico alemão de que não haveria impedimento à participação de atletas judeus, Brundage defende a participação dos EUA nos Jogos. No limite, a voz corrente entre alguns dirigentes olímpicos era a de que “os judeus estavam reclamando demais”, como confidenciou Evan Hunter, secretário da Associação Olímpica Britânica: “Minha opinião é de que estamos cedendo demais aos judeus!”. Ou, como manifestou-se J. Sigfrid Edström⁴, que “a principal razão do movimento ariano na Alemanha” era que “os judeus assumiram uma posição muito proeminente em certos ramos da vida e — como costumam fazer quando estão em maioria — abusaram de suas posições.” (apud MARVIN, 1982, p. 88).

Em carta dirigida a Avery Brundage, em 4 de dezembro de 1933, Edström posicionou-se da seguinte forma em relação à repressão nazista aos judeus:

Quanto à perseguição dos judeus na Alemanha, não sou de todo favorável a isso. Mas eu entendo perfeitamente que mudanças devam ocorrer. De fato, na Alemanha, grande parte da nação era governada por judeus e não pelos próprios alemães. Mesmo nos Estados Unidos, chegará o dia em que você terá que colocar um fim às atividades dos judeus. Eles são inteligentes e sem escrúpulos. Muitos dos meus amigos são judeus — é por isso que você não deve pensar que sou contra eles — mas eles devem ser contidos dentro de certos limites. (Sigfrid Edström, apud CLASTRES, 2012, p. 220-221).

Circulou livremente no COI a convicção de que as suspeitas judaicas eram infundadas, desde que os delegados alemães do Comitê haviam dado sua “palavra de honra” de que os atletas judeus estavam sendo tratados com equidade. Ou como comentara o presidente do COI, conde Henri de Baillet-Latour, “eu sei que eles [os judeus] gritam antes que haja razão para fazer isso.” (MARVIN, 1982, p. 82).

De todo modo, setores importantes da opinião pública norte-americana estavam incomodados — desde instituições religiosas, sindicatos, como a imprensa —, com o discurso ambíguo dos alemães com relação a honrar os princípios humanitários do olimpismo.

Em 1935, o *Committee on Fair Play in Sports*, dos Estados Unidos, manifestou claramente sua desconfiança em relação ao cumprimento do acordo de Viena, por parte dos nazistas:

O esporte é prostituído quando perde seu caráter independente e democrático e se torna uma instituição política... A Alemanha nazista está se esforçando para usar a Décima Primeira Olimpíada para servir às necessidades e interesses do regime nazista e não aos ideais olímpicos. — Committee on Fair Play in Sports, New York, November 15, 1935. (USHMM, 1990).

4 J. Sigfrid Edström (1870-1964), industrial sueco e presidente da Federação Internacional de Atletas Amadores (IAAF). Foi presidente de COI de 1942 a 1952.

Assim como a *Amateur Athletic Union* (AAU), a maior entidade governativa do esporte amador americano, expressou publicamente seu ceticismo em relação ao comprometimento dos alemães com o acordo de Viena (GUTHRIE-SHIMIZU, 2009, p. 71). Sob a presidência de Jeremiah Titus Mahoney⁵ na AAU, as críticas com relação à participação dos americanos em Berlim elevaram o tom.

Outra iniciativa contra a realização dos Jogos em Berlim partiu da Frente Popular espanhola, que propôs a organização da Olimpíada Popular, prevista para se realizar entre 19 e 26 de julho de 1936. Porém a explosão da Guerra Civil Espanhola, que durou até 1939, impediu a realização do evento (CAMPOS, 2016).

Para dirimir as inquietações, o comitê norte-americano, com o apoio do COI, decidiu enviar Brundage à Alemanha para verificar as condições reais dos atletas judeus. Pelo seu histórico, a imparcialidade de Brundage era suspeita. Além do fato de que não tinha o domínio do idioma, o que o obrigou a aceitar tradutores oficiais indicados pelo próprio governo alemão. No seu relatório, Brundage relatou o que ele já estava inclinado a aceitar: “que não havia evidência definitiva de discriminação contra judeus alemães que buscavam uma vaga na equipe olímpica alemã.” (apud GUTHRIE-SHIMIZU, 2009, p. 73). Por decisão polêmica, o comitê norte-americano aprovou o relatório e decidiu enviar a sua delegação aos Jogos de Berlim

Publicado em outubro de 1935, o manifesto do *Fair Play for American Athletes* representava a opinião da maioria dos dirigentes esportivos americanos e posicionava-se claramente pela participação nos Jogos de Berlim. Brundage questionava se boicotar os Jogos não seria transformar o atleta americano em “mártir de uma causa que não é dele”. Afinal, “o problema judaico” era assunto interno da Alemanha, e envolver atletas americanos inocentes na “briga atual entre judeus e nazistas, inverteria completamente o objeto dos Jogos” (apud GUTHRIE-SHIMIZU, 2009, p. 76).

Brundage e os signatários do manifesto não estavam sozinhos na visão que tinham do “problema judaico”. Apesar de já fora do COI, desde o começo do regime nazista, Pierre de Coubertin declarou sua admiração a Hitler. Em uma carta escrita a Sigfrid Edström, assim se manifestou em abril de 1934: “Não tenho admiração por Mussolini, mas admiro muito Hitler. Ele está se tornando o líder da Nova Europa e, em breve, talvez do Novo Mundo que está surgindo” (apud CLASTRES, 2012, p. 212).

Porém, para os proponentes do boicote, participar das Olimpíadas nazista era renunciar à “posição moral da América como a principal defensora mundial dos direitos humanos” (GUTHRIE-SHIMIZU, 2009, p. 76). O que fragilizava esse discurso era o sentimento antissemita das classes médias americana.

Apoiada por esse sentimento, a decisão final foi a participação de atletas americanos nos Jogos de Berlim. Do ponto de vista do espetáculo e dos resultados esportivos, o evento foi um sucesso, o que serviu para alavancar a eleição de Brundage à presidência do COI. Foi eleito em 1952, em pleno contexto de avaliação crítica do governo nazista, e permaneceu na presidência até 1972.

O posicionamento de Brundage de não envolvimento na questão judaica na Alemanha, mesmo depois do terrível assassinato de cerca de seis milhões de judeus, que ocorreu entre os anos 1941-1945, manteve-se idêntico. Pronunciando-se em 1959, já como presidente do COI e

5 Jeremiah Titus Mahoney (1878-1970) foi membro de longa data da AAU, juiz dos Jogos Olímpicos e da Suprema Corte de Nova York.

em pleno contexto de crítica e julgamento severo do holocausto, Brundage repetiu sua posição: “pode-se acrescentar que os Jogos de 1936 estiveram entre os mais magníficos e que foram organizados em estrita conformidade com todas as regras olímpicas” (BRUNDAGE, 1959, p. 9).

Os Jogos no contexto da Guerra Fria

Encerrada a Segunda Guerra, as relações políticas internacionais construíram um novo cenário, tendo por espectro o armamento atômico que as grandes nações passaram a controlar. A criação da ONU (Organização das Nações Unidas), em outubro de 1945, expressa o esforço de construção de uma paz mundial. Se um enfrentamento bélico global pôde ser contido, em contrapartida passou a predominar o que ficou conhecido como uma Guerra Fria. Fundamentalmente, instalou-se uma tensão política diplomaticamente administrada entre dois blocos econômicos e ideológicos. De um lado o bloco soviético, comandado pela URSS, e de outro, o bloco capitalista, liderado pelos EUA. Porém, as relações internacionais não se restringiam à divisão simples de comunistas e capitalistas, na medida que nenhum dos dois blocos era homogêneo. Predominava outra variável, que era a relação tensa entre os países desenvolvidos e ricos e o “resto do mundo”, a maioria muito pobre ou subdesenvolvida, como os países da Ásia, África e América Latina.

O enfrentamento ideológico entre capitalistas e comunistas não era novo, mas acirrou-se na medida do crescimento do movimento de esquerda no mundo. Essa tendência foi muito menos uma ação imperialista ideológica soviética, mas a expressão da profunda desigualdade na distribuição de riqueza no mundo. A face visível disso foi a explosão de movimentos revolucionários no terceiro mundo, como a revolução chinesa (1949), a cubana (1959), as guerrilhas na Indochina e a esquerda radical na América Latina.

O campo esportivo não ficou imune. No enfrentamento ideológico dos dois sistemas, os governos de cada bloco usaram seus atletas medalhistas como imagens de supremacia. As Olimpíadas foram transformadas em vitrines ideológicas. Ganhar medalhas simbolizava vencer a guerra ideológica.

Essa nova politização dos esportes colocou em descrédito o já ambivalente princípio olímpico da neutralidade e defesa da paz internacional. Os Jogos Olímpicos acabaram se constituindo num campo visível das disputas ideológicas. Com o argumento da neutralidade e de estar acima dos interesses dos Estados nacionais, os dirigentes do COI agiram politicamente de forma ambígua, dentro e fora das arenas esportivas. A guerra simbólica da diplomacia dos Estados reconfigurou o campo esportivo.

No mesmo movimento, a desnazificação no interior do COI não era um processo completo (CLASTRES, 2008b, p. 123). Significa dizer que a ideologia conservadora e racista continuava predominando no comando do Comitê. A desconfiança de Brundage à participação dos atletas russos era clara, acusando-os de não serem amadores. Em carta enviada a Sigfrid Edström, então presidente de COI, assim se pronunciou Brundage:

em nenhum caso os atletas da URSS devem ser admitidos em competições internacionais ou olímpicas, enquanto não tivermos certeza de que são

amadores. Qualquer outra decisão nos conduzirá ao desastre. (apud SUÁREZ, p. 2015)

Porém, paradoxalmente o COI teve de ser diplomático, até para se reerguer depois do ostracismo de duas Olimpíadas suspensas durante a II Guerra Mundial. Ou seja, mesmo que a ideologização racista (antisemitismo, evidente desconforto com a participação de atletas negros), classista (resistência à participação proletária) e política (anticomunista) tenha persistido, o Comitê viu-se na contingência de uma distensão diplomática. Se considerarmos as práticas tradicionais entre os dois blocos, o COI inaugurou uma original estratégia diplomática.

O esforço em autonomizar os esportes em relação ao conflito — mesmo com todas as ambiguidades — serviu fundamentalmente para fortalecer no mundo político as posições do Comitê. A política de fortalecer as entidades esportivas locais — as federações nacionais e os Comitês Nacionais — com o argumento de respeito às especificidades técnicas de cada modalidade, permitiu um certo autogoverno dos esportes. O COI montou uma rede global de comitês olímpicos nacionais, obviamente não sem fortes tensões políticas com os governos respectivos dos Estados nacionais. O argumento da neutralidade política do esporte foi o principal instrumento de crescimento político do COI, como fica claro nessa ata da Comissão Executiva do COI, realizada em Abril de 1954, em que Brundage faz um balanço do movimento olímpico:

O Presidente [Brundage] fez a história do Movimento Olímpico durante os últimos 60 anos e reafirmou que os Comitês Olímpicos Nacionais, as Federações Internacionais e o Comitê Internacional Olímpico formam uma única família pelo que todos os membros se devem ajudar uns aos outros. (Brundage, apud COSTA, 2008)

Vivendo nos pós-guerra ainda sob o espectro nazifascista, o Comitê recomenda o não hasteamento de bandeiras nacionais durante a cerimônia de abertura dos Jogos de 1948, em Londres. Determina também que os convites para participação nos Jogos só sejam endereçados aos comitês olímpicos nacionais aceitos na comunidade das nações, ou seja, política e comercialmente reconhecidos (CLASTRES, 2008b, p. 126).

Nesse sentido, a diplomacia russa foi sagaz. Desde longa data que os Jogos eram vistos pelos soviéticos como “burgueses” e a serviço do “capitalismo imperialista”. O interesse russo em ingressar no circuito olímpico deveu-se à percepção do impacto ideológico de pertencimento nacional que os esportes geravam, particularmente pela ampliação das redes de comunicação de massa. O espetáculo esportivo dos Jogos de 1936, na Alemanha nazista, ainda soava forte. A URSS esforçou-se em aproximar a ideologia da fraternidade socialista ao olimpismo, sugerindo que incorporava a paz através do esporte.

Desse modo a contribuição fraternal dos esportistas socialistas aos Jogos de Helsinque ilustra a ambiguidade da política soviética em 1951-1952, que aposta na eficácia do movimento pela paz, ao mesmo tempo que se prepara para uma guerra na Europa. (CLASTRES, 2008b, p. 126)

Mas não existia ingenuidade por parte dos membros do COI ao acatar o pedido de associação dos soviéticos. Ao contrário, apesar da desconfiança manifesta à incorporação da URSS e de países do bloco soviético, o reconhecimento atendia às estratégias de expansão do projeto olímpico. A ampliação de comitês nacionais nesse imediato pós-guerra fez parte

não só da reestruturação e fortalecimento do COI, como foi uma estratégia diplomática para enfraquecer a hegemonia das autoridades estatais norte-americanas, muito empenhadas em interferir nas decisões políticas do COI. Não menos importante, a eleição à presidência do COI levou o principal interessado, o americano Avery Brundage, a ampliar o seu leque de apoiadores. Brundage ganhou com tranquilidade a eleição.

O ingresso da URSS no Comitê Olímpico Internacional, em 1951 ocorreu depois de atender às exigências de se constituir em federações esportivas e de se submeter formalmente ao código de ética esportiva da entidade, em questões como o amadorismo. A participação da equipe soviética na edição dos Jogos Olímpicos de 1952, em Helsinque, foi notável, aumentando mais ainda a rivalidade com o bloco ocidental.

A URSS criou um sistema altamente eficaz e centralizado de gestão esportiva. O sistema de “cultura física e esporte” foi sob controle político total, com o objetivo de treinar atletas de elite para as mais importantes competições internacionais e especialmente para os Jogos Olímpicos. Uma estratégia olímpica de quatro anos foi iniciada e implementada por uma estrutura administrativa do esporte e da cultura física subordinada ao mais alto nível político. (POP, 2017, p. 624-625)

Como vimos, o discurso do apoliticismo desde os primórdios do movimento olímpico constituiu-se em estratégia de autonomizar o Comitê Olímpico, de colocá-lo acima dos interesses políticos e ideológicos, como as pressões de Estados nacionais. Isso, paradoxalmente, permitiu fazer o jogo do descomprometimento, podendo agir em nome de um ideal que estaria acima das veleidades dos interesses comuns.

Foi essa lógica que levou o anticomunista declarado, Avery Brundage, quando presidente do COI, a declarar-se defensor do modelo soviético de disciplina esportiva. Claro, associado ao seu interesse em ampliar sua base de apoio. Após visitar a URSS, a convite, declarou que “os países comunistas adotaram os argumentos do COI com entusiasmo”, declarando

Não é a superioridade de outra nação que devemos temer, mas nossa suficiência nacional e nosso amor pela vida fácil, resultante da prosperidade excessiva. Se o sucesso da Rússia nos Jogos Olímpicos nos incita, assim como ao resto do mundo, isso terá realmente servido a propósitos úteis para superarmos nossas próprias fraquezas e corrigir nossas falhas. (apud CLASTRES, 208b, p. 128)

De certa forma o crescimento dos países do bloco soviético — em especial a URSS e a República Democrática Alemã — promoveu o equilíbrio esportivo e alimentou a autonomização do movimento olímpico. Nos Jogos de 1956 (Melbourne/Austrália) e 1960 (Roma) os russos foram superiores. Esses resultados levaram os EUA a considerarem a vitória nos Jogos Olímpicos uma questão de prestígio nacional, como teria reconhecido o senador Robert Kennedy, em 1964: “Parte do prestígio de uma nação na guerra fria é conquistada nos Jogos Olímpicos” (apud POP, 2017, p. 625).

O fato é que os EUA e a URSS usaram os Jogos Olímpicos e seus atletas como oportunidades para promover sua agenda política, exercitando a supremacia de um regime sobre o outro. O atleta para quem “a bandeira é içada e o hino nacional é cantado, é portador

desse prestígio e seu desempenho é inevitavelmente associado ao país e à eficácia do sistema” (POP, 2017, p. 623).

No bloco soviético, os atletas com resultados promissores tinham a proteção financeira do Estado, embora fossem considerados amadores. Essas estratégias foram eficientes na conquista de medalhas até o esgotamento da chamada “cortina de ferro” e o fim da Guerra Fria, entre o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990. Com essa prática, os resultados da URSS foram notáveis, superando os EUA nos Jogos de 1956 (Melbourne), 1960 (Roma), 1972 (Munique), 1976 (Montreal) e 1980 (Moscou, sem a participação dos norte-americanos) e 1988 (Seul).

Se do lado soviético era clara a estatização do amadorismo esportivo, do lado norte-americano predominava de longa data um certo “amadorismo marrom” (PRONI, 2008), que consistia em bolsas, ajudas de custo e patrocínios de marcas esportivas aos atletas. Portanto, a prática e a acusação de burlar o espírito olímpico do amadorismo eram mútuas.

A Guerra Fria e os boicotes aos Jogos Olímpicos

O período do pós-Segunda Guerra Mundial até o início dos anos 1990 foi marcado pelas tensões de boicotes aos Jogos Olímpicos, ao mesmo tempo que se viu a ação do COI pautada por uma ambígua prática de *soft power* (GYGAX, 2005, p. 87; COSTA, 2011). Uma prática política em que os Jogos Olímpicos desempenharam o papel de uma ambígua distensão diplomática e o COI cuidou escrupulosamente de manter o equilíbrio entre leste e oeste.

Na edição de 1956, na Austrália, houve manifestações de boicote político, com a não participação de atletas da Espanha, Holanda e Suíça, contrárias à invasão soviética da Hungria, naquele mesmo ano. Assim como Egito, Líbano e Iraque boicotaram o evento em protesto à presença de tropas militares anglo-francesas no Canal de Suez. Contou ainda com a tensão internacional entre China e Taiwan, resultando no não comparecimento dos primeiros.

Entre os anos de 1962 e 1965, houve a experiência dos Jogos dissidentes liderados pela Indochina, o GANEFO (*Games of the New Emerging Forces*), com o envolvimento de 51 países que se contrapunham aos Jogos Olímpicos oficiais.

1968 foi particularmente um ano tenso com a guerra no Vietnã, revolução cultural na China, a invasão russa à Tchecoslováquia, o movimento estudantil nas ruas de Paris e Berlim, entre muitas outras cidades. Na Cidade do México, o movimento estudantil e popular iniciou uma mobilização na Praça das Três Culturas, com violenta repressão das forças militares, resultando em terrível massacre de muitos jovens, ficando conhecido como “massacre de Tlateloco”. Como ocorreu 10 dias antes da abertura dos Jogos Olímpicos, o temor de atos mais violentos e mesmo de críticas ao governo mexicano gerou ameaças internacionais de boicote, o que acabou não se realizando. Sob esse clima de violência, os Jogos ocorreram normalmente. A exceção foi o gesto de protesto do movimento *Black Power* de atletas negros norte-americanos e que ficou como marca da resistência negra.

O evento seguinte, de 1972, em Munique, na Alemanha Ocidental, também foi marcado por grave acontecimento. Terroristas da organização Setembro Negro, uma facção da Organização para a Libertação da Palestina, sequestrou e assassinou vários membros da equipe olímpica de Israel. Apesar do massacre, a posição do COI foi pela continuidade do evento.

Em 1976, a Olimpíada de Montreal foi marcada por um boicote de 27 nações africanas, mais o Iraque e a Guiana. O motivo foi a participação da equipe de *rugby* da Nova Zelândia em jogos na África do Sul, que havia sido excluída do COI por práticas racistas (*apartheid*).

O ápice desse movimento de boicote foi em 1980, quando os EUA negaram-se a participar dos Jogos programados para Moscou. A realização do evento vinha sendo negociada desde a reabertura dos Jogos com o fim da guerra de 1945.

Publicamente, o boicote americano aos Jogos de Moscou teria sido uma reação à invasão soviética ao Afeganistão, em dezembro de 1979. Mas o processo é mais complexo, pois de longa data, no contexto da Guerra Fria, os EUA vinham se opondo à participação de países socialistas, até mesmo pelo bom desempenho esportivo destes. O argumento de crítica era a estatização do esporte amador e o não controle de dopagem nesses países.

O boicote foi uma iniciativa política do governo de Estado norte-americano. Conforme Clastres, os arquivos do Departamento de Estado e de várias instituições do governo norte-americano, assim como arquivos do COA e do COI, informam que a CIA e a USIA (*United States Information Agency*) se tornaram “braços armados” de intervenção nos assuntos políticos esportivos, nacionais e internacionais. Rompem com uma autonomia esportiva que era uma tradição e correspondia à lógica liberal da sociedade americana. A decisão do COI de acolher a RDA e a China teria sido uma estratégia para enfraquecer a URSS, sem que a intervenção americana aparecesse publicamente (CLASTRES, 2020, p. 13).

Por uma carta datada de 20 de janeiro de 1980 e endereçada ao COA (Comitê Olímpico Americano), o presidente Carter recomendava que, caso as tropas soviéticas não evacuassem o território afegão dentro de um mês, os Jogos deveriam ser transferidos para outro lugar (MERTENS, 2005, p. 196-197).

A decisão final ao boicote foi decretada em 12 de abril de 1980, pelo COA. Ela foi precedida de tomadas de decisões de nível estatal, pelo Departamento de Estado, com o presidente Carter tendo mesmo decretado o encerramento de trocas comerciais entre EUA e URSS e ameaçado de confiscar os passaportes de atletas americanos que manifestassem intenção de deslocar-se a Moscou (IDEM).

Por pressão política e interesses econômicos, os Jogos não foram transmitidos pelas redes de TV norte-americanas que se limitaram a reproduzir *flashes* e notícias. Os Jogos foram transmitidos ao vivo a partir de um *pool* de redes estatais russas e privadas mexicanas e canadenses.

Na etapa seguinte dos Jogos, em 1984, na cidade de Los Angeles, EUA, houve o revide da URSS, igualmente boicotando a participação no evento. Em declaração publicada em Moscou em 8 de maio de 1984, o Comitê Olímpico Nacional da URSS afirmou ser “obrigado a declarar que a participação de esportistas soviéticos nos Jogos de Los Angeles é impossível (...). Agir de maneira diferente seria aprovar as ações anti-olímpicas das autoridades americanas e dos organizadores dos Jogos”. Criticava ainda “a atitude descuidada das autoridades americanas em relação à Carta Olímpica e as violações graves dos ideais e tradições do movimento olímpico”. A declaração também denunciou “organizações extremistas e grupos de todos os tipos que visam criar condições insuportáveis para a permanência da delegação soviética e o desempenho de atletas soviéticos” (MERTENS, 1984, p. 195).

Para demonstrar o “fracasso do capitalismo californiano”, a propaganda soviética se concentrou, mesmo antes dos Jogos de Moscou, na acusação da incapacidade do COI de reagir às intervenções políticas e aos financiamentos dissimulados recebidos do governo norte-

americano (CLASTRES, 2020, p. 12).

Além dessas justificativas, havia ainda a preocupação dos soviéticos em relação à crítica dos grupos dissidentes e/ou exilados e até mesmo o pedido de asilo político por parte de membros de suas equipes esportivas. Apoiaram o boicote russo a República Democrática Alemã (Alemanha Oriental), Vietnã, Bulgária, Laos, Mongólia, Afeganistão, Cuba, Tchecoslováquia, Hungria e Polônia.

Esse conjunto de boicotes políticos aos Jogos Olímpicos coincidiu, entre final dos anos 70 e início dos 90, com uma série de transformações estruturais no mercado mundial, a chamada globalização. Conforme Proni, entre as mudanças estão “as que transformaram o ‘esporte de alto rendimento’ em atividade profissional orientada para satisfazer a próspera indústria do entretenimento” (PRONI, 2008).

Apoiado pelo governo norte-americano, interessado no jogo ideológico, e por empresas multinacionais, interessadas no rendimento financeiro dos esportes, o COA pressionou o COI e seu novo presidente, Juan Antonio Samaranch⁶ a abandonar a regra do amadorismo que era até então favorável ao bloco soviético.

Nesse sentido, Samaranch se pronunciou favorável a “abandonar o já esgotado dogma do amadorismo esportivo”, que teria o efeito de “reequilibrar a guerra fria do esporte em benefício das nações esportivas ocidentais.” Seu objetivo foi, por um lado, “conceder autonomia financeira ao COI”, livrando-o assim “da supervisão dos Estados” e, por outro, como um programa principal, “firmar uma aliança com a mídia e as empresas comerciais no sentido de investirem no mercado esportivo” (CLASTRES, 2008b, p. 133-134). Na verdade, desde os anos 1960/70 o mundo esportivo vinha se tornando “intensamente técnico” (DEFrance, 2000, p. 25).

Para o sociólogo Jérôme Gigax, William Edward Simon teria sido “o verdadeiro arquiteto da reforma do sistema olímpico americano”, nos anos 1970, e que foi em seguida estendido ao movimento olímpico internacional. Simon foi um empresário norte-americano que serviu como Secretário do Tesouro dos Estados Unidos entre 1974 e 1977. Entre 1977 e 1981, foi tesoureiro do COA (Comitê Olímpico Americano), assumindo em seguida a sua presidência. Foi ele quem instaurou o modelo de mercantilização. Dois dias após a comunicação soviética de boicote aos Jogos de Los Angeles, em 1984, Simon assim se pronunciou em discurso:

Devemos abrir nossos corações e mentes, esquecer os preconceitos do passado e iniciar o diálogo que resultará na criação de um novo movimento olímpico que reconhecerá o mundo como é hoje. [...] Com a mente aberta [devemos] começar a definir e redefinir nossa missão, porque deve ser óbvio para todos que o movimento olímpico emergirá dessa segunda ruptura [não participação soviética] como uma entidade diferente.

(...) É um fato econômico inegável que 80% dos fundos do COI são derivados de contratos de televisão americanos. A comercialização é hoje

6 Juan Antonio Samaranch (Barcelona, Espanha, 1920-2010), foi embaixador espanhol na União Soviética e na Mongólia. Sua relação com a URSS foi um dos fatores favoráveis à sua eleição à presidência do COI (1980-2001). Sua gestão foi marcada por problemas de dopagem e de acusações de corrupção financeira.

parte integrante dos Jogos Olímpicos, assim como o lançamento de pombas da paz na cerimônia de abertura. [...] Um esforço comercial coordenado e bem direcionado poderia efetivamente compensar as empresas que se identificam com o movimento olímpico. (GYGAX, 2005, p. 97).

Em síntese, a conjuntura da Guerra Fria foi tanto um período de fortalecimento da ambígua diplomacia do Comitê Olímpico Internacional, quanto o seu esgotamento. Conquistou de tal forma um destaque nas relações internacionais que tornou-se excessivamente requisitada pelas forças políticas. Se o lado americano procurou associar o “espírito olímpico” aos seus auto proclamados princípios de “democracia e liberdade”, os soviéticos fizeram o mesmo em relação à afirmada “fraternidade socialista”.

A derrota dessa última no xadrez internacional deixou livre a mercantilização dos Jogos, que fora inicialmente proposta pelos americanos como uma estratégia para fazer frente à eficácia esportiva dos comunistas.

Conclusão

A neutralidade política, ou o apoliticismo dos esportes modernos, é concomitante à reinvenção dos Jogos Olímpicos, no final do século XIX. Surge num contexto de ampliação dos conflitos comerciais e bélicos, mas também de crescimento da proletarização e pressão das massas sociais. Foi inventado a partir do ideal burguês e iluminista de harmonia social, em que determinados valores morais apresentavam-se como universais e comuns a todos os cidadãos. Estariam esses ideais não a serviço de interesses de grupos e de Estados, mas de toda a humanidade.

Segundo Defrance, a liderança esportiva internacional está dividida em dois tipos. Uma “utópica”, que procura construir uma “entidade esportiva extraterritorial mundial,” cujo corpo de líderes se colocaria “em pé de igualdade com os chefes de Estado”, acima das divisões nacionais. É o que pode ser denominado uma diplomacia *soft power*. Outra, é a opção “pacifista” e internacionalista, uma forma de exercer a neutralidade, ou seja, “uma maneira de não escolher entre os campos opostos” (DEFRANCE, 2000, p. 22).

Trata-se de uma estratégia ideológica de dissimulação do conflito como uma forma de servir, a partir desse pretense lugar neutro, como dogma aos indivíduos. Toda a sua eficácia está em ocultar os conflitos e servir como régua moral a todos, independentemente de credos religiosos, raças ou vontades políticas.

Porém, apesar desse esforço, esse discurso emana de algum lugar de poder. Logo, todo seu empenho é o de dissimular esse lugar particular, colocando-se como único e universal. Paradoxalmente, ele só é eficaz se tornar-se politicamente neutro.

A historicidade dessa experiência demonstra que esse paradoxo, na medida em que o controle político desse poder é disputado de forma complexa, revela múltiplos agentes de interesse. Desde as classes burguesas constituindo seus espaços distintos de modo de vida, logo inventando-se como classe; as massas proletárias lutando pela ampliação dos seus direitos (ao mesmo tempo que se afirmam como classe, borram as fronteiras das distinções sociais, pois conquistam direitos); a necessidade de autenticação das identidades dos Estados-nações

(o nacionalismo), em oposição a uma desejada vontade geral; até os interesses dos diversos grupos ou mesmo projetos pessoais de poder.

É nessa teia que o ideário apolítico do olimpismo precisou se forjar. E foi sustentado no conflito que a ideia da neutralidade dos esportes se legitimou. Não sem contradições, obviamente.

Foi assim no momento de sua fundação, no final do XIX, quando essas identidades de classes, grupos e Estados nacionais estavam se consolidando, com o ápice da expansão do capitalismo industrial e financeiro. Igualmente, foi na conjuntura totalitária e, mais tarde, nas tensões entre comunismo e capitalismo.

Nessas trajetórias, a neutralidade não conseguiu ocultar o seu lugar de poder. Teve de posicionar-se em relação à distinção elitista do amadorismo, no XIX; de ferir seus princípios liberais e democráticos nas experiências dos regimes totalitários e na complexidade das tensões da Guerra Fria.

Uma prática política que colocou a neutralidade dos Jogos como uma moeda de troca, que mais se valoriza quanto mais é disputada. Os dirigentes do COI souberam, ao dogmatizar os princípios do olimpismo, ocultar seus interesses ideológicos e seu lugar particular de poder.

Há uma leitura que preconiza que o esgotamento da Guerra Fria teria desideologizado os Jogos Olímpicos, na medida que não existem mais grupos ideológicos disputando sua hegemonia. É um raciocínio que alimenta a ideia de que os Jogos são em si puros e que só se politizam por contaminação. No limite, reforçam a utopia da neutralidade dos fundadores do olimpismo.

A questão é outra. Se as categorias ideológicas do nazismo ou da Guerra Fria não são mais válidas historicamente para analisar a conjuntura atual, nada nos autoriza afirmar que o olimpismo existe agora em algum lugar neutro e apolítico. O esforço pelo descolamento ideológico permanece o mesmo.

Referência

BOLZ, D. *Les arènes totalitaires*. Hitler, Mussolini et les jeux du stade. Paris: CNRS Éditions, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Les Jeux olympiques . In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 103, juin 1994. Les enjeux du football. pp. 102-103. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1994_num_103_1_3104 \. Acesso em: 03.12.2019

BRUNDAGE, Avery. Ouverture solennelle de la 55e Session du Comité International Olympique à Munich, le 23 mai 1959. Discours du Président du Comité International Olympique M. Avery Brundage. *Bulletin du Comité International Olympique*. Vol. 67, Août 1959.

CAMPOS, Flavio de. A política no pódio: episódios de tensões e conflitos nos Jogos Olímpicos da Era Moderna. *Revista USP*, São Paulo, n. 108. p. 11-20, janeiro/fevereiro/março 2016.

CLASTRES, P. (2020). Olimpismo et guerre froide. Du paradigme réaliste au paradigme culturel. *Guerres mondiales et conflits contemporains*, 277(1), 7-25

CLASTRES, P. Jeux Olympiques. *Un siècle de passions*. Paris: Les quatre chemins, 2008.

CLASTRES, P. Sport, diplomatie et guerre froide. L'exemple des jeux olympiques d'Helsinki 1952. In: Philippe Poirrier (dir.) *Culture, médias, pouvoirs aux Etats-Unis et en Europe occidentale de 1945 à 1991. Textes et documents*, Dijon, Editions universitaires de Dijon, 2019, pp. 27-32.

CLASTRES, Patrick, «Neutralité politique, compromissions avec le régime nazi, continuité olympique. Les présidents successifs du CIO (1925-1972) au défi des Jeux de Berlin», in Georges Bensoussan *et al.*, *Sport, corps et sociétés de masse*, Armand Colin «Recherches», 2012, p. 211-228. ^[1]_{SEP}

CLASTRES, Patrick. Paix par le sport et guerre froide: Le neutralisme pro-occidental du Comité International Olympique. In: SIRINELLI, Jean-François ; SOUTOU, Georges-Henri (dir.) *Culture et Guerre froide*. Presses Paris Sorbonne, 2008b.

COSTA, Alcides Viera, et al. Olimpismo y “Soft Power”. De Atenas (1986) a Pequín (2008). *Materiales para la Historia del Deporte*, 2011, 9: 23-42.

DEFrance Jacques. La politique de l'apolitisme. Sur l'autonomisation du champ sportif. In: *Politix*, vol. 13, n°50, Deuxième trimestre 2000. Sport et politique. pp. 13-27.

DEMOUGIN, Laure, KATSANOS, Filippou, THÉRENTY, Marie-Ève. Malaise à Olympie: Les Jeux de Berlin dans la presse française en 1936. Belphegor, *Dalhousie University's Electronic Text Centre*, 2017, Disponível em: <https://journals.openedition.org/belphegor/875> . Acesso. 15.02.2020.

ESTADO DE MINAS. “Olimpíada de Tóquio já é a mais rentável da história”. 16/07/2019 . Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/07/16/internas_economia,1069897/olimpiada-de-toquio-ja-e-a-mais-rentavel-da-historia-entenda.shtml. Acesso em: 20.02.2020

FREUD, S. Mal-estar na civilização. In: Freud, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

GUTHRIE-SHIMIZU, Sayuri. Architects of a Masquerade Peace: The United States and the 1936 Berlin Olympic Games. *The Japanese Journal of American Studies*, No. 20 (2009). Disponível em: http://www.jaas.gr.jp/jjas/PDF/2009/05_067-087.pdf Acesso em: 02.01.2020.

GUTTMANN, Allen. Berlin 1936: The Most Controversial Olympics. In: TOMLINSON, Alan and YOUNG, Christopher (E.d) *National Identity and Global Sports Events. Culture, Politics, and Spectacle in the Olympics and the Football World Cup*. New York: State University of New York Press, 2006, pp. 65-81.

HERVÉ, Pierrick. Les Jeux Olympiques: Des enjeux multiples. Éditeur Réseau Canopé, SCÉRÉN-CNDP 2012 Disponível em: http://www.cndp.fr/fileadmin/user_upload/POUR_MEMOIRE/jo/jo_pdf.pdf Acesso em: 21.02.2020.

HOBSBAWM, E ; RANGER, T. (Orgs.). *A invenção das tradições*. 2a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, E. *A era dos impérios, 1875-1914*. 7a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LATTY, F. *Les Jeux olympiques et le droit international: rendez-vous manqué et rencontres du troisième type*. Annuaire Français de Relations Internationales Volume X, 2009.

LICO, Flávio de Almeida Andrade. *O boicote aos jogos olímpicos de Moscou – 1980: uma análise da reação do movimento olímpico brasileiro e internacional*. (Dissertação de Mestrado) Escola de Educação Física e Esporte. USP: São Paulo, 2007.

MARVIN, Carolyn. Avery Brundage and American Participation in the 1936 Olympic Games. *Journal of American Studies*, 1982, 16.1: 81-105.

MAZOWER, Mark. *O continente sombrio: a Europa no século XX*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MEIHY, Murilo; SOUZA, Luana. O esporte como ferramenta política e diplomática: o caso do boicote americano às Olimpíadas de Moscou (1980). *FuLiA/UFMG*, 2017, 2.3: 147-159.

MERTENS, Pierre. Boycott des Jeux Olympiques, Le. *Rev. BDI*, 1984, 18: 195.

MÜLLER, Norbert; TODT, Nelson Schneider (ed.). *Pierre de Coubertin (1863-1937)–Olimpismo–Seleção de textos*. EDIPUCRS, 2015.

PIRES, G. Os seis pilares do olimpismo moderno. *Fórum Olímpico de Portugal. Desporto & Desenvolvimento Humano* <https://www.forumolimpico.org/seis-pilares-olimpismo-moderno>. Acesso em: 20.02.2020.

POP, Cristiana L. (2017). Olympic Games in Time of Cold War. In C. Ignatescu, A. Sandu, & T. Ciulei (eds.), *Rethinking Social Action. Core Values in Practice* (pp.623-632). Suceava, Romania: LUMEN Proceedings

PRONI, Marcelo Weishaupt. A reinvenção dos Jogos Olímpicos: um projeto de marketing. *Esporte e Sociedade*, 2008, 3.9: 1-35.

RUBIO, Kátia. Do olimpo ao pós-olimpismo: elementos para uma reflexão sobre o esporte atual. *Revista Paulista de Educação Física*, 2002, 16.2: 130-143.

SIGOLI, Mário A.; JUNIOR, Dante de R. A história do uso político do esporte. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, 2008, 12.2: 111-120.

SUÁREZ, Orfeo. *Los cuerpos del poder*. Deporte, política y cultura. Córner, 2015.

TAVARES, O. ; DACOSTA, L. P. (Orgs.) *Estudos olímpicos*. Rio de Janeiro: Ed. Gama Filho, 1999.

TAVARES, O. Referenciais teóricos para o conceito de “Olimpismo”. In: TAVARES, O. ; DACOSTA, L. P. (Orgs.) *Estudos olímpicos*. Rio de Janeiro: Ed. Gama Filho, 1999, pp. 15-50.

USHMM-United States Holocaust Memorial Museum. Boycott. *Nazi Olympics, Berlin 1936*. 1990. Disponível em: <https://www.ushmm.org/exhibition/olympics/?content=boycott&lang=en>. Acesso em: 13.02.2020.

RECEBIDO EM: 27/03/2020
APROVADO EM: 03/04/2020

THE LEGACY OF A CULTURAL ELITE: THE BRITISH OLYMPIC ASSOCIATION

O legado de uma elite cultural: a Associação Olímpica Britânica

Dave Day¹
Jana Stoklasa²

ABSTRACT

Changes in the State's attitudes towards intervention in elite sport, particularly its willingness to invest through the National Lottery after 1996, resulted in Britain rising from thirty-sixth in the Olympic table in 1996 to second place in 2016. Government involvement marked a turning point for many long-established British sporting traditions, and this paper examines a significant influence on these traditions, the British Olympic Association (BOA), and its propagation of amateurism, an intangible cultural heritage (ICH) generated by the cultural elites who formed and subsequently controlled the BOA. Cultural elites have the capacity to shape societal values through the application of their own principles, and their creation of an ICH is considered here through a case study that exposes the power relations that operate when considering heritage as a cultural transmission process. The authors highlight the functioning of an elitist circle, a 'cultural heritage elite', by exploring how a sporting aristocracy used their cultural power to impose their own hegemonic vision of how sport should be managed and played, resulting in a long-lasting ICH predicated on the principles of amateurism and the importance of the volunteer. This paper draws on a range of archives, including BOA records from the Olympic Study Centre in Lausanne, to illustrate the impact of this upper-class cultural elite on the development of Olympic sport in Britain and to demonstrate how they retained control for nearly a century before bureaucratic rationalization reduced their power and influence, although the authors also conclude that their legacy of class interests still resonates.

Keywords: Intangible Cultural Heritage; Amateurism; British Olympic Association.

RESUMO

Mudanças nas atitudes estatais em relação à intervenção no esporte de elite, particularmente na sua disposição de investir na Loteria Nacional depois de 1996, fizeram com que a Grã-Bretanha subisse do trigésimo sexto lugar no ranking olímpico em 1996 para o segundo lugar em 2016. O envolvimento do governo marcou um ponto de virada para muitas tradições esportivas britânicas estabelecidas há muito tempo e este artigo se examina a influência significativa sobre essas tradições, a Associação Olímpica Britânica (BOA), e sua propagação do amadorismo, uma herança cultural intangível (ICH) gerada pelas elites culturais que formaram e subsequentemente

1 Professor in Sports History. Manchester Metropolitan University - UK. E-mail: d.j.day@mmu.ac.uk. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6511-1014>.

2 Associate Researcher in History. Philosophical Faculty, Institute for the Teaching of Democracy. Leibniz University, Hannover, Germany. E-mail: jana.stoklasa@idd.uni-hannover.de. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7994-5394>.

controlaram o BOA. As elites culturais possuem a capacidade de moldar os valores sociais por meio da aplicação de seus próprios princípios e a criação de uma ICH é considerada aqui por meio de um estudo de caso que expõe as relações de poder que operam quando se considera o patrimônio como um processo de transmissão cultural. Os autores destacam o funcionamento de um círculo elitista, uma “elite do patrimônio cultural”, explorando nas análises como uma aristocracia esportiva usou seu poder cultural para impor sua própria visão hegemônica de como o esporte deve ser gerenciado e jogado, resultando em uma longa duração de ICH predicada sobre os princípios do amadorismo e a importância do voluntário. Este artigo baseia-se em vários arquivos, incluindo os registros BOA e do Centro de Estudos Olímpicos de Lausanne, buscando ilustrar o impacto dessa elite cultural de classe alta no desenvolvimento do esporte olímpico na Grã-Bretanha, bem como demonstrar como eles mantiveram o controle por quase um século antes que a racionalização burocrática reduzisse seu poder e influência, embora os autores também concluíssem que seu legado de interesses de classe ainda ressoa.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural Imaterial; Amadorismo; Associação Olímpica Britânica.

Introdução

Sport is an example of culture, and as a contested sphere it is susceptible to the production of ideology and the core power relations of a society (HARGREAVES, 1986, 1987; GRUNEAU, 1983). This notion of sport as culture is intertwined with the development of broader perspectives surrounding the ‘cultural turn’ and acknowledging the inherently cultural nature of the sport makes it essential that researchers understand sport’s relation to the wider culture (CHANEY, 1994). There are socially determined and culturally specific conditions in which sport is established and developed in particular societies, and at particular times, so it is especially important that sports are analysed in the context of societal culture and power relations. The ‘invention of tradition’ paradigm, for example, suggests that the continuities of national identity result from the artificial constructs of elite groups, imposed from above for the purpose of sustaining the established socio-political order (READMAN, 2005), and it seems that elites create collective memory guided by an ideology representing their interests (CZAJKOWSKI et al., 2016). Inevitably, therefore, although the way that sports are organized and played remains contested terrain, involving self-interested social groups and actors, they are always susceptible to the power of dominant groups (TOMLINSON et al., 2003). This process can be clearly illustrated by considering the nineteenth-century upper and middle-class interests who organized and structured their sport around their personal values and ambitions and left a sporting heritage that remained unchallenged for much of the twentieth century. The cultivation of that heritage was invariably undertaken by social elites operating in selected networks, such as the Olympic movement, through which they put into practice the presencing of the past as well as the forwarding of traditions’ (DAY; STOKLASA, 2019).

The peculiar development of British sports participation at the Olympic Games can be directly attributable to the legacy left through the application of amateur values by an aristocratic elite that formed the British Olympic Association (BOA) at the start of the twentieth century.

Keller suggests that ‘strategic elites’ are as old as the first organized human societies, and that, while there are variations in how these leading minorities have been selected, trained, and rewarded, recruitment through heredity is the most familiar. With the aristocracy, composed of families bound by kinship and wealth, a single stratum monopolizes the key social functions and represents a minority set above and apart from the rest of the population, with a special code of honour, etiquette, and outlook (KELLER, 2017). The argument in this paper is that, confident in their social and political status, a sporting aristocracy used their cultural power to marginalize other social groups and to impose their own hegemonic version of how the BOA should operate and the amateur values that it should espouse. The result was a long-lasting heritage in which the powerful aristocrat and the philosophy of amateurism remained a feature of the BOA throughout the twentieth century (DAY, 2012).

The paper discusses the formation and development of the BOA, details the way amateurism informed British Olympic discourses for over a century and highlights the significant changes that occurred in the British sporting landscape following substantial government intervention in the late twentieth century. This signified a critical shift in influence from a cultural elite to a centralized bureaucracy, epitomized by the quasi-autonomous non-governmental organizations (‘quangos’) established to distribute funding and resource elite performance, such as Sport England, UK Sport, and the English Institute of Sport. At the 2008 Olympics, Britain finished fourth in the medal table, winning nineteen gold medals, marking a significant turnaround from 1996 when Britain finished thirty-sixth. The London Olympics in 2012 saw Britain move to third in the medal table and the 2016 Games witnessed further advances by the British team as it rose to second, marking the first time that a host nation from one Games had managed to improve its standings at a subsequent Olympics. This upwards trajectory can be primarily attributed to a change in the British State’s attitudes towards intervention in elite sport and to its willingness to invest heavily through the National Lottery. Since this funding stream began in 1997 more than 4,600 British athletes have benefited, resulting in the winning of 633 Olympic and Paralympic medals (UK SPORT: THE NATIONAL LOTTERY).

The authors draw on a range of archives, including BOA records from the Olympic Study Centre in Lausanne, to illustrate the influence of an upper-class cultural elite on the development of Olympic sports in Britain and argue that a dominant patrimony within British sport at the end of the nineteenth century, which had a vision of sport informed by their adherence to the amateur ethos, was able to set the agenda for British Olympic sport for over a century. It was only in the 1990s, through increased bureaucratic rationalization, that their control weakened and that perspectives on amateurism as an intangible cultural heritage began to change. The paper further argues that, despite the innovations of the last twenty-five years, driven by a tightly prescribed government agenda emphasizing targets for elite sports and athletes, the legacy of this intangible heritage is so powerful that the cultural elite responsible for the formation of the BOA still exerts an influence.

Class Influences

It is important in the British context to understand the impact of social class and class attitudes to sport, which people use as a vehicle to distinguish themselves and to reflect status and prestige (BOOTH; LOY, 1999). As Bourdieu (1984) has pointed out, social classes constantly seek to accumulate capital in different forms. Economic capital is most easily thought of in terms of wealth, cultural capital in terms of artistic tastes, and social capital in terms of social connections, the tendency of individuals to associate together on a regular basis, to trust one another, and to engage in community affairs. At the core of the conventional definition of social capital is membership in 'purpose-built' organizations and voluntary associations, such as sporting clubs and National Governing Bodies (NGBs) of sport, which involved members in face-to-face interaction with others, engaged members in a common endeavour, and nurtured the capacity for collective action. On average, people in the middle class have twice as many organizational affiliations as those in the working class, and one study found that 52 percent of those at the top of the class structure had held office in an association as opposed to 19 percent of those in the bottom two class categories. There is also strong evidence that the upwardly mobile adopt the sociability patterns of the class into which they move (HALL, 1999).

All class factions work at accumulating forms of capital to enhance their social positions and use social practices like sport to maximize their capital and reflect and reinforce class distinctions. Upper-class status groups are characterized by inherited wealth, a reverence for tradition, allegiance to family, and a tendency to conservatism. They accept high status as a birthright, and they can socially distance themselves and preserve their dominant position by converting economic capital into social and cultural wealth. Maintaining dignity is paramount, and their preferred leisure pursuits stress manners, deportment, disinterestedness, refinement, self-control, and social distance. Their sports encompass strict rules of etiquette and ethical imperatives, which reflect their aesthetic tastes, and involve ideal-typical forms of 'body impression management'. In order to reinforce their status, the upper classes prefer leisure activities that can be performed at times and in places beyond the reach of other classes. They are free to play sport at midday, midweek, or 'out-of-season', and they have the resources to be able to play in exclusive and secluded places such as country clubs and private game reserves (BOOTH; LOY, 1999).

Relative to the upper classes, the middle class has limited economic, social, and cultural capital. Social capital is sparse, because social connections require economic capital and time, while cultural capital is scarce because it takes time, money, and social connections, to train, educate, and cultivate elite lifestyles. As a result, the middle classes generally focus on the future, on rising economically and socially, and tend to discipline their lives with precise amounts of time being allotted to work, play, family, religion. They adopt pragmatic, sensible, and utilitarian values, such as self-restraint, discipline, frugality, and piety combined with individual competitiveness. These patterns of socialization were common across the nineteenth-century professional middle classes who shared attitudes to speech patterns and modes of dress, while control of the body was manifested in the cult of health, characterized by sobriety, a moderate diet, anxiety about appearance, and adherence to the amateur doctrine of active participation (BOOTH; LOY, 1999).

Middle-class sports participants and administrators interact with their social superiors at school and at University. Education at Oxford and Cambridge universities (Oxbridge) has

long been identified as a prime marker of 'establishment' status and, in his study of over 600 nineteenth-century students matriculating from Oxbridge, Rubenstein noted its role as the 'nursery of Cabinet ministers and the Whitehall-City elite' putting these universities at the heart of the 'British establishment'. In the twentieth century, 60 percent of all cabinet ministers have been products of Oxbridge, as have been most senior civil servants, judges, Anglican bishops, and a disproportionate percentage of Britain's intelligentsia (RUBENSTEIN, 2009). RUBENSTEIN (1993) also noted the influence of the public schools in gaining entrance to Oxbridge, not only from the 'elite' schools but also from those regarded as 'of a somewhat lower social cachet' (RUBENSTEIN, 2009). Honey and Curthoys (2000) found that 59 percent of men matriculating at Oxford between 1895–8 and 1911–14 were educated at a public school, with twelve to thirteen percent coming from a 'fringe' public school. Rubenstein (2009) concluded that, although Oxbridge did not provide a 'royal road' to the top, an Oxbridge education denoted a universally observed marker of likely candidates for elevation to the very highest positions.

After 1850 then, education at a major public school and Oxbridge in effect replaced aristocratic title and landed acreage, or close relationship with the old aristocracy, as the chief defining characteristic of the expanding middle and upper-middle classes (RUBENSTEIN, 2009). Not surprisingly, the emergence of an expanding and more inclusive middle class led to existing elites retreating behind their cultural boundaries. Elitism, and the elite culture it produced, drew a cultural drawbridge up to distinguish itself from and cut out the 'others' evident in Kant's 'principle of pure taste' which predicated aesthetic values and admired refinement, the attainment of virtuosity, and educated reflection. As Bourdieu (1984) argued, pure taste and its aesthetics were based on a rejection of the vulgar, simple, primitive, or popular and therefore constituted a social device or technique of distinction. 'Elite culture' is the cultural forms and institutions that were exclusive to, and a distinguishing characteristic of, social elites, was subsequently referenced to the cultural tastes of the established aristocracy, the commercial bourgeoisie, educated bureaucrats, political power brokers, and the professions. In the nineteenth century particularly, and long into the twentieth century, considerable energy was put into the creation of 'high' cultural institutional development (ELITE CULTURE) practices that were replicated in the sporting environment.

Despite their inferior position with respect to social and cultural capital, the educated middle classes reproduced upper-class attitudes with respect to the way that sports should be played, partly because they had often attended the same schools and universities as their social superiors. The creed adopted by both classes was amateurism, an ethical-moral value system that formed part of a 'civilizing' process of self-restraint and represented an extension of the 'athleticism' of the public schools and universities into the public arena. For the amateur sportsman, participation was as important as the outcome and the motivation to participate came from intrinsic rewards rather than extrinsic rewards of money and fame. The assumption was that a love of sport for its own sake would stimulate a climate of sportspersonship.

Amateurism as an Intangible Cultural Heritage (ICH)

It is important that the ethos and spirit of amateur sport should not be confused with its basic principles. The commonly accepted ways of playing the game such as ideals of honorable, dignified and respectable behavior, not boasting in victory or complaining in defeat, not being too partisan, maintaining self-control and dignity, performing stylishly and with courage, and a focus on the manner of victory being more important than the margin, were all a matter of being a gentleman than of strict compliance with amateur principles. In many respects, amateur sport thoroughly mixed up aristocratic and bourgeois cultures. The spirit or ethos was essentially aristocratic while the principles and structures reflected middle-class attitudes, a combination that had a significant influence on the development of the Olympic movement, not least through its assimilation of these characteristics into an intangible cultural heritage (ICH), even though one official in a leading UK government heritage organization apparently believed that the 'UK has no intangible heritage' (SMITH, 2006).

Heritage can be seen as the material or intangible result of a fundamentally fictitious past, serving the ends of identity formation through the creation of a collective but selective memory. Harvey (2018) has argued that heritage should be understood more as a process, and a political and social construct than as 'present-minded' interpretations of physical artifacts. 'Heritage' indicates a mode of cultural production with reformative significance, a value-laden concept that is often represented by the notion of an inheritance bequeathed by previous generations to their successors. It encompasses immaterial cultural heritage, a set of practices, expressions, or representations that are acknowledged by human communities that constantly interact as being part of their heritage. When Smith asked visitors to heritage sites and museums to define heritage, foremost in many of the responses was the idea of heritage as memory, workplace skills, family histories, oral histories, or 'traditions' (SMITH, 2006). This ICH embraces a wide range of ideas, ranging from oral traditions to the social activities that 'people practice as part of their daily lives' (KURIN, 2004). While the contemporary world and emerging values always exert an influence, values and practices are generally transmitted from generation to generation, and constantly recreated by communities and groups in response to their environment and their history, providing them with a perceived sense of identity and continuity (LEIMGRUBER, 2010). The propagation of cultural heritage is often performed by actor groups that operate in selective and exclusive networks, be they 'power' elites (C. WRIGHT MILLS, 1956) and/or 'cultural' elites (BLAU, 1986, 1989). In the context of the discussion here it might be useful to think of 'cultural heritage elites' as defining those hegemonic functional groups who use intangible heritages to set symbolic boundaries and establish parameters for repertoires of inclusion and exclusion, 'insiders' and 'outsiders'. As a result of their powerful societal status, elite circles are able to utilize their capacity to influence others and their behavior in order to direct the production of cultural heritage, with its intangible values and manufactured traditions, in a way that satisfies their own purposes and philosophy (DAY; STOKLASA, 2019).

For SEWELL (1999), 'culture is a sphere of practical activity shot through by willful action, power relations, struggle, contradiction and change' and understanding the historically contingent and embedded nature of cultural heritage means engaging with debates about the production of identity, power and authority throughout society. Invoking cultural heritage is used by patrimonial elites to influence individuals and social groups, especially to instil loyalty,

through the selective creation, preservation, (re)interpretation, and suppression (through concealment, discrediting, or destruction) of cultural narratives. Their direction and priorities are influenced by the setting of policies, by making laws, and in the allocation of resources (BUCKLAND, 2015). Patrimonialism, then, is a powerful form of elite privilege, one that allows its holders to achieve an autonomy that verges on autarky, the ability to appropriate resources from, and to exercise authority over, nonelites, and to legitimate this authority without needing the support of other elites (LACHMANN, 2011).

However, hegemony is not a static concept of dominance, which, once achieved, remains stable but it is an ongoing process, through which elites seek to co-opt, undermine, or override potential alternatives (WHITSON, 1984). Weber (1922) regarded patrimonialism as being both dynamic and durable, features epitomized by the way that power and influence were exerted by the small cultural elite who established a hegemonic grip on British sport at the end of the nineteenth century and whose philosophies and attitudes left such a long-lasting legacy. When this cultural elite graduated from the universities, their desire to extend their games into their post-university lives through the creation of associations led to a radical change in the sporting landscape. These men had no wish to mix with their social inferiors, so they structured their organizations and framed their sporting rules around their ethos of amateurism. Given the class obsessive society in which they operated, their powerful societal positions allowed them to impose this vision on all sports during the 1880s through the creation of NGBs and to dominate the leadership of the Olympic movement. The aristocratic circle that developed and sustained the BOA constantly employed and reiterated their sporting philosophy to the point that it became universally adopted as part of the nation's heritage.

The Olympic Movement

In June 1894, 79 delegates from thirteen countries and over fifty sports societies met to discuss amateurism and the revival of the Olympics Games, which they decided to hold at four-early intervals, starting at Athens in 1896. While proponents referred to ancient Greece for its ideal of physical prowess and the ennoblement of man in an athletic contest, they looked to Britain and its Public Schools for a modern interpretation of ancient ideals and for its structure. Delegates entrusted the organization and administration to an International Olympic Committee (IOC), which became the final arbiter in all matters concerning the Olympic movement. There was no pretense of democracy and the original fifteen members were not elected by, or representative of, their countries but invited by Coubertin who wanted members to be 'trustees' of the Olympic idea, and they were selected for their knowledge of the sport and their social status. Coubertin's IOC was a self-perpetuating body, composed of financially independent men, who valued internationalism above nationalism, and the IOC remains self-recruiting with members co-opted. In many respects, Coubertin's IOC outwardly conformed to Weber's ideal type of a formal, rationally organized bureaucracy with clearly defined goals and patterns of activity accompanied by acceptable regulations and controls functionally related to the attainment of goals. However, Michel's 'iron law of oligarchy' is probably more appropriate given that oligarchy, rule by the few, arises even in the most idealistic of organizations, the ideals over time serving as mere rationalizations to preserve power in the hands of a select

group (TOLBERT, 2010).

Two of the IOC members appointed by Coubertin were British. Charles Herbert, Honorary Secretary of the Amateur Athletic Association (AAA) from 1883 to 1906, had helped to organize the 1894 Congress, and he was highly thought of by Coubertin, who described him as part of the 'immovable trinity' at the head of the IOC. He was born in India, where his father was a serving Army officer, but he returned to England for schooling. On leaving school he was a successful oarsman, winning the Silver Goblets at Henley in 1876 and, as a runner, he was the half-mile and one-mile champion of the Civil Service, in which he served as a finance official. Lord Amphyll, the son of the British Ambassador to Germany, was selected by Coubertin presumably because he felt he needed someone with more impressive social credentials than Herbert to represent Britain. Amphyll was born in Italy where his father was on special assignment, but he returned to England for schooling and succeeded to the title on death of his father in 1884. He was an outstanding oarsman at Eton, where he first met Coubertin in 1888, and he rowed for Oxford University alongside another future IOC member, Theodore Cook. He also enjoyed success at the Henley Regatta, winning the Silver Goblets with Guy Nickalls in 1890 and 1891, and he was a member of the Leander eight which won the Grand Challenge Cup in 1891. Amphyll was appointed Governor-General of Madras in 1900, and he served briefly as Governor-General of India. Like many influential persons in British sport, he was a prominent freemason and was Grand Master of the Grand Lodge of England in 1908.

British Olympic Association (BOA)

The IOC held its fourth session in London between 20-22 June 1904, the main organizers of this meeting being the then British representatives on the IOC, Sir Howard Vincent, the Rev Robert Stuart de Courcy Laffan, and Charles Herbert. The visit led to the formation of the British Olympic Association (BOA) in the House of Commons on 24 May 1905 when William Henry Grenfell MP, later Lord Desborough, was elected as its first chairman with de Courcy Laffan as its honorary secretary. The BOA was structured along the same lines as the IOC and it adhered to the same principles. Its remit was to spread knowledge of the Olympic movement in Britain, to guarantee that the views of British sporting associations were represented in the organization of the Olympic Games, to ensure the participation both in the Olympic Games and international athletic congresses of representatives properly accredited by official sporting associations, and to facilitate their attendance. The original committee was made up of members from seven national governing bodies of sport, the majority from the privileged classes (BARKER, 2005). Class differences between the upper and educated middle classes became apparent from the start as the upper class took over the Association as leaders, utilizing their cultural and social capital to further the aims of the BOA, while the middle classes acted as administrators.

This first committee was dominated by representatives of the privileged classes, particularly those key personnel who were also IOC members. Nine of the sixteen members, whose schooling had included Eton, Harrow, Rugby, Westminster, and Radley, had been to Oxbridge (seven Oxford, two Cambridge), five were Members of Parliament (MPs), and career

paths were dominated by the Law, the Military, Education, and the Civil Service. Member of Parliament (MP) William Henry Grenfell, Lord Desborough of Taplow, was an IOC Member from 1906 to 1909 and BOA Chairman from 1905 to 1913. He was educated at Harrow and Oxford and an outstanding all-round sportsman who became chief organizer of the 1908 Olympics and President of five national governing bodies. The Rev. Robert Stuart de Courcy Laffan, an IOC member between 1899 and 1927, was Honorary Secretary of the BOA from 1905 to 1920 and acting Chairman between 1920 and 1922. He went to Winchester public school and Oxford, before becoming a Church of England vicar and a public-school headmaster. Sir Theodore Andrea Cook, an IOC member from 1909 to 1915, was an oarsman and fencer who was best known as editor of the sporting periodical, *The Field*. Colonel Sir Howard Vincent went to Westminster School and Royal Military College, Sandhurst, before pursuing a career as a soldier before developing Scotland Yard as its Director of Criminal Investigations and then becoming an MP. Several other BOA members were MPs. Sir Lees Knowles was a politician and barrister who was educated at Rugby School and Cambridge, where he was President of the Athletics Club. William Hayes Fisher, later Lord Downham, President of the National Skating Association, was a barrister and MP who was elected Chairman of the BOA in September 1919. Reginald Gridley, barrister, and MP, who was rowing's representative on the BOA, went to Eton and rowed for Cambridge. Other members had garnered significant social capital through their connections to Oxford University. Lord Montagu of Beaulieu had rowed at Oxford, while Colonel Sir Henry Walrond, Honorary Secretary of the Royal Toxophilite Society, and Captain Alfred Hutton, president of the Amateur Fencing Association, had attended Oxford before pursuing their military careers (BARKER, 2005).

A few suitably respectable and well-connected middle-class representatives of important sporting associations supported these core individuals. Thomas Walter John Britten, treasurer of the National Cycling Union had attended the 1894 meeting which founded the IOC and worked as a civil servant in the Board of Trade as an Official Receiver in Bankruptcy. Sir George Rowland Hill, Honorary Secretary of the RFU from 1881-1904 before becoming the eighteenth President of the RFU and also a member of the International Rugby Board from 1890, was a record keeper in the Principal Probate office at Somerset House and a member of London County Council. He was knighted in 1926 for services to the game. Edward Lawrence Levy, who won the first British Weightlifting Championship in 1891 and was Honorary Secretary of the Amateur Gymnastic Federation ran a Jewish School in Edgbaston in the 1870s and 1880s before pursuing a career in journalism. Edgar Morris Wood Syers, who had been an art student in 1881, was the only representative of a winter sport. He founded the Great Britain Ski Club in 1903 and represented the organization on the first Olympic council, although it was in ice skating that he actually competed at the Olympics. Sir Frederick Joseph Wall, whose father had been a Carpenter, started with the London Football Association in 1881 and became an FA Council member on behalf of Middlesex in 1891-1895. Later he became Secretary of the Football Association in 1895, a post he held until his retirement in 1934, and he was knighted for services to Football. At the 1908 Olympic Games, he was in charge of press operations, and he subsequently wrote an account of his life, *Fifty Years in Football* (BARKER, 2005).

At the time of the London Games in 1908, little seems to have changed. Lord Desborough was Chairman, and de Courcy Laffan was still Honorary Secretary while several other founding members were still on the Committee, which had now been extended, partly to facilitate the organization of the Games. While this expansion had created the potential for

a degree of democratization in the BOA, this never actually materialized because the cultural elite retained control of key committee positions, with the first six presidents and ten of its first thirteen chairpersons holding aristocratic titles (DUNCAN, 1976). This elitism was reflected by the large proportion of university men, including twelve Oxbridge 'blues' (men who had represented their University at a sport), in the track and field team at the 1912 Olympics leading one critic to observe, 'Caste rules the world of athletes and all is snobbery... At present, the whole tendency seems to be that only public school and university men shall have all the chances. Those who control the British contribution to the Olympic Games would like to see Britain represented by nice young men with nice pedigrees and splendid educations' (THE LITERARY DIGEST, AUGUST 31, 1912).

At Stockholm, the only British victories were in the 1,500 meters and the 400 meters relay, leading to an outcry at home as further proof of national decadence, and the Saturday Review (AUGUST 17, 1912) complained that although Britain had taught the world to play games for fun, other nations now made it a business. The failures in Stockholm did, however, stimulate a debate that challenged some of the key pillars of British sporting heritage with one Times (OCTOBER 22, 1913) correspondent arguing that everyone outside the 'charmed circle of the public school' should have opportunities, a recognition that it was within the public schools and the associated social class that the intangible cultural heritages of British sport were most entrenched.

Inter-War Period

The interwar period saw English culture animated by attempts 'to ally preservation and progress, tradition and modernity, city and country in order to define Englishness as orderly and modern' (MATLESS, 1998). Perkin (1989) described inter-war society as being in a 'transitional stage, a sort of halfway house in which remnants of Victorianism...co-existed with harbingers of the future' and this appears to have been true of all aspects of social, cultural, political and economic life, including sport, where class dynamics continued to exert a powerful influence. Consequently, amateur values continued to take precedence, emphasizing the power invested in British sport's patrimonial elite. Amateur administrators, who believed that Britain had little to learn from foreigners and that the British sportsman was inherently superior, continued to laud their way of playing sport, of seeing sportsmanship as a distinctively British characteristic, a moral value that could be extended to all spheres of conduct (HUGGINS; WILLIAMS, 2006).

Within the BOA, aristocratic leadership continued. When the Association met in Russell Square in September 1919 and agreed to compete at the Olympics in Antwerp, William Hayes Fisher, now Lord Downham, was installed as Chairman and when the BOA investigated the state of track and field athletics in 1923 its Commission, headed by aristocrat Lord Decies, was sprinkled with University and military men, reflecting the composition of the BOA itself. In 1926, a later BOA chairman and IOC member Lord Rochdale took advantage of the new medium of radio to give a talk on the Olympics, and by the time of the Berlin Olympics Lord Burghley, already an IOC member had become BOA chairman. As the aristocracy had always done in all aspects of their lives, BOA leaders used-acceptable middle-class individuals as servants to administer their Olympic project. Examples abound. John Wadmore was manager

of the 1928 Olympic Team in Amsterdam, where Denis Lyons acted as a referee, and Arthur Turk, the 'Grand Old Man' of British athletics and a life vice-president of the AAA oversaw the 1932 and 1936 Olympic teams (STAR GREEN 'UN, AUGUST 10, 1957).

For both the aristocracy and the bourgeoisie, amateurism continued to be the underlying philosophical imperative. Writing on rugby, W.W. Wakefield (1927) exposed many of the key concerns of the amateur elite about contemporary sport. As a past captain of Cambridge University and a rugby international, he emphasized that 'Rugger' was first and foremost a team game, and, though it should be played to win, the game must never be subordinated to the result, especially in International matches, 'lest they should become gladiatorial contests rather than friendly trials of strength between two countries'. Ten years later, the AAA reiterated that they were concerned with 'exercise for the multitude, rather than competition for the specialist,' (AAAMEMORANDUM, MAY 10, 1937) reflecting their ongoing efforts to develop volunteers from their own social class, such as the several amateur coaches appointed to the Loughborough summer school for athletics in 1935 (YORKSHIRE POST, FEBRUARY 5, 1935). Some of these men appeared again later that year in a longer list of athletes and officials willing to give talks, lectures, and demonstrations to clubs and schools. As keen amateurs, 'no fee was to be charged for their services', and the composition of this list reflected the traditional profiles for amateurs with representatives from educational institutions (49%), the armed forces (6%), medicine (6%), law and finance (14%), as well as other middle-class occupations (17%) (MANCHESTER GUARDIAN, DECEMBER 13, 1935). Although Britain won only two track gold medals in 1936, apologists for the British team argued that 'our own particular amalgam of work and play expressed a better philosophy of life than those other codes which have reaped superior honours at Berlin.' Most importantly, British athletes had competed as a 'gentleman' should (DAILY EXPRESS, AUGUST 14, 1936; DAILY MIRROR, AUGUST 14, 1936; OBSERVER, AUGUST 16, 1936).

Post-World War II

In the immediate post-1945 period, NGB administrators continued to promote amateur values. In many ways, the cultural heritage of amateurism acted as a form of nostalgia for an earlier age, highlighting how an intangible heritage, through memory and received wisdom, can act as a powerful agent in perpetuating traditions and social practices. Despite significant changes in English society, amateurism continued to exercise a powerful grip over the practice and administration of British sport into the second half of the twentieth century (BAKER, 2004), even though there were continuing anxieties over the international competitiveness of British athletes across all sports. At the Helsinki Olympics, for example, Britain's first gold medal came on the last day, and then it was won by a horse (BRAILSFORD, 1992), leading to extensive criticism over the 'ghastly failure' of the British team (THE TIMES, AUGUST 7, 1952). A *Picture Post* correspondent declared that the only solution was to get rid of this 'absurd smugness about amateurism' (PICTURE POST, FEBRUARY 2, 1952), while another observer observed that, 'What's the use of 'being British' and saying 'the game's the thing – not the result'? No other country enters in that spirit. No other country comes off so badly. Either we should go flat out to win – or not enter' (PICTURE POST, AUGUST 9, 1952).

While a growing interest in the pursuit of excellence began to emerge in the 1950s and early 1960s (ANTHONY, 1980), any developments remained contingent on persuading those whose sporting lives had been dictated by their allegiance to Britain's ICH that they should compromise their attitudes towards amateurism and voluntarism. This was always going to be difficult. In 1953, the AAA secretary, E.H.L. Clynes, observed that:

The association is, however, not only concerned with champions but with the average young man who wishes merely to participate in a healthy outdoors recreation, to build up a fit body and mind, in the friendly company of other athletes. Too much emphasis cannot be given to the fact that amateur athletics is primarily and always a recreation (AAA ANNUAL REPORT, 1953).

Roger Bannister argued in 1955 that Britons should 'continue to be ourselves'. He suggested that 'To regard sport as a hobby is surely more of a virtue than a vice and is much closer to the Greek ideal of the complete man than is the athletic machine'. If Britain kept 'our own attitude other countries will respect us more, and we shall still enjoy our sport' (BANNISTER, 1955). Harold Abrahams also later condemned the amount of prestige attached to winning an Olympic gold medal and 'the fuss that sections of the public make, encouraged by the press, when an athlete loses a gold medal by half an inch' (ABRAHAMS, 1968). Indeed, there were further calls to abandon the Games altogether because the values of friendly internationalism had now been replaced by the 'grueling (sic) fanatical training of some of the competitors' which ruled out 'most people's ideas of amateur sportsmanship' (PICTURE POST, DECEMBER 31, 1956).

The trend to turn to the aristocracy for Olympic leadership continued into the second half of the twentieth century, and, despite significant changes in English society, the cultural elite continued to control Britain's Olympic movement. On 7 May 1951, Lord Luke of Pavenham was appointed as an IOC member. After schooling at Eton, he had attended Cambridge University where he was a notable athlete and oarsman. He was director of several commercial companies, a trustee of various leading charities and, like two of his predecessors on the IOC, General R. J. Kentish, and Sir Noel Curtis-Bennett, he was Chairman of the National Playing Fields Association. At 83 he retired from the IOC to make way for Princess Anne, who competed at the 1976 Montreal Games, when another aristocrat, Lord Rupert Nevill, led the delegation as Team Commandant. This BOA cultural elite consistently resisted both commercialization and professionalism. Speaking in 2012, Hamilton Smith, National Technical Officer for the Amateur Swimming Association (ASA) from 1963-1967, reflected on the 'aristocratic' and altruistic attitudes of amateur officials, noting that, in his view, there was an upper-class element still controlling amateur sport. If their authority was questioned that was when 'problems arose' (CARPENTER, 2012). Ultimately, the only effective challenge to the legacy left by this high-status group came from an even more powerful influence, the government.

Government Involvement

While British participation in the Games was initially informed by the values and ethos of a late-nineteenth-century patrimonial elite, there is evidence that government intervention at the end of the twentieth century resulted in a significantly different approach. Since participants typically represent social organizations or communities, their victories are often taken to be an indication of group superiority, and the outcomes of sporting contests, particularly at international level, are frequently interpreted politically (HOULIHAN, 1998). In a twentieth-century world consumed by concerns over national identity, sport became a way of asserting national status, so it is not surprising that many countries industrialized their approaches to international competition. Even though British administrators resisted adopting practices that they considered as being inconsistent with their sporting heritage, the British State was not entirely ignorant of these developments. In 1959, the Foreign Office acknowledged that the Olympics had ‘immense prestige, and offer a unique stage for the demonstration of national prowess’ (FOREIGN OFFICE, JULY 16, 1959), while the influential 1960 WOLFENDEN REPORT recognized that international sporting contacts had a potential to ‘yield rich dividends in international understanding’. Eventually, the British government was persuaded to intervene more directly in elite sport through a process of bureaucratic rationalization, moving the direction of Olympic sports away from the direct control of the upper-class elite.

‘Rationalization’ refers to the replacement of traditions, values, and emotions as motivators for behaviour in society with concepts based on rationality and reason. Max Weber argued that bureaucracy constitutes the most efficient and rational way to organize human activity and that systematic processes and organized hierarchies are necessary to maintain order, maximize efficiency, and eliminate favouritism. In *Economy and Society*, he described a bureaucracy as a ‘structure of domination’ and argued, more precisely, that ‘bureaucratic administration means fundamentally domination through knowledge’. The bureaucratic form is different from its underpinning bureaucratic rationality, a domination through knowledge, or the means of its acquisition. It is the mundane, seemingly insignificant acts of semantics, drawing definitional boundaries, rules, procedures, codes, protocols, and writing the world in formalized terms, that enables it to be known, become predictable, and be acted upon. As such, bureaucratic rationality allows bureaucratic structures to function, and it persists, sometimes even expanding, even when the organizational form identified as bureaucracy undergoes change. For Weber, an ideal bureaucracy covered a fixed area of activity, governed by rules and based on written documents, was organized as a hierarchy, required a degree of expert training, and its officials devoted all their time to their work within an office environment that followed general rules which could be learned. He also noted that officials who are elected display less of a tendency towards bureaucracy, an important observation in the context of British sport given that patrimonial amateur administrators are traditionally elected by their peers (SWEDBERG; AGEVALL, 2005).

In the 1990s, government reports and strategic documents started to make an impact on the operation of the BOA, a process accelerated by the IOC awarding the Games to London in 2005. UK Sport, the government organization responsible for developing elite-level sport, was established in 1997 and authorized to distribute lottery funding. In 2017 to 2018, UK Sport’s total expenditure was £157.7 million, nearly 94 percent of this in grants and related payments to NGBs, athletes, and major events (UK SPORT: THE NATIONAL LOTTERY).

UK Sport has adopted a target driven agenda whereby sports are funded according to whether or not they achieve medal targets, and the twenty-first-century record of four Olympic sports, athletics, rowing, cycling and swimming, demonstrate this process quite clearly (UK SPORT: INVESTING IN SPORT). Cycling has consistently exceeded its targets, and this is reflected in the continuous growth of its funding. Similarly, rowing met its targets up until Rio, although underperforming here resulted in their funding being reduced for Tokyo. Athletics failed to meet its target in Beijing and saw its funding fall for the following Olympic cycle while swimming failed to reach expectations for the London Games and saw a significant reduction in funding for Rio. Exceeding their medal target in Rio has resulted in additional funding for Tokyo 2020.

Despite criticisms of this level of expenditure, and indeed of the whole process of rationalization, there is no indication that the British government is prepared to abandon its commitment to achieving Olympic results (and the status that comes with success). The focused investment of the last twenty years has resulted in a marked change in British fortunes, and formal reviews of the elite sporting agenda in the wake of the Rio Games show no signs of deviating from the established template. Following a strategic review of its performance investment policy in preparation for Tokyo, UK Sport concluded that it would continue to focus on medal success and to concentrate on Olympic and Paralympic sports (UK SPORT: INVESTING IN SPORT).

Reflections

While there were occasional signs that the amateur hegemony could become more pliable when placed under pressure, especially following poor Olympic performances, which suggests that ICH is not immutable, it did remain relatively static for much of the twentieth century. However, although British sport continued to be dominated by the amateur into the 1980s, the transition of rugby union into a professional sport in 1995 signalled that 'amateurism' as a sporting philosophy had eventually lost its traditional hold on elite sport. Several factors had contributed to this process. An increasingly professionalized society began to reject the notion of the 'amateur', which soon became a derogatory term, and there was an accompanying decline in the number of top-class amateurs in sports like cricket. In addition, during the second half of the twentieth century, the possession of an education, which had previously distinguished the social elite, became more commonplace through mass secondary education and the expansion of the universities. Hitherto the social elite had been a relatively closed and circumscribed social group, sharing not only culture in common but also background, schooling, social networks, and experience (DIMAGGIO, 1997). Alongside these developments, the media became more strident in its criticisms of the failures of British teams (HOLT; MASON, 2000), and the BOA increasingly found itself in difficulty. One of the fundamental functions of the BOA was to provide the funding and organization to ensure that a Great Britain team competed at the Olympic Games. Between 1936 and 1976, financial support came from nationwide public appeals but, after the Government pressured the BOA to boycott the 1980 Moscow Olympics, the BOA was forced to subsidize a British team from its own funds, a move which left it virtually bankrupt. The end result was that government involvement, albeit not on the Soviet scale, became acceptable, and this led to increasing resources being devoted to the pursuit of

Olympic success (HEGGIE, 2008).

The 2000 Sydney Games marked the beginning of a turnaround in Britain's Olympic fortunes that would culminate in its second place in the medal table in Rio. This revival had its roots in growing state intervention in sport and, most importantly, the availability of National Lottery funding (GREEN, 2007), which brought with it much greater investment at an elite level. In this respect, Britain finally joined other nations in its approach to sporting excellence, and some of the outward vestiges of amateurism were removed. The problem is that the ICH of amateurism, shaped by the patrimonial elites of the late nineteenth century, has become so deep-rooted in the British psyche that, despite the government interventions of the last twenty years that have encouraged an industrialized, outcome-driven approach to elite sport, there remains a reluctance to embrace the concept of progress. ICHs in general can be highly resistant to change, and amateurism was so ingrained into the sporting culture that changes were always slow and highly contested. While the British approach has subsequently been refined by recurrent responses to wider social and cultural developments, such as the increasing demands placed on a sport by the government, the public, and the media, it remains rooted on a bedrock of amateurism established by a cultural heritage elite.

The powerful influence of the British class system was constantly reflected in the way in which amateur principles were applied by this cultural elite, during the twentieth century and it is no surprise that, despite a shift in emphasis to government-sponsored bureaucratic rationalization, the legacy of the cultural elite that has run British Olympic sport since its inception remains powerful and social class, combined with a privileged education, retains its potency. A study of over 1,400 elite athletes at the beginning of the twenty-first century identified that 20 percent had been educated in private schools and that the proportion of elite athletes emerging from higher social class families was much higher than from any other group. In the 2012 Games, 35 percent of British medallists had attended an independent school, and in 2016 this figure was 31 percent. Over half (52 percent) of medal-winning rowers attended fee-paying schools in 2016, along with 50 percent of the winning women's hockey team. Team GB has been frequently lauded for their success at 'sitting down sports', including rowing, cycling, sailing, and equestrianism, which are sports historically associated with higher social classes, and involve specialized and frequently expensive equipment and facilities. The role of independent schools in many such sports is reflected in the fact that an Old Etonian has won a medal in these sports at every Olympic Games since 1992. Even at participation levels, socio-economic background and education levels have been shown to be significantly associated with regular sporting activity (THE SUTTON TRUST, 2019).

None of this should really be a surprise given that narrow class interests still dominate the wider social and political landscape. Britain remains a class-ridden society. Of the 26 Prime Ministers since 1885, nine have come from Eton, fifteen went to Oxford University (including eleven out of the last fifteen), and three to Cambridge. The current British Cabinet is the most privately educated for over a generation with almost two-thirds (65 percent) having attended private school. Members of the cabinet are over nine times more likely to have gone to an independent school than the general population. Of the 26 ministers in Boris Johnson's new cabinet, half (50 percent) went to Oxford or Cambridge Universities, which compares with 27 percent of all Conservative MPs, 18 percent of Labour MPs, and 24 percent of all MPs. Overall, 31 percent of the cabinet went through a 'pipeline' from fee-paying schools to Oxbridge (SUTTON TRUST, 2020).

Bibliography

AAA ANNUAL REPORT, 1953.

AAA MEMORANDUM to NFC May 10, 1937, File ED 113/54, NFC Collection: AAA 1937-39, National Archives, Kew.

ABRAHAM, Harold. Sir Adolphe Abrahams memorial lecture 'The changing face of international sport', *Bulletin of the British Association of Sports Medicine* 3, 1968, 164-168.

ANTHONY, Don. *A Strategy for British Sport*. London: C Hurst & Co., 1980.

BAKER, Neil. Whose Hegemony? The Origins of the Amateur Ethos in Nineteenth Century English Society. *Sport in History* 24(1), (2004), 14.

BANNISTER, Roger. *First Four Minutes*. London: Putnam, 1955.

BARKER, Philip. The British Olympic Association 1905-2005 - A Chronology. *Journal of Olympic History* 13, May/June 2005, 2, 64-72.

BLAU, J. R. The Elite Arts, More or Less de Rigueur: A Comparative Analysis of Metropolitan Culture. *Social Forces* 64(4), 1986, 875-905.

BLAU, J. R. *The Shape of Culture*. Cambridge University Press, Cambridge, 1989.

BOOTH, D. and LOY, J. Sport, Status, and Style. *Sport History Review*, 30, 1999, 1-26.

BOURDIEU, Pierre. *Distinction: A Social Critique of the Judgment of Taste*. Harvard University Press, Cambridge, MA, 1984.

BRAILSFORD, Dennis. *British Sport: A Social History*. Cambridge: The Lutterworth Press, 1992, 122.

BUCKLAND, Michael. Cultural Heritage (Patrimony): An Introduction, In Ed. by WILLER, Mirna, GILLILAND, Anne J. and TOMIĆ Marijana. Zadar, *Records, Archives and Memory: Selected Papers from the Conference and School on Records, Archives and Memory Studies, University of Zadar, Croatia*, May 2013, 2015, 11-25.

C. WRIGHT MILLS. *The Power Elite*, Oxford: Oxford University Press, 1956.

CARPENTER, Tegan. *Uneasy Bedfellows: Amateurism and Coaching Traditions in Twentieth Century British Sport*. PhD diss., Manchester Metropolitan University, 2012.

CHANEY, D. *The Cultural Turn*. London: Routledge, 1994.

CZAJKOWSKI, Paweł, PABJAN, Barbara, ZUBER, Marcelina (ed.): *Pamięć i przestrzeń*. Forum Socjologiczne. Wrocław: Wydawnictwo Uniwersytetu Wrocławskiego, 2016, 23.

DAILY EXPRESS, August 14, 1936, 3

DAILY MIRROR, August 14, 1936, 3

DAY, Dave. *Professionals, Amateurs and Performance: Sports Coaching in England, 1789-1914*. Bern: Peter Lang, 2012.

DAY, Dave and STOKLASA, Jana. *Urban Image Management in Wrocław and the British Olympic Association: A Transcultural Approach to Social Elites and Their Influence in Europe*. Joint LUH and MMU Workshop, Leibniz University, Hannover, 30-31 October 2019.

DIMAGGIO, P. *The Sociology of Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

DUNCAN, K. S. Great Britain and Olympism, *Olympic Review* 99-100, January-February 1976, 54-91.

ELITE CULTURE. <http://sociology.iresearchnet.com/sociology-of-culture/elite-culture/>

FOREIGN OFFICE TO H.M. REPRESENTATIVES OVERSEAS, 16 July 1959. PRO: TNA: FO371/145547/W1801, Kew.

GREEN, M. Olympic glory or grassroots development? Sport policy priorities in Australia, Canada and the United Kingdom, 1960-2006. *The International Journal of the History of Sport*, 24 (7), 2007, 921-953.

GRUNEAU, R. *Class, Sports and Social Development*. Amherst: University of Massachusetts Press, 1983.

HALL, P.A. Social Capital in Britain, *British Journal of Political Science*, 29(3), 1999, 417-421.

HARGREAVES, J. *Sport, Power and Culture: A Social and Historical Analysis of Popular Sports in Britain*. Cambridge, UK: Polity, 1986.

HARGREAVES, J. The Body: Sport and Power Relations. In HORNE, J. JARY, D. and TOMLINSON A. (Eds.), *Sport, Leisure and Social Relations*. London: Routledge & Kegan Paul, 1987, 139-159.

HARVEY, David. C. Heritage pasts and heritage presents: Temporality, meaning and the scope of heritage studies. *International Journal of Heritage Studies*, 7 (4), 2001, 319-38.

HEGGIE, Vanessa. 'Only the British Appear to be Making a Fuss': The science of success and the myth of amateurism at the Mexico Olympiad, 1968. *Sport in History*, 28 (2), 2008, 213-35.

HOLT, Richard, and MASON, Antony. *Sport in Britain, 1945-2000*. Chichester: John Wiley & Sons, 2000.

HONEY J. R. De S. and CURTHOYS M. C., Oxford and Schooling, In BROCK, M. G. and CURTHOYS, M. C., *The History of the University of Oxford, vii: 19th-Century Oxford, Pt. 2*. Oxford, 2000, 545-69.

HOULIHAN, Barrie. *Sport, National Identity and Globalisation*. The Centre for Research into Sport and Society, University of Leicester, 1998, 11-20.

HUGGINS, Mike, and WILLIAMS, J. *Sport and the English, 1918-1939* London: Routledge, 2006, 122, 130.

KELLER, Suzanne Infeld. *Beyond the Ruling Class: Strategic Elites in Modern Society*. Abingdon, Oxford: Routledge, 2017. Originally published in 1963 by Random House, Inc., 30-31.

KURIN, R. Safeguarding Intangible Cultural Heritage in the 2003 UNESCO Convention: A critical appraisal. *Museum International*, 56 (1-2), 2004, 67.

LACHMANN, Richard. Coda: American Patrimonialism: The Return of the Repressed. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 636 (1), 2011, 204-230.

LEIMGRUBER, W. Switzerland and the UNESCO Convention on intangible Cultural Heritage. *Journal of Folklore Research*, 47 (1/2, January -August), 2010, 161-196.

MANCHESTER GUARDIAN, 13 December 1935, 3. 'List of Volunteer Lecturers.'

MATLESS, David. *Landscape and Englishness* London, 1998, 14, 25-100.

OBSERVER, August 16, 1936, 12.

PERKIN, Harold. *The Rise of Professional Society: England since 1880*. Oxon: Routledge, 1989, 218.

PICTURE POST, 2 February 1952, 8. 'Letter to the editor. Amateurs: No such thing?'

PICTURE POST, 31 December 1956. 'Letter to the editor'.

PICTURE POST, 9 August 1952, 12-13. 'Letter to the editor. Geoffrey Hoare. Training by Candlelight?'

READMAN, P. The Place of The Past in English Culture C.1890-1914 *Past and Present*, 2005, 198-199.

RUBINSTEIN, William D. The social origins and career patterns of Oxford and Cambridge matriculants, 1840–1900. *Historical Research*, 82, (218), November 2009, 715.

RUBINSTEIN, William D. *Capitalism, Culture, and Decline in Britain, 1750–1990* (1993), 102–39.

SATURDAY REVIEW, 17 August 1912, 195-96.

SEWELL, William. The Concept(s) of Culture, In BONNELL, Victoria E. and HUNT, Lynn (eds.) *Beyond the Cultural Turn New Directions in the Study of Society and Culture*, Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1999, 44.

SMITH, Laura Jane, *Uses of Heritage*. London and New York: Routledge, 2006, 109.

STAR GREEN 'UN, 10 August 1957, 8.

SUTTON TRUST. *Elitist Britain: The Educational Backgrounds of Britain's Leading People*, 2019, 81.

SUTTON TRUST CABINET ANALYSIS, <https://www.suttontrust.com/our-research/sutton-trust-cabinet-analysis-2020/>, 2020.

SWEDBERG, Richard and AGEVALL, Ola. *The Max Weber Dictionary: Key Words and Central Concepts*. Stanford University Press, 2005.

THE LITERARY DIGEST 45 (31 August 1912), 30. 'Ill Training and Snobbery in British Athletics'.

THE TIMES, 22 October 1913, 12.

THE TIMES, 7 August 1952. 'Mr. H. Abrahams on the Olympic Games'.

TOLBERT, P. S. Robert Michels and the iron law of oligarchy [Electronic version]. Retrieved from Cornell University, ILR School site: <http://digitalcommons.ilr.cornell.edu/articles/397/>, 2010.

TOMLINSON, Alan, MARKOVITS, Andrei S., YOUNG, Christopher. Mapping Sports Space. *American Behavioral Scientist*, 46 (11), July 2003, 1469-1470.

UK SPORT. 'Elite Coach' www.ukSPORT.gov.uk/pages/elite-coach/ Accessed 23.01.2011

UK SPORT. 'Investing in Sport', <http://www.ukSPORT.gov.uk/our-work/investing-in-sport>. Accessed 01.09.2018

UK SPORT. 'The National Lottery,' <http://www.ukSPORT.gov.uk/about-us/partners/the-national-lottery> (Accessed

20.08.2018).

WAKEFIELD, W. W. and MARSHALL, H. P. *Rugger*. London: Longmans, Green and Co. Ltd, 1927, 8, 40-41, 66-67,70.

WEBER, Max. *Economy and Society*. Berkeley and Los Angeles, Ca.: University of California Press, 1922/1978.

WHITSON, David, 'Sport and Hegemony: On the Construction of the Dominant Culture'. *Sociology of Sport Journal*, 1, (1984): 64-78.

WOLFENDEN REPORT. *Sport and the Community*. London: Eyre & Spottiswood, 1960.

YORKSHIRE POST AND LEEDS INTELLIGENCER, 5 February 1935, 19.

RECEBIDO EM: 17/03/2020
APROVADO EM: 30/03/2020

Artigos da Sessão Livre

UMA NOVA PAISAGEM AÇUCAREIRA: OS TÉCNICOS VERSUS OS MODOS TRADICIONAIS DE PRODUZIR AÇÚCAR NA ARGENTINA E NO BRASIL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

A new sugar landscape: the technicians versus the traditional ways of producing sugar in Argentina and Brazil in the first decades of the twentieth century

Roberta Barros Meira¹

Daniel Campi²

RESUMO

O trabalho é uma pequena introdução sobre o papel dos técnicos na circulação de saberes nos espaços açucareiros. Nele, destacamos os escritos do engenheiro agrícola Pablo Lavenir, *El cultivo de la caña y la elaboración del azúcar en las provincias de Tucumán, Salta Y Jujuy* (1901), e do engenheiro Augusto Ramos, *A indústria do açúcar em São Paulo* (1902). O uso da História da Ciência nos permite perceber nessas obras não apenas os fatores de expansão da produção açucareira em áreas até então importadoras ou produtoras secundárias. Mas, igualmente, que a ciência que gerenciou os novos modelos de produção açucareira, resultou em uma cruzada contra os antigos métodos de cultivo e fabrico do açúcar e a favor de um ambicioso projeto de fortalecimento de uma recém-criada cultura açucareira científica e seus novos atores.

Palavras-chave: Circulação de saberes, paisagem açucareira, ciência .

ABSTRACT

The work is a short introduction on the role of technicians in the circulation of knowledge in sugar spaces. In it we highlight the writings of agricultural engineer Pablo Lavenir, *El cultivo de la caña y la elaboración del azúcar en las provincias de Tucumán, Salta Y Jujuy* (1901) and engineer Augusto Ramos, *A indústria do açúcar em São Paulo* (1902). The use of the History of Science allows us to perceive in these works not only the factors of expansion of sugar production in areas that until then had been importing or secondary producers. But also, that the science that managed the new models of sugar production, resulted in a crusade against the old

1 Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense, mestrado e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Pós-doutoranda em ciências econômicas pela Universidad Nacional de Tucumán. Docente do programa de pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade e do Departamento de História da Universidade da Região de Joinville — Univille. E-mail: rbmeira@gmail.com.

2 Licenciado en Historia en la Universidad Nacional de Tucumán y Doctor en Geografía e Historia por la Universidad Complutense de Madrid, es Investigador Principal del CONICET y Profesor Titular de Historia Económica y Profesor Asociado de Historia de la Historiografía en la UNT. E-mail: danielcampi@yahoo.com.ar.

methods of cultivating and manufacturing sugar and in favor of an ambitious project to strengthen a newly created scientific sugar culture and its new players.

Keywords: Circulation of knowledge; sugar landscape; science.

Introdução

As mudanças científico-tecnológicas na agricultura respondem algumas das questões que remodelaram a indústria açucareira nas primeiras décadas do século XX. Aliás, pode-se considerar que os escritos dos técnicos refletem com uma forte veemência uma época marcada pela valorização da ciência e o enaltecimento de novos atores. Assim, são esses trabalhos que se caracterizam por um linguajar extremamente técnico que deixam entrever o diálogo que se propagou por diversos países açucareiros. As crises que muitas vezes arrastam cenários de violências e sufocos econômicos e sociais, igualmente, podem abrir passagem para aplicar com menores restrições tudo o que passa a ser considerado adequado pelos recém-criados modelos produtivos. Nisto reside a singularidade dos relatórios científicos deixados pelo engenheiro Augusto Ramos³ e pelo engenheiro agrícola Pablo Lavenir⁴. Escritos com raízes fincadas na forte crise de 1901, as narrativas dos dois autores assumem uma posição que se sobressai por expor em um momento chave as ideias sobre os novos caminhos que deveriam ser seguidos pela indústria açucareira no Brasil e na Argentina.

Referindo-se à História da Agricultura, Ciro Flamarion Cardoso (1979, p. 15) destaca que um dos seus três tipos de estudo envolveria a História da Ciência e da Técnica. Para ele, cabe observar os métodos, os instrumentos e a organização da agricultura dentro dos eixos meio-ambiente/superfície cultivada e tecnologia agrícola. Tentando contemplar esses aspectos, nossa proposta trata de buscar melhor conhecer uma tendência bastante consistente de alteração nas paisagens açucareiras pelo fortalecimento de uma cultura agrícola científica e seus novos atores. Nesse sentido, os escritos técnicos permitem detectar a trajetória de uma agricultura que se transmuta e passa a pesar na mesma balança, de forma cada vez mais desequilibrada, os conhecimentos empíricos ditados por uma experiência de séculos e um saber sistematizado segundo os novos moldes da ciência agrícola moderna.

Por necessidade econômica, ou para fazer prevalecer o *status* dos novos atores nos espaços açucareiros, o equilíbrio dessa balança não pôde mais ser mantido, e pendeu progressivamente para o lado dos homens da ciência. Deste modo, nossa preocupação tem sido buscar entender o novo ordenamento e uma profunda re-hierarquização nos espaços açucareiros. Sobre tudo

3 Augusto Ramos era engenheiro, formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Dentre os muitos cargos de destaque, foi presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e foi o inspirador do convênio de Taubaté. Experiência que levaria para formular o plano de defesa do açúcar, apresentado na Quarta Conferência açucareira em Campos, em 1911. Ademais, foi o representante do estado de São Paulo na Conferência açucareira da Bahia e do Espírito Santo. Dirigiu a Revista “O Fazendeiro”. Também era proprietário da usina Cambaiba, em Campos. POLIANO (1945, p. 25).

4 O engenheiro agrícola francês Pablo Lavenir era formado no Instituto Nacional Agrônômico de Paris. Ao ser contratado pelo Governo argentino, exerceu os cargos de docente do Instituto de Agronomía y Veterinaria de Santa Catalina, foi membro da Academia Nacional de Agronomía y Veterinaria e assumiu a direção do Laboratorio de Química de la Oficina Nacional de Agricultura e da Sección en la División de Química Agrícola e Industrial do Ministerio de Agricultura de la Nación. INST. DE SUELOS Y AGROTECNIA (1950, p. 11).

isso, ainda se acrescenta que as fontes consultadas revelam o fortalecimento de ideias e atitudes geradas no bojo de uma produção do discurso científico que também pode ser pensada como “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos” (FOUCAULT, 2012, p.8-9).

Ora, é muito provável que essas discussões refletissem o próprio processo de afirmação de uma imagem científica do mundo que na virada do século XIX para o XX atingiu fortemente o terreno da produção agrícola. Para Gildo Magalhães dos Santos Filho (2004, p. 40-53), o fortalecimento da distinção entre conhecimento científico e conhecimento popular ocorreu principalmente a partir da primeira metade do século XX. Da mesma forma, Boaventura de Souza Santos (2007, p. 25) defende a importância de reconhecer a “pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico”, mas igualmente identifica o processo histórico de consolidação da ciência como único “conhecimento válido e rigoroso”.

Neste particular, pode-se observar que a agricultura científica que ganhou força no Brasil e na Argentina foi constituída, em grande parte, da relação cada vez mais próxima com a agronomia e não mais com os conhecimentos tradicionais. Nesse cenário, a ciência agrônoma declarava guerra aos saberes ameadados por gerações de agricultores. Assim, pode-se considerar que foi decorrente desta visão a depreciação do trabalho do agricultor que não empregasse a ciência e a tecnologia no plantio (CAPRA, 1982, p. 211-212). Tal constatação permite perceber uma evidente demarcação dos espaços de poder nas mãos dos técnicos, que mantém à margem os saberes tradicionais agrícolas. Além disso, com raríssimas exceções, foram privilegiadas pesquisas agrômicas que trabalhassem as contribuições valiosas do cruzamento de saberes, isto é, o que Boaventura de Souza Santos (2007, p. 29) chama de “ecologia de saberes”.

Aliás, percebe-se mesmo a constituição do que podemos pensar como uma rede transnacional de saberes ligada à ciência agrônoma, mas que não envolvia uma expressiva parte dos homens do campo. O conjunto dos informes técnicos, expedições de pesquisa feitas para outros países, trocas de dados entre as estações agrômicas e esferas governamentais demonstram a maior circulação de ideias e tecnologias que envolviam uma ampla gama de países. Nos momentos de crise, forjava-se mais fortemente um discurso de soluções que passavam pela promoção de métodos de exploração considerados mais racionais na agricultura e na pecuária, pela chancela dada pela ciência agrônoma, pelo progresso dos meios de transporte e pela adoção de políticas de modernização (PLENCOVICH, 2003, p. 3). Por outro lado, certo é que as pesquisas sobre as ações dos homens da ciência — que almejavam controlar a agricultura na Argentina e no Brasil — poderiam ampliar a reconstituição histórica das disputas e negociações que envolveram a formação das novas paisagens açucareiras.

Mas lembra-se aqui que os estudos sobre os espaços açucareiros têm privilegiado as áreas de produção voltadas para o exterior (LINHARES, 1997, p. 10). A nosso ver, o problema, neste particular, é a perda de peças reveladoras de regiões pouco estudadas, deixando sombreados os lugares do açúcar⁵ que se escoraram prioritariamente em uma produção voltada para o mercado interno. Sabe-se que a realidade dos campos e das fábricas de produção voltadas para o mercado externo e para o mercado interno apresentam diferenças econômicas, tecnológicas, e mesmo políticas — se pensarmos, por exemplo, nos subsídios às exportações e na circulação de capitais. No entanto, algumas das novas questões que envolviam o açúcar eram comuns

5 Ver: MINTZ (1985).

e foram desencadeadas na sua grande maioria por um fluxo de comparações que ensejaram reações similares em lugares distintos.⁶

A questão de o açúcar argentino e o de algumas regiões do Brasil, como era o caso do estado de São Paulo, serem estimulados pelo mercado interno, aclara, vez por ora, um movimento contínuo de transformação nos modos de fabricação e cultivo do açúcar — que estimulou ainda mais a expansão das áreas açucareiras. Esses espaços açucareiros diferenciados são elementos indicativos de que o fluxo de saberes empurra o açúcar para uma história comum de áreas que se tocam cada vez mais e que parecem fazer um movimento feito de uma só vez em conjunto.

Sobre ciência, mercado e agricultura

Como é sabido, na última metade do século XIX, a defesa da modernização açucareira criou raízes mais fortes no Brasil e na Argentina. Mas, também, é uma questão indiscutível que nos primeiros anos do século XX, ambos os países se renderam à aridez do fato dos efeitos esmagadores de um crescimento da produção açucareira mundial de forma vertiginosa. Entre 1901-1910, a produção açucareira mundial aumentou 36,9%, sendo que a cana teria um crescimento mais impressionante de 63,4% (de 3.925.000 para 6.412.000 toneladas) e a beterraba de 18,3% (de 6.722.000 para 7.953.000 toneladas). Como era de se esperar, alguns territórios se destacaram mais, como Cuba e Java.⁷ Decorrente deste sucesso, os homens do açúcar começaram a ouvir com mais atenção os feitos que anunciavam o aniquilamento dos antigos modos de produção açucareira. Como quer que seja, tanto o açúcar de cana como o de beterraba sofreram intervenções legitimadas pelos novos especialistas para alcançarem o enorme progresso trazido pela ciência (MENDONÇA, 1998). Queremos frisar, também, que os avanços científico-tecnológicos nas práticas de produção do açúcar tinham todas as características de “uma faca de dois gumes”. É certo que, por um lado, aumentava a produtividade. Mas, por outro lado, isso só poderia ocorrer às expensas de uma crise de superprodução que atingiria tanto os mercados mundiais como o comércio nacional e mesmo local do açúcar.

Não foi, portanto, por acaso que os anos mais exacerbados de crise, como 1901, seriam vistos como particularmente tocantes para fazer pender a balança para uma agricultura que se rendia à ciência como forma de construir um novo patamar para a produção açucareira. Esse ano seria marcado por uma queda brusca dos preços do açúcar, que, segundo Dé Carlí (1937, p. 28-29), teria o efeito de um verdadeiro crack. Alguns anos depois, caberia ao influente Miguel Calmon Du Pin e Almeida⁸ apontar que a situação do açúcar brasileiro em 1901 era de completa

6 Ginzburg (2004) deu ao conceito de circulação de saberes nova tintura ao relacionar as estratégias de transformação da Inglaterra em um ideal de país civilizado às conexões com outros lugares e tempos que a sustentam. Segundo ele, há que se ter em conta que nenhuma ilha é uma ilha.

7 Para este quadro contribui principalmente Cuba que teve um aumento da sua produção de 120%; Java 76%; Porto Rico 265%, etc. (LIMA, 1913, pp. 100-101).

8 Miguel Calmon Du Pin e Almeida pertencia a uma proeminente família baiana, cursou engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Publicou diversos trabalhos sobre a indústria açucareira e assumiu diversos cargos públicos, entre os quais o de Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. Ademais, foi presidente da Sociedade Nacional da Agricultura entre 1921-23. (POLIANO, 1945)

ruína.

Releva notar que o açúcar já tinha sofrido uma queda dos preços entre 1890 e 1894 nos mercados da Europa, o que se repetiria em 1901. Esta crise que afetou a Europa e os Estados Unidos piorou ainda mais o quadro de exportação do açúcar em países como a Argentina e o Brasil, que investiram na modernização do seu parque açucareiro nos anos anteriores. Segundo Dé Carli (1937, p. 28-29), o mais interessante é que a crise de 1901 atingiu mais intensamente aquela indústria semi-organizada, mais moderna, devido à necessidade de crédito avultado e a inversão de um grande capital. De 10 cruzeiros por arroba alcançados nos anos anteriores, em 1901, o açúcar chegaria a valer menos de 4 cruzeiros por arroba na praça do Recife.

Na base dos estímulos de criação de uma indústria açucareira moderna que diminuísse o *gap* tecnológico entre os diversos países açucareiros, os períodos marcados por baixas nos preços devido à superprodução expõem um cenário compartilhado que os países precisaram percorrer, necessariamente, em conjunto. É preciso lembrar, porém, como conclui Milton Santos (2006, p. 22), que a circulação do conhecimento e dos objetos técnicos não ocorre de forma homogênea ou uniforme. Essa questão é importante para pensar as mudanças na fabricação do açúcar, pois chama a atenção para as desigualdades “na história e no território, no tempo e no espaço”. Da mesma forma, a circulação de conhecimentos e tecnologias faz parte de um movimento contínuo e seletivo, que aos poucos provoca profundas reorganizações territoriais, culturais, econômicas e paisagísticas.

Ademais, como se sabe, além da parte agrícola, o açúcar constitui na realidade um artigo manufaturado, cuja fabricação requer uma infraestrutura industrial bastante complexa. Mesmo quando praticado em moldes primitivos, essa fabricação envolve uma elaborada tecnologia de processamento (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 42). A dependência das tecnologias estrangeiras era um obstáculo não tão fácil de ser contornado. Não se comprava apenas uma peça ou outra mais moderna para ser adaptada ao velho engenho. Os projetos, a mão-de-obra especializada e o maquinário passaram a ser, como defende Ruy Gama (1979, p. 255-256), “importados em pacotes (...) E com a perda da oportunidade de desenhar perde-se a autoridade do desígnio, da decisão. Ela é engolida nas novas formas de divisão do trabalho”. O ambiente mais inovador e as patentes registradas pelas principais indústrias de base permaneciam, assim, sendo europeias ou norte-americanas.

E, acompanhando a história do açúcar no Brasil e na Argentina, percebe-se duas ideias bem marcantes: a necessidade premente de contornar o *gap* tecnológico que causava fortes prejuízos na balança comercial e a vinculação do progresso do setor açucareiro à alteração das formas de produção e cultivos existentes em ambos os países. Isso não quer dizer, no entanto, transformações rápidas ou uma transposição de modelos sem percalços e adaptações. O maior obstáculo, nesses processos de transformação agroindustrial almejado pelas elites e pelos técnicos, consistia justamente em ajustar a produção de um país aos novos modelos tecnológicos estrangeiros, desconsiderando a diversidade dos sistemas agrícolas, os fatores naturais e os quadros herdados das antigas metrópoles que geraram uma ordem difícil de ser quebrada no cenário nacional e internacional.

Patricia Juarez-Dappe (2010, p. 45) ressalta que na Argentina os produtores de açúcar tiveram que enfrentar um considerável incremento da produção no pós-1895, resultado da incorporação de modernas tecnologias. A produção açucareira argentina passou de 109.000 toneladas, em 1895, para 270.000 toneladas, em 1914. Entre 1895-1914, o número de plantadores de açúcar aumentou significativamente em Tucumán, enquanto a área cultivada

com cana de açúcar quase dobrou, alcançando 90.848 hectares.

Embora os novos números parecessem prometedores de uma projeção de ambos os países no quadro mundial, os aspectos do vasto conjunto de fatores que compunham a produção açucareira moderna precisariam caminhar um pouco mais em sintonia. Mercado, ciência e agricultura formaram um tripé que teria que se ajustar às circunstâncias nacionais e a um conjunto de situações, as quais ocorreriam muitas vezes simultaneamente no Brasil, na Argentina, mas, igualmente, em Cuba, Java, Alemanha, França, Estados Unidos e em outros centros produtores de açúcar mais avantajados que os dois vizinhos sul-americanos. A racionalização do processo de produção e comercialização do açúcar passou a ser pensada pelas pessoas dotadas de conhecimentos técnico-científicos e que ocupavam cargos acadêmicos e administrativos. Exemplo disso seria Lavenir, em 1901, já trazer as ideias que coadunam ciência e açúcar ao destacar os males de um crescimento açucareiro sem planejamento e ao bel-prazer da natureza.

En lugar de buscar un suplemento progresivo de producción en el perfeccionamiento de los métodos de plantación y de cultivo y en un aumento razonable de las superficies cultivadas en cañaverales, se plantó cañas un poco en todas las partes, à menudo en terrenos poco adecuados para este cultivo y casi siempre sin las preparaciones culturales indispensables. Los efectos desastrosos de la sobreproducción pronto se hicieron sentir; la caña que se pagaba 18 hasta 25 centavos la arroba, em 1890-91 bajó rápidamente y en 1896-97 se la pagaba 5 y 6 centavos precios que no dejaban utilidad alguna à los cañeros. Muchos de ellos abandonaron los cañaverales casi sin cultivo y los resultados fueron, los que se debían esperar: disminución de los rendimientos y mala calidad de los productos (LAVENIR, 1901, p. 12).

Por outro lado, o cenário provocado pelos anos de crise muitas vezes foi perfeito para a promoção dos métodos considerados mais racionais para a fabricação e a comercialização do açúcar — que se inseriram com maior ou menor delongas no Brasil e na Argentina. Deve-se considerar que na Europa a ideia de progresso se aproximava da ciência. Aliás, generaliza-se a ideia de “progresso graças à ciência” ou por intermédio da “difusão da ciência” (SÁ, 2006, p. 92). Ocorre que essas ideias rapidamente se estenderam no Brasil e na Argentina, tendo forte repercussão no pensamento dos homens ligados ao açúcar. Não obstante não se possa negar que o conflito com os técnicos fosse relativamente forte em alguns momentos, as formas de ingressar no novo mundo açucareiro⁹ passavam por seguir as práticas dos centros comerciais internacionais e se adaptar às mudanças nas práticas de produção açucareira.

Foi em parte por força desta necessidade, muitas vezes aprofundada durante as crises, que as transformações no campo se fizeram sob a égide dos homens ligados às ciências agrônômicas. Nesse sentido, conforme constata María Celia Bravo (2017, p. 20), em um livro da coleção “Historias Temáticas de Tucumán”, a História Agrária deve ser pensada como uma arena de disputas pela presença de atores sociais de origens diversas. Segundo ela, ao lado de uma história de conflitos é possível ver consensos e realizações que forjaram práticas produtivas, comerciais e políticas públicas.

9 Considera-se aqui, metaforicamente, como “novo mundo açucareiro”, o passo dado com a adoção dos primeiros engenhos centrais e das primeiras usinas.

O que interessa, nesse momento, é perceber que os métodos tradicionais de cultivo não atendiam mais às demandas dos espaços açucareiros — frutos dos avanços tecnológicos na parte fabril e agrícola, mas, igualmente, das políticas protecionistas. A nova receita que se adaptava às circunstâncias e era almejada pelos técnicos estava compromissada com as ciências e as novas teorias rurais modernas, tendo como um dos seus modelos ideais a política francesa do *retour à la terre*¹⁰. Ora, há que se ter em conta outros fatores que também tiveram grande importância no período. Em verdade, como observou o famoso economista francês Yves Guyot (1901), os prêmios eram o centro da teia da questão do açúcar.¹¹ Foi em parte por força desta articulação cada vez mais complexa entre o mercado e a produção que as crises podem ser vistas como acontecimentos legitimadores tanto das regulações econômicas como das mudanças nas formas de produção agrícola.¹² Era exatamente isso que emanava do texto de Augusto Ramos quando ele tenta dar conta de propagar os princípios de uma agricultura racional, que se colava perfeitamente ao novo mundo do açúcar. Remediar a falta de conexão entre mercado e produção assumiu importância considerável no tratamento adequado das crises violentas.

É indispensável, porém, que essa expansão se faça convenientemente, obedecendo a uma boa orientação técnica e econômica, afim de não só colocar o Estado ao abrigo de crises violentas e graves, como também proporcionar à sua receita orçamentária, uma nova e valiosa fonte de renda, que tal deve ser uma das aspirações de toda e qualquer indústria, mesmo em um meio precário, quanto mais em se tratando do terreno paulista, fértil e apropriado (RAMOS, 1902, p. 3).

Prova disso, seria o alarme diante do crescimento do número de engenhos mal equipados e sem um bom manejo do cultivo da cana. O modelo idealizado de indústria açucareira de Augusto Ramos (1902) era o oposto da falta de avanço dos métodos de produção das unidades brasileiras que se mantinham tecnologicamente estagnadas, como o eram há 20, 30 ou 40 anos atrás. Segundo ele, este tipo de produção constituía um embaraço colossal, pois se estimava que o Brasil possuía 4000 fábricas açucareiras, produzindo 150 a 300 mil toneladas. Assim, imputava-se a culpa aos engenhos banguês pelo fato de o país possuir um número maior de fábricas do que o resto do mundo, cuja produção não seria inferior a 9 milhões de toneladas —

10 Ver: MENDONÇA, 1990.

11 Já em 1864, a Convenção Internacional colocava na pauta de discussões os prêmios de exportação e os impostos de entrada dos açúcares estrangeiros. Nesse sentido, deve-se levar em conta que a economia brasileira se restringia à exportação de basicamente oito produtos oriundos da grande lavoura. Em razão deste quadro econômico, o país ficava à mercê de transformações econômicas, como crises de produção ou de consumo que repercutiam no sistema mundial. Ver: MOURA FILHO (2001).

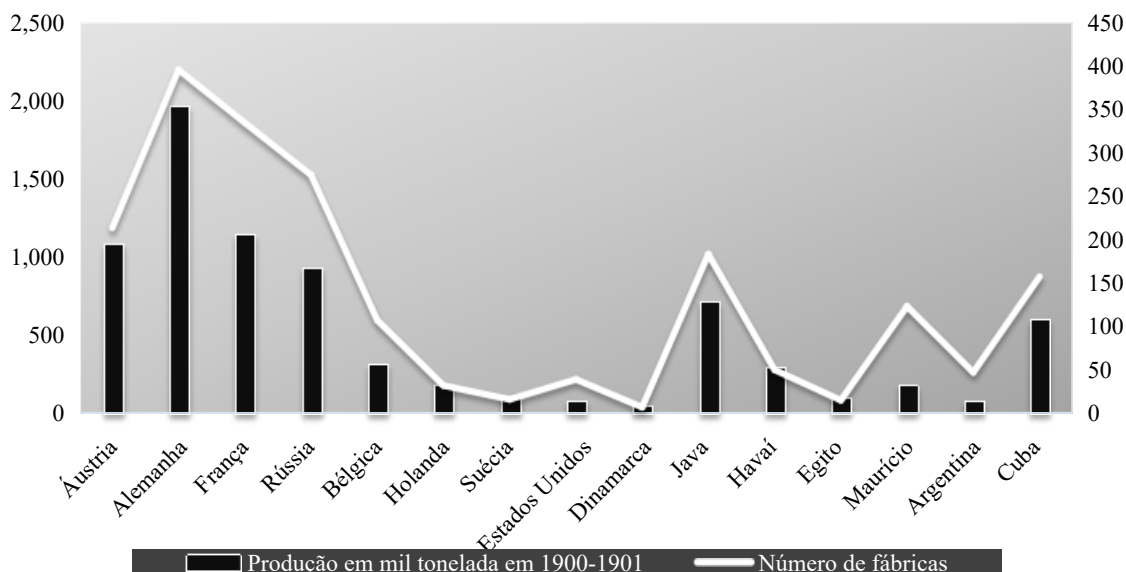
12 A defesa do atraso dos antigos métodos de produção seria contraposta às racionalidades econômicas puras (perseguição ao lucro, maximização de vantagens) (PESSANHA, 1997).

30 vezes maior do que a do Brasil.¹³ Ou seja, fortalecia-se a ideia de que o atraso dos pequenos produtores de açúcar era a razão da perda do mercado externo. Augusto Ramos ainda apontava que:

Nesse meio século, nossa produção composta exclusivamente de engenhos de açúcar, fazendas de cana que fabricavam elas próprias o açúcar, por meio de uma instalação rudimentar de cozimento a fogo nu, cristalização do xarope concentrado por agitação a braços e formas de pães para o escoamento do melaço e branqueamento dos cristais. Eram eles e ainda são em cerca de 3000. Perde-se 413.000 contos na fabricação se comparar com a extração obtida em Java, Cuba (...) (RAMOS, 1902, p. 35)

A percepção de que havia um *gap* tecnológico entre o Brasil e os outros países produtores se fez presente constantemente nas obras dos técnicos brasileiros. Como se vê no gráfico abaixo, o Brasil e a Argentina teriam que ter em conta um crescente aumento da produção no resto do mundo.

13 Não se pode esquecer que os dados apresentados por Augusto Ramos em 1902 refletem as dificuldades de consolidação da estatística mundial, mas principalmente no caso do Brasil. Nesse sentido, ressalta-se aqui as lacunas que caracterizam o trabalho dos técnicos, não sendo possível saber se o engenheiro teve acesso às estatísticas de todos os países produtores. Para Olivier Martins (2001), foi durante a segunda metade do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX que emergiram os organismos oficiais encarregados de realizar as pesquisas estatísticas, de reunir as informações estatísticas e de assegurar sua difusão junto aos governantes e ao público. Mas, no Brasil, somente no final do século XIX foi criada a Repartição Especial de Estatística voltada para estruturar a estatística oficial acerca do comércio exterior. Essa Repartição foi pensada e dirigida por Sebastião Ferreira Soares — um dos pioneiros dos trabalhos estatísticos no país. No entanto, as inúmeras deficiências dos dados estatísticos no Brasil mantiveram-se como um problema nas décadas finais do Império e nas primeiras décadas da República. (SOARES, 2015, p. 149-182). Por outro lado, a comparação entre o Brasil e outros países feita por Augusto Ramos (1902, p. 5) refere-se especificamente aos entraves à adoção de processos mais modernos de produção mesmo após a criação dos engenhos centrais e usinas, uma vez que seus proprietários deixavam de “supri-la com os melhoramentos diariamente inventados no estrangeiro”. A utilização do vocábulo fábrica pode ter se irradiado das mudanças do significado de algumas palavras, como aponta o *Dicionário de sinônimos da língua portuguesa* de Rocha Pombo (1914, p. 398). Há referências explícitas a isso quando ele destaca que fábrica ou usina (originária da palavra francesa *usine*), “está sendo mais usado que manufatura, para designar estabelecimento fabril onde o trabalho é feito mediante o emprego de aparelhos e maquinismos”.

Gráfico 1 - Principais produtores de açúcar

Fonte: RAMOS (1902, p. 9)

Nesse cenário, a Argentina produziu 80.000 t entre 1900 e 1901, com aproximadamente 47 fábricas. Enquanto Pernambuco, o maior estado produtor do Brasil, alcançou somente 100.000 t em 1902-1903 com 1.547 engenhos, sendo destes 1.500 engenhos de tacha.¹⁴ Já São Paulo produziria 10.200 t, com 19 engenhos, sendo 10 engenhos de tacha. A ideia esposada por Augusto Ramos era que São Paulo cuidasse de “imitar Java, cuja história açucareira é altamente instrutiva e convém ser contada” (RAMOS, 1902, p. 9). Aqui, caberia dar um pouco de atenção à tendência bem marcante de detalhar a evolução tecnológica, especialmente na parte fabril, forjada na Europa pelo açúcar de beterraba e, especialmente, em Java e Cuba, pelo açúcar de cana. Ora, tais estudos e comparações se inserem num quadro de circulação de saberes altamente especializados por agrônomos, químicos, mecânicos e engenheiros de diversos ramos que desenvolveram conhecimentos que se difundiram em grande escala a par das novas técnicas e maquinários. Mas, sem dúvida, a produção açucareira foi afetada pelas flutuações comerciais de mercados distantes ou nacionais. Como lembrava Lavenir (1901, p. 176), uma boa direção não mais consistia em moer cegamente a maior quantidade de cana possível em um tempo dado.

No Brasil, os dois mercados — interno e externo — assumiriam ao longo do tempo uma

14 Engenhos de tachas e os engenhos banguês representavam as formas rudimentares de produção de açúcar. Gileno Dé Carli (1985, p. 209) destaca que “o rendimento do engenho de tachas, em média, não excede de 45 quilos de açúcar bruto e 15 quilos de açúcar em mel, por tonelada de cana. A razão é que, além de outros fatores, as moendas somente extraem de 35 a 55 do peso bruto da cana (...) A primeira tacha recebe o caldo frio e devido à ação branda do fogo, começa a eliminação de impurezas, que são separadas com auxílio de espumadeiras de cobre (...) Depois de descachado o caldo, ele é passado por meio de canecos de madeira ou cobre para a caldeira, onde é alcalinizado — sem medida — e atuando o fogo mais energicamente, entra em ebulição (...) Depois de completo o cozimento, o xarope passa para a tacha de esfriar, onde demora cerca de 30 minutos, sendo então batido. Meio resfriado, é levado para as formas onde demora 10 dias escorrendo.”

relação de complementaridade — mas cujo ponto de apoio principal era incontestavelmente o consumo nacional. Como nos lembra Queda (1972, p. 53), a decadência da indústria açucareira brasileira se explica tanto pelo movimento da economia capitalista mundial como pela incapacidade de seguir o surto tecnológico inovador que ocorreu em outros países. O açúcar seria um produto marginal de exportação, sendo que em 1905 o Brasil já consumia 72% da sua produção. Nessa guerra de várias frentes, o açúcar de melhor qualidade produzido nas usinas disputava o mercado doméstico com o açúcar dos atrasados banguês. Ou melhor, a preocupação não se restringia à falência destes engenhos banguês, mas abarcava também a disputa por um mercado ainda pendente de garantias no mercado interno para o açúcar produzido pelas usinas.

Não se poderia também esquecer que o Brasil enfrentava várias impeditivos para alçar uma posição de destaque no mercado externo pelas relações estabelecidas entre os centros consumidores e produtores do açúcar de cana oriundos das relações neocoloniais e, igualmente, pelo aumento da produção do açúcar de beterraba na Europa (MOURA FILHO, 2007). Deve-se lembrar de que, mesmo antes da reorganização da indústria açucareira, a produção sempre excedia o consumo, ou seja, era necessário exportar para estabelecer um equilíbrio entre o volume das safras e a demanda interna, estabilizando os preços no mercado nacional. Na prática, a solução mais simples, isto é, exportar, nem sempre era uma tarefa fácil. Em 1892, o Centro da Indústria e Comércio de Açúcar do Rio de Janeiro queixava-se que o açúcar brasileiro já não tinha garantia de colocação nem na América do Sul nem na Europa. O envio do açúcar brasileiro para os Estados Unidos também estava limitado pela concorrência cubana que contava com tarifas aduaneiras mais baixas. Essa vantagem no mercado americano já se evidenciava nos acordos de reciprocidade para o comércio e navegação assinados ainda no período de colonização espanhola:

Em virtude da autorização outorgada pelo governo espanhol pelo art. 3º da lei de 10 de junho de 1882, se aplicarão desde já os direitos da terceira coluna das tarifas de alfândega de Cuba e Porto Rico, o que implica a supressão do direito preferencial de bandeira aos produtos e procedência dos Estados Unidos da América do Norte. Em compensação, o Governo dos Estados Unidos suprimirá os adicionais de 10% *ad valorem* sobre os produtos de procedência de Cuba e Porto Rico com a bandeira espanhola. (CICA, 1892, p. 30).

A abolição do tratado Blaine-Mendonça¹⁵ após quatro anos, em 1894, entre Brasil e Estados Unidos e os receios gerados pela Convenção de Bruxelas em 1901 pela adoção ou não dos prêmios açucareiros levaria os produtores de açúcar brasileiros a adotar uma política externa extremamente cautelosa. O receio do aprofundamento da crise pela perda do restrito mercado

15 O tratado Blaine-Mendonça permitia ao açúcar brasileiro entrar nos Estados Unidos livre de impostos, em troca de concessão de um privilégio similar no Brasil para os produtos industrializados exportados pelos Estados Unidos. John Schulz (2013, p. 104) defende que apesar de que tenha sido fortemente atacado pela imprensa brasileira no seu primeiro ano, esse acordo foi bastante vantajoso aos interesses açucareiros brasileiros, que puderam contar nestes quatro anos com um expressivo crescimento das suas vendas para o Estados Unidos.

externo gerou a postergação da assinatura do Acordo¹⁶. Embora Augusto Ramos (1911) fosse um forte defensor dos prêmios no Brasil nos mesmos moldes aplicados na produção cafeeira, um conjunto de situações, que refletiram na punição do protecionismo adotado por alguns países, constituiu um formidável empecilho para os seus defensores colocarem suas ideias em prática. Aliás, a Argentina seria considerada por alguns como um exemplo de perigo da adoção das políticas de proteção açucareira.

É preciso tornar saliente que a Argentina pode elevar ao duplo a sua atual produção. Se hoje ela exporta somente 14 mil toneladas de açúcar, já exportou 30.340 em 1901, 41.694 em 1902, e 49.413 toneladas no ano anterior, na última safra exportou 50.000 toneladas. A diminuição de exportação do ano último (1904) proveio de sua legislação especial que impunha um direito de 15 centavos por quilograma sobre 25% do açúcar produzido no país que equivale a um imposto ou prêmio de exportação do açúcar de 15,25 centavos por quilograma de açúcar. Por isso, os Estados Unidos, pelo seu departamento, fixaram o direito compensador a receber pelo açúcar argentino importado pela União em 15,25 centavos libra ou por outra, 56 fr. por 100 quilogramas, e a Inglaterra por sua vez, em virtude da Convenção, trancou os seus mercados ao açúcar de sua procedência. Agora (...) o Governo argentino baixou um decreto suspendendo na República todas as taxas e todo *drawback* sobre o açúcar, o quer dizer, que extinguiu os prêmios e procura assim entrar no Convênio. (BRASIL, 1905, 62)

Como quer que seja, embora a realidade argentina possuísse outras características peculiares em relação ao Brasil, a sua dependência em face do mercado interno era marcante¹⁷. À vista do exposto, pode-se perceber que uma das diferenças mais destacadas em relação ao Brasil era possuir um número pequeno de engenhos, que tenderam a diminuir à medida que a modernização avançava. De fato, como aponta Noemí Blacha (1991, p. 19-60), em 1913 o número de engenhos era de 43 — quase a metade dos existentes em 1877. Ademais, o terreno das disputas com os proprietários dos grandes engenhos se dava mais ao nível dos plantadores de cana do que das pequenas unidades de produção, como era o caso do açúcar brasileiro. Mas as condições entre ambos os países não diferiam se olharmos para as flutuações dos preços gerados por um consumo que se restringia ao mercado interno. Também consideramos importante o fato dos discursos dos homens do açúcar argentinos e brasileiros enfatizarem a necessidade de

16 O objetivo da Inglaterra em estabelecer o acordo de Bruxelas era rivalizar com a política econômica açucareira norte-americana. Nesse período, os Estados Unidos já havia estabelecido tarifas preferenciais e de acordos bilaterais de comércio, como os que vinham estabelecendo no caso do açúcar, com alguns países recém-libertos do colonialismo europeu, com alguns países latino-americanos de sua área de influência, e mesmo com nações europeias industrialmente atrasadas: Espanha, Cuba e Filipinas, México, Peru e Argentina. A Inglaterra buscava, desse modo, enfrentar o fechamento do mercado norte-americano e a inclusão nele de outras áreas do comércio mundial (GNACCARINI, 1997, p. 317). Em 1906, depois de anos de indecisão, o Brasil passou a ser signatário do Acordo de Bruxelas. No entanto, as expectativas não foram alcançadas. Mormente o país aderir à Convenção de Bruxelas por poucos anos, de 1906-1910, não ocorreu nenhum aumento significativo das exportações brasileiras como previram os seus defensores (IAA, 1972).

17 O processo de modernização colocado em marcha na Argentina aproximou-se consideravelmente mais do caso paulista. Embora São Paulo tenha assumido definitivamente o seu posto de principal produtor açucareiro nacional a partir da década de 1950 — escorado no crescimento do seu próprio mercado interno —, a construção da moderna base técnico-científica dos seus grandes engenhos centrais/usinas foi posta em marcha ao mesmo tempo que nas regiões açucareiras argentinas, como Tucumán. Ou seja, no final do século XIX e na primeira metade do século XX. Por outro lado, a região Nordeste do Brasil teria seu crescimento e modernização obstaculizado pela dependência do mercado externo e pela forte concorrência no mercado externo e interno.

reduzir os custos de produção e melhorar as práticas de cultivo. Certo é que ambos os países tiveram também o seu aumento de produção ligado ao número sempre crescente de hectares plantados. Lavenir (1901, p. 221), como bom engenheiro químico, ressaltava que era à falta de direção ilustrada pela química que se devia a maior parte do atraso considerável da indústria açucareira da cana, se comparada à da beterraba. Assim como o ainda baixo investimento na melhoria da lavoura canavieira.

Por outro lado, no Brasil, era possível perceber de forma mais nítida o que Fernando Azevedo (1948, p. 221) consideraria um “estranho espetáculo”. Isto é, a formação de uma paisagem açucareira mista, gerada por transformações muito lentas e a mescla entre os antigos e os novos sistemas de produção. É preciso que se atente, também, que a pouca representatividade no mercado mundial não significou um estancamento do processo de modernização e crescimento da capacidade produtiva dos engenhos. Gnaccarini (1997, p. 318-321) relata que na parte fabril as usinas e os bangues brasileiros se diferenciavam pelo emprego ou não dos novos equipamentos industriais. Mas percebe um movimento progressivo dos pequenos engenhos serem substituídos pelas usinas. Esse processo foi viabilizado tanto pela incorporação das terras dos pequenos engenhos como pela melhora nas suas técnicas de produção.

A explicação para esta crescente demanda por transformações pode ser atribuída às formas comerciais singulares que assumiu o mercado açucareiro com o aumento da produção do açúcar de beterraba e de cana. Aqui houve dois processos, entrelaçados, mas distintos. A variante econômica — o mercado interno ou externo — permanece como um dos pontos principais. Mas, de modo algum, pode-se esquecer um conjunto de ideias que circulavam tanto sobre a parte fabril quanto agrícola do açúcar, cujo suporte passou a ser dado pelas ciências agronômicas.

É preciso notar, como defendido por Peter Eisenberg (1977, p. 44-235), que o açúcar de beterraba europeu tomou os clientes tradicionais do açúcar de cana. As preocupações com as questões econômicas estabeleceram as principais justificativas que criaram uma teia em torno de fatores tecnológicos considerados como uma das principais armas na “guerra” entre a beterraba e a cana. Se o *gap* tecnológico com relação ao açúcar de beterraba foi sendo paulatinamente contornado pelos canavieiros, os técnicos envolvidos no fabrico do açúcar de cana foram também alçados a uma posição de detentores da vanguarda tecnológica e passaram a propagar ideias e modelos atrás de si.

Seria difícil não levar em conta, por exemplo, a influência de Álvaro Reynoso pelo número de referências ao seu trabalho comumente encontradas nas falas dos produtores de açúcar e técnicos, ao menos naqueles contemporâneos às suas publicações. Não é por acaso que Pablo Lavenir apresentou Reynoso como químico agrônomo ilustrado, reiterando as suas considerações sobre os enormes malefícios da adoção da mecânica moderna nas fábricas sem introduzir na mesma medida os avanços da ciência agronômica nos canaviais.¹⁸

No se puede económicamente cultivar mal, ni aun medianamente la caña de azúcar. El interés del fabricante y del productor de caña quedan íntimamente ligados a una buena producción, imposible sin un cultivo intensivo. La caña mal cultivada o mal plantada suministra productos muy

18 Vide: REYNOSO (1868).

poco provechosos tanto en el ingenio como en el cañaveral (LAVENIR, p. 12).

Daniel Moyano (2001, p. 232-233) já havia observado que na Argentina o desenvolvimento da agricultura sobre bases científicas se concretizou tomando como modelos outros centros canavieiros, tais como Java, Havaí ou Luisiana. Desde o início do século XX, a ideia de contar com assessoramento científico permanente logrou ocupar um lugar central entre os donos de engenho, ou pelo menos em seu núcleo mais avançado. Se essas convulsões provocadas pela circulação de ideias eram semelhantes em quase toda a parte, representaram os ajustes às novas diretrizes que deveriam ser seguidas. E, no Brasil, por trás do afã por seguir os passos de Java, Augusto Ramos (1902, p. 12) revelava a relação complexa que se desenrolava com a ascensão dos técnicos. A principal questão planteada no seu texto para reforçar o “caminho absolutamente seguro” traçado pelos homens da ciência javaneses seria a resolução de problemas, tais como a possibilidade de contornar o esgotamento do solo com o uso de adubos, a superação das doenças pela reprodução por sementes¹⁹ e o desenvolvimento de variedades mais resistentes e mais ricas em sacarose.

Os técnicos moveram-se entre as fábricas e os canaviais de forma cada vez mais marcante. Vê-se que, progressivamente, a força da ciência agrônômica passou a atuar nas novas práticas adotadas nos espaços açucareiros com grande intensidade. Nesse sentido, o objeto das preocupações e dos passos tanto dos técnicos como dos agricultores foram ponderados pelos aperfeiçoamentos na fábrica e na lavoura, em uma gama variada de países, não importando se a matéria-prima utilizada fosse a cana-de-açúcar ou a beterraba. Exemplo disso é a cuidadosa recomendação de Lavenir (1901, p. 14) ao tratar das melhorias do uso de arados em Salta, Jujuy e Tucumán, tomando como ponto de apoio os trabalhos de aragem adotados em Guadalupe, nas Antilhas, no Norte da França e na Espanha. Curiosamente, esse movimento envolveu tanto experiências bem-sucedidas como verdadeiros fracassos.

Quando nem todo mérito se resume em saber copiar: o fracasso da difusão

Na verdade, seguir modelos que levariam à perfeição não foi uma equação tão certa como dois mais dois são quatro. Embora Augusto Ramos (1902, p. 9) defendesse que “hoje, para triunfarmos, não temos mais do que escolher o modelo culminante e copiá-lo”, as situações e os resultados seriam diversos, como ele mesmo deixaria entrever na continuação do mesmo trabalho. Seria interessante incluir dentro dessas experiências o caso das fortes discussões

¹⁹ As sementes da cana foram consideradas estéreis por muito tempo. Nesse sentido, o sucesso das pesquisas realizadas pelas estações experimentais foi fundamental para o desenvolvimento de novas variedades. Alguns discursos proferidos durante o Primeiro Congresso Nacional de Agricultura, em 1901, já ressaltavam o sucesso dessas experiências: “Desconhecida até bem pouco tempo, a possibilidade de obter das minúsculas sementes de flecha a reprodução da cana não é mais sujeita a dúvidas, e nesta metade última do século XIX, as ilhas Barbados, Guadalupe e Martinica têm presenciado tentames deste gênero seguidos do mais favorável êxito” (SNA, 1907, p. 02).

sobre o processo da difusão voltada à extração da sacarose na agroindústria canavieira.²⁰ Merece atenção o fato de podemos encontrar nesse rol de interessados pelo tema da difusão tanto Pablo Lavenir como Augusto Ramos. Mas importa mencionar que ambos utilizaram do conhecimento acumulado nas Antilhas, Maurício e mesmo na própria Argentina e no Brasil, para refutar as vantagens da difusão em detrimento do tradicional sistema das moendas. Ora, parece que as experiências argentinas e brasileiras não se diferenciaram muito, sendo que os engenhos inovadores tiveram rapidamente que voltar ao antigo processo das moendas. Neste caso, transplantar um método útil na fabricação do açúcar de beterraba para o processo produtivo do açúcar de cana não se mostrou benéfico. O investimento e a insistência de alguns técnicos e produtores de açúcar são explicados por Gileno De Carli (1943, p. 25). Nesse caso, a solução para concorrer nos mesmos patamares com o açúcar de beterraba passava pela racionalização da produção de açúcar de cana, buscando alcançar “custos que descessem a um nível com que jamais a beterraba poderia concorrer”.

A comparação entre os rendimentos criaria a percepção que não eram só os estímulos gerados pelos subsídios e privilégios nos mercados mundiais que definiriam os lugares ocupados pelos países do mapa açucareiro. Ora, Lavenir (1901, p. 68) esmerou-se em reproduzir detalhadamente em seu relatório os motivos que levaram os produtores de açúcar a investirem elevadas quantias, por sua conta e risco, em um modelo problemático no caso do açúcar de cana. Para ele, as perdas consideráveis de açúcar no bagaço obtido por pressão conduziram vários fabricantes a adotar o procedimento de extração por difusão.

No cabe duda que la extracción del azúcar de la caña por difusión es el mejor método hasta hoy conocido pero el jugo que sale de los difusores es mucho más difícil de purificar que el obtenido por los trapiches aún con levigación, por esto se debe su poco éxito tanto en las Antillas, Mauricio, etc, etc., como en la República Argentina, donde se lo ha instalado sin previo estudio (LAVENIR, 1901, p. 83).

A difusão foi instalada em vários engenhos de Tucumán desde 1890. Exemplo disso foram os engenhos Lastenia, Concepción, Guzmán, Santa Ana e San Andrés. Alguns anos mais tarde, no entanto, só o engenho Concepcion continuava a utilizar esse sistema. Pois bem, segundo Lavenir (1901, p. 83), os próprios engenheiros de um dos maiores fabricantes europeus de maquinário, a casa Cail & Cia., reconheciam que os resultados eram insatisfatórios e que seria melhor abandonar o procedimento. A possibilidade de melhor extração para contornar o baixo rendimento foi obstada por problemas que iam desde o custo e a manutenção do maquinário até os problemas com o maior uso de combustível. Ainda sobre as dificuldades na implementação deste sistema, Maria Celio Bravo (1998, p. 17-39) acredita que o uso e o

20 No processo de extração da sacarose da cana, conhecido como difusão, cortava-se a cana em talhadas de um a três milímetros de espessura, as quais se recolhiam a uma bateria de vasos chamados difusores, onde sofriam imediatamente a ação de uma corrente contínua de água pura. Em virtude do fenômeno físico de endosmose e exosmose, estabelecia-se naturalmente uma passagem simultânea do caldo sacarina para fora das células da cana e da água para dentro das mesmas células, de maneira que o caldo vai sempre empobrecendo e a água enriquecendo em açúcar, quando avança de um a outro difusor. No fim de certo tempo de trabalho, o caldo contido nas células das talhadas da cana do primeiro difusor tinha se transformado em água levemente açucarada e a água, que passou por elas, tem chegado ao último difusor transformado em caldo um pouco mais fraco que o natural, porém muito mais puro. Deste ponto em diante todos os trabalhos de fabricação do açúcar são idênticos nos dois processos, moagem e difusão. (MACOP, 1887).

controle da água quando conectada à modernização tomou proporções maiores na Argentina do que em outras regiões produtoras de açúcar devido à escassez dos recursos hídricos. Assim, entende-se que uma inspeção ao Santa Ana, que apontava que o engenho consumia e poluía em esferas expressivas as águas dos rios do seu entorno, também pesasse nas decisões de retorno ao sistema de extração por moendas.

O abandono da difusão na Argentina não passou despercebido nos estudos de Augusto Ramos (1902, p. 31). Motivos havia para não seguir pelo mesmo caminho, uma vez que grandes engenhos argentinos, fabricando diariamente perto de duas mil toneladas, tinham substituído a difusão pela multipressão em um curto período de tempo. Importa lembrar que no Brasil a difusão teria seu ponto alto ainda nas últimas décadas do século XIX com a propagação dos engenhos centrais. A baixa produtividade de alguns desses engenhos levaria à tentativa, por parte do Governo Imperial, de incentivar a difusão. A defesa teve continuação nos primeiros anos da República, que concedeu vantagens aos concessionários “que propuserem empregar o método da difusão nas fábricas a que o Governo considerar aplicável o mesmo sistema”.²¹

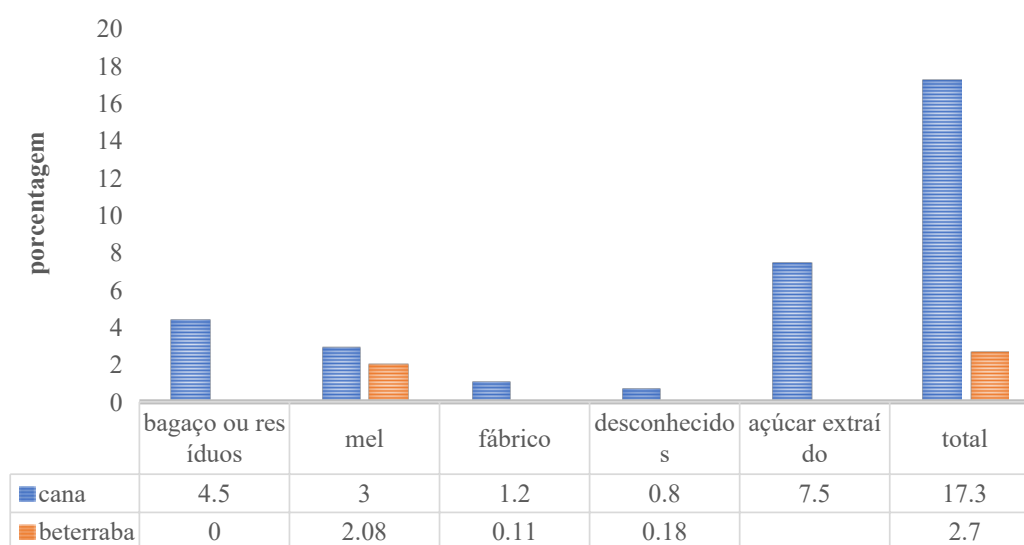
O processo de difusão nem sempre contou com homens extremamente convictos da sua superioridade. O engenheiro e diretor da repartição de agricultura e indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Luiz de Castilho (1893), que estudou os resultados da difusão em Guadalupe, Luisiana e Cuba, acreditava que ela era coisa do futuro. Ademais, perguntava se os produtores de açúcar brasileiros deveriam se deixar convencer por inventores e fabricantes de maquinismos estrangeiros, fortemente interessados em vender o seu material. Alguns destes críticos utilizavam alguns relatórios técnicos internacionais para demonstrar a inferioridade deste sistema em relação às moendas. Estes técnicos comumente citados pelos seus pares brasileiros, como o engenheiro Louis Bom, natural de Guadalupe, argumentavam que este não era um sistema simples como se propagandeava, e que os resultados obtidos pela difusão eram inferiores em qualidade e quantidade quando comparados aos obtidos pelas moendas, sendo que alguns engenhos das Antilhas já estavam retornando ao antigo meio de extração. O engenheiro francês Henri Raffard (1888) também era contrário à aplicação da difusão, justificando a sua colocação pelos rendimentos baixos deste sistema nos Engenhos Centrais de Barcellos e Brachuhy.

Curiosamente, embora, as críticas não fossem poucas e os relatos de fracasso estivessem largamente divulgados, Augusto Ramos despendeu várias páginas para tratar da difusão. Convém observar que, para ele, as grandes dificuldades do açúcar brasileiro eram resultado da não adoção das evoluções técnicas estrangeiras, quer em relação ao açúcar de beterraba, quer em relação ao de cana. A sua fala deve ser considerada justamente quando ele destacou os magníficos resultados obtidos com a difusão no trabalho da beterraba. A necessidade de contornar a perda do açúcar no bagaço faria com que Cuba, Egito, Java e Estados Unidos, entre outros, experimentassem a difusão, atirando com “verdadeiro entusiasmo — para não dizer obsessão, crentes que não haveria nenhuma diferença entre a cana e a beterraba. Mas assim não aconteceu, pois não tardaram os desastres” (RAMOS, 1902, p. 25-26). O resultado

21 Já nos anos da Primeira República, o decreto nº. 819, de 4 de outubro de 1890, determinava facultativa a adoção do sistema da difusão, no entanto, estes engenhos ficavam obrigados a adotar o sistema da difusão logo que o Governo ordenasse a transformação, aumentando o respectivo capital de quanto fosse para isso indispensável; organizasse uma comissão agrônômica permanente para acompanhar os engenhos que adotassem este sistema; e mais ainda, instituisse prêmios para as fábricas que adotarem o sistema de difusão e obtivessem da cana maiores porcentagens de açúcar.

da comparação entre o uso da difusão no processo produtivo da cana e da beterraba, que pendia favoravelmente para a beterraba, pode ser visto nos dados apresentados pelo Barão de Barcellos.

Gráfico 2 — Perdas no açúcar de cana e no açúcar de beterraba



Fonte: BARCELLOS (1907, p. 21-22).

Para Augusto Ramos (1902, p. 32), o abandono do sistema de difusão pelos principais produtores de açúcar de cana — como Cuba, Havaí e Java — poderia servir de exemplo para o Brasil, que não deveria seguir um caminho diverso. Era necessário, mais do que extrair todo o açúcar do bagaço, produzi-lo de modo barato e prático. A difusão apresentava desvantagens sérias, como o grande aumento no custo da instalação, a produção considerável de mel e o sensível acréscimo do combustível necessário. Assim, ele defendia que “o objetivo final, iniludível, único, é produzir barato. É nisto que a difusão não alcança mais o primeiro lugar”. Talvez técnicos como Augusto Ramos quisessem apontar o que Vladimir Popov (2011, p. 53) consideraria fundamental para o crescimento manufatureiro — uma economia rural e uma produção açucareira que embebessem, como uma esponja, os princípios científicos de uma indústria açucareira dos seus sonhos. Ou seja, para cozinhar um bom prato, todos os ingredientes necessários devem estar na proporção certa — “*if only one is under or overrepresented, the chemistry of growth does not happen*”.

Nesse sentido, pode-se falar de duas maneiras da circulação de saberes quando nos referimos ao açúcar: dizer, como Eisenberg (1977), que as inovações técnicas na produção do açúcar de beterraba se constituíram num dos aspectos chaves dessa lenta construção de

saberes e tecnologias em movimento; ou então, dizer que o açúcar de cana nos anos seguintes assumiu os passos das pesquisas e avanços científicos — passando a competir com o açúcar de beterraba, desencadeando, igualmente, um fluxo de comparações e parâmetros ideais a se seguir. No caso da difusão, Lavenir (1901, p. 76) defendeu a opção pelas moendas, levando em consideração as experiências dos químicos do Havaí e da ilha Maurício. Enquanto Augusto Ramos considerou justamente o fato de que em Java todos preferiam a multipressão, embora conhecessem a difusão há mais de 14 anos. Mais significativa seria a reprodução do trabalho de um técnico alemão, analisando a experiência cubana no *The International Sugar Journal*, em 1900.

This German authority declares that from a technical standpoint, The Cuban cane sugar industry was well advanced before the war. Central factories were well combined for economy of labor and fuel. Most of the factories worked a double series of mills with repression and in some few cases diffusion had been introduced, this method, however, having very lithe future (Apud. RAMOS, 1902, p.30).

Importa considerar que a “ciência moderna”, que era usualmente identificada com a Europa (HAMBURGER, 1996), passava a ser reconhecida de forma cada vez mais recorrente — mas cedendo espaço, muitas vezes, aos avanços científicos ameadados nas paisagens canavieiras nacionais. Ao tratar da elaboração do açúcar na Argentina e no Brasil, Pablo Lavenir e Augusto Ramos defenderam a aplicação dos métodos utilizados na produção do açúcar de beterraba no fabrico do açúcar de cana. Mas não todos. A verdade é que se alargavam os pontos de vista e se argumentava em favor de uma “cópia” das contribuições potencialmente positivas dos dois tipos de açúcares. As experiências serviram como modelo. As receitas que se adaptavam a qualquer circunstância também não eram consideradas mais como uma solução para todos os problemas dos países produtores de açúcar de cana.

Seria de se esperar que, ao se colocarem como os herdeiros do progresso científico, o interesse desses homens se chocaria com os antigos métodos de produção e comercialização. No campo do discurso, esses técnicos esmeraram-se em produzir trabalhos que demonstrassem a inviabilidade de promover o desenvolvimento da indústria açucareira ao se manter uma paisagem açucareira que era vista quase como um sortilégio. Nessa nova paisagem açucareira, a dimensão de sobrevivência do açúcar nacional vinculava-se de forma intrínseca ao fortalecimento dos técnicos, e subsequente a isso, à ideia de novos padrões de comportamentos econômicos e produtivos do açúcar — que englobavam tanto o ponto de vista da produção fabril e agrícola, assim como de sua comercialização.

Conclusão

Segundo Maria Ligia Prado (2005, p. 12), a história dos países latino-americanos passou por situações sincrônicas e semelhantes. Assim, diria ela que “em vez de manter os olhos fixos na Europa, é mais eficaz, para o historiador, olhar o Brasil ao lado dos países de colonização espanhola”. A importância desta análise é repensar as origens de uma história

comum, mas que ainda representa um dos grandes vazios da historiografia do açúcar, tanto a brasileira quanto a argentina. Em verdade, a História das Ciências e a História Econômica são duas das muitas estradas para desvendar o lugar dos técnicos no aparecimento de uma nova paisagem açucareira.

Aliás, Pablo Lavenir (1901, p. 184) termina o seu livro defendendo que era à falta da direção ilustrada pela química que se devia, em maior parte, o atraso considerável da indústria açucareira da cana quando comparada com a da beterraba. Por sua vez, Augusto Ramos (1902, p. 36) faz uma defesa aguerrida da fundação de um engenho modelo, que teria como um dos objetivos a criação de variedades de cana adaptadas ao clima de São Paulo, melhorando a planta, tal como se sucedeu em Java, Maurício, dentre outras regiões adiantadas. Convém observar que embora algumas dessas tecnologias e ideias fossem novas, desencadearam um fluxo de comparações e modelos a serem seguidos ou evitados. Ciência, mercado e agricultura eram ambientes diferentes, mas que se cruzavam cada vez mais. Essas relações parecem ser empurradas por uma circulação de saberes que se fortalece, criando redes externas e internas na tentativa de alcançar os patamares açucareiros considerados como ideais.

É preciso lembrar, porém, que a beterraba e a cana passaram a competir de forma cada vez mais acirrada, muitas vezes pelos mesmos mercados. Mas foram claramente os mercados internos, nacionais ou regionais, que deram fôlego e proteção às áreas da cultura da cana-de-açúcar que se diferenciavam por não produzirem para a exportação. Esboçava-se, assim, um fortalecimento da circulação dos saberes científicos nos diversos espaços açucareiros. Ademais, a insegurança gerada pelas crises de superprodução e os estudos comparativos dariam força às novas práticas de produção e comercialização. Em matéria de racionalização da produção, percebida como o máximo de rendimento com custos baixos, parece não haver diferenças expressivas no pensamento de Augusto Ramos (1902), voltado sobretudo ao estado de São Paulo, e no de Pablo Lavenir (1901), dedicado principalmente ao norte da Argentina.

De fato, a produção açucareira é feita da relação entre os seus atores, as paisagens construídas e reconstruídas e os acontecimentos do passado. No caso que aqui nos interessa, os técnicos foram os responsáveis, em grande parte, pela transformação do açúcar em uma agroindústria com os moldes atuais. Em consequência disso, as ciências agrônômicas passam muitas vezes a ter o poder de redefinir a agricultura como cultura não mais vinculada somente aos homens do campo, solidificando também uma mentalidade vinda das universidades e centros de pesquisa. Nesse sentido, este artigo tentou dar contribuições a esse debate, demonstrado que o lugar que ocuparam os técnicos não foi fácil de ser alcançado e nem tal fato se processou do dia para a noite. Por outro lado, foi em grande parte por força da circulação de saberes e tecnologias que se criou um elo de ligação entre as diferentes regiões açucareiras. O resultado de tal política comparativa e de trocas seria uma reprodução parcial ou não dos discursos arados nos livros e relatórios agrícolas — baseados nas experiências de um desequilíbrio provocado por crises de superprodução que não estancaram em 1901. A ciência cercou o açúcar e os técnicos passaram a fazer parte do seu futuro.

Referências

- AZEVEDO, Fernando de. *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1948.
- BARCELLOS, Barão de. *A crise do açúcar: ligeiras considerações pelo Barão de Barcellos*. Campos: Lit. e Tip. de Carlos Hamberger, 1887.
- BLACHA, Noemí Gilbal de. Estado, modernización azucarera y comportamiento empresario en la Argentina (1876-1914): expansión y concentración de una economía regional. In: Campi, Daniel (org.) *Estudios sobre la Historia de la Industria azucarera argentina*. Tucumán: Facultad de Ciencias Economicas – UNT, 1991.
- BRASIL. *Trabalhos da Conferência Açucareira do Recife* (2º do Brasil– reunidos em 14 de março). Recife: Tip. do Diário de Pernambuco, 1905.
- BRAVO, María Celia. Especialización azucarera, agua y política em Tucumán (1860-1904). *Travesía*, Tucumán, nº 1, pp. 17-39, segundo semestre de 1998.
- BRAVO, Maria Celia. *La agricultura: actores, expresiones corporativas y políticas*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2017.
- CAPRA, Fritjof. *Ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1982.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: editora Vozes, 1979.
- CASTILHO, Luiz de. *Notas e fórmulas para uso dos fabricantes de açúcar, destiladores e refinadores e destiladores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.
- CICA. *O Centro da Indústria e Comércio de açúcar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Companhia Tipográfica do Brasil, 1892.
- DAPPE-JUAREZ, Patricia. *When sugar ruled: economy and society in Northwestern Argentina, Tucumán, 1876-1916*. Ohio: Ohio University Press, 2010.
- DÉ CARLÍ, Gileno. O açúcar na formação econômica do Brasil in: *Separata do Anuário Açucareiro*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool. Rio de Janeiro, 1937.
- DÉ CARLI, Gileno. *Gênese e evolução da indústria Açucareira de São Paulo*. Rio de Janeiro: Editores Irmãos PONGETTI, 1943.

DÉ CARLI, Gileno. História de uma fotografia. Recife: Editora ASA Pernambuco, 1985.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Indústria assucareira no Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1919.

EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GAMA, Ruy. *Engenho e tecnologia*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GNACCARINI, J.C. A. “A economia do açúcar: processo de trabalho e processo de acumulação” in: FAUSTO Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, volume oito, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GUYOT, Ives. *The Sugar Question in 1901*. London: Hugh Press, 1901.

HAMBURGER, Amélia Império et al. *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Edusp, 1996.

INSTITUTO DE SUELOS Y AGROTECNIA. *Homenaje a Pablo Lavenir*. Buenos Aires, Inst. de Suelos y Agrotecnia, 1950. (Publicación N° 10). p.7-13.

Instituto do Açúcar e do Alcool. *Brasil/ Açúcar*. Rio de Janeiro: IAA, 1972.

LAVENIR, Pablo. *El cultivo de la caña y la elaboración del azúcar en las provincias de Tucumán, Salta y Jujuy*. Buenos Ayres: Imp. Y Enc. de P. Gadola, 1901.

LIMA, Pereira. *O açúcar: apreciações sobre sua situação industrial*. Rio de Janeiro: Tip do Jornal do Commercio, 1913.

LINHARES. Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.) *Domínios da História: Ensaio da teoria metodológica*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

MACOP. *Relatório apresentado à Assembleia Geral da 2ª Legislatura pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Rodrigo Augusto da Silva*. Rio de Janeiro: Imprensa

Nacional, 1887.

MARTIN, Olivier. Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). In: *Revista Brasileira de História*. V. 21, n. 4. São Paulo, p. 13-34, 2001.

MENDONÇA, Sonia Regina. *Ruralismo: Agricultura, Poder e Estado na Primeira República*. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Agronomia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MINTZ, Sidney. *Sweetness and power: the places of sugar in modern history*. New York: Viking, 1985.

MOYANO, Daniel Moyano. La escuela de arboricultura y sacarotecnia de Tucumán y su papel en el desarrollo agroindustrial de la provincia, 1880-1920. *Travesía*, nº. 13, p. 229-246, 2001.

MOURA FILHO, Heitor Pinto de. Regulamentação Açucareira na França: uma longa história de proteção. In: *Estudos Infosucro*, Rio de Janeiro, Nuca-IE-UFRJ, nº2, setembro, 2001.

MOURA FILHO, Heitor Pinto de. “Os países latino americanos e a convenção açucareira de Bruxelas de 1902”. In: *Anais do Primeiro Congresso Latinoamericano de Historia Económica*. Montevideo, 2007.

PESSANHA, Delma. *Os fornecedores de cana e o estado intervencionista*. Niterói: Eduff, 1997.

PLENCOVICH, María Cristina. *La deriva de la educación agropecuaria en el sistema educativo argentino*. Tesis en educación, Universidad Nacional de Tres de Febrero, Universidad Nacional de Lanus, 2003.

POLIANO, L. Marques. *A Sociedade Nacional da Agricultura: Resumo Histórico*. Rio de Janeiro: SNA, 1945.

POMBO, Rocha. *Dicionário de sinônimos da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia. 1914.

POPOV, Vladimir. Development theories and development experience: half a century journey. *Revista História e economia*, São Paulo, v. 8, 2011.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. *Revista de História*, nº 153, nº 2, 2005.

QUEDA, Oriowaldo. *A intervenção do Estado e a agroindústria açucareira paulista*. Tese de Doutorado, FFLCH, USP, 1972.

RAMOS, Augusto Ferreira. *A indústria do açúcar em São Paulo*. São Paulo: Tip. Brazil de Carlos Gerke, 1902.

RAMOS, Augusto. Reunião açucareira. In *A Lavoura*. Boletim da Sociedade Nacional da Agricultura, v. 2, p. 15-29, agosto-dezembro, 1911.

RAFFARD, Henri. *Crise do açúcar e o açúcar no Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. Carioca, 1888.

REYNOSO, Álvaro. *Tratado da cultura da cana de Açúcar*. Rio de Janeiro: Tip do Imperial Instituto Artístico, 1868.

SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil*. Rio de Janeiro: editora Fiocruz, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos CEBRAP*, n.79, p.71-94, 2007.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS FILHO, Gildo Magalhães dos. *Ciência e ideologia: conflitos e alianças em torno da ideia de progresso*. Tese (Livre Docência). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

Schulz, John. *As crises financeiras da abolição*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *O planejamento da Agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*. São Paulo: Hucitec; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1979.

SNA. *Anais do Congresso Nacional de Agricultura instalado a 20 de setembro de 1901 no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

SOARES, L. C. Sebastião Ferreira Soares e a introdução da ciência estatística no Brasil do Século XIX. *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, a. 176, n. 467, abr./jun. 2015, pp. 149-182.

RECEBIDO EM: 15/01/2018

APROVADO EM: 08/02/2020

Resenha

REFLEXÕES SOBRE UMA DAS OBRAS DE SVETLANA ALEKSIÉVITCH: AS MEMÓRIAS DAS CRIANÇAS QUE SOBREVIVERAM A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Reflection About One of the Works by Svetlana Aleksievitch: The Memomries of Children Who Survived the Second World War

Pauline Iglesias Vargas¹
Maria Eloisa de Oliveira²

RESUMO

A presente resenha versa criticamente sobre a obra “As últimas testemunhas: crianças na Segunda Guerra Mundial”. Trata-se de um livro originalmente escrito em russo de caráter literário/comercial com autoria de Svetlana Aleksivitch. A obra é resultado de cerca de cem entrevistas de sobreviventes da Segunda Guerra que a rememoram de forma singular, afinal, eram “apenas crianças na época”. As reflexões do passado são realizadas por sujeitos do presente, via de regra, esta demanda de narrativa está marcada pelo trauma. Contudo, se por um lado a escrita simples desperta o interesse e facilita a compreensão e a interpretação do significado da Segunda Guerra para as crianças; por outro, não se tem um detalhamento do procedimento metodológico para se chegar documento escrito.

Palavras-chave: Literatura; Memória; História Oral.

ABSTRACT

This review deals critically with the work “The Last Witnesses: Children in World War II”. It is a book originally written in Russian with a literary / commercial character by Svetlana Aleksivitch. The book is the result of about one hundred interviews of survivors of World War II who remember it in a unique way; after all they were “just children at the time”. The reflections of the past are carried out by subjects of the present, as a rule, this demand for narrative is marked by the trauma. However, if on the one hand simple writing arouses interest and facilitates the understanding and interpretation of the meaning of the Second War for children; on the other hand, there is no detail of the methodological procedure for arriving at a written document.

Keywords: Literature; Memory; Oral History;

1 Licenciada, Mestre e Doutoranda em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase em Ginástica Rítmica e Inclusão. Atualmente é professora de ensino superior da Universidade Positivo. E-mail: piglesiasvargas@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6756-4674>.

2 É graduanda do curso de Educação Física Licenciatura da Universidade Positivo. E-mail: meo.medo2000@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8601-0108>.

Introdução

A obra intitulada “As Últimas Testemunhas: crianças na Segunda Guerra Mundial” trata-se de um livro traduzido do russo em sua 1ª edição no ano de 2018, pela editora Schwarcz S.A, São Paulo e publicado pela Companhia das Letras. A autora, Svetla Aleksivitch, jornalista, nasceu em 1948, na Ucrânia, dedicando a sua vida literária/profissional de forma única à observação, escuta e transcrição de relatos a respeito de momentos factuais da história. Momentos dos quais teve forte vínculo afetivo: após a desmobilização de seu pai do exército, a família retornou à sua cidade natal, na Bielorrússia. Aleksievich, estudou na Universidade de Minsk, entre 1967 e 1972. Por causa de sua crítica ao regime, viveu periodicamente no exterior. Em 2015, recebeu o prêmio Nobel de literatura, mesmo escrevendo originalmente em língua russa. Desde então, algumas de suas obras emblemáticas: “Vozes de Tchernóbil (2016)”, “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher (2016)”, “Fim do Homem Soviético (2016)” e o mais atual “Meninos de Zinco (2020)” passaram a ser traduzidas para diversas línguas, dentre elas o português (THE NOBEL PRIZE, 2015).

A obra em questão é o resultado de um trabalho com cerca de cem entrevistas realizadas entre os anos de 1978 e 2004. O que esses adultos tinham em comum? Sobreviventes, com memórias do horror da Segunda Guerra Mundial, afinal, eram “apenas crianças”. Particularmente, crianças são afetadas de maneiras diferentes na Guerra. Fisicamente: quando há falta de comida ou água. Psicologicamente: quando expostas a grandes cenas de horror da guerra, como bombardeios, brigas e deixar suas próprias casas. Emocionalmente: quando pode estar diretamente na guerra, como membro servindo, ou tendo outra ocupação nas forças (MOCHMANN, 2008).

O método utilizado por Svetlana Alexievich merece destaque. A autora expõe com fidedignidade as vozes das crianças daquela época, a partir da visão de mundo do adulto/idoso no “tempo presente”. O que ela define como uma história oral, sincera, autêntica e arrebatadora. Importante ressaltar que as fontes orais e escritas (documentais) não são excludentes. Desta forma, apenas necessitam de instrumentos interpretativos diferentes e específicos. A transcrição nesse sentido, transforma objetos auditivos em visuais dando aspectos de determinado grupo social (PORTELI, 1997). Outro ponto que exacerba da obra é a relação entre a História e a Literatura, confluência que amadurece com a utilização da história oral e a sua consequente amplitude como fonte histórica (NAPOLITANO, 2020).

No livro, a criança é quem se sobressai com nome e participação direta em meio a relatos sutis e papéis ativos. A memória, contudo, deve ser entendida como uma manifestação coletiva e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes. Como Pollak (1992, p. 13) ressalta: “Não é natural uma pessoa falar sobre si”. Nas narrativas foi possível observar a utilização do pronome “nós”, os personagens reafirmam a identidade como pertencente ao grupo pesquisado: “[...] Nós, as crianças, vigiávamos as caixas de garrafa com líquido inflamável, trouxemos areia e água para caso de um incêndio [...]” (p. 41). Em outros trechos, o predomínio de determinados pronomes pessoais, no conjunto de um relato de vida seria uma medida ou um indicador, do grau de segurança interna da pessoa (POLLAK, 1992), observado em: “[...] Por acaso éramos crianças? Com dez, onze anos éramos homens e mulheres [...]” (p. 249).

A memória dos adultos, ainda de um tempo em que eram crianças, toma o lugar de protagonista. Um dos entrevistados afirmou: “[...] A memória tem cor [...]” (p. 250). As

lembranças se sobressaem de forma monocromática, provavelmente por conta do episódio traumatizante, e mascaram as memórias: “[...] Não tenho certeza se de fato tudo isso era só preto, mas é assim que me lembro. Um filme em preto e branco. [...]” (p. 28). Outro, retrata uma vida com cor, anterior ao início da Guerra: “[...] Ficou na minha memória uma cor. Depois todas as lembranças tem cor escura [...]” (p. 44). Indo de encontro a estudos que reforçam: “A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado.” (POLLAK, 1992, p.4).

Desta forma, a obra aparenta contemplar narradores cujas consciências parecem ter sido capturadas em momentos de suas experiências pessoais mais marcantes, como no caso, aqueles episódios ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial. O que acontece é que: “[...] frequentemente, estes indivíduos são absorvidos integralmente pela totalidade do evento histórico no qual participaram e seus relatos apresentam cadências e fraseologia épicas.” (PORTELI, 1997, p. 34). Essas narrativas estão marcadas pelo trauma e ao serem relembradas por sujeitos do presente, limitam a objetividade como representação do passado (NAPOLITANO, 2020), reafirmada em: “[...] Algo aconteceu com a minha memória. Não me lembro dos rostos, não me lembro das palavras [...]” (p. 64). Nesses casos, a informação mais preciosa está no que os informantes relataram, e porque relataram, utilizando de mais (ou menos) palavras (PORTELI, 1997).

As narrativas aguçam o leitor ao retomar as infâncias, sendo assim, são a mostra viva de um processo histórico e uma marcante função da memória. Levanta-se a questão: o que fica guardado na memória? Na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes e imutáveis (POLLAK, 1992), assim como no exemplo: “[...] Uma criança de três anos consegue guardar algo? “Vou responder... Guardei três ou quatro cenas com absoluta nitidez [...]” (p. 202). Ainda assim, é possível interpretar a partir das lacunas, como em: “[...] E aí eu tenho uma lacuna na memória [...]” (p. 54). Essas, quando interpretadas devem ser vistas como possibilidade, e não “falhas na memória”. Conforme indica Thompson (1992), o importante é compreender aquilo que não está sendo dito e aprender ao considerar o que significam os silêncios.

A autora transcreve trechos nos quais resquícios do imaginário infantil foram identificados na escuta dos entrevistados. Os relatos mostram os brinquedos como elementos dificilmente encontrados no período da infância: “[...] Durante a guerra eu não tinha visto nenhum objeto infantil. Havia esquecido que eles existiam em algum lugar. Os brinquedos de criança [...]” (p. 43). Os entrevistados mencionam como queriam levar broncas, brigar por brinquedos, sentiam falta da infância, saudade da “alegria infantil”. Dificultando uma identidade de criança na percepção delas mesmas: “[...] Como queria brinquedos de criança! Queria ser criança [...]” (p. 172). Pode-se entender tanto individual como coletiva a importância desse sentimento de coerência em um grupo, no caso, a tentativa de reconstrução da infância. Dessa forma, apresenta-se a memória como sentimento de identidade (POLLAK, 1992).

Os personagens parecem tentar manter as memórias vivas: “[...] É uma questão... O que é melhor? Lembrar ou esquecer? Será melhor ficar calado? Levei muitos anos para esquecer [...]” (p. 81). Conforme afirma Portelli (1997), fontes orais contam não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que faz. Confirmando a ideia do autor, o trecho do depoimento que traz: “[...] Me recordo da guerra para compreender... Se não para que? [...]” (p. 116). É preciso, contudo, ir além da história do acontecimento, interessando-se também pela história da memória desse acontecimento.

Alesiévitch não interrompe os relatos com análises extensas, a participação da autora

é mínima, com apenas uma tentativa de epílogo e um prefácio sucinto escritos por ela na primeira pessoa. O seu distanciamento fica evidente nos títulos que separam os depoimentos no livro. Tais títulos não apresentam sua contribuição (são trechos dos relatos dos próprios pesquisados), mas, ainda assim, a própria escolha do trecho mostra a sua participação e seus ideais com a obra. A pesquisadora é um resíduo de uma ação interativa, a comunicação com o entrevistado (ALBERTI, 1996). Sendo que, para alcançá-las, é preciso manter um longo diálogo interpessoal muito cuidadoso, próximo e íntimo. É a partir de seus interesses que reordena os acontecimentos rememorados pelos entrevistados, considerando que cada vida corresponde a um fluxo de lembranças. Assim, mesmo que o entrevistador fale pouco, para permitir ao entrevistado narrar suas experiências, a entrevista que ele conduz é parte de seu próprio relato, no caso, literário, sobre ações passadas (ALBERTI, 1996).

A obra remete ao papel do entrevistador ao recordar memórias duras, esse trata de um processo de percepção variável e individual de acordo com a relevância que o entrevistado atribui ao ocorrido até o momento que é lembrado (THOMPSON, 1992). O limite da memória destaca-se em algumas frases: “[...] Para que fui lhe contar isso? Agora estou pior do que antes. É por isso que não me recordo [...]” (p. 78). Até mesmo a possibilidade de interrupção do relato, contemplando a necessidade do pesquisado é apresentada: “[...] Chega basta estou muito abalado [...]” (p. 88).

Em meio às frases dos entrevistados é possível observar a dificuldade da inserção desses personagens na sociedade, no pós guerra: “[...] Você não tem medo de mim? De me ouvir [...]” (p. 125). Passaram muitos anos até conseguirem contar uns aos outros sobre guerra, questionam-se quanto tempo seria necessário para esquecer, afinal, tudo isso faz parte do tenso relato: “[...] Conte para você alguns dias. Mas foram novecentos [...]” (p. 245). Estas oscilações são significativas. Apoiar-se em um episódio pode ser um caminho a salientar sua importância, e/ou uma estratégia para desviar a atenção de outros pontos mais delicados (PORTELI, 1997).

A escrita da obra apresenta uma linguagem simples e pragmática, facilitando a compreensão das possibilidades de utilização do método abordado. Se por um lado a escrita simples desperta o interesse e facilita a interpretação do significado da Segunda Guerra para as crianças, por outro, não se tem um detalhamento do procedimento metodológico para se chegar documento escrito. Seriam as entrevistas transcritas na íntegra? As narrativas passaram por algum tipo de tratamento e edição? – conforme indica Alberti (1996). De que forma a autora chegou aos entrevistados? Quais os critérios objetivos de inclusão e exclusão? Qual foi o ambiente da realização das entrevistas? Também carecem de detalhamento, deixando ao leitor a possibilidade de apenas de pressupor ou especular, dificultando a reprodução do método em futuras pesquisas, que venham a trabalhar com aspectos da memória e a história oral aplicados a outros temas. Por isso, julga-se relevante compreender como se deu esse processo dialógico.

Nas últimas páginas da obra, o relato emerge com a frase que dá título à obra sendo elucidada, em uma única voz em tom de apelo: “[...] Somos as últimas testemunhas. Nosso tempo está acabando. Devemos falar... nossas palavras serão as últimas [...]” (p. 269). Trazendo as narrativas como uma fonte histórica que revela não só as palavras, mas os significados que insuflam vida na história. Especialmente, enriquecem a sociedade com uma contribuição modificada do campo social inserido e a sua mensagem, legitimando-a de forma mais democrática. Afinal, “[...] nos quinze anos posteriores ao término da Segunda Guerra Mundial, a ênfase na reconstrução nacional dos países, incluindo os próprios vencedores do conflito, não deu muito espaço à memória dolorosa dos sobreviventes [...]” (NAPOLITANO, 2020 p.27).

A obra de Alesiévitch simboliza o uso da história oral como meio de conhecimento, não sendo um fim em si mesma (THOMPSON, 1992), a partir de um olhar sensível desenvolvido com primazia. Quando alguém escreve uma obra de caráter histórico e atinge com respeito ao grande público, está cumprindo também, um papel com valor social imprescindível, o despertar a cidadania e o respeito à diferença.

Referências

ALBERTI, Verena. *O que documenta a fonte oral?* Possibilidades para além da construção do passado. 1996. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6767/869.pdf>. Acesso em: 30/03/2020.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *As últimas testemunhas: crianças na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MOCHMANN, Ingwill C. Children Born of War. *OBETS: Revista de Ciencias Sociales*. Espanha, n. 2, p. 53-61, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. Desafios para a História nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 68, n. 01, p. 18-56, jan./jun., 2019.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. v.14, 1997.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v.5, n.10, p.200-215, 1992.

Svetlana Aleksievich - Biographical. *THE NOBEL PRIZES 2015*. The Nobel Foundation by Science History Publications/USA, division Watson Publishing International LLC, Sagamore Beach, 2016. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/literature/2015/alexieievich/biographical/> Acesso em: 30/03/2020.

THOMPSON, Paul. *História oral: a voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

RECEBIDO EM: 31/03/2020

APROVADO EM: 09/04/2020